

TRE PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

Tribunal Regional Eleitoral do Pará

Presidente
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário (20/1/2025 a 20/1/2027)

Vice-Presidente e Corregedora
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque (20/1/2025 a 19/12/2027)

Membros(as)
Juiz Domingos Daniel Moutinho
Juíza Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira
Juiz Marcus Alan de Melo Gomes
Juiz Marcelo Lima Guedes

Procurador Regional Eleitoral
Bruno Araújo Soares Valente

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823r Brasil. Tribunal Regional Eleitoral do Pará
Relatório de Gestão 2025 / Tribunal Regional Eleitoral do Pará. - Belém: TRE-PA, 2026.
185p.: il. color.

Justiça Eleitoral - Brasil. 2. Relátorio 2025 – Adminstração Pública. 3. Gestão Pública. 4. Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

CDD-22. ed. 342.810 7
CDU 342.8(81):35

Richelli Rayane Braz Barbosa – CRB-2/1903

COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO EM FORMA DE RELATO INTEGRADO DE 2025
Portaria TRE-PA nº 24103/2025

Ana Flávia Silva de Souza
Representante do Gabinete da Presidência

Elaine Cristina de Jesus Santana da Silva Machado
Representante da Secretaria de Planejamento

Felipe Houat de Brito
Representante da Secretaria de Tecnologia da Informação

Giselle de Oliveira Teixeira Pinto
Representante da Secretaria de Gestão de Pessoas

Hérika Carla da Costa Sodré de Souza
Representante da Secretaria de Administração

Kayla Oliveira Cohen
Representante da Assessoria Especial Executiva de Apoio à Gestão

Nathalie Christina de Oliveira Castro
Representante da Escola Judiciária Eleitoral

Patrícia Guimarães Rocha de Saboya
Representante da Assessoria de Cerimonial

Renata Cláudia Martins Ferreira
Representante da Assessoria de Comunicação Institucional

Ricardo Serruya de Medeiros
Representante da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Rodrigo Augusto Nascimento Montero Valdez
Representante da Ouvidoria Judicial Eleitoral

Rosiane Revelle dos Santos Martinelli
Representante da Secretaria Judiciária

Sabrina Bittencourt Guimarães Castro
Representante da Coordenadoria de Gestão de Processos e de Governança

Sinara Lubiana Mendes
Representante da Corregedoria Regional Eleitoral do Pará

Tany Siqueira Reges
Representante da da Comissão Permanente de Ética

Zilomar de Jesus Pereira
Representante do Núcleo de Atendimento ao Eleitor

APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) apresenta seu Relatório de Gestão 2025, em estrita observância ao artigo 70 da Constituição Federal e às normas de transparência pública. Sob a metodologia do Relato Integrado, este documento consolida a prestação de contas da instituição, estabelecendo-se como instrumento central para a análise de conformidade e eficiência da gestão perante os órgãos de controle e a sociedade.

Conduzida pela Diretoria-Geral e pela Secretaria de Planejamento, a elaboração do relatório seguiu as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e na Decisão Normativa TCU nº 198/2022, bem como as orientações constantes do processo SEI nº 0006070-22.2025.6.14.8000. A consolidação de conteúdo contou com o suporte técnico da Comissão instituída pela Portaria TRE-PA nº 24103/2025 e com o apoio das unidades do Tribunal, cuja integração permitiu correlacionar a execução orçamentária, a estratégia, a governança, as perspectivas e o desempenho do órgão ao valor público gerado.

Ao detalhar os resultados do exercício, este documento reafirma o compromisso do TRE-PA com a transparência, a excelência administrativa e o fortalecimento do processo democrático, ratificando sua responsabilidade na gestão dos recursos e a maturidade da governança na entrega de sua missão constitucional.



SUMÁRIO

01. MENSAGEM DO PRESIDENTE 09

02. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO 11

2.1 Quem somos 12
2.2 Missão, visão e valores 12
2.3 Principais normas direcionadas 12
2.4. Composição do TRE-PA 13
2.5. Estrutura organizacional 15
2.6. Tribunal em números 17
2.7. Cadeia de valor 18
2.8. Modelo de negócios 19
2.9. Definição da materialidade das informações 20
2.10. Estrutura de Governança 20
2.11 Apoio à Estrutura de Governança 21
2.11.1 Conselho de Governança 21
2.11.1.1 Reuniões de Análise Estratégica - RAEs 21
2.11.2 Comitê de Governança de TI 22
2.11.3 Comissão Diretiva de Tecnologia da Informação - CDTI 22
2.11.4 Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições 22
2.11.5 Comitê Orçamentário e Gestor de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição 23
2.11.6 Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas 24
2.11.7 Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores 24
2.12. Indicadores de Governança 25
2.13. Ambiente Externo 25

03. RELAÇÃO COM OS(AS) BENEFICIÁRIOS(AS) DOS SERVIÇOS 27

3.1. Como você pode falar conosco 28
3.2. Relacionamento com os(as) destinatários(as) dos serviços 28
3.2.1 Redes Sociais e Principais Atividades em Números 28
3.3. Estatísticas dos atendimentos realizados pela Ouvidoria 29
3.4. Pesquisa de satisfação de usuários externos 30
3.5. Atendimentos itinerantes 31
3.5.1 Atendimentos itinerantes na Região Metropolitana de Belém 32
3.6 Atendimento domiciliar 32
3.7 Campanha institucional “JOVEM, O VOTO É SEU!” 33
3.8 Campanha institucional “SABIA QUE?” 33
3.9 Campanha “CADASTRO EM DIA” 34
3.10 Projeto “JUSTIÇA NA PRÁTICA” 34

04. RISCOS, INTEGRIDADE, AÇÕES DE SUPERVISÃO E CONTROLE 36

4.1. Gestão de Riscos 37
4.2. Programa de Integridade 38
4.2.1 Monitoramento do Plano de Integridade 38
4.3. Cartilha do Código de Ética das Contratações 38
4.4 Semana de Combate ao Assédio e Discriminação 39
4.4.1 Palestra “Assédio no trabalho: Cicatrizes e Impactos Reais na Saúde Mental” 39
4.4.2 Cartilha de Prevenção ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação 40
4.4.3 Palestra: “O impacto do Assédio na Qualidade de vida das trabalhadoras e trabalhadores da Justiça” 40
4.4.4 Oficina “Produtividade sem Assédio” 41
4.4.5 Palestra “Combate ao Assédio e à Discriminação” 41
4.4.6 Webcast “Assédio no Ambiente de Trabalho: Reconhecer, falar e agir” 42
4.4.7 Palestra “O Enfrentamento da Violência, do Assédio e de todas as formas de Discriminação no Trabalho: Um debate Ético.” 43
4.4.8 Workshop “Gestão das Relações e Prevenção dos Assédios” 43
4.5 Pesquisa sobre discriminação, assédio moral e sexual no âmbito do TRE-PA 44
4.6 Roda de conversa: “Menopausa: uma luta!” 44
4.7 Exibição do curta-metragem “Acorda, Raimundo!” 45
4.8 Ações de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar 46
4.9 Premiação do ranking da transparência 2025 46
4.10 Auditoria interna 46
4.11 Comissão Permanente de Processo Disciplinar 48
4.12 Comissão de Ética 48
4.13 Ações de Supervisão, Controle e Correição adotadas pela Corregedoria Regional Eleitoral 49
4.13.1 Inspeções de Ciclo 49



4.13.2 Visitas técnicas nos Postos de Atendimento Eleitoral 50
4.14 Acompanhamento das Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para as Corregedorias 52

05. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS 53

5.1. Planejamento Estratégico 2021-2026 54
5.2. Resultado geral dos Indicadores Estratégicos 55
5.3. Plano de Gestão 2025-2027 55
5.3.1 Concepção e elaboração do Plano de Gestão 25-27 52 55
5.3.2 Oficinas de gestores para elaboração do Plano de Gestão e Criação de Projetos 56
5.3.3 Oficina de Planejamento com a EJE 57
5.3.4 Diretrizes e prioridades 58
5.3.5 1° Encontro Geral do Plano de Gestão 25-27 58
5.4. Relatório de Avaliação das Eleições 2024 59
5.5. Gestão da Inovação 60
5.5.1 CARBONO ZERO NO FEST LABS - Meta 9 do CNJ 60
5.5.2 GAME DIA E 2.0 60
5.5.3 Design Thinking para a elaboração do Plano de Gestão do TRE-PA 61
5.6. Oportunidades, desafios e incertezas 61

06. RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO 63

6.1. Mensagem do Diretor-Geral 64
6.2. Perspectiva Sociedade 65
6.2.1 Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais 65
6.2.1.1 Acesso com Sucesso 65
6.2.1.2 Originários: sua língua, seu voto, sua representatividade 65
6.2.1.3 Bora Votar! 68
6.2.1.4 Implementação da Política Nacional de Atenção a Pessoas em Situação de Rua (PopRuaJud) 68
6.2.1.5 Programa “CREScer CIDADANIA” 70
6.2.1.6 Implantação do Atendimento Descentralizado 71
6.2.1.7 Projeto TRE acessível 71
6.2.1.8 LibrELO: Curso de LIBRAS para servidores(as) das Zonas Eleitorais - EAD 72
6.2.1.9 Curso de LIBRAS para atendentes na capital 72
6.2.1.10 Instalação de sinalização predial 72
6.2.1.11 Programa Distinto Eleitor 73
6.2.1.12 Ação de cidadania na APAE Belém 73
6.2.1.13 Palestra sobre o Anticapacitismo em parceria com a APAE Belém 74
6.2.1.14 Parceria com o Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) visando ao atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista 75
6.2.2 Macrodesafio: Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a sociedade 76
6.2.2.1 Raízes 76
6.2.2.2 Programa Nacional Eleitor do Futuro - PNEF 76
6.2.2.3 Exposições no Centro Cultural da Justiça Eleitoral - CCJE 77
6.2.2.4 Projeto Visita Guiada ao TRE-PA 77
6.2.2.5 Programa Vem TREinar 78
6.2.2.6 Escola de Formação Política 78
6.2.2.7 Palestra e rodas de conversa sobre participação feminina, políticas afirmativas e letramento racial 78
6.2.2.8 Palestra “Violência Política de Gênero” 79
6.2.2.9 Projeto Circular CCJE – Cultura, Arte e Memória 80
6.2.2.10 Audiência Pública para formulação das Metas 2026 80
6.2.2.11 Mutirão “Casa da Justiça” 81
6.2.2.12 FESTLABS 2025 83
6.3. Perspectiva Processos Internos 84
6.3.1 Macrodesafio: Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional 84
6.3.1.1 Sessões Plenárias com IA 84
6.3.1.2 Simplifica, PJE! 84
6.3.1.3 Diálogos partidários 85
6.3.1.4 Plano de Monitoramento Contínuo (PMC) das unidades jurisdicionais de 1º grau da Justiça Eleitoral do Estado do Pará 86
6.3.1.5 Acompanhamento dos Indicadores de Produtividade estabelecidos pelo CNJ 88
6.3.1.6 Acompanhamento das Metas Nacionais de Produtividade do Poder Judiciário - 1º e 2º Graus 88
6.3.2 Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária 90
6.3.2.1 Novo PEJEPA 90
6.3.2.2 Tá Contratado! 90
6.3.2.3 Utilização de ferramentas de IA no Planejamento das Contratações 91
6.3.2.4 GenIA 92
6.3.2.5 Planejamento Anual das Contratações (PCA) 93
6.3.2.6 Instituição da Política de Gestão de Processos do TRE-PA 93
6.3.2.7 Entenda.jus 94
6.3.2.8 Pauta de ideias - Mini-Oficina “Café com inovação” 94
6.3.2.9 Governança do Aldeia iLab 95
6.3.3 Macrodesafio: Promoção da Sustentabilidade 96



6.3.3.1 Gestão Patrimonial 5Rs 96
6.3.3.2 Eco Rota 360 96
6.3.3.3 Sustentou! 97
6.3.3.4 Monitoramento dos indicadores de sustentabilidade 97
6.3.3.5 Programa Justiça Carbono Zero 98
6.3.3.5.1 Projeto Carbono Zero 99
6.3.3.5.2 Fórum Nacional VERDemocracia 99
6.3.3.5.3 Plano de Descarbonização 100
6.3.3.5.4 Plantio e Descarbonização dos eventos VERDemocracia e FestLabs 100
6.3.3.5.5 Reflorestamento em Capanema 101
6.3.3.5.6 Inventário de emissão de GEE 102
6.3.3.5.7 Ecoponto 102
6.3.3.5.8 Semana do Meio Ambiente 103
6.4 Perspectiva Aprendizado e Crescimento 105
6.4.1 Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas 105
6.4.1.1 Ativamente - Projeto Bem-viver 105
6.4.1.2 Lidera Mais 106
6.4.1.3 ReconheSER 106
6.4.1.4 Plano Estratégico da Gestão de Pessoas 107
6.4.1.5 Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT 100% das Zonas Eleitorais e Secretaria 107
6.4.1.6 Gestão do Clima Organizacional 108
6.4.1.7 Programa de Qualidade de Vida no Trabalho 108
6.4.1.8 Implantação do Sistema de Teletrabalho - SISTELE 109
6.4.2 Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária 110
6.4.2.1 Edifica JE 110
6.4.3 Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados 111
6.4.3.1 Cartório Conectado 3.0 111
6.4.3.2 Sistema Cronos 111
6.4.3.3 MIASEI 112
6.4.3.4 Instalação do Núcleo de Gestão de Bens de Tecnologia da Informação (NGBTI) 113
6.4.3.5 Cybersecurity Immersion Week 113
6.4.3.6 STI On The River 115
6.4.3.7 Workshops de IA 115

07. MACRODESAFIO: GESTÃO E SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL 117

7.1. Aprimora LOG 118
7.2. Agiliza 119
7.3. Plano Integrado das Eleições - PIE 2026 120
7.4. Ciclo de Estudos Eleitorais 121

08. ALOCAÇÃO DE RECURSOS 122

8.1. Gestão Orçamentária e Financeira 123
8.1.1 Orçamento Ordinário 123
8.1.1.1 Dotaçao Inicial 123
8.1.1.2 Evolução da Dotação (alterações orçamentárias) 123
8.1.1.3 Da Execução Orçamentária 124
8.1.1.4 Detalhamento das Despesas por Grupo de Elemento de Despesa 125
8.1.2 Provisões Recebidas 126
8.2. Gestão de Custos 127
8.3. Gestão de Pessoas 129
8.3.1 Principais normas internas adotadas na Gestão de Pessoas e na Gestão da Folha de Pagamento 129
8.3.2 Principais mecanismos de controle adotados na Gestão de Pessoas 132
8.3.3 Principais mecanismos de controle adotados na Gestão da Folha de Pagamento 133
8.3.4 Valorização por desempenho e levantamento de necessidades de treinamento 133
8.3.5 Avaliação da Força de Trabalho 134
8.3.6 Recrutamento e Alocação de Pessoas 134
8.3.7 Servidores(as) em Condições de Aposentadoria 135
8.3.8 Exercício de Cargos em Comissão e Funções Comissionadas 136
8.3.9 Magistrados(as) e Membros(as) do Ministério Público 137
8.3.10 Detalhamento de Despesa de Pessoal 138
8.3.11 Justificativa para o Aumento ou Diminuição da Despesa de Pessoal 140
8.3.12 Absorção da Parcela Remuneratória de "Quintos" em Aposentadorias 140
8.3.13 Gestão do PROAS 140
8.3.14 Metas Não-Alcançadas, Principais Desafios e Perspectivas para o Próximo Ano 141
8.4. Gestão de Licitações e Contratos 142
8.4.1 Principais Normas Internas 142
8.4.2 Principais Mecanismos de Controle 142
8.4.3 Resumo das Contratações por Grupo de Despesa 143
8.4.4 Procedimentos de Contratações Realizados em 2025 144



8.4.5 Total de Contratações Formalizadas em 2025 145
8.4.6 Contratações Mais Relevantes 145
8.4.7 Contratações Diretas Realizadas 146
8.4.8 Contratações Compartilhadas 146
8.4.9 Elaboração de Nova Minuta de Contrato 147
8.4.10 Contratações Eficientes - Nova Modelagem 147
8.4.11 Atualização do Mapeamento da Fase de Planejamento das Contratações 148
8.4.12 Oficinas de Planejamento SA 149
8.4.13 Redução de Custos com Contratos de Serviços Terceirizados 149
8.4.14 Principais Desafios, Perspectivas e Ações Futuras 150
8.4.14.1 Reestruturação Normativa da Governança das Contratações, Política de Governança das Contratações e Plano Anual de Contratações, Gestão de Riscos e Macroprocessos das Contratações 150
8.5. Gestão Patrimonial e de Infraestrutura 151
8.5.1 Principais Normas 151
8.5.1.1 Revisão das Normas Relativas à Gestão Patrimonial 151
8.5.2 Principais Mecanismos de Controle 152
8.5.3 Principais Investimentos em Infraestrutura 152
8.5.4 Principais Investimentos em Equipamentos 153
8.5.5 Gestão de Materiais de Consumo e de Bens Permanentes 153
8.5.5.1 Expansão do Modelo Almoxarifado Virtual Nacional (AVN) 154
8.5.6 Locação de Equipamentos 155
8.5.7 Desfazimento de Bens 155
8.5.8 Cenário Imobiliário 156
8.5.9 Locação de Imóveis 156
8.5.10 Ações para o Complexo JE 156
8.5.11 Mudanças e Desmobilizações Relevantes 157
8.5.12 Finalização da Execução dos Serviços de Instalação da Usina Solar Fotovoltaica de 1.7mwp em Santarém-Pa 157
8.5.13 Construção do Muro de Arrimo, Reforço e Recuperação Estrutural do Fórum Eleitoral de Marabá 158
8.5.14 Reforma e Ampliação do Cartório da 18ª ZE - Altamira/PA 158
8.5.15 Manutenção Predial 159
8.5.16 Principais Desafios e Ações Futuras 159
8.6. Gestão da Tecnologia da Informação 160
8.6.1 Principais Normas 160
8.6.2 Governança de TI 161
8.6.3 Recursos Aplicados em TI 161
8.6.4 Contratações Mais Relevantes de Recursos de TI 161
8.6.5 Principais Iniciativas e Resultados na Área de TI 162
8.6.6 Segurança da Informação 164
8.6.7 Principais Metas Não-Alcançadas, Desafios e Ações Futuras 164
8.7. Sustentabilidade Ambiental 165
8.7.1 Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições 165
8.7.2 Ações de Redução de Consumo de Recursos Naturais 165
8.7.3 Aprimoramento da Destinação de Resíduos para Reciclagem 166
8.7.4 Feira Orgânica e de Artesanato 166
8.7.5 Descarte de Material de Eleição para Cooperativas de Reciclagem 167
8.7.6 Central de Resíduos Sólidos 167

09. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS. 169

9.1 Declaração do(a) Contador(a) 170
9.2 Principais Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis 170
9.2.1 Dados da Entidade 170
9.2.2 Conformidade Contábil 170
9.2.3 Dotação Orçamentária - LOA 171
9.2.4 Recursos Financeiros 172
9.3 Evidenciação da Situação e do Desempenho Financeiro, Orçamentário e Patrimonial da Gestão 172
9.3.1 Composição do Balanço Patrimonial 172
9.3.2 Resultado Patrimonial 173
9.3.3 Evolução do Patrimônio Líquido 174
9.3.4 Resultado Orçamentário 174
9.3.5 Distribuição das Despesas Empenhadas 174
9.3.6 Execução do Orçamento 175
9.3.7 Execução dos Restos a Pagar 175
9.3.8 Resultado Financeiro 175
9.4 Resumo da Situação Financeira Contábil 176
9.4.1 Recursos Financeiros 176
9.4.2 Comportamento Financeiro 177
9.5 Principais Fatos Contábeis, Contas ou Grupos de Contas, Saldos e Ocorrências Relativos ao Exercício de 2025 177
9.5.1 Ativo Circulante 177
9.5.2 Ativo Circulante - Caixa e Equivalentes de Caixa 178
9.5.3 Ativo Circulante - Créditos a Curto Prazo 178
9.5.4 Ativo Circulante - Estoques 179



9.5.5 Ativo Não Circulante 179
9.5.6 Ativo Não Circulante - Imobilizado - Bens Móveis 180
9.5.7 Ativo Não Circulante - Imobilizado - Bens Imóveis 180
9.5.8 Ativo Não Circulante - Intangível 181
9.5.9 Passivo Circulante 181
9.5.10 Patrimônio Líquido - Resultados Acumulados 182
9.6 Esclarecimentos acerca da forma como foram tratadas as Demonstrações Contábeis 182
9.7 Principais Critérios e Políticas Contábeis Adotadas 183
9.7.1 Ativo 183
9.7.1.1 Ativo - Contas Redutoras 185
9.7.2 Passivo 185
9.7.3 Patrimônio Líquido 185
9.8 Locais ou Endereços Eletrônicos em que Balanços, Demostrações e Notas Explicativas estão publicados e/ou podem ser acessados em sua íntegra 185
9.9 Auditorias Independentes e/ou dos Órgãos de Controle Público 185
9.10 Contas Relativas aos Fundos de Financiamento 186



MENSAGEM DO PRESIDENTE

CAPÍTULO 1



Apresentamos o Relatório de Gestão 2025 do Tribunal Regional Eleitoral do Pará como instrumento de transparência, prestação de contas e compromisso institucional com a boa governança.

O documento reúne as principais ações, projetos e resultados alcançados ao longo do período, refletindo o esforço conjunto de magistrados(as), servidores(as), colaboradores(as) e unidades administrativas, no cumprimento da missão constitucional da Justiça Eleitoral.

Mais do que um registro de atividades, este relatório expressa o compromisso permanente deste Tribunal com a eficiência, a responsabilidade administrativa, a inovação e o fortalecimento da democracia, sempre orientados pelo interesse público.

No ano de 2025, o Regional Paraense teve destaque no cenário nacional ao promover, em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral, o Fórum Nacional VERDEMOCRACIA, em que se fizeram presentes Ministros de Tribunais Superiores, Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e a sociedade civil, para debater o papel da Justiça Eleitoral, a desinformação e as Eleições 2026.

A aquisição do terreno para a construção do Complexo da Justiça Eleitoral, localizado na Avenida Júlio César, representou uma importante conquista, pois a concentração da Sede e Zonas Eleitorais num único espaço, permitirá melhor acesso dos(as) eleitores(as) às Zonas Eleitorais da capital, promovendo melhorias no atendimento eleitoral, conforto e acessibilidade aos(às) usuários(as).

Na área judiciária, cumpre destacar o alcance das metas do Conselho Nacional de Justiça, entregando ao(à) jurisdicionado(a) uma justiça célere e dinâmica. A gestão também se empenhou na promoção da sustentabilidade ambiental, com a redução da frota de veículos, plantio de mudas e a conclusão da construção da usina fotovoltaica, o que torna o TRE-PA um exemplo de utilização de energia limpa e sustentável.

A revitalização de Cartórios Eleitorais com infraestruturas modernas e projetadas para o conforto, segurança e inclusão social ao eleitorado local também se mostrou uma preocupação real na gestão em 2025.

O Projeto Retoma Bio atingiu 57 municípios, promovendo o cadastro biométrico das comunidades atingidas.

A atuação integrada e colaborativa dos diversos setores permitiu a superação de obstáculos operacionais, garantindo a realização de atividades essenciais como o atendimento ao eleitorado, o alistamento biométrico, o apoio às Zonas Eleitorais e o fortalecimento das ações de cidadania. O empenho das equipes revelou não apenas eficiência administrativa, mas também sensibilidade social e respeito às especificidades regionais da população paraense.

Assim, a Presidência reconhece e enaltece o valor humano de seus profissionais, cuja dedicação diária contribuiu de forma decisiva para o cumprimento da missão institucional da Justiça Eleitoral, reafirmando o compromisso com a legalidade, a transparência e a efetividade do processo democrático no Estado do Pará.

DESEMBARGADOR
JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO
PRESIDENTE DO TRE-PA



VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

CAPÍTULO 2

2.1 QUEM SOMOS



O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) é um órgão do Poder Judiciário Federal, com jurisdição especializada. Sua missão constitucional consiste em processar e julgar processos em matéria eleitoral (incluindo registros de candidaturas, prestações de contas de partidos políticos, candidatas e candidatos, representações por propaganda irregular, ações de impugnação de mandato eletivo, ações de investigação judicial eleitoral e ações penais por crimes eleitorais), assegurando a segurança jurídica e a integridade das eleições no estado do Pará.

Para além de sua função jurisdicional, e visando salvaguardar a soberania popular, o TRE-PA atua na gestão de todo o ciclo democrático do Estado, que inclui a gestão do cadastro eleitoral, o planejamento integrado das eleições e as etapas de votação e apuração dos resultados, cuja eficiência e inovação se destacam pela adoção de logística multimodal complexa e adaptada às necessidades e particularidades geográficas da região.

2.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES

Os direcionadores estratégicos do TRE-PA, compostos por Missão, Visão e Valores, estabelecem a base da governança e orientam a tomada de decisões em todos os níveis da instituição. São elementos que fundamentam o Planejamento Estratégico do Tribunal e orientam a definição dos Macrodesafios, garantindo o alinhamento das atividades aos objetivos da Justiça Eleitoral.

Missão

Garantir a transparência e a legitimidade do processo eleitoral visando ao fortalecimento da democracia.

Visão

Ser reconhecido como órgão de excelência, pautado pela inovação e qualidade, na gestão do processo eleitoral, na prestação jurisdicional e na acessibilidade dos serviços.

Valores

Acessibilidade, credibilidade, ética, sustentabilidade, celeridade, efetividade, inovação e transparência

2.3 PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS

- Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 118 a 121)
- Lei nº 4.737/1965 - Código Eleitoral
- Lei nº 9.096/1995 - Partidos Políticos
- Lei nº 9.504/1997- Lei das Eleições
- Resoluções do TSE
- Regimento Interno do TRE-PA
- Regulamento da Secretaria

2.4 COMPOSIÇÃO DO TRE-PA

MEMBROS(AS) EFETIVOS(AS)



DESEMBARGADOR PRESIDENTE
JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Biênio: 20/01/2025 - 20/01/2027



DESEMBARGADORA VICE-PRESIDENTE E CORREGEDORA
MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Biênio: 20/01/2025 - 20/01/2027



JUIZ FEDERAL
DOMINGOS DANIEL MOUTINHO DA CONCEIÇÃO FILHO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 1ª REGIÃO
Biênio: 15/07/2025 - 15/07/2027



JUÍZA DE DIREITO
ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Biênio: 27/06/2025 - 27/06/2027



JUIZ DE DIREITO
MARCUS ALAN DE MELO GOMES
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Biênio: 12/03/2024 - 12/03/2026

JURISTA
VAGO
OAB - PA
Biênio: -



JURISTA
MARCELO LIMA GUEDES
OAB - PA
Biênio: 27/06/2024 - 27/06/2026



PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL
BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Biênio: 01/11/2025 - 31/10/2027

MEMBROS(AS) SUBSTITUTOS(AS)



DESEMBARGADORA
EZILDA PASTANA MUTRAN
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
BIÊNIO: 28/02/2025 - 28/02/2027



DESEMBARGADOR
AMÍLCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Biênio: 28/01/2025 - 28/01/2027



JUÍZA FEDERAL
CARINA CÁTIA BASTOS DE SENNA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 1ª REGIÃO
Biênio: 15/07/2025 - 15/07/2027



JUIZ DE DIREITO
MIGUEL LIMA DOS REIS JUNIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Biênio: 04/08/2025 - 04/08/2027



JUIZ DE DIREITO
JOÃO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Biênio: 18/06/2024 -18/06/2026

JURISTA
VAGO
OAB - PA
Biênio: -

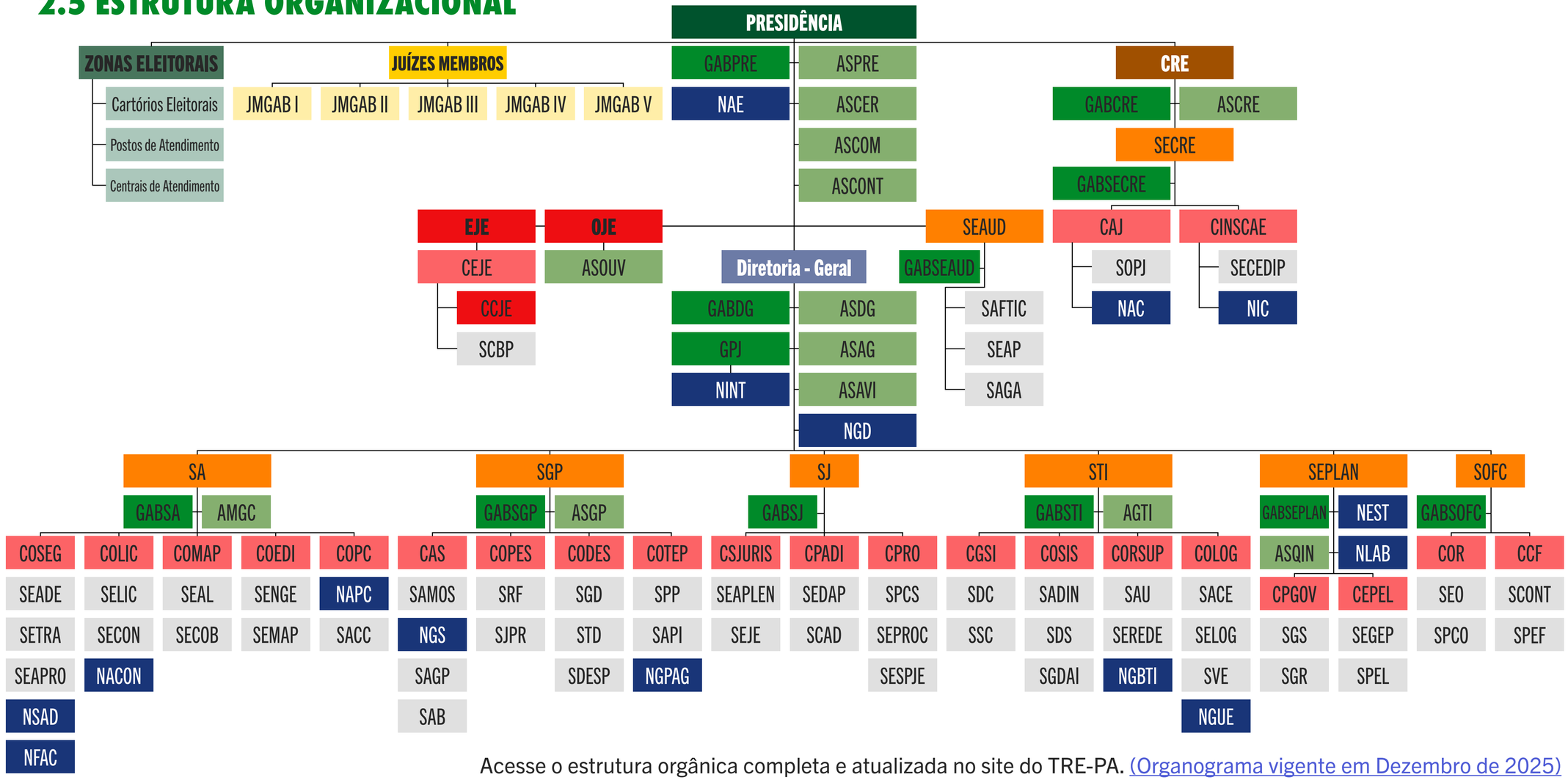


JURISTA
TIAGO NASSER SEFER
OAB - PA
Biênio: 22/01/2024 - 22/01/2026



PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL
ALAN ROGÉRIO MANSUR SILVA
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Biênio: 01/11/2025 - 31/10/2027

2.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Acesse o estrutura orgânica completa e atualizada no site do TRE-PA. (Organograma vigente em Dezembro de 2025)

REESTRUTURAÇÃO

A Estrutura Orgânica do Tribunal Regional Eleitoral do Pará para o biênio 2025-2027, instituída pela Resolução TRE-PA nº 5.845, de 04 de fevereiro de 2025, e suas alterações, decorreu de um processo de aperfeiçoamento institucional, orientado pela necessidade de modernização administrativa e atendimento a demandas institucionais relevantes, norteadas por diretrizes estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e boas práticas de Tribunais Eleitorais de médio porte.

Além das mudanças referentes à atualização de nomenclaturas de unidades, redistribuição de cargos e funções comissionadas, a reestruturação implementada pela Resolução TRE-PA nº 5.845/2025 teve como pontos centrais a criação das seguintes unidades:

- **Assessoria de Apoio às Zonas Eleitorais (ASAVI):** unidade vinculada à Diretoria-Geral, que atua no suporte técnico às Zonas Eleitorais. A iniciativa atendeu à demanda sensível relacionada às exigências decorrentes do volume e da complexidade dos processos judiciais, contribuindo para o fortalecimento da capacidade operacional das unidades responsáveis pela execução das atividades finalísticas.
- **Seção de Auditoria da Gestão Financeira e de Tecnologia da Informação e Comunicação (SAFITIC):** unidade vinculada à Secretaria de Auditoria, que, considerando a relevância estratégica e o elevado grau de complexidade das contratações de tecnologia da informação, tem como finalidade ampliar a capacidade de fiscalização técnica, aprimorar os mecanismos de governança e promover maior transparência e eficiência na aplicação dos recursos.
- **Núcleo Gestor de Promoção à Saúde Mental (NGS):** unidade vinculada à Secretaria de Gestão de Pessoas, que incorporou de forma estruturada a temática do bem-estar e da saúde mental dos(as) servidores(as) à gestão institucional. Tal iniciativa reconhece a correlação entre condições de trabalho, saúde ocupacional e desempenho organizacional, visando contribuir para a eficiência e qualidade dos serviços prestados.

Por meio de tais medidas, a reestruturação reforçou o compromisso institucional com a excelência da gestão, ao considerar o apoio à jurisdição, a governança em tecnologia da informação e a saúde dos(as) servidores(as) como eixos relevantes de atuação do TRE-PA.

Regulamento da Secretaria

Com o advento da reestruturação orgânica implementada pela Resolução TRE-PA nº 5.845/2025, foi estabelecido novo Regulamento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, por meio de Resolução nº 5.866, de 24 de outubro de 2025, que dispõe sobre a organização administrativa, define as competências das unidades que o integram e dá outras providências.

A elaboração do normativo foi conduzida de forma participativa, com a atuação da Presidência, da Corregedoria Regional Eleitoral do Pará, da Diretoria-Geral e de suas unidades vinculadas, que se manifestaram quanto à manutenção, revisão e redefinição de atribuições, bem como quanto à definição de competências das unidades criadas no contexto da reestruturação.

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Resolução TRE-PA nº 5845/2025 (Reestruturação Orgânica), o Regulamento da Secretaria destaca, entre outros aspectos, a previsão de Juízes Auxiliares da Presidência e da Corregedoria, em alinhamento à proposta de atualização regimental em tramitação. Desta forma, o novo regulamento consolida-se como instrumento normativo de referência para a definição das competências da Secretaria do Tribunal, contribuindo para a clareza organizacional, a padronização de atribuições e o fortalecimento da governança institucional.

2.6 TRIBUNAL EM NÚMEROS

ZONAS ELEITORAIS

101 Cartórios Eleitorais

34 Postos de Atendimento

5.882 Locais de Votação

21.679 Seções Eleitorais

RECURSOS HUMANOS

114 Magistrados(as) Totais

101 Juízes(as) Eleitorais

6 Juízes(as) Membros(as) Efetivos

6 Juízes(as) Membros(as) Substitutos(as)

1 Juiz Auxiliar

466 Servidores(as) Efetivos(as) ou Removidos(as)

338 Requisitados(as) e Cedidos(as)

1 Comissionados(as) sem vínculo

354 Colaboradores(as)

151 Estagiários(as)

ELEITORES(AS) 6.123.067



URBANO **4.705.222 (76,84%)**

QUILOMBOLA **26.790 (0,43%)**

RURAL **984.672 (16,08%)**

INDÍGENA **14.118 (0,23%)**

RIBEIRINHO **392.265 (6,40%)**

ATENDIMENTO 417.274



REVISÃO **253.046 (60,64%)**

TRANSFERÊNCIA **79.691 (19,09%)**

ALISTAMENTO **84.537 (20,25%)**

*Atendimento Itinerante (9,2%) 38.507



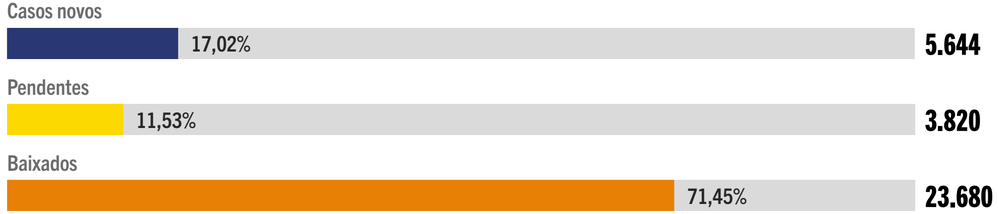
Revisão **26.462 (68,7%)**

Transferência **3.728 (9,7%)**

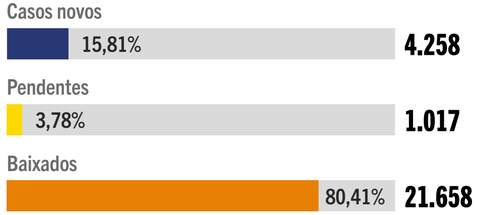
Alistamento **8.317 (21,6%)**

PROCESSOS

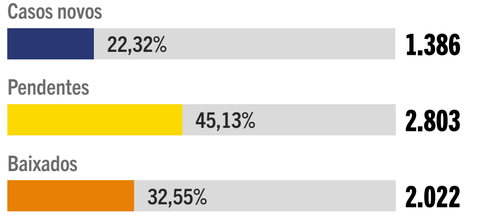
TRIBUNAL



1° GRAU



2° GRAU



Em 2025, ano não eleitoral, houve a redução natural de casos novos e processos pendentes em comparação com o ano anterior, onde foram registrados 48.963 casos novos e 19.239 pendentes ao final de 2024.

O alto quantitativo de processos baixados deve-se à baixa dos processos de Prestação de Contas dos candidatos não eleitos, pois a capacidade operacional do Tribunal não é suficiente para a baixa no mesmo ano que a eleição ocorreu.

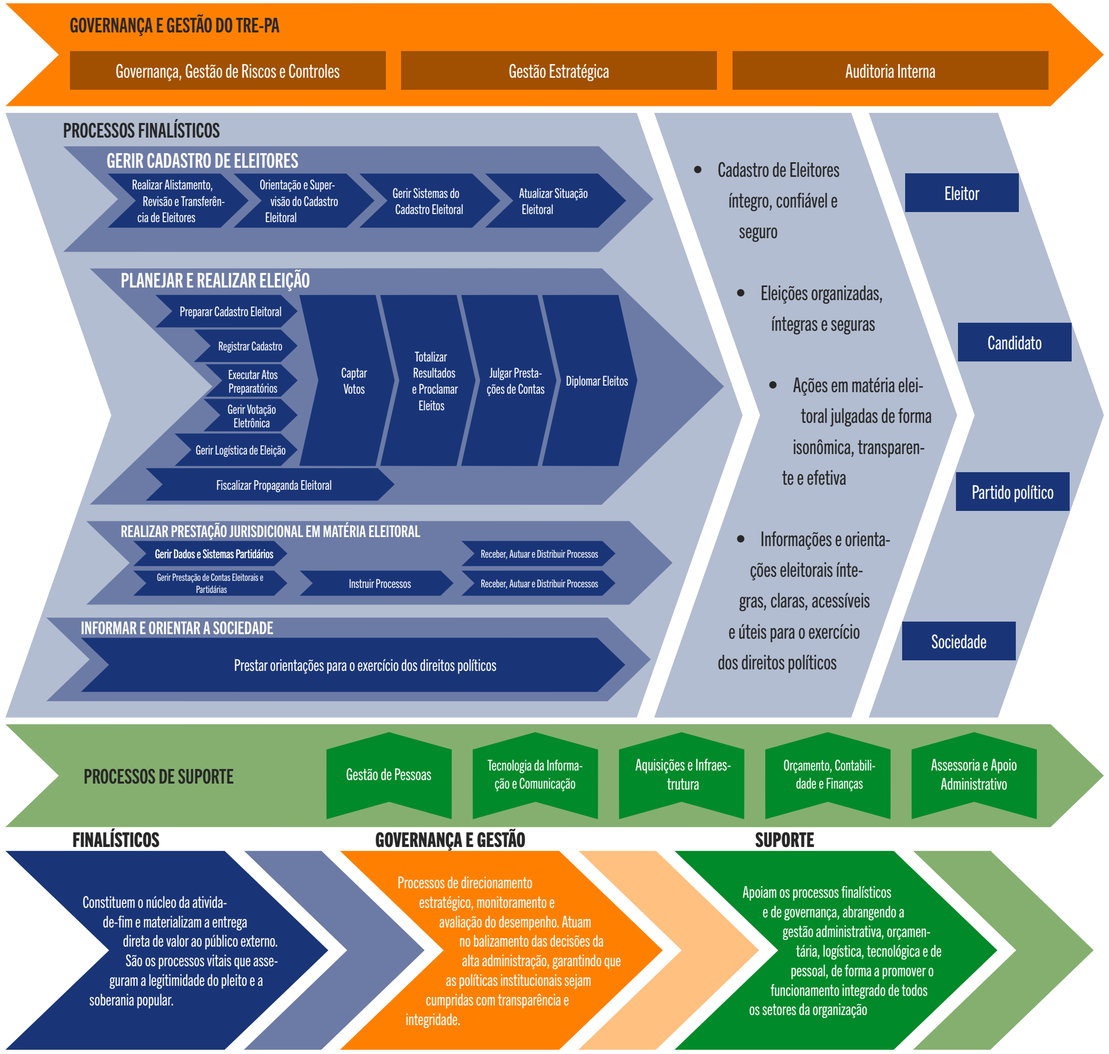
2.7 CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor é a representação sistêmica do modelo de negócio de uma organização, que descreve como os processos de trabalho se articulam para transformar insumos e recursos em valor público, entregando produtos e serviços que respondam efetivamente às necessidades da sociedade.

Evidencia a conexão entre os principais processos de trabalho da instituição e o valor dela resultante, com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos e à satisfação das partes interessadas.

No âmbito do TRE-PA, o modelo adotado reflete a integração de competências que constituem suas atividades essenciais, quais sejam: a realização das eleições e a prestação jurisdicional especializada, tendo como destinatários o eleitorado, candidatos(as), partidos políticos e a sociedade em geral.

Aprovada pela Portaria TRE-PA nº 19.414/2020, a cadeia de valor vigente estrutura os macroprocessos em três grupos fundamentais:



2.8 MODELO DE NEGÓCIOS

O Modelo de Negócios do TRE-PA é a representação visual e estratégica de como a instituição articula recursos, atividades e parcerias para cumprir sua missão constitucional.

PARCERIAS-CHAVE

- Tribunal Superior Eleitoral
- Tribunais Regionais Eleitorais
- Tribunal de Justiça do Estado do Pará
- Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região
- Justiça Federal da 1ª Região
- Ministério Público
- Governo do Estado do Pará
- Prefeituras
- Forças Policiais
- Forças Armadas
- OAB-PA
- Imprensa

ESTRUTURA DE CUSTOS

- Recursos Humanos
- Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Infraestrutura Predial

ATIVIDADES-CHAVE

- Planejamento, Realização e Apuração das Eleições
- Prestação Jurisdicional
- Administração do Cadastro Eleitoral
- Relacionamento com a Sociedade
- Administração do Cadastro de Partidos Políticos

RECURSOS-CHAVE

- Servidores(as)
- Magistrados(as)
- Colaboradores(as) - requisitados(as), terceirizados(as), mesários(as), membros(as) das Juntas Apuradoras e apoio logístico
- Recursos Orçamentários
- Recursos de TI
- Infraestrutura

PROPOSTA DE VALOR

- Garantir o exercício da cidadania
- Garantir a lisura e a transparência do processo eleitoral
- Garantir o direito de votar e ser votado

RELAÇÕES COM OS CLIENTES

- Transparência
- Agilidade na Prestação de informações
- Eficiência
- Proteção de Dados
- Interatividade

ESTRUTURA DE RECEITAS

- Orçamento Público

CANAIS

- Portal (site institucional)
- Redes Sociais
- Atendimento Presencial
- Ouvidoria
- Central Telefônica
- Serviços Digitais
- Aplicativos de Mensagens Instantâneas

SEGMENTOS DE CLIENTES

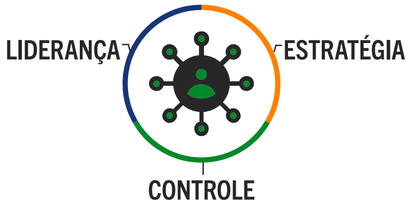
- Sociedade
- Eleitores(as)
- Partidos Políticos
- Candidatos(as)
- Advogados(as)
- Imprensa

2.9 DEFINIÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Em atendimento às diretrizes estabelecidas na IN TCU nº 84/2020 e na DN TCU nº 198/2022, e com base no Planejamento Estratégico (PEJEPA 2021-2026), no Plano de Gestão 2025/2027 e na cadeia de valor vigente, o conteúdo que integra o presente Relatório de Gestão foi definido a partir de metodologia de priorização de ações e/ou iniciativas que geraram significativo valor público no exercício de 2025, conforme as etapas a seguir:

1. Indicação dos temas obrigatórios pela Secretaria de Planejamento
2. Levantamento de iniciativas que geraram valor público em 2025
3. Análise da materialidade das ações indicadas, segundo critérios de importância e relevância
4. Priorização das iniciativas pela Alta Administração

2.10 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

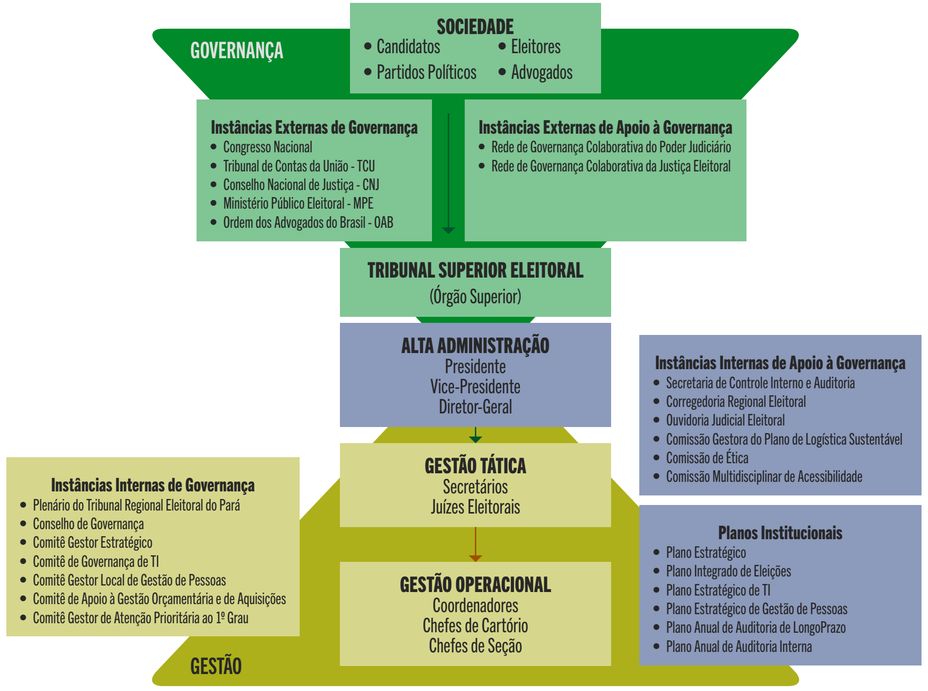


A governança institucional do TRE-PA fundamenta-se nos mecanismos de Liderança, Estratégia e Controle, essenciais para avaliar, direcionar e monitorar a gestão.

Tal estrutura assegura que a condução das políticas institucionais e a prestação jurisdicional ocorram com transparência, eficácia e foco no interesse público.

Instituído pela Resolução TRE-PA nº 5.415/2017, o Sistema de Governança e Gestão deste Tribunal compreende práticas gerenciais, instâncias deliberativas e planos institucionais voltados ao alcance de resultados e gerenciamento de riscos, a partir do estabelecimento, execução e monitoramento de objetivos, indicadores e iniciativas orientados ao cumprimento de sua missão institucional e visão de futuro.

Dessa forma, a governança do TRE-PA atua como um pilar de sustentabilidade estratégica, garantindo que, na tomada de decisões, seja priorizada, em todos os níveis, a otimização dos resultados e a efetiva entrega de valor à sociedade.



Sistema de Governança e Gestão do TRE do Pará

2.11 APOIO À ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

2.11.1 CONSELHO DE GOVERNANÇA

O Conselho de Governança exerce papel central na avaliação das estratégias, políticas e diretrizes da Justiça Eleitoral do Pará, bem como no monitoramento da conformidade, do desempenho institucional e da aderência aos objetivos estratégicos do Tribunal.

Em 2025, o colegiado apreciou matérias inseridas no âmbito de sua competência, com base em informações gerenciais, indicadores institucionais e evidências de desempenho, contribuindo para o alinhamento entre planejamento e execução, para o fortalecimento da governança organizacional e para a melhoria da eficiência administrativa e da qualidade dos serviços prestados à sociedade.





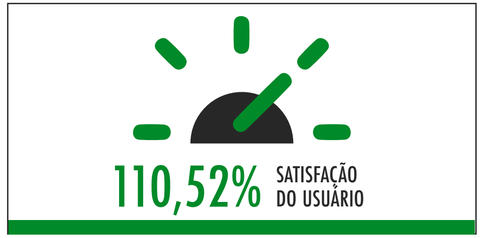
2.11.1.1 Reuniões de Análise Estratégica - RAEs

Por meio das Reuniões de Análise Estratégica (RAEs), o TRE-PA consolida uma cultura de alta performance, onde indicadores de excelência e projetos premiados garantem a eficiência da Justiça Eleitoral.

O RITUAL DA TRANSPARÊNCIA: COMO AS RAES MOVEM O TRIBUNAL



1ª RAE 2025, realizada em Maio/25



Em 2025, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) consolidou a importância das Reuniões de Análise Estratégica (RAE) como instrumentos fundamentais de sua governança. Realizadas nos meses de maio e novembro, as RAEs proporcionaram um ambiente de diálogo técnico e análise crítica, permitindo que a alta administração e as áreas executoras alinhassem as ações institucionais aos objetivos previstos no planejamento estratégico. O processo foca no monitoramento contínuo de indicadores, confrontando o desempenho realizado com as metas estabelecidas. Os resultados de 2025 demonstram a consistência do trabalho desenvolvido. Na 1ª RAE, ocorrida em 23 de maio de 2025, verificou-se o cumprimento de indicadores essenciais, com destaque para o Índice de Satisfação do Usuário (GDF1), que atingiu 110,52% além do alcance das metas voltadas à Acessibilidade (GDF3) e à Equidade no Atendimento (GDF2), esta última registrando 101,43%.

2.11.2 COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TI

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E MONITORAMENTO

A Governança de TI do TRE-PA, regulamentada pela Resolução TRE-PA nº 5.419/2018, assegura que as iniciativas tecnológicas gerem valor público e estejam alinhadas aos objetivos institucionais. O modelo atua fundamentado na sinergia entre o Comitê Diretor de Tecnologia da Informação (CDTI), responsável pelas decisões estratégicas, e o Comitê Tático de Tecnologia da Informação (CTTI), encarregado do nível tático e operacional.

2.11.3 COMISSÃO DIRETIVA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CDTI

No exercício de 2025, o CDTI realizou 3 (três) reuniões oficiais, mantendo forte atuação junto à Alta Administração: na primeira (28/01/2025), deliberou-se sobre a elaboração do Plano de Gestão de TIC para o biênio 2025/2026, estabelecendo as bases para futuras contratações e projetos. Posteriormente, a segunda reunião ocorreu de forma concomitante à Reunião de Análise da Estratégia (RAE) do Tribunal (23/05/2025), reforçando a integração entre a governança corporativa e a de TI. Na terceira reunião (04/11/2025), promoveu-se o monitoramento contínuo da pauta de soluções e da execução orçamentária.

De forma complementar e integrada, a CTTI atuou na formulação de projetos e na proposição de diretrizes, tendo realizado 10 (dez) reuniões ao longo do ano. Essa atuação tática constante garantiu o alinhamento técnico, o encaminhamento adequado dos planos tecnológicos para aprovação superior e a operacionalização efetiva das metas estabelecidas no planejamento da instituição.





2.11.4 COMITÊ DE APOIO À GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E DE AQUISIÇÕES

O Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições (CGA) é a instância interna de apoio à governança orçamentária e de contratações do TRE-PA, instituído pela Portaria TRE-PA nº 16.732/2017, com competência para:

- Assessorar a Presidência e a Diretoria-Geral nas decisões estratégicas relacionadas ao orçamento e às contratações;
- Deliberar sobre o Plano Anual de Contratações (PCA);
- Acompanhar a execução orçamentária;
- Propor ajustes e realocações de recursos;
- Avaliar riscos fiscais e contratuais;
- Promover o alinhamento entre planejamento, orçamento e estratégia institucional.

No exercício de 2025, o CGA atuou de forma contínua e estratégica, realizando 05 (cinco) reuniões deliberativas, onde foram analisadas propostas, aprovados planos e realizado o acompanhamento da execução das principais ações institucionais.



PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES DO CGA EM 2025

1. Aprovação da proposta preliminar da Programação Orçamentária Anual (POA) 2026;
2. Definição de estratégias para enfrentamento do déficit orçamentário;
3. Preservação das despesas com serviços continuados;
4. Convalidação de atos administrativos e autorizações da Diretoria-Geral;
5. Ajustes e revisões do Plano Anual de Contratações;
6. Avaliação da materialidade das contratações estratégicas;
7. Monitoramento das contratações de maior impacto orçamentário, como:
   - Energia elétrica;
   - Manutenção predial;
   - Agenciamento de viagens; e
   - Contratos de tecnologia da informação.

APROVAÇÃO DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES 2026



2.11.5 COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO

Instituído pela Portaria TRE/PA nº 15.770/2016, alterada pela Portaria TRE-PA nº 23.859/2025, o Comitê Orçamentário e Gestor Regional da Priorização de 1º Grau de Jurisdição (COP1G) do TRE-PA é instância estratégica de governança interna voltada ao fortalecimento das zonas eleitorais.

Com uma composição multidisciplinar de magistrados(as) e servidores(as), o Comitê realizou cinco reuniões no exercício de 2025 para deliberar sobre demandas essenciais ao 1º grau, atuando de forma consultiva e propositiva junto à Presidência do Tribunal.

Dentre as deliberações, destacaram-se a proposta de instituição de comissões de estudo para modelos inovadores de atuação cartorária e a criação de um repositório para padronização de decisões judiciais, visando mitigar riscos decorrentes da escassez de recursos humanos. Foram, ainda, articulados avanços no regime de teletrabalho, com propostas de reavaliação de limites normativos, e na expansão da capacitação permanente voltada às zonas eleitorais, em interlocução direta com a Escola Judiciária Eleitoral (EJE).

Quanto à governança orçamentária, o colegiado solicitou formalmente a dotação de recursos específicos para o Plano Orçamentário Anual de 2026 e o acesso aos sistemas de execução para o acompanhamento das despesas das próximas eleições.

Por fim, em 2025, a gestão do COP1G priorizou o atendimento às demandas diretas das unidades de ponta, apreciando mais de 25 propostas relativas à infraestrutura, saúde do servidor e logística operacional. Ao sistematizar o enca-

minhamento formal dessas demandas às unidades competentes por meio de matrizes de monitoramento, o Comitê reafirmou seu papel como elo fundamental entre as zonas eleitorais e a Alta Administração, promovendo a perenidade da eficiência jurisdicional em todo o estado.

2.11.6 COMITÊ GESTOR LOCAL DE GESTÃO DE PESSOAS

Instituído pela Portaria TRE-PA nº 17.374/2017, o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas (CGLGP) atua como instância estratégica para o alinhamento das políticas de recursos humanos ao Plano Estratégico Institucional. Sua composição é multidisciplinar, contando com representantes das unidades de Gestão de Pessoas, Planejamento e Estratégia, além de membros indicados pela Presidência, Corregedoria, Diretoria-Geral e 02 (dois) servidores(as) eleitos(as) pelo corpo funcional, entre servidores(as) da Secretaria e Zonas Eleitorais.

As competências do CGLGP estão dispostas no art. 5º da portaria:

- Deliberar sobre a política de gestão de pessoas do Tribunal, observando o alinhamento com o plano estratégico institucional;
- Deliberar sobre propostas e medidas relacionadas ao melhoramento da Gestão de Pessoas no Tribunal, propondo regulamentações, quando couber;
- Acompanhar e monitorar as ações relativas à gestão de pessoas, cobrando efetividade, redefinindo os prazos, e/ou orientando quanto à necessidade de correção em processos ou projetos relacionados à gestão de pessoas;
- Atuar na interlocução com a Rede de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário, compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados; e
- Monitorar, avaliar e divulgar o desempenho e os resultados alcançados pela gestão de pessoas.

A composição atualizada, atas de reuniões e atribuições do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas do TRE-PA podem ser consultadas na área de Governança Institucional do portal do Tribunal na internet, ou clicando neste link.

2.11.7 COMITÊ GESTOR LOCAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Instituído pela Portaria TRE-PA nº 16.121/2016, o Comitê atua na implementação da Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados(as) e Servidores(as), conforme a Resolução CNJ nº 207/2015. Sua composição é multidisciplinar, reunindo magistrados de 1º e 2º graus, gestores das áreas de Saúde (SAMOS) e Secretaria de Gestão de Pessoas, além de uma equipe técnica formada por médico(a), psicólogo(a) e assistente social do quadro do Tribunal.

As competências do Comitê, voltadas à promoção da qualidade de vida e eficiência institucional, abrangem:

- Implementar e gerir a Política de Atenção Integral à Saúde no âmbito do Tribunal;
- Fomentar programas, projetos e ações a ela vinculados;
- Atuar na interlocução com o CNJ, com a Rede de Atenção Integral à Saúde, com o Comitê Gestor Nacional, com os demais Comitês Gestores Locais e com instituições parceiras;
- Promover, em cooperação com as unidades de saúde, reuniões, encontros e eventos sobre temas relacionados à Política;
- Auxiliar a Administração do Tribunal no planejamento orçamentário da área de saúde, além de analisar e divulgar os resultados alcançados.

A composição, atas de reuniões e atribuições do Comitê podem ser consultadas na área de Governança Institucional do portal do Tribunal na internet, ou clicando neste link.

2.12 INDICADORES DE GOVERNANÇA

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) atingiu, em 2025, o maior índice de maturidade em governança de sua história. O indicador AGG1 chegou à marca de 0,63, superando o recorde anterior de 0,59 registrado em 2024. O resultado coloca o Tribunal em um novo patamar de eficiência perante os critérios do iESGo (TCU), destacando-se como uma instituição em constante evolução.

EXCELÊNCIA EM EIXOS ESTRATÉGICOS

- Modelo de Gestão Estratégica implantada
- Programa de Integridade implantado
- Avaliação de Resultados



Embora o índice global busque o topo, o TRE-PA já celebra a pontuação máxima (100% de conformidade) em áreas fundamentais que servem de alicerce para o Tribunal.

RUMO AO PRÓXIMO NÍVEL: O PLANO DE EVOLUÇÃO

Para superar o próprio recorde nos próximos anos, o Tribunal já trabalha em ações que atacarão os pontos remanescentes:

- O novo Planejamento Estratégico está sendo desenhado para que cada objetivo tenha um gestor responsável nominal, elevando a pontuação de liderança.
- Eficiência Operacional e Desburocratização: estão em curso estudos para a eliminação da exigência de certidões e documentos que o Estado já possui. O foco é facilitar a vida do cidadão paraense.

2.13 AMBIENTE EXTERNO

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), no exercício de sua missão institucional de “garantir a transparência e a legitimidade do processo eleitoral visando ao fortalecimento da democracia”, atua em estrita conformidade com o ordenamento jurídico do país, balizado na Constituição Federal, na legislação eleitoral e em regulamentos expedidos por órgãos como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

Embora dotado de autonomia funcional, o TRE-PA adota o modelo de gestão colaborativa. Por meio de parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas como Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), Tribunal Regional do Trabalho 8ª Região (TRT8), Tribunal Regional Federal 1ª Região (TRF1), Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE), Prefeituras, órgãos de segurança, escolas, universidades e entidades civis, o Tribunal amplia o alcance de suas ações no Estado, promovendo a inclusão política e incentivando a participação ativa do(a) cidadão(ã) em todas as fases do processo democrático.

A atuação do TRE-PA está sujeita à influência de variáveis externas, como restrições orçamentárias, que exigem uma gestão eficiente e ajustes constantes. Ainda assim, o Tribunal mantém seu compromisso de prestar um serviço de excelência, otimizando recursos para garantir a lisura das eleições e a acessibilidade aos seus serviços em todas as regiões do Estado.

Para além das funções de julgar os processos eleitorais e administrar o pleito, o TRE-PA investe no fortalecimento da cultura política no Pará. As iniciativas detalhadas neste Relatório Integrado refletem a estratégia da instituição em transformar desafios em valor público, assegurando que a transparência e a cidadania sejam as entregas centrais à sociedade.



















RELAÇÃO COM OS(AS) BENEFICIÁRIOS(AS) DOS SERVIÇOS

CAPÍTULO 3

3.1 COMO VOCÊ PODE FALAR CONOSCO

DISQUE-ELEITOR

ATENDIMENTO TELEFÔNICO E DIGITAL

148 (Ligação gratuita)

(91)3346-8000 (WhatsApp)

CHATBOT

ATENDIMENTO DIGITAL

(91)3346-8000 (WhatsApp)

Automático: 24 horas

Humanizado: 8 às 14 horas (segunda a sexta-feira)

PROTOCOLO GERAL

(91)3346-8769 Telefone

8 às 14 horas (segunda a sexta-feira)

protocolo@tre-pa.jus.br (E-mail)

Presencial: Rua João Diogo, 288 - Campina - Belém/PA

BALCÃO VIRTUAL

Atendimento por videoconferência. Acesse a página: https://www.tre-pa.jus.br/servicos-judiciais/balcao-virtual/balcao-virtual-1

(segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas)

CONTATOS

UNIDADES DO TRIBUNAL E ZONAS ELEITORAIS

Sistema CONTATO (solicitação de atendimento): https://www.tre-pa.jus.br/servicos-judiciais/solicitacao-de-contato-unidades

Lista de ramais das unidades: https://apps2.tre-pa.jus.br/apex/r/apex_app/listel-externo/listel

Contatos e informações sobre as Zonas Eleitorais: https://apps2.tre-pa.jus.br/apex/r/apex_app/infozonas/zonas/

CONTATOS

OUVIDORIA JUDICIAL ELEITORAL

(91)3346-8000 (WhatsApp) (91)3346-8034 Telefone

ouvidoria@tre-pa.jus.br (E-mail)

ouvidoriadamulher@tre-pa.jus.br Canal Ouvidoria da Mulher (segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas)

https://www.tre-pa.jus.br/institucional/ouvidoria (Formulário eletrônico)

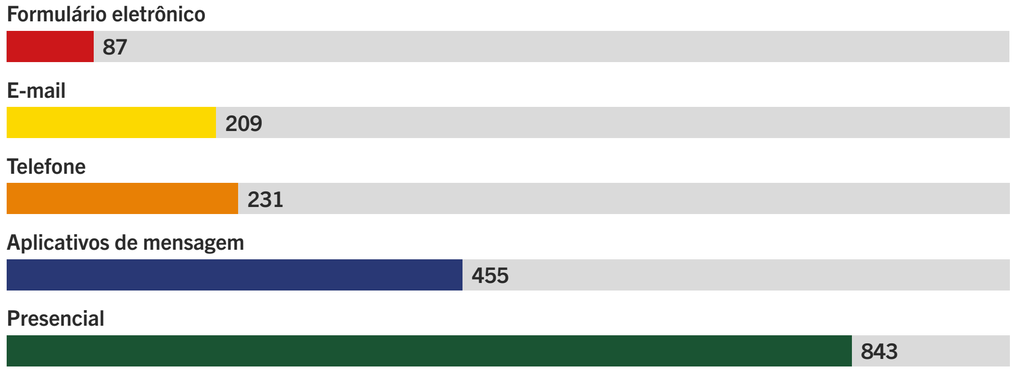
3.2 RELACIONAMENTO COM OS(AS) DESTINATÁRIOS(AS) DOS SERVIÇOS

REDES SOCIAIS E PRINCIPAIS ATIVIDADES EM NÚMEROS

INSTAGRAM	4.454 PUBLICAÇÕES	28.852 SEGUIDORES	70.509 INTERAÇÕES
FACEBOOK	4.454 PUBLICAÇÕES	6.766 SEGUIDORES	4.110 INTERAÇÕES
YOUTUBE	1.502 PUBLICAÇÕES	19.476 INSCRITOS	208.117 VISUALIZAÇÕES
NOTÍCIAS	242 INTERNET	495 INTRANET	
FLICKR	11.745 FOTOS	287 ÁLBUNS	
RÁDIO E TV	22 ENTREVISTAS		
MAILING	378 INSCRITOS		

3.3 ESTATÍSTICAS DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA OUVIDORIA

ATENDIMENTOS REALIZADOS PELOS CANAIS DA OUVIDORIA



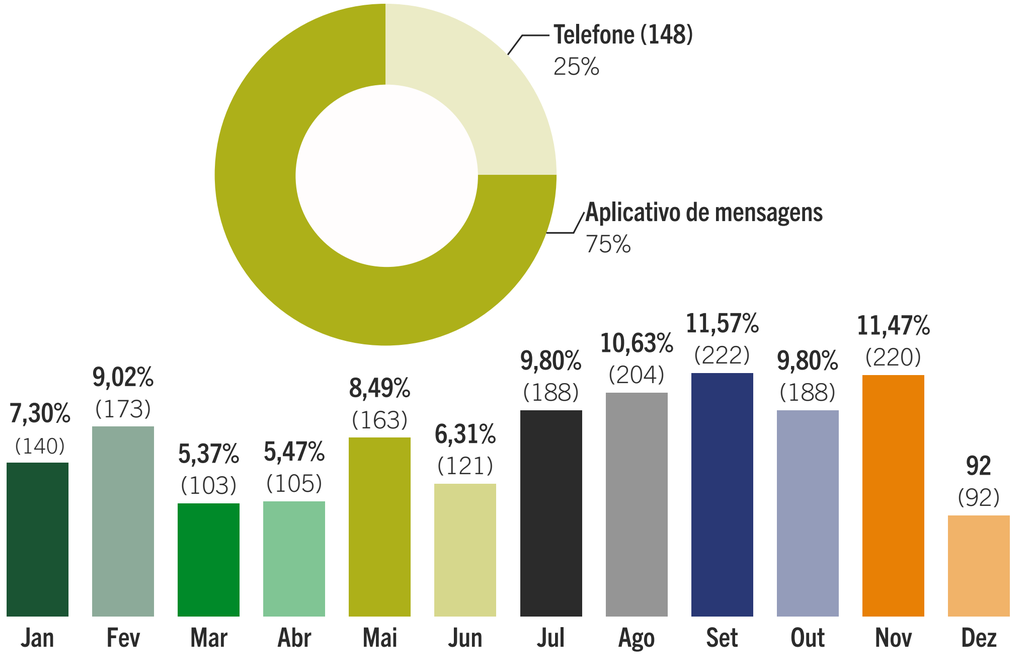
No ano de 2025, foram registradas 1.825 (mil oitocentas e vinte e cinco) manifestações pelos diversos canais da Ouvidoria, dentre demandas classificadas como solicitações, reclamações, elogios, denúncias e pedidos de acesso à informação pública, todas tratadas e encerradas com a devida comunicação ao(à) usuário(a) interessado(a).

Mais de 85% das demandas recebidas, dizem respeito a pedidos de esclarecimento sobre os serviços prestados pela Justiça Eleitoral ou sobre a situação do título eleitoral. Outras manifestações, em grau bem mais reduzido, dizem respeito a assuntos próprios de ouvidorias, como reclamações, sugestões, elogios, denúncias, e versam sobre os variados assuntos, como informações institucionais e de transparência, concurso público, seleção de estagiárias e estagiários, acesso a decisões e processos administrativos e judiciais, atendimento ao público, entre outros.

Entre as manifestações classificadas como pedidos de acesso à informação, com base na Lei nº 12.527/2011, foram registradas 33 (trinta e três) demandas, de acordo com a tabela mensal abaixo, tendo havido o indeferimento de 2 (dois) pedidos, em razão da indisponibilidade dos dados solicitados, conforme esclarecido à pessoa solicitante.

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	TOTAL
Solicitação em geral	1739
Acesso à Informação	33
Reclamação	34
Denúncia	16
Elogio	3

ATENDIMENTOS REALIZADOS PELOS CANAIS DO DISQUE-ELEITOR

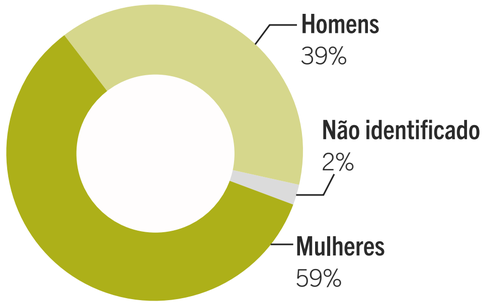


O serviço Disque-Eleitor é coordenado e operado por colaboradores(as) da Ouvidoria Judicial. Durante o ano de 2025, o canal realizou 1.919 (mil novecentos e dezenove) atendimentos, relacionados a esclarecimentos acerca dos serviços prestados a eleitoras e eleitores, tais como alistamento eleitoral, revisão de dados, transferência de domicílio, quitação eleitoral, pagamento de débitos e cadastramento biométrico. O período de maior procura foram os meses de julho a novembro.

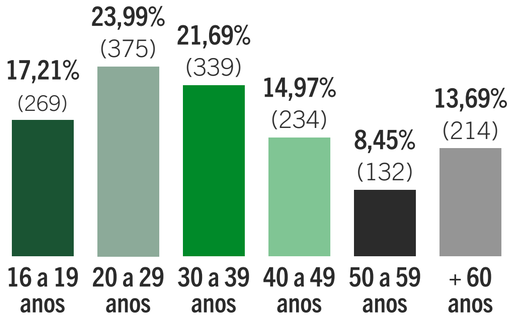
Percebe-se, ainda, que usuárias e usuários preferem obter informações sobre os serviços eleitorais por meio de aplicativos de mensagens instantâneas, como WhatsApp ou Instagram, que representam quase 75% dos atendimentos realizados, em comparação com os 25% de procura pelo telefone, o que demonstra o acerto da Administração do Tribunal na disponibilização do canal digital, em funcionamento desde o ano de 2024.

A procura é maior entre a faixa etária de 16 a 39 anos. E quando se cruzam os dados com o canal de atendimento utilizado, percebe-se que, quanto maior a faixa etária, maior é a procura pelo atendimento telefônico.

Mulheres representaram 59% do público atendido; homens, 39%; e 2% não foram identificados pelo gênero.



Público do Disque-Eleitor por gênero



Público do Disque-Eleitor por faixa-etária

3.4 PESQUISA DE SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS EXTERNOS

A Ouvidoria do TRE-PA disponibiliza pesquisa de satisfação em sua página na internet e em suas comunicações digitais. Nas Zonas Eleitorais e postos de atendimento, há cartazes com QR-Code direcionando para a avaliação.

Os dados coletados, consolidados mês a mês pela Ouvidoria, são publicados anualmente em sua página. Eis o resultado da pesquisa, por quesito avaliado, no ano de 2025:

QUESITO AVALIADO	NOTA 5 Muito Satisfeito	NOTA 4 Satisfeito	NOTA 3 Indiferente	NOTA 2 Insatisfeito	NOTA 1 Muito Insatisfeito
Cortesia do(a) atendente	1052	215	12	34	240
Prazo de Atendimento	1055	131	28	12	76
Qualidade da Informação Prestada	970	83	14	10	51
Menu interativo do atendimento digital	2.877	191	153	77	252
Total	5.954 (79%)	620 (8,2%)	207 (2,7%)	133 (1,7%)	619 (8,2%)

3.5 ATENDIMENTOS ITINERANTES

PROJETO RETOMA BIO 2.0 - A DEMOCRACIA EM MOVIMENTO

1. O Projeto e a Estratégia Logística:
No exercício de 2025, o TRE-PA executou o projeto estratégico “RetomaBIO - A Democracia em Movimento”, uma iniciativa robusta financiada com recursos descentralizados pelo TSE. O objetivo central foi enfrentar a demanda reprimida histórica de coleta biométrica e promover a inclusão eleitoral em áreas de difícil acesso.

A operação adotou uma logística de “guerra”, dividindo o estado por Mesorregiões, o que permitiu otimizar o deslocamento de kits e equipes para localidades complexas, como comunidades ribeirinhas, aldeias indígenas, áreas de garimpo e zonas rurais isoladas.

6,71% para
5%
DÉFICIT BIOMÉTRICO

25.041
TOTAL DE ELEITORES ATENDIDOS

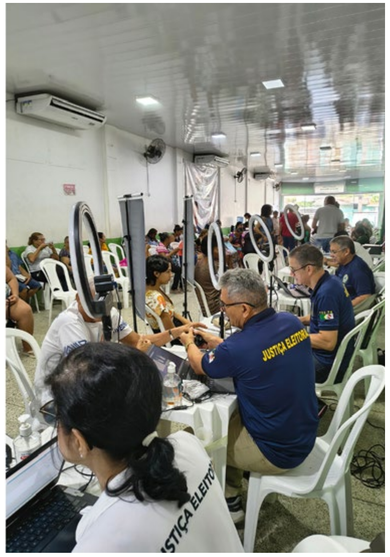
2. Resultados e Impacto Social:
A ação foi determinante para a redução do déficit biométrico estadual, que caiu de 6,71% (jan/2025) para o patamar de 5%. Mais do que números, o projeto garantiu o exercício da cidadania a populações vulneráveis, levando os serviços da Justiça Eleitoral até o eleitor.

3. Consolidação dos Atendimentos por Mesorregião:
A tabela a seguir demonstra a capilaridade da ação e os resultados obtidos nos principais polos de atuação:

MESORREGIÃO	ATENDIMENTOS
Marajó	6.130
Nordeste	5.825
Sudoeste	4.222
Baixo Amazonas	4.200
Ilhas e RMB	2.722
Sudeste	1.942



3.5.1 ATENDIMENTOS ITINERANTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM



Com o objetivo de descentralizar o acesso aos serviços eleitorais, o TRE-PA realizou 38 atendimentos itinerantes na Região Metropolitana de Belém durante o exercício de 2025. A estratégia priorizou os bairros com maior densidade demográfica e geograficamente distantes do Núcleo de Atendimento ao Eleitor (NAE) de Belém, assegurando a presença da instituição em localidades de maior vulnerabilidade ou dificuldade de deslocamento.

Para ampliar a efetividade da ação, as atividades foram executadas prioritariamente aos finais de semana, atendendo aos cidadãos sem disponibilidade durante o horário comercial. Essa iniciativa de mobilidade e conveniência técnica reduz barreiras ao exercício do voto e fortalece a inclusão democrática, reafirmando o compromisso da Justiça Eleitoral em estar cada vez mais próxima e acessível ao seu eleitorado.

3.6 ATENDIMENTO DOMICILIAR



O serviço de atendimento domiciliar constitui-se como um instrumento fundamental de garantia de direitos para cidadãos(ãs) em situações de vulnerabilidade. A iniciativa visa assegurar a acessibilidade plena a eleitoras e eleitores com mobilidade reduzida, deficiências graves, enfermidades ou em idade avançada, conferindo prioridade técnica e social àqueles que dispõem de menores recursos financeiros para deslocamento.

Em 2025, foram realizados 51 atendimentos domiciliares em Belém e Região Metropolitana, permitindo que o Tribunal chegasse diretamente ao cidadão impossibilitado de comparecer às unidades fixas. Essa ação não apenas viabiliza a regularidade da inscrição eleitoral, mas reafirma a função social da Justiça Eleitoral do Pará em remover obstáculos ao exercício da cidadania, promovendo uma justiça verdadeiramente inclusiva e atenta às limitações individuais de seu eleitorado.

3.7 CAMPANHA INSTITUCIONAL "JOVEM, O VOTO É SEU!"

A campanha "Jovem, o voto é seu!", direcionada a jovens de 16 a 18 anos, teve como finalidade orientar sobre a emissão do primeiro título de eleitor e promover a aproximação desse público com a Justiça Eleitoral.

A iniciativa concentrou-se na produção e difusão de conteúdos informativos em linguagem acessível, voltados ao esclarecimento de direitos, deveres e procedimentos relacionados ao alistamento eleitoral.

Ao incentivar o alistamento e a participação consciente de jovens eleitores, a campanha contribuiu para a inclusão desse público no processo democrático e fortaleceu a legitimidade das eleições, com reflexos positivos na representatividade e na confiança da sociedade na Justiça Eleitoral.



www.instagram.com



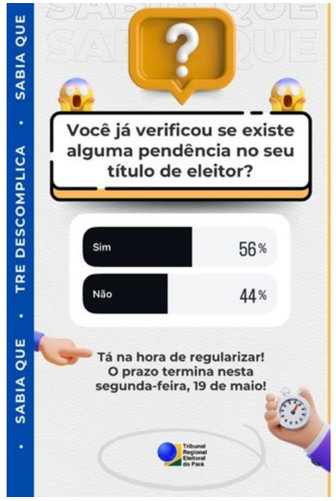
www.instagram.com

3.8 CAMPANHA INSTITUCIONAL "SABIA QUE?"

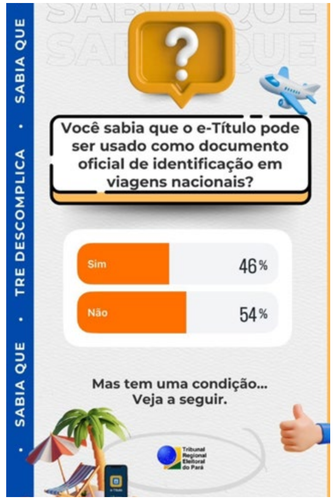
A campanha "Sabia que" tem por objetivo disseminar junto ao público que acompanha os canais institucionais do Tribunal e suas redes sociais as informações referentes ao processo eleitoral, por meio de conteúdos curtos, objetivos e interativos.

Para tanto, utiliza-se de recursos como enquetes e stories para o esclarecimento de dúvidas frequentes sobre o tema, de forma clara e acessível, contribuindo para a democratização da informação.

Tal iniciativa fortalece a transparência institucional ao permitir que a sociedade tenha acesso a informações oficiais, seguras e de fácil compreensão, e, consequentemente, a credibilidade da Justiça Eleitoral e do sistema democrático brasileiro.



www.instagram.com



www.instagram.com



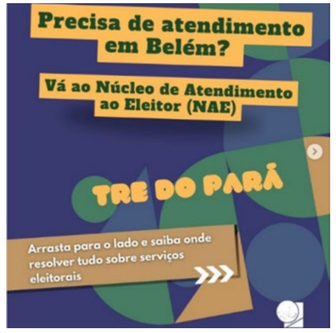
www.instagram.com

3.9 CAMPANHA "CADASTRO EM DIA"

A campanha "Cadastro em Dia", veiculada nas redes sociais e canais institucionais do Tribunal, teve como objetivo facilitar o acesso dos(as) eleitores(as) aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral e incentivar a regularização da situação eleitoral de forma descomplicada.

Foram prestadas informações e esclarecimentos sobre quando e como poderá ser realizada a atualização da inscrição eleitoral, a necessidade de coleta de dados biométricos, o uso do aplicativo e-Título e outros serviços considerados essenciais, utilizando-se de metodologia acessível, por meio de cards animados veiculados no feed e nos stories

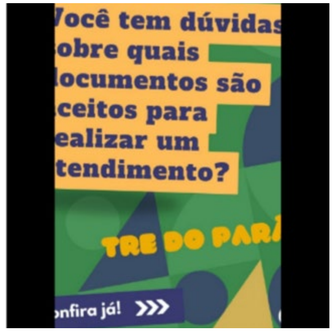
A iniciativa contribuiu para a redução de barreiras informacionais, ampliando o acesso da população aos serviços eleitorais, de modo a favorecer a atualização do cadastro eleitoral e a segurança jurídica dos registros, e, por consequência, assegurar condições adequadas para a participação consciente no processo eleitoral.



www.instagram.com



www.instagram.com



www.instagram.com



www.instagram.com



www.instagram.com



www.instagram.com

3.10 PROJETO "JUSTIÇA NA PRÁTICA"

O projeto, que integra a estratégia de comunicação institucional do TRE-PA, teve como público a sociedade em geral, em que foram abordados temas relacionados ao funcionamento da Justiça Eleitoral para além dos serviços básicos de atendimento.

Para tanto, os conteúdos utilizaram linguagem acessível e de abordagem didática para esclarecer assuntos como Eleições Suplementares, atuação dos Cartórios Eleitorais, segurança das urnas eletrônicas, regularização do cadastro eleitoral, fiscalização das eleições e a efetiva participação política da sociedade.

Como resultado, a iniciativa encurtou distâncias, facilitando o acesso da população a informações qualificadas e uma melhor compreensão sobre o processo democrático.



www.instagram.com



www.instagram.com



www.instagram.com



www.instagram.com



www.instagram.com



www.instagram.com



www.instagram.com



www.instagram.com



RISCOS, INTEGRIDADE, AÇÕES DE SUPERVISÃO E CONTROLE

CAPÍTULO 4

4.1 GESTÃO DE RISCOS

A ESTRUTURA DA GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gestão de Riscos do TRE-PA, instituída pela Resolução nº 5.604/2019, constitui-se como ferramenta de fortalecimento da governança e de suporte ao processo decisório. Em alinhamento ao Referencial Básico de Gestão de Riscos do Tribunal de Contas da União (TCU), e sob as diretrizes estabelecidas na norma ABNT NBR ISO 31000:2018, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará estruturou seu processo de gestão de riscos de forma cíclica e integrada, observando as seguintes fases:

1. **Estabelecimento do Contexto:** Definem-se o ambiente e os objetivos da Gestão de Riscos.
2. **Identificação dos Riscos:** Levantamento de eventos que podem afetar o alcance dos objetivos.
3. **Análise dos Riscos:** Avalia-se a natureza e o impacto potencial de cada risco.
4. **Avaliação dos Riscos:** Priorizam-se os riscos com base na probabilidade de ocorrência e impacto.
5. **Tratamento dos Riscos:** Implementam-se medidas para mitigar, evitar, transferir ou aceitar os riscos.
6. **Monitoramento e Análise Crítica:** Acompanha-se e avalia-se a efetividade da gestão de riscos.
7. **Comunicação e Consulta:** Mantém-se um fluxo transparente de informações sobre os riscos.
8. **Registro e Relato:** Documentação do processo de gestão de riscos para garantir a sua rastreabilidade.

Para o gerenciamento eficaz dos riscos, é adotado o modelo de três linhas de defesa, estabelecido pelo Instituto de Auditores Internos (IIA Global), cuja estrutura compreende o Conselho de Governança, a Alta Administração, a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), a Secretaria de Auditoria (SEAUD) e os gestores de riscos, conforme art. 6º da Resolução TRE-PA nº 5.604/2019 e representação a seguir:

MODELO DAS 3 LINHAS DO IIA

1ª LINHA	2ª LINHA	3ª LINHA
Unidades que detêm o conhecimento do processo (unidades gestoras) e gerenciam os riscos, sendo responsáveis pela implementação de ações corretivas.	Instâncias que estabelecem as metodologias, monitoram a aderência às normas e apoiam as unidades na gestão dos riscos.	Realiza avaliações independentes e objetivas sobre a eficácia da governança e dos controles internos, reportando-se à Alta Administração (Auditoria Interna).

MODELO DA GESTÃO DE RISCOS DO TRE-PA



4.2 PROGRAMA DE INTEGRIDADE

O Programa de Integridade do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (PROINT), instituído pela Resolução TRE-PA nº 5.749/2022, consolida o compromisso da instituição com a ética, a transparência e a boa governança. Por meio de um conjunto de princípios e diretrizes, o PROINT visa prevenir, detectar, corrigir e monitorar fraudes, irregularidades e falhas que possam comprometer a integridade do TRE-PA.

4.2.1 MONITORAMENTO DO PLANO DE INTEGRIDADE

O Plano de Integridade do TRE-PA é monitorado de forma contínua, com o objetivo de assegurar a atualização e avaliação das ações de promoção da integridade na instituição, e, por conseguinte, garantir sua efetividade. Para tanto, as ações de controle são cadastradas no Sistema SCOPI, para acompanhamento e atualização pelas unidades responsáveis. A estratégia de monitoramento ainda inclui apresentação periódica dos resultados e o percentual de cumprimento à Alta Administração.



As ações de controle são reavaliadas periodicamente quanto à sua eficácia, podendo ser canceladas ou modificadas, mediante aprovação do Conselho de Governança do TRE-PA.

4.3 CARTILHA DO CÓDIGO DE ÉTICA DAS CONTRATAÇÕES

MATERIAIS SIMPLES E VISUAIS PARA APOIAR A INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES

Em 2025, o TRE-PA concluiu uma iniciativa visando facilitar a compreensão do Código de Ética das Contratações. O conteúdo da Portaria TRE-PA nº 22.282/2023 foi transformado em materiais simples, visuais e próximos da rotina dos(as) servidores(as).

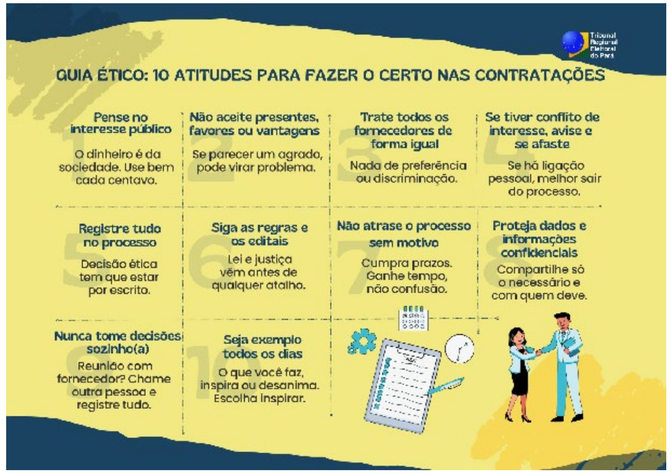
Foram produzidos três itens principais:

- Cartilha “Integridade nas Contratações” - Guia ético para as contratações realizadas pelo Tribunal.
- Guia Rápido “10 atitudes para fazer o certo”.
- Cards digitais sobre condutas éticas essenciais.

Os materiais tratam de integridade, transparência e sustentabilidade. Foram elaborados pela Assessoria de Modernização e Governança (AMGC) e pela Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM), com linguagem simples e elementos de visual law.

Onde acessar?
O conteúdo está disponível na intranet do TRE-PA, na área de Governança da Secretaria de Administração.

A iniciativa torna o Código mais acessível, apoia a padronização das práticas e ajuda a prevenir irregularidades. Também fortalece a segurança jurídica das contratações, melhora os controles internos e contribui para o uso eficiente dos recursos públicos. Além disso, prepara o Tribunal para novas ações de integridade previstas para 2026, reforçando sua posição de referência em transparência, ética e inovação na gestão das contratações públicas.





4.4 SEMANA DE COMBATE AO ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO



A semana foi realizada de 5 a 9 de maio, promovida conjuntamente pelo TRE do Pará, Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) e pelos TREs do Amapá e do Acre, e contou com debates sobre o assédio no trabalho e seus impactos na saúde mental e na qualidade de vida.

4.4.1 PALESTRA "ASSÉDIO NO TRABALHO: CICATRIZES E IMPACTOS REAIS NA SAÚDE MENTAL"

A abertura da Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação foi marcada pela palestra "Assédio e Discriminação no Trabalho: Cicatrizes e Impactos Reais na Saúde Mental", ministrada pela médica psiquiatra Daniele Boulhosa, servidora da instituição. A abordagem técnica focou nas consequências clínicas e psicológicas das práticas abusivas, reforçando a importância da vigilância constante e do cuidado com o bem-estar do corpo funcional.

Além das ações educativas, o evento serviu como marco para o fortalecimento das instâncias de integridade do Tribunal, com a apresentação dos novos integrantes das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação (CEPA), abrangendo tanto a Sede quanto as Zonas Eleitorais.



Palestrante: Dra Daniele Boulhosa, Médica Psiquiatra do TRE-PA.



Abertura da Semana de Combate ao Assédio e Discriminação do TRE-PA



Apresentação dos novos integrantes da CEPA - TRE/PA

4.4.2 CARTILHA DE PREVENÇÃO AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO

Dentro da programação da Semana de Combate ao Assédio e Discriminação, foi realizado relançamento e divulgação da Cartilha de Prevenção ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação do TRE-PA. O documento é uma iniciativa estratégica do tribunal, para promover um ambiente de trabalho pautado pelo respeito e pela dignidade. Atua como guia prático para magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e colaboradores(as) terceirizados(as), auxiliando na identificação de condutas inadequadas e no fortalecimento da cultura de integridade institucional.

O conteúdo aborda, de forma didática, as definições e as diferenças entre os tipos de assédio e discriminação, apresentando exemplos de comportamentos que não devem ser tolerados. Além do caráter educativo, a cartilha detalha os canais oficiais de acolhimento e denúncia, garantindo que o público interno conheça os fluxos de proteção e os mecanismos de resposta do Tribunal diante de tais práticas.



A publicação está alinhada às diretrizes da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação do Poder Judiciário, instituída pelo CNJ. Ao disseminar essas informações, o TRE-PA busca prevenir situações de conflito e adoecimento laboral, assegurando que as relações profissionais ocorram em um ambiente saudável e seguro para todos.

Como instrumento de transparência e responsabilidade social, a cartilha reforça o compromisso da Justiça Eleitoral do Pará com a ética e o combate a qualquer forma de preconceito ou abuso, sendo atualizado periodicamente e disponível para consulta no portal da intranet, no link.

4.4.3 PALESTRA: "O IMPACTO DO ASSÉDIO NA QUALIDADE DE VIDA DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES DA JUSTIÇA"

Como parte da programação da Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação, o TRE-PA promoveu a palestra "O impacto do assédio na qualidade de vida das trabalhadoras e trabalhadores da Justiça", ministrada pela administradora pública Mara Weber. O evento, realizado na sede do Tribunal, compôs o cronograma nacional instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e focou na conscientização sobre os reflexos psicossociais das condutas inadequadas no ambiente laboral.

Visando ampliar o alcance da iniciativa e garantir a acessibilidade ao conteúdo, a palestra foi transmitida ao vivo pelo canal oficial do Tribunal no YouTube. Essa ação de educação corporativa reafirma o compromisso do Regional com a promoção de um ambiente de trabalho saudável, utilizando a disseminação de conhecimento como ferramenta preventiva para o fortalecimento da integridade institucional.







Palestra “O impacto do Assédio na Qualidade de vida das trabalhadoras e Trabalhadores da Justiça”

4.4.4 OFICINA “PRODUTIVIDADE SEM ASSÉDIO”

Como ação estratégica voltada ao corpo gerencial, o TRE-PA promoveu a oficina “Produtividade sem Assédio”, conduzida pela especialista em saúde do trabalhador e assédio, Mara Weber, no âmbito da Escola Judiciária Eleitoral. A iniciativa focou na capacitação de gestores(as) para a promoção de ambientes de trabalho que conciliem o alcance de metas institucionais com a preservação da saúde física e mental das equipes, reforçando que a eficiência operacional é indissociável de uma cultura de respeito.

A abertura do evento, realizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE-PA, enfatizou a responsabilidade das chefias na identificação precoce de comportamentos abusivos e na implementação de fluxos preventivos. Ao capacitar suas lideranças, o Tribunal investe no fortalecimento do clima organizacional e na mitigação de riscos laborais, consolidando o enfrentamento ao assédio como um pilar de sustentação da gestão de pessoas e do desempenho institucional.





Oficina “Produtividade sem Assédio”, com a participação de Gestores(as) do TRE-PA

4.4.5 PALESTRA “COMBATE AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO”

Dando continuidade à programação, no quarto dia da Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação, a advogada Natasha Vasconcelos, especialista em Direito Público, ministrou a palestra “Combate ao Assédio e à Discriminação” a servidores(as), colaboradores(as) e estagiários(as) no Núcleo de Atendimento ao Eleitor (NAE) de Belém. A exposição concentrou-se na análise de casos concretos, fundamentada nas diretrizes do Protocolo do CNJ, permitindo aos participantes a identificação precisa de condutas que configuram assédio moral, sexual ou discriminação no cotidiano laboral.

A abordagem enfatizou a corresponsabilidade de todo o corpo funcional na manutenção de um ambiente ético, incentivando o papel ativo de cada indivíduo no enfrentamento e na denúncia dessas práticas. Com foco na prevenção e na proteção da dignidade humana, a ação reforçou o uso dos instrumentos

normativos como ferramentas de transformação da cultura organizacional do Tribunal.







Realização da Palestra “Combate ao Assédio e à Discriminação no NAE - Belém

4.4.6 WEBCAST “ASSÉDIO NO AMBIENTE DE TRABALHO: RECONHECER, FALAR E AGIR”

Integrando a programação da Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação, foi realizado o webcast “Assédio no Ambiente de Trabalho: Reconhecer, Falar e Agir!”. O evento virtual destacou-se pela atuação conjunta e colaborativa entre órgãos do Poder Judiciário paraense — incluindo o Tribunal de Justiça do Estado (TJPA), o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) e o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) — e entidades sindicais, reforçando a unidade institucional no enfrentamento a essas práticas.

A abordagem do webcast foi pautada na interdisciplinaridade, contando com a participação de especialistas das áreas de saúde, gestão de pessoas e unidades que atuam na prevenção e combate ao assédio e à discriminação dos órgãos.

A mediação e facilitação dos debates ficaram a cargo da chefia da Seção de Assistência Médica, Odontológica e Psicossocial (SAMOS) do TRE-PA, assegurando o alinhamento técnico entre as orientações de saúde ocupacional e as diretrizes de governança do Tribunal. A iniciativa promoveu a disseminação de estratégias práticas para a identificação precoce e o acolhimento de vítimas, fortalecendo a rede de proteção no ambiente laboral.



WEBCAST “Assédio no ambiente de Trabalho: Reconhecer, falar e agir”

4.4.7 PALESTRA "O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA, DO ASSÉDIO E DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO: UM DEBATE ÉTICO."

A palestra "O Enfrentamento da Violência, do Assédio e de todas as formas de Discriminação no Trabalho: um debate Ético" foi fruto de uma consolidada parceria estratégica entre o TRE-PA, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) e o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), evidenciando o esforço coordenado do Poder Judiciário no Estado para promover ambientes de trabalho íntegros.

Conduzida pela assistente social Karla Valle (TRT1), a exposição promoveu uma reflexão profunda sobre a ética como base das relações profissionais e ferramenta de combate a condutas abusivas. Transmitida ao vivo pelo YouTube, a iniciativa garantiu ampla acessibilidade e transparência, permitindo que o debate sobre a dignidade no trabalho alcançasse o corpo funcional e a sociedade, ratificando a postura do Tribunal de tratar o assédio e a discriminação sob uma perspectiva de valores e direitos fundamentais.



4.4.8 WORKSHOP "GESTÃO DAS RELAÇÕES E PREVENÇÃO DOS ASSÉDIOS"

O workshop "Gestão das Relações e Prevenção dos Assédios", conduzido pela especialista Lis Andrea Pereira Soboll, marcou o encerramento da Semana de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação de 2025.

Sob o tema "#ÉSobreRespeito: onde há respeito, há justiça. Onde há escuta, há acolhimento", o evento reuniu representantes do TRE-PA, TJPA, TRT8 e sindicato, cuja parceria resultou em programação valiosa para a consolidação da cultura de acolhimento no TRE-PA. Ao priorizar a escuta ativa e a humanização das relações, o Tribunal reafirmou que o respeito mútuo é o alicerce fundamental para a excelência na prestação jurisdicional e para a preservação de um clima organizacional saudável e íntegro.



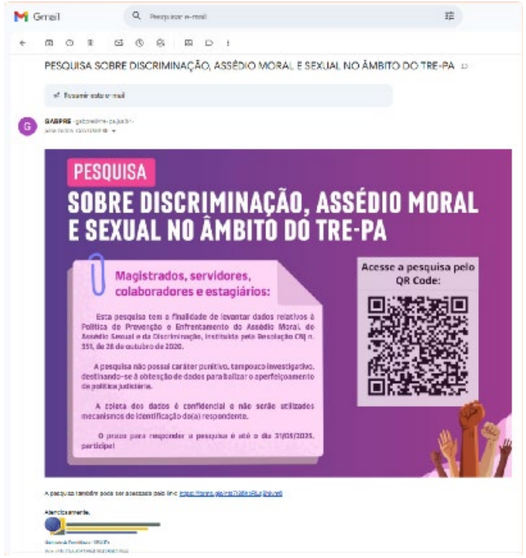
WORKSHOP "Gestão das Relações e Prevenção dos Assédios"

4.5 PESQUISA SOBRE DISCRIMINAÇÃO, ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO ÂMBITO DO TRE-PA

Entre 08 e 31 de maio de 2025, a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação (CEPA) promoveu uma pesquisa para diagnosticar a percepção do corpo funcional sobre a cultura ética e o ambiente de trabalho. A iniciativa visou coletar dados quantitativos e qualitativos para subsidiar o aperfeiçoamento da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral.

Com foco estritamente institucional e preventivo, o levantamento foi conduzido sob rigoroso protocolo de sigilo e confidencialidade. Não foram utilizados mecanismos de identificação, assegurando o anonimato dos(as) participantes e a integridade das respostas.

Os resultados obtidos funcionam como evidências objetivas para o planejamento de ações de sensibilização e aprimoramento dos fluxos de acolhimento. Ao transformar a percepção dos colaboradores em dados gerenciais, o Tribunal reafirma seu compromisso com a melhoria contínua do clima organizacional e com a transparência na gestão de pessoas.



4.6 RODA DE CONVERSA: "MENOPAUSA: UMA LUTA!"

"Menopausa: uma luta" foi o tema central de uma roda de conversa entre mulheres realizada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará, nos dias 10 e 11 de março de 2025, como parte das ações alusivas ao Dia Internacional da Mulher.

A iniciativa promoveu espaço de diálogo e troca de informações sobre a saúde física e emocional das mulheres, abordando a menopausa como tema ainda cercado de tabus, com impactos no ambiente de trabalho e nas relações sociais.

A ação contribuiu para ampliar a sensibilização institucional sobre questões de gênero e saúde da mulher, fortalecendo um ambiente de trabalho mais acolhedor e refletindo positivamente na qualidade das relações internas e do atendimento oferecido à sociedade.

Ao incentivar o diálogo e a disseminação de informações qualificadas, a iniciativa favoreceu a prevenção de situações de estigmatização e contribuiu para a construção de práticas institucionais mais inclusivas, com efeitos positivos na convivência interna e na prestação dos serviços eleitorais.













4.7 EXIBIÇÃO DO CURTA-METRAGEM “ACORDA, RAIMUNDO!”







O curta-metragem “Acorda, Raimundo...Acorda!” foi utilizado como ferramenta pedagógica em rodas de conversa, oficinas e eventos promovidos pelo TRE-PA.

A produção brasileira, dirigida por Alfredo Alves, aborda conflitos familiares decorrentes do machismo enraizado na sociedade e foi empregada como recurso educativo para estimular reflexões sobre empatia, papéis de gênero e desigualdades historicamente construídas, incluindo a naturalização da sobrecarga feminina no cotidiano.

A exibição do curta integrou ações educativas voltadas para servidores(as) e colaboradores(as) do TRE-PA, no âmbito da capacitação “Gênero e Justiça”, tendo sido realizada de forma contínua durante o exercício de 2025, de modo a possibilitar o acesso ao conteúdo em diferentes dias e horários.

O uso do recurso audiovisual favoreceu a compreensão, de forma acessível e didática, de conceitos relacionados à justiça social, à igualdade de oportunidades e à valorização do trabalho frequentemente invisibilizado, com impactos positivos no ambiente institucional e reflexos na qualidade das relações internas e do atendimento prestado à sociedade.

4.8 AÇÕES DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

PROGRAMA PROTEGE+



Para reforçar seu papel de canal interno de denúncias, a Ouvidoria da Mulher mantém em funcionamento o Programa Protege+, que trabalha o enfrentamento da violência doméstica e familiar praticada contra magistradas, servidoras e outras mulheres que tenham qualquer tipo de vínculo com o Poder Judiciário.

O Programa possui uma página no portal do TRE do Pará, onde podem ser encontradas orientações, normativos, cartilhas, vídeos e outros materiais de divulgação para a campanha de enfrentamento da violência contra as mulheres praticada no âmbito familiar. A página disponibiliza, ainda, o fluxograma interno de ações e o plano de comunicação, com as ações de divulgação do Protege+. No ano de 2025, foram produzidos novos cartazes de divulgação interna, distribuídos para serem afixados nos murais de aviso de todos os prédios da Justiça Eleitoral no Pará.

A estrutura do Programa prevê o funcionamento de um Comitê Gestor, que avalia, junto à mulher em situação de violência, e monitora os riscos envolvidos até que haja uma solução judicial ou policial adequada ao caso.

A Ouvidoria está em tratativa com a Defensoria Pública do Estado do Pará para o estabelecimento de um canal direto de comunicação e encaminhamento de mulheres para assistência jurídica gratuita, sempre que não possuírem condições econômicas para contratar um advogado.

4.9 PREMIAÇÃO DO RANKING DA TRANSPARÊNCIA 2025

O TRE do Pará teve resultado expressivo na premiação do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça. Com desaprovação de apenas um entre 79 itens avaliativos, o órgão registrou **98,42%**, segunda pontuação mais alta após os órgãos que receberam a pontuação máxima.

A avaliação do CNJ audita a disponibilidade e a qualidade de dados públicos nos portais institucionais, abrangendo eixos fundamentais como gestão estratégica, execução orçamentária, gestão de pessoas, licitações, sustentabilidade e acessibilidade. O desempenho obtido reflete o compromisso do TRE-PA com o controle social e a eficiência administrativa, assegurando ao cidadão o acesso amplo e simplificado às informações relativas à governança e à aplicação dos recursos públicos.

4.10 AUDITORIA INTERNA

Em 2025, a unidade de Auditoria Interna atuou em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, especialmente a Resolução nº 309/2020, e pelo Tribunal de Contas da União, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 84/2020, observando o Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP 2022-2025) e o Plano Anual de Auditoria (PAA 2025). Sua atuação esteve orientada no fortalecimento da governança institucional, da gestão de riscos e dos controles internos, contribuindo para a melhoria dos processos organizacionais e para a conformidade dos atos administrativos.

EXECUÇÃO DAS AUDITORIAS 2025

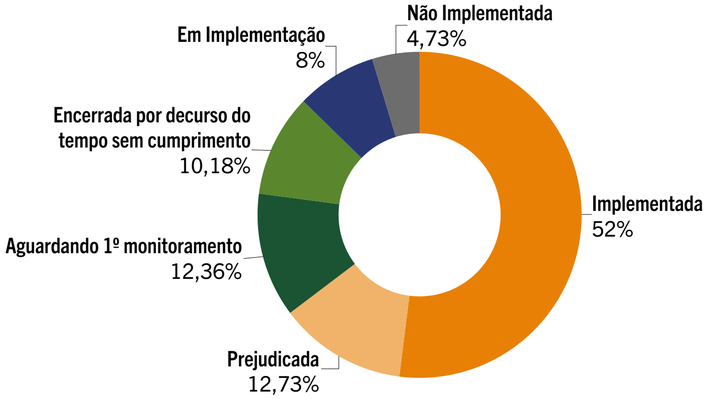
No período, a Unidade concentrou esforços na realização das auditorias obrigatórias, notadamente:

1. **Auditoria Integrada com o Tribunal Superior Eleitoral** - Auditoria Financeira Integrada com Conformidade.
2. **Auditoria Financeira de 2025** - Avaliar se as demonstrações contábeis do exercício de 2025 estavam de acordo com as normas, e se as transações e atos de gestão estavam em conformidade com as leis e princípios da Administração Pública.
3. **Auditoria Coordenada junto ao Conselho Nacional de Justiça** - Política Nacional sobre a Gestão e Destinação de Valores e Bens Oriundos de Prestações Pecuniárias, da Pena de Multa, Perda de Bens e Valores. - Avaliar a aderência às diretrizes legais e normativas que orientam a gestão, o registro e a destinação dos recursos oriundos das penas de prestações pecuniárias, de multa e de perda de bens e valores.
4. **Auditoria Financeira de 2024** - Continuidade dos trabalhos da Auditoria Financeira de 2024.

MONITORAMENTOS 2025

OBJETO	OBJETIVO
Auditoria Financeira nas Contas com Conformidade, com base na IN TCU nº 84/2020 (SEI nº 0005315-32.2024.6.14.8000).	Monitoramento das recomendações resultantes dos trabalhos de auditoria realizados em 2020/2021/2022/2023
Auditoria Integrada da Justiça Eleitoral – Gestão Patrimonial (SEI nº 0003915-17.2023.6.14.8000).	2º ciclo de monitoramento das recomendações resultantes dos trabalhos de auditoria integrada realizados em 2023.
Auditoria Coordenada - Política contra Assédio e Discriminação (SEI nº 0010823-90.2023.6.14.8000).	1º ciclo de monitoramento das recomendações resultantes dos trabalhos de auditoria coordenada realizados em 2024.
Auditoria Coordenada - Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina (SEI nº 0004931- 69.2024.6.14.8000).	1º ciclo de monitoramento das recomendações resultantes dos trabalhos de auditoria coordenada realizados em 2024.
Auditoria Integrada da Justiça Eleitoral - Governança e Gestão de Aquisições (SEI nº 0006658-63.2024.6.14.8000).	1º ciclo de monitoramento das recomendações resultantes dos trabalhos de auditoria integrada realizados em 2024.

STATUS GERAIS DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES



4.11 COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO DISCIPLINAR

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, compete à Comissão Permanente de Processo Disciplinar (CPD) investigar e apurar a responsabilidade de servidores(as) por infração disciplinar praticada no exercício de suas atribuições ou em razão das funções do cargo em que se encontrem investidos(as), conforme as disposições estabelecidas na Lei nº 8.112/90 e na legislação correlata aplicável à matéria. A CPD do TRE do Pará é constituída por 6 (seis) servidores(as) efetivos(as) do quadro permanente do Tribunal, dos quais 3 (três) são titulares e 3 (três) são substitutos, conforme Anexo I da Portaria nº 24078, de 7 de julho de 2025, sendo presidida, em cada processo disciplinar, por um(a) de seus(suas) membros(as) titulares, em regime de rotatividade, a ser indicado(a) na portaria de instauração da Sindicância ou do Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Em 2025, tramitaram, no âmbito da Comissão, 7 (sete) processos administrativos disciplinares, dos quais 4 (quatro) foram devidamente finalizados, com encaminhamento à autoridade instauradora, e 3 (três) seguiram em fase de instrução no ano de 2026.

Os processos disciplinares foram instaurados por motivos diversos, como notícias de assédio e supostas irregularidades no registro de ponto eletrônico e na aplicação de verba pública. Houve, ainda, o processamento de 25 (vinte e cinco) investigações preliminares, das quais 23 (vinte e três) foram finalizadas e devolvidas, com relatório conclusivo do investigador, e 3 (três) permaneceram em fase de instrução, ultrapassando o ano de 2025. Das 23 (vinte e três) concluídas pela Comissão, 3 (três) fundamentaram a abertura de PAD pela Presidência ou pela Corregedoria do Tribunal, de acordo com cada competência regimental.

4.12 COMISSÃO DE ÉTICA

COMPOSIÇÃO E MANDATO

A Comissão é composta por 6 (seis) servidores(as) estáveis — sendo 3 titulares e 3 suplentes — designados pela Presidência para mandatos de 3 (três) anos, permitida uma única recondução. A estrutura de mandatos não coincidentes garante a continuidade administrativa e a preservação da memória institucional do colegiado.

Em 2025, a Comissão realizou 2 (duas) reuniões ordinárias. A transparência desses encontros é assegurada pela publicação das atas, que podem ser consultadas no Portal do TRE-PA.

CÓDIGO DE ÉTICA

Instituído pela Resolução TRE-PA nº 5.389/2017, o Código de Ética dos(as) Servidores(as) do Tribunal Regional Eleitoral do Pará fundamenta-se em objetivos estratégicos: estabelecer diretrizes de conduta, preservar a imagem institucional e seus integrantes, e reduzir subjetividades na interpretação de normas éticas. Para viabilizar essas metas, a Comissão Permanente de Ética atua como uma instância consultiva e fiscalizadora, possuindo as seguintes atribuições:

- Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas no Código de Ética;
- Instaurar procedimentos apuratórios (de ofício ou mediante denúncia fundamentada) sobre condutas que configurem possíveis violações éticas;
- Promover a cultura ética por meio de capacitações, manuais, cartilhas e ações de disseminação do tema.

4.13 AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO ADOTADAS PELA CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

4.13.1 INSPEÇÕES DE CICLO

Em 2025, a Corregedoria Regional Eleitoral do Pará (CRE/PA) realizou inspeções de ciclo em 30 (trinta) Zonas Eleitorais do Estado, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Provimento CGE nº 2/2023 e no Provimento CRE/PA nº 5/2023, que disciplinam os procedimentos de inspeções, correições e autoinspeções no âmbito da Justiça Eleitoral.

As inspeções tiveram natureza predominantemente orientativa e preventiva, com o objetivo de verificar a regularidade da prestação dos serviços eleitorais e promover o aprimoramento da gestão dos cartórios eleitorais. Nesse contexto, as atividades foram conduzidas de forma semipresencial, combinando a análise remota de documentos, sistemas e rotinas cartorárias com reuniões presenciais destinadas ao repasse de informações e esclarecimento de procedimentos.

ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO SEDE	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO SEDE	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO SEDE
43ª Zona Eleitoral	Ananindeua	41ª Zona Eleitoral	Ourém	59ª Zona Eleitoral	Redenção
72ª Zona Eleitoral	Ananindeua	68ª Zona Eleitoral	Rurópolis	61ª Zona Eleitoral	Xinguara
107ª Zona Eleitoral	Ananindeua	18ª Zona Eleitoral	Altamira	40ª Zona Eleitoral	Tucuruí
96ª Zona Eleitoral	Belém	34ª Zona Eleitoral	Itaituba	80ª Zona Eleitoral	Pacajá
9ª Zona Eleitoral	Curuçá	88ª Zona Eleitoral	Limoeiro do Ajuru	101ª Zona Eleitoral	Novo Repartimento
35ª Zona Eleitoral	Baião	86ª Zona Eleitoral	Curralinho	21ª Zona Eleitoral	Alenquer
94ª Zona Eleitoral	Acará	45ª Zona Eleitoral	Oeiras do Pará	19ª Zona Eleitoral	Monte Alegre
31ª Zona Eleitoral	Maracanã	69ª Zona Eleitoral	Jacundá	8ª Zona Eleitoral	Vigia
24ª Zona Eleitoral	Conceição do Araguaia	23ª Zona Eleitoral	Marabá	7ª Zona Eleitoral	Abaetetuba
49ª Zona Eleitoral	Mãe do Rio	100ª Zona Eleitoral	Marabá	89ª Zona Eleitoral	Terra Santa

Como resultado, foram autuados 30 (trinta) processos na classe Inspeção no sistema PJeCor, consignando as demandas decorrentes das inspeções de ciclo de 2025. Desses processos, 17 (dezessete) permanecem em tramitação, enquanto os demais já se encontram com as determinações e orientações expedidas pela CRE/PA devidamente cumpridas, evidenciando o comprometimento das unidades inspecionadas com a regularização das pendências identificadas.

Nesse sentido, a atuação da CRE/PA reafirma seu papel institucional como órgão orientador e fomentador da melhoria contínua da prestação jurisdicional e administrativa, contribuindo para o fortalecimento da regularidade, da padronização das práticas administrativas, da prevenção de falhas, com reflexos diretos na continuidade e na confiabilidade dos serviços eleitorais disponibilizados à sociedade.



Inspeção de Ciclo na 107ª ZE - Ananindeua



Inspeção de Ciclo na 88ª ZE - Limoeiro do Ajuru



Inspeção de Ciclo na 24ª ZE - Conceição do Araguaia

4.13.2 VISITAS TÉCNICAS NOS POSTOS DE ATENDIMENTO ELEITORAL

No ano de 2025, a Corregedoria Regional Eleitoral do Pará (CRE/PA) realizou visitas técnicas aos Postos de Atendimento ao Eleitor (PAEs), no âmbito das respectivas Zonas Eleitorais, em consonância com o período previsto para a realização das inspeções de ciclo. As visitas foram planejadas de forma integrada às atividades correcionais, de modo a otimizar a supervisão e o acompanhamento dos serviços eleitorais prestados, com melhor coordenação das ações e fortalecimento do monitoramento das rotinas nos Postos de Atendimento ao Eleitor.

As visitas técnicas tiveram como objetivo principal verificar as condições das instalações físicas dos PAEs e inspecionar as atividades ali desenvolvidas, buscando assegurar a regularidade do funcionamento, a observância das normas vigentes e a qualidade do atendimento prestado às eleitoras e aos eleitores.

ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO SEDE	MUNICÍPIO - POSTO DE ATENDIMENTO AO ELEITOR	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO SEDE	MUNICÍPIO - POSTO DE ATENDIMENTO AO ELEITOR
35ª Zona Eleitoral	Mocajuba	Baião	100ª Zona Eleitoral	Marabá	Bom Jesus do Tocantins
41ª Zona Eleitoral	Ourém	Santa Luzia do Pará	23ª Zona Eleitoral	Marabá	Nova Ipixuna
68ª Zona Eleitoral	Rurópolis	Placas	80ª Zona Eleitoral	Pacajá	Anapu
18ª Zona Eleitoral	Altamira	Brasil Novo	8ª Zona Eleitoral	Vigia	Colares
34ª Zona Eleitoral	Itaituba	Trairão	8ª Zona Eleitoral	Vigia	São Caetano de Odivelas

Foram avaliados aspectos relacionados ao espaço físico, aos fluxos de atendimento e às rotinas cartorárias adotadas, incluindo a verificação de condições de acessibilidade, do adequado atendimento ao público e do acesso ao Cadastro Eleitoral.

As informações obtidas durante as visitas subsidiaram as orientações repassadas aos PAEs e às respectivas unidades responsáveis, contribuindo para garantir a prestação de um serviço eleitoral regular, inclusivo e eficiente, com impacto direto na qualidade do acesso das eleitoras e dos eleitores aos serviços eleitorais.



Visita Técnica no PAE de Placas - 68ª ZE



Visita Técnica no PAE de Bom Jesus do Tocantins - 100ª ZE

4.14 ACOMPANHAMENTO DAS METAS NACIONAIS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) PARA AS CORREGEDORIAS

Em alinhamento à Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 durante o XVIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, as Corregedorias dos Tribunais aprovaram as Metas Nacionais das Corregedorias para o ano de 2025, as quais constam no Glossário de Metas das Corregedorias para 2025, disponível por meio do link: Glossário.

METAS APLICÁVEIS À JUSTIÇA ELEITORAL

META 1: Baixar quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano de 2025.

META 2: Decidir 100% dos procedimentos disciplinares em curso nos Tribunais, que tenham sido distribuídos até 31/8/2024.

META 3: Decidir 80% dos procedimentos disciplinares no prazo de 140 (cento e quarenta) dias a partir da distribuição.

Com o fim de promover a celeridade na tramitação dos procedimentos disciplinares no PjeCor (Sistema Processo Judicial Eletrônico para Corregedorias), ao longo de 2025, foi realizado o acompanhamento dos referidos feitos, visando seus julgamentos e posterior baixa.

Assim, como fruto da colaboração e do empenho da Presidência, da Corregedoria, das servidoras e dos servidores do TRE do Pará, as metas para os feitos disciplinares foram alcançadas, conforme mostram os dados a seguir, reafirmando o compromisso da instituição com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

A apuração do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, sobre o percentual de cumprimento das metas das Corregedorias no ano de 2025 por este Tribunal, encontra-se disponível no painel analítico do CNJ e pode ser visualizada por meio do link: Apuração Metas Corregedorias, selecionando o segmento “Justiça Eleitoral” e o Tribunal “Tribunal Regional Eleitoral do Pará, conforme dados mostrados abaixo:

META 1	META 2	META 3
125 %	Sem processos na meta	100 %



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

CAPÍTULO 5

5.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026



O Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Pará (PEJEPA), referente ao ciclo 2021-2026, consolida os principais desafios estabelecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará para o período. O documento foi aprovado pela Resolução TRE-PA n.º 5.685/2021 e se encontra alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, definida pela Resolução CNJ n.º 325/2020.

O PEJEPA 21-26 contempla os direcionadores estratégicos — Missão, Visão e Valores Institucionais — e os macrodesafios organizados nas perspectivas Sociedade, Processos Internos e aprendizado e crescimento, de forma a orientar a atuação institucional rumo ao cumprimento da Missão e à consecução da Visão de Futuro.

O monitoramento da execução do Planejamento Estratégico é realizado por meio da avaliação dos macrodesafios e dos indicadores estratégicos, das Reuniões de Análise da Estratégia e do acompanhamento da situação dos Projetos Estratégicos e das Metas Nacionais do Poder Judiciário.

Os documentos que compõem e detalham o ciclo de planejamento 2021-2026 - incluindo o Plano Estratégico, o Glossário de Indicadores, o Plano de Gestão, e as resoluções e os normativos correlatos — encontram-se publicados no sítio eletrônico do TRE-PA, na página de Objetivos Estratégicos, Metas e Indicadores, assegurando transparência e amplo acesso às informações estratégicas institucionais, o que permite o acompanhamento da atuação do Tribunal, reforça a prestação de contas à sociedade e contribui para o alinhamento das ações institucionais às necessidades sociais.

Acesse o PEJEPA na íntegra

MAPA ESTRATÉGICO

O Mapa Estratégico do ciclo 2021—2026 consolida os principais direcionadores que orientam a atuação da Justiça Eleitoral do Pará. Estruturado a partir da Missão, Visão e Valores Institucionais, o documento distribui os macrodesafios em três perspectivas: Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento, permitindo a integração das ações estratégicas à gestão organizacional.

Missão

Garantir a transparência e a legitimidade do processo eleitoral, contribuindo para o fortalecimento da democracia.

Visão

Ser reconhecido como órgão de excelência, pautado pela inovação e pela qualidade na gestão do processo eleitoral, na prestação jurisdicional e na acessibilidade dos serviços oferecidos à sociedade.

Valores

A atuação do Tribunal fundamenta-se nos valores de Acessibilidade, Celeridade, Credibilidade, Efetividade, Ética, Inovação, Sustentabilidade e Transparência, que orientam a conduta organizacional e a entrega de serviços públicos de qualidade.



5.2 RESULTADO GERAL DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

O ano de 2025 consolidou o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) como uma instituição orientada por resultados tangíveis. Através das Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), realizadas em maio (1ª RAE) e novembro (2ª RAE), o Conselho de Governança manteve um acompanhamento milimétrico do Plano de Gestão 2025-2027, garantindo que as diretrizes estratégicas se traduzissem em serviços de alta qualidade para o eleitorado paraense.

Um Primeiro Semestre de Superação

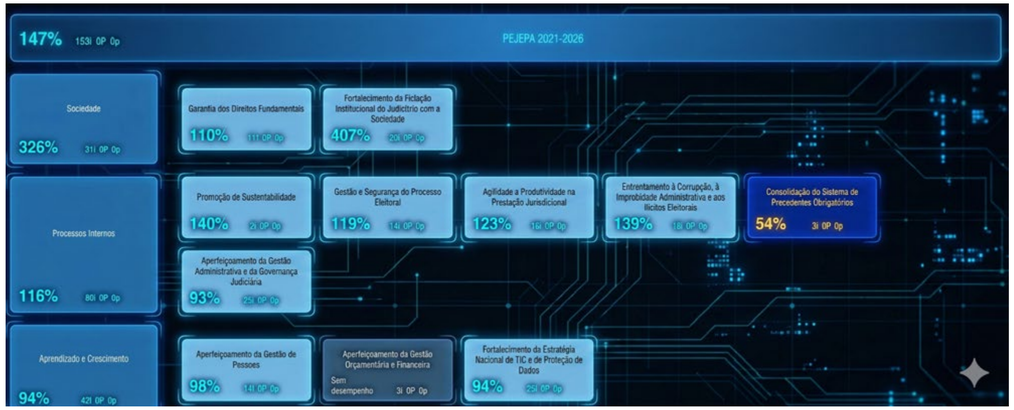
A 1ª RAE de 2025, ocorrida em 23 de maio, marcou o início de um ciclo de alta performance. Os dados revelaram que o Tribunal já operava em patamares de excelência logo nos primeiros meses do ano. O Índice de Satisfação do Usuário atingiu a marca de **110,52%** em relação à meta, demonstrando o esforço em desburocratizar processos e humanizar o atendimento.

Consistência e Governança no Segundo Semestre

Na 2ª RAE, realizada em 04 de novembro de 2025, o foco foi a manutenção dos resultados e a aceleração dos projetos estratégicos. O uso de *Dashboards* de Monitoramento em tempo real permitiu à alta administração visualizar o progresso dos 27 projetos prioritários. Iniciativas como o "Pense no Gasto" (eficiência orçamentária) e o "Carbono Zero" (sustentabilidade) foram destacadas pela execução exemplar.

Reconhecimento Nacional e Visão de Futuro

O desempenho de 2025 posicionou o TRE-PA de forma competitiva para o Prêmio CNJ de Qualidade e para o recém-instituído Selo Qualidade Eleitoral do TSE. A transparência nos dados e o rigor nas medições — que contaram com a participação ativa de todas as secretarias e unidades técnicas — provam que a estratégia no Pará não é um documento estático, mas um organismo vivo que impulsiona a instituição em direção ao futuro.



5.3 PLANO DE GESTÃO 2025-2027

5.3.1 CONCEPÇÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO 25-27

O Plano de Gestão 2025–2027 foi construído de forma colaborativa e participativa, reunindo cerca de quarenta (40) gestores(as), assessores(as) e servidores(as) do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

O processo de elaboração teve início em Janeiro de 2025 com entrevistas realizadas com a Presidência e a Diretoria-Geral, que permitiram identificar os principais desafios e prioridades do Tribunal para o biênio.

Com base nos dados levantados, a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) coordenou uma oficina de ideação com apoio do Laboratório de Inovação da Justiça Eleitoral do Pará, o Aldeia iLab, onde os(as) gestores(as) analisaram o cenário institucional, avaliaram necessidades e discutiram propostas para melhorar a atuação do TRE-PA. Em seguida, as equipes refinaram as ideias e apresentaram novas contribuições, que foram avaliadas e validadas em reuniões conjuntas.

Tal processo utilizou a abordagem do *design thinking* e a ferramenta do Duplo Diamante, garantindo uma visão ampla dos problemas e uma definição clara das soluções. Ao final, foram definidos 27 projetos estratégicos alinhados aos eixos da gestão e aos macrodesafios do planejamento institucional.

A construção do plano contribuiu para o mapeamento das ações estratégicas do Tribunal no biênio 25–27, delimitando as iniciativas com impacto direto na sociedade, como melhorias no atendimento ao eleitor, ampliação do acesso à informação, combate à desinformação e fortalecimento das ações de cidadania.

Proporcionou, ainda, avanços internos importantes, como a modernização tecnológica, a valorização de servidores(as), o cuidado com o bem-estar e a melhoria dos processos administrativos.

Com esse esforço coletivo, o Tribunal alinhou prioridades, definiu projetos viáveis e reforçou o compromisso com uma Justiça Eleitoral mais moderna, transparente, inclusiva e eficiente.



Oficina de Ideação do Plano de Gestão 25/27, com gestores(as) do TRE-PA

5.3.2 OFICINAS DE GESTORES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO E CRIAÇÃO DE PROJETOS

Em continuidade à fase de consolidação do Plano de Gestão para o Biênio 2025-2027, no dia 17 de março de 2025, foram realizadas oficinas de apoio à elaboração dos Planos Gerais dos Projetos (PGPs), documentos essenciais para a organização, o acompanhamento e a execução das iniciativas planejadas.

Estruturada nos eixos Produtividade, Cidadania Eleitoral, Inovação e Sustentabilidade, Equilíbrio e Bem-Estar, a atividade teve como objetivo fortalecer o planejamento e a governança dos projetos estratégicos, com vista à eficiência das ações institucionais e à melhoria dos serviços prestados à sociedade. Foi adotado ciclo simplificado de desenvolvimento, com foco na transformação

de problemas iniciais em soluções claramente definidas: descobrir, definir, desenvolver e entregar. O método reforça a importância do planejamento antecipado, considerando que ajustes realizados nas fases finais dos projetos tendem a gerar maior custo e impacto na execução.

As atividades foram desenvolvidas com o apoio de ferramenta de Inteligência Artificial, por meio do assistente Gemini, que auxiliou na geração de sugestões para o preenchimento dos campos dos PGPs a partir das informações constantes nos Termos de Abertura do Projeto (TAPs). A ferramenta indicou lacunas ou inconsistências em elementos como visão geral, participantes, premissas, restrições, entregas, riscos e orçamento, que foram analisados, validados e refinados pelas equipes responsáveis. A utilização da IA e a validação técnica pelas equipes, contribuiram para a agilidade, padronização e caráter colaborativo do processo de elaboração dos PGPs.



Oficinas de Elaboração PGPs e Criação de Projetos

5.3.3 OFICINA DE PLANEJAMENTO COM A EJE

Em julho de 2025, foi ainda realizada oficina de elaboração e montagem de projetos com servidires(as) e estagiários(as) da Escola Judiciária Eleitoral do Pará, visando integrar o Plano de Gestão 2025-2027. Para tanto, foram realizadas dinâmicas de grupo visando à contextualização da missão institucional e o planejamento das ações mais relevantes da unidade, de forma a alinhá-las às diretrizes do Plano de Gestão 2025–2027, estruturado nos eixos Produtividade, Cidadania Eleitoral, Inovação e Sustentabilidade, Equilíbrio e Bem-Estar.

Ao final da atividade, foi consolidado um conjunto de projetos que avançaram do nível tático para o estratégico, reforçando o Plano de Gestão 2025-2027 com ações voltadas à cidadania e fortalecimento do processo democrático.



Oficinas de Elaboração PGPs com a EJE

5.3.4 DIRETRIZES E PRIORIDADES

Foco da Gestão



O Plano de Gestão 2025–2027 é o documento que orienta as ações do Tribunal Regional Eleitoral do Pará para o biênio, estruturando a atuação institucional a partir de cinco eixos centrais: Bem-estar, Inovação e Sustentabilidade, Cidadania Eleitoral, Produtividade e Equilíbrio.

Esses eixos definiram as prioridades estratégicas da gestão e organizaram a execução de 29 projetos institucionais durante o primeiro ano de gestão.

Foram priorizadas a melhoria do atendimento ao eleitor, a valorização dos(as) servidores(as), a modernização da Justiça Eleitoral e o fortalecimento da democracia. As ações desenvolvidas buscaram ampliar a transparência, simplificar processos e assegurar o uso responsável dos recursos públicos, em consonância com os princípios da boa governança e da eficiência administrativa.

Nesse contexto, as iniciativas implementadas contribuíram para o fortalecimento da saúde mental e da valorização dos(as) servidores(as), bem como para a ampliação do uso de soluções de inteligência artificial e simplificação de processos.

A gestão focou na acessibilidade da Justiça Eleitoral, melhorando sua comunicação com a sociedade, por meio da ampliação e esclarecimento de seus serviços e do combate à desinformação.

No campo administrativo, aperfeiçoou controles internos, qualificando o planejamento e reduzindo os disperdícios. A sustentabilidade foi reforçada com práticas para reduzir impactos ambientais e modernizar a logística. A segurança digital foi ampliada e fortalecida a infraestrutura das eleições.

O Plano de Gestão 2025-2027 do TRE-PA está sendo executado de forma integrada, tendo seus projetos alinhados às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ao Planejamento Estratégico institucional (PEJEPA 2021-2026).

Acesse o Plano de Gestão 25-27

5.3.5 1° ENCONTRO GERAL DO PLANO DE GESTÃO 25-27

No dia 12 de fevereiro de 2025, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará realizou o 1º Encontro Geral do Plano de Gestão 2025 – 2027. O evento reuniu macrogestores(as) e gerentes dos projetos estratégicos com a finalidade de alinhar diretrizes, revisar estratégias e fortalecer a execução do plano.

A iniciativa teve como objetivo revisar o andamento dos projetos, aprimorar o planejamento e incentivar a troca de experiências entre as unidades envolvidas, consolidando uma atuação institucional mais integrada.

Para a atividade, foi adotada a metodologia GROW, onde foram analisadas quatro dimensões essenciais da gestão: definição de metas, análise da realidade, identificação de alternativas e planejamento das ações futuras, facilitando a revisão dos objetivos, a análise dos principais desafios e a escolha dos caminhos mais eficientes para o avanço dos projetos estratégicos.

Houve a atualização dos Planos de Gerenciamento dos Projetos (PGPs), permitindo revisar entregas, ajustar rotinas e aprimorar a integração entre as unidades responsáveis, de modo a conferir maior clareza quanto às prioridades, cronogramas e resultados esperados.

Na ocasião, foi apresentado o novo site do Escritório de Projetos do TRE-PA, criado para centralizar metodologias, materiais e diretrizes de gestão de projetos. A plataforma passou a funcionar como referência para padronizar procedimentos, apoiar gestores(as) e fortalecer a transparência no acompanhamento das iniciativas estratégicas.

O evento representou um marco na consolidação da gestão estratégica do TRE-PA, ao possibilitar a avaliação dos primeiros avanços, a promoção dos necessários ajustes e o fortalecimento de iniciativas inovadoras voltadas à excelência dos serviços e à boa governança.











1º Encontro Geral do Plano de Gestão 2025-2027

5.4 RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS ELEIÇÕES 2024

Visão Geral

Com a participação ativa das Zonas Eleitorais e o uso de metodologias de inovação, o Tribunal encerra o ciclo de 2024 com foco na superação de desafios logísticos e no aperfeiçoamento da transmissão de dados na Amazónia.



A Inteligência da Ponta: Oficinas no Aldeia iLab

O sucesso das Eleições Municipais de 2024 não foi o ponto final, mas o início de um rigoroso processo de análise técnica. No Laboratório de Inovação Aldeia iLab, o TRE-PA reuniu representantes de diversas Zonas Eleitorais — de Rurópolis a São Geraldo do Araguaia — para a Oficina de Avaliação das Eleições 2024. O objetivo foi claro: transformar as vivências reais dos cartórios em melhorias estruturais para os próximos pleitos.

Através de dinâmicas de *design thinking*, 22 servidores(as) mapearam atividades bem sucedidas e as passíveis de aprimoramento. A escuta ativa garante que o planejamento central esteja alinhado com as dificuldades geográficas e técnicas enfrentadas no interior do Pará.





Soluções para a Amazônia: Conectividade e Rapidez

Um dos resultados práticos mais significativos da avaliação de 2024 foi o debate sobre a evolução tecnológica da transmissão de resultados. O relatório final destaca o desafio da conectividade em áreas remotas. Enquanto a tecnologia SMSAT/BGAN continua a ser o pilar de segurança pela sua rastreabilidade e autonomia de bateria, o Tribunal já projeta para 2025 e 2026 a homologação de soluções de satélites de baixa órbita (estilo Starlink).

Valor Agregado à Sociedade

- **Segurança Reforçada:** Cada falha técnica, por menor que seja, é identificada e corrigida para garantir a integridade total do voto.
- **Agilidade nos Resultados:** O estudo de novas tecnologias satelitais visa fazer com que o resultado da urna chegue mais rápido à apuração, mesmo nas comunidades mais distantes.
- **Respeito ao Cidadão:** A avaliação garante que as boas práticas — como o atendimento prioritário e a acessibilidade — sejam padronizadas em todos os municípios do estado.

5.5 GESTÃO DA INOVAÇÃO

5.5.1 CARBONO ZERO NO FESTLABS - META 9 DO CNJ







Em 2025, o TRE-PA implementou o projeto “Carbono Zero no Festlabs 2025”, para mensurar e compensar as emissões de gases de efeito estufa geradas com a realização do 5º Festival dos Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário, ocorrido na cidade de Belém, nos dias 03 a 05 de setembro.

Realizado em parceria com o TJPA, TRT8, TRF1 e a Prefeitura de Capanema/PA, o projeto contemplou o cálculo de emissões de GEE gerados no evento, a compensação ambiental correspondente e realização de ação de cidadania no Município de Capanema, onde foram disponibilizados à população local os serviços prestados pelas entidades parceiras.

Alinhado à Meta 9 do CNJ, à Agenda 2030 da ONU, e concebido via metodologia de *Design Thinking*, o projeto integra o Plano de Gestão 2025-2027, consolida a estratégia de sustentabilidade do Tribunal e converte a inovação judiciária em resultados efetivos de preservação ambiental, transparência e cidadania.

5.5.2 GAME DIA E 2.0

O Game Dia E 2.0 é uma solução de gamificação idealizada pelo Laboratório de Inovação (ALDEIA) do TRE-PA, voltada à capacitação de mesários(as). A ferramenta utiliza linguagem acessível e interativa para simular situações reais do dia da eleição, permitindo o treinamento em um ambiente virtual seguro e intuitivo, disponível tanto em dispositivos móveis quanto em computadores.

A iniciativa torna o processo de aprendizagem mais dinâmico e atrativo, reduzindo a dependência de capacitações presenciais que demandam elevado volume de recursos humanos, logísticos e orçamentários.

Ao simular o atendimento nas seções eleitorais de forma controlada, o aplicativo

promove maior autonomia ao(à) colaborador(a) na condução dos trabalhos durante a votação.

Atualmente, a solução apresenta potencial para atender mais de 79 mil mesários(as) do TRE-PA. Em um cenário de adoção nacional pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a inovação desenvolvida no Pará poderá beneficiar até 2 milhões de mesários em todo o país, escalando a eficiência e a padronização do treinamento eleitoral.



5.5.3 *DESIGN THINKING* PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO TRE-PA



O Plano de Gestão 2025-2027 do TRE-PA foi elaborado com base na metodologia de *Design Thinking*. O objetivo foi aproximar o planejamento estratégico às necessidades reais da sociedade, segundo os macrodesafios do PEJEPA 2021-2026.

- Portfólio de 27 projetos;
- Alinhados aos 9 macrodesafios institucionais;
- Concorreu à Meta 9 do CNJ;
- Governança definida, gerentes responsáveis e acompanhamento sistemático.

1ª Etapa	2ª Etapa	3ª Etapa
Contextualização dos problemas: entrevistas com a Presidência e a Direção-Geral, análise de cenários e identificação de desafios;	Criação e Teste de soluções: oficinas com macrogestores, coordenadores, chefes de núcleo e chefes de cartório. (Brainstorm de ideias e definição de projetos estratégicos);	Seleção de ideias e formalização de propostas de projetos, com definição inicial de escopo, prazos e recursos.

5.6 OPORTUNIDADES, DESAFIOS E INCERTEZAS

VISÃO GERAL ESTRATÉGICA

No exercício de 2025, a atuação institucional esteve orientada por modelo de gestão estratégica estruturado em indicadores, metas e projetos, permitindo monitoramento contínuo do desempenho e tomada de decisão baseada em evidências. O desempenho global do planejamento superou o patamar previsto, indicando aderência entre planejamento e execução e evidenciando capacidade institucional de geração de valor público.

Oportunidades que ampliaram a capacidade de geração de resultados

Foram identificadas oportunidades institucionais e contextuais que potencializaram o alcance dos objetivos estratégicos:

a) **Transformação digital e inteligência artificial:** Adoção de soluções tecnológicas voltadas à automação, análise preditiva e integração de dados, com impacto direto na produtividade, transparência e qualidade decisória.
b) **Integração organizacional e governança:** Implementação de plataformas integradoras

de processos e dados, fortalecendo a coordenação entre unidades e reduzindo retrabalho, custos operacionais e assimetria informacional.

c) **Inclusão social e acesso a serviços eleitorais:** Expansão de iniciativas voltadas a populações vulneráveis e grupos historicamente subatendidos, ampliando legitimidade institucional e efetividade da prestação jurisdicional.

d) **Adoção de práticas de racionalização de recursos, logística eficiente e compensação ambiental,** com ganhos simultâneos de eficiência fiscal e responsabilidade socioambiental.

Riscos e obstáculos institucionais relevantes

Os principais fatores de risco monitorados no período foram:

- vulnerabilidades de infraestrutura tecnológica e cibernética;
- dispersão geográfica do eleitorado;
- complexidade logística para execução de eleições;
- aumento da demanda por transparência e informação pública.

Desafios remanescentes

Persistem desafios estratégicos relevantes que demandam acompanhamento prioritário e atuação institucional contínua, especialmente diante da complexidade operacional, da evolução tecnológica e das crescentes expectativas da sociedade quanto à qualidade e à transparência dos serviços públicos. Esses desafios representam não apenas pontos de atenção gerencial, mas também oportunidades de aprimoramento estrutural e fortalecimento da capacidade institucional. Nesse contexto, destacam-se como eixos prioritários de atuação:

- consolidação da cultura decisória orientada por dados;
- expansão da maturidade digital institucional;
- melhoria contínua da experiência do usuário dos serviços eleitorais;
- fortalecimento da confiança pública;
- preparação para ciclos eleitorais futuros.

Perspectivas e próximos passos

Como desdobramento das análises realizadas e dos resultados obtidos no período, foram definidos próximos passos estratégicos voltados à consolidação dos avanços institucionais e ao fortalecimento da capacidade organizacional de geração de valor público.

Tais diretrizes orientam a atuação futura com foco na sustentabilidade administrativa, na inovação aplicada à gestão e na ampliação da efetividade dos serviços prestados à sociedade.

Nesse sentido, destacam-se como frentes prioritárias de atuação:

- intensificação da adoção de soluções tecnológicas e analíticas para apoio à tomada de decisão;
- fortalecimento da produtividade e da qualidade dos serviços jurisdicionais e administrativos;
- aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de governança e controle;
- promoção da inclusão cidadã e da acessibilidade eleitoral;
- manutenção do equilíbrio orçamentário com racionalização de recursos e priorização de investimentos estratégicos.





RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO

CAPÍTULO 6

6.1 MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL



Em observância às diretrizes normativas vigentes, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará apresenta o presente Relatório de Gestão, relativo ao exercício de 2025. Este documento constitui um instrumento central de accountability, consolidando os resultados da execução orçamentária, financeira e patrimonial, bem como o desempenho dos indicadores estratégicos alcançados no período.

O relatório transcende a mera conformidade legal, buscando oferecer uma visão holística e transparente da governança institucional. Por meio deste relato, o Tribunal demonstra a aplicação eficiente dos recursos públicos e o alinhamento de suas ações aos objetivos de desenvolvimento sustentável, à inovação judiciária e à garantia da segurança jurídica do processo eleitoral.

Comprometido com a integridade e a melhoria contínua, o TRE-PA apresenta suas principais entregas e os desafios superados, reafirmando seu compromisso com a sociedade paraense na promoção de uma gestão pública ética e orientada a resultados.

BRUNO GIORGI ALMEIDA E SILVA
DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

6.2 PERSPECTIVA SOCIEDADE

6.2.1 MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Garantir os direitos fundamentais de todas as pessoas, com a facilitação do acesso aos serviços da Justiça Eleitoral, promovendo a inclusão dos diversos atores sociais, em especial das minorias, a conscientização e a formação política, considerando-se as peculiaridades locais.

6.2.1.1 ACESSO COM SUCESSO

O projeto “Acesso com Sucesso” tem como objetivo ampliar a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas seções eleitorais do Estado, contribuindo para a preparação das Eleições de 2026. A iniciativa possibilita a atualização dos dados dos(as) eleitores(as), permitindo que suas necessidades sejam consideradas no planejamento e instalação das seções eleitorais.

Entre 10 de março e 08 de abri de 2025, o TRE do Pará executou o projeto Acesso com Sucesso na Ação Marajó 360°, em parceria com a Defensoria Pública do Estado, com foco na atualização cadastral de eleitores(as) com deficiência ou mobilidade reduzida, de forma a promover amplo acesso aos serviços eleitorais.





Acesso com SUCESSO

Durante a execução, foram ainda realizadas ações de sensibilização visando orientar os(as) eleitores(as) sobre a importância do registro de suas necessidades para o pleno exercício da cidadania, bem como atividades de capacitação e parcerias com instituições voltadas à inclusão. Essas ações contribuíram para a melhoria do atendimento, a redução de barreiras e o fortalecimento de práticas institucionais mais acessíveis e humanizadas.

Com isso, o projeto ampliou o acesso ao exercício do voto, promoveu a cidadania e reforçou o compromisso do Tribunal com uma gestão eficiente, equitativa e alinhada às demandas da sociedade.

Link - Projeto busca atualizar cadastro das pessoas com deficiência

Link - TRE do Pará participa de ação itinerante no Marajó

Link - A Justiça Eleitoral investe em acessibilidade

6.2.1.2 ORIGINÁRIOS: sua língua, seu voto, sua representatividade

Nos dias 7 e 8 de abril de 2025, o TRE do Pará integrou a ação “Expedição Justiça: Cidadania Sem Fronteiras”, do Poder Judiciário no município de Oriximiná, que é um mutirão para expedição de documentos e acesso à Justiça. Para o mutirão, a 38ª Zona Eleitoral participou com os atendimentos de alistamento eleitoral e expedição de certidões.

Na ocasião, o TRE do Pará realizou o lançamento do Guia Eleitoral Originários, na língua indígena Wai-Wai, falada nas aldeias que habitam localidades próximas a Cachoeira Porteira. O guia tem por objetivo orientar sobre o alistamento eleitoral e direitos políticos da população indígena.



Lançamento e distribuição de guias eleitorais na língua indígena wai-wai



Votação simulada na urna eletrônica

AÇÃO	DESCRIÇÃO
Lançamento e distribuição de guias eleitorais traduzidos para a língua indígena Wai-Wai (falada em aldeias da região) e realização de rodas de conversa sobre direitos políticos e eleições	Foram distribuídos e entregues à comunidade 330 guias, após a realização de rodas de conversa com os indígenas, nos dois dias do evento, abordando tópicos constantes dos impressos
Divulgação da versão gravada dos guias eleitorais na língua Wai-Wai	Foram disponibilizados no local do evento 3 notebooks com fone de ouvido para que os participantes pudessem escutar a leitura do guia eleitoral realizado por um nativo da língua Wai-Wai
Votação simulada na urna eletrônica e entrega de camisetas e bonés do Programa Eleitor do Futuro (EJE)	Foram instaladas duas urnas eletrônicas para votação simulada do Programa Eleitor do Futuro, com a entrega de brindes (camisa e bonés do Programa) aos votantes. As duas urnas registraram, nos dois dias de atendimento, 548 votantes

AÇÃO DE CIDADANIA NA ALDEIA MAPUERA - ORIXIMINÁ/PA

O TRE do Pará, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, promoveu o Mutirão de Cidadania na Aldeia Mapuera entre os dias 14 e 22 de julho de 2025. A ação teve como objetivo facilitar o acesso a serviços de documentação básica e despertar o interesse político da população indígena, contando com a participação das seguintes instituições:

- Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN);
- Associação dos Notários e Registradores (ANOREG);
- Polícia Civil do Estado do Pará;
- Defensoria Pública do Estado do Pará;
- Receita Federal do Brasil;
- Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP);
- Secretaria de Estado dos Povos Indígenas (SEPI);
- Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá-Tocantins (DSEI);

- Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI); e
- Prefeitura Municipal de Oriximiná.

SERVIÇOS OFERECIDOS E RESULTADOS

29 Emissões de 2ª via de registro civil (nascimento/casamento)

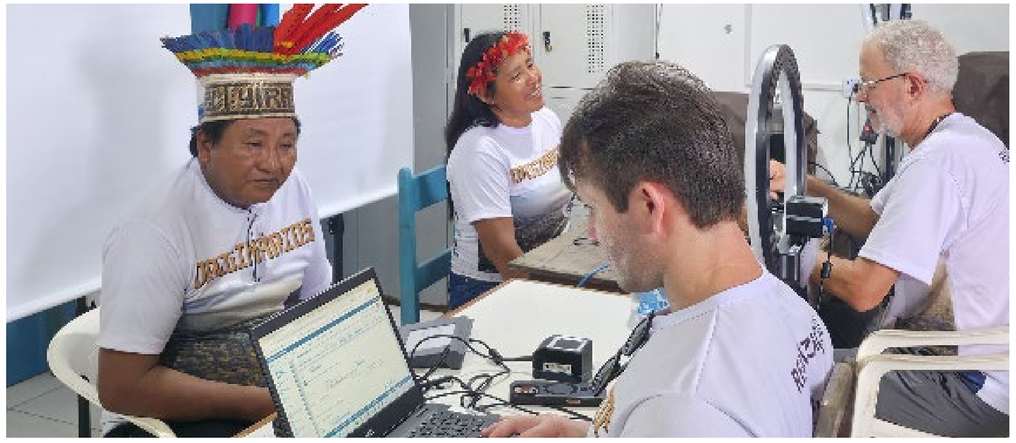
104 Emissões e regularizações de CPF

188 Emissões de carteiras de identidade

256 Emissões de fotografias 3x4

302 Alistamentos eleitorais

Total = 879 atendimentos



AÇÕES SOCIAIS COMPLEMENTARES DA JUSTIÇA ELEITORAL

AÇÃO	DESCRIÇÃO
Entrega de guias eleitorais traduzidos para a língua indígena Wai-Wai (falada na aldeia) e roda de conversa sobre direitos políticos e eleições.	Foram distribuídos e entregues à comunidade 1200 guias, após a realização de rodas de conversa com os indígenas, abordando tópicos constantes dos impressos.
Votação simulada na urna eletrônica e entrega de camisetas e bonés do Programa Eleitor do Futuro (EJE)	Foram distribuídas 475 camisas e 200 bonés. A urna eletrônica foi preparada para eleições simuladas sobre esportes, alimentos e animais preferidos da comunidade, na língua local. Houve 248 votos registrados em duas urnas eletrônicas.



Entrega de guias eleitorais na língua indígena Wai-Wai e votação simulada na urna eletrônica

6.2.1.3 BORA VOTAR!

Lançado em agosto de 2025, o programa “Bora Votar!” tem como finalidade incentivar o alistamento eleitoral de jovens de 16 e 17 anos e ampliar sua participação política. A iniciativa realiza ações itinerantes voltadas à emissão e regularização do título de eleitor, promovendo o engajamento cívico e a conscientização sobre o voto como instrumento de transformação social e fortalecimento da democracia.

O programa combina caráter educativo e mobilizador, buscando reduzir os índices de abstenção e estimular a participação ativa da juventude no processo eleitoral. Por meio de campanhas informativas e atividades de sensibilização, os participantes recebem orientações sobre o funcionamento da Justiça Eleitoral, o valor do voto e o papel de cada cidadão na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

09
municípios alcançados

4.574
estudantes e familiares atendidos

Resultado:
Formação de uma geração de eleitores(as) conscientes e participativos(as)



6.2.1.4 IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA (PopRuaJud)

CONSTITUIÇÃO DO COMITÊ LOCAL

O Tribunal deu passos largos na implementação da Política do PopRuaJud, regulamentada pela Resolução CNJ nº 425, de 2021. Primeiramente, o Órgão atuou na aprovação de um termo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 53, de 2023, do qual fazem parte, além do TRE do Pará, os demais segmentos da Justiça no Pará: Tribunal de Justiça, Tribunal do Trabalho e Seção Judiciária.

O aditivo trouxe regras para a constituição do Comitê do PopRuaJud no Pará, atendendo às disposições trazidas pela Resolução CNJ nº 605, de 2024. Atualmente, está sendo coordenado pelo TRE do Pará no biênio 2025 e 2026, dentro de um rodízio com os demais partícipes.

Sua composição é multidisciplinar e envolve aproximadamente 50 (cinquenta) integrantes, sendo composto por representantes do Judiciário e órgãos auxiliares, como Ministério Público, Defensoria Pública e OAB, por órgãos da assistência social e da saúde, por entidades religiosas e movimentos sociais de luta pelos direitos da população em situação de rua, por universidades públicas, pelo Poder Legislativo e por órgãos responsáveis pela emissão de documentos públicos, entre outros.

O colegiado teve sua página hospedada no portal da internet do TRE-PA, onde podem ser consultadas informações sobre seus integrantes, suas atribuições, sobre os canais de contato com o Comitê, além dos mutiróes realizados.

Em 2025, o Comitê atuou na subcoordenação da Semana do Registre-se, em apoio à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos dias 12,

13 e 14 de maio, realizando atendimentos em dois pontos distintos da capital paraense voltados primordialmente ao atendimento de pessoas em situação de rua e outras vulnerabilidades afins.



Atendimento eleitoral durante o mutirão da Semana do Registre-se

Ainda em 2025, nos dias 23 e 24 de setembro, o Comitê realizou o mutirão do PopRuaJud, em praça pública no centro de Belém, onde foram atendidas mais de mil pessoas. O evento contou com atendimento judicial, assistência jurídica, emissão de documentos, serviços de assistência social e saúde, de embelezamento, de doações, entre outros serviços, em parceria com diversos órgãos e entidades públicos e privados, e contou com a presença de integrantes do Conselho Nacional de Justiça, inclusive do Conselheiro Pablo Coutinho, Coordenador do Comitê Nacional do PopRuaJud.



Mutirão do PopRuaJud, em Belém

6.2.1.5 PROGRAMA "CREScer CIDADANIA"

O Projeto "Crescer Cidadania" é uma iniciativa voltada à ampliação do acesso ao direito ao voto e aos serviços da Justiça Eleitoral por eleitoras e eleitores em condição de vulnerabilidade, especialmente aqueles(as) em situação de longa permanência hospitalar ou com mobilidade reduzida. A ação foi concebida com a finalidade de mitigar barreiras físicas, sociais e institucionais que dificultam o exercício pleno da cidadania por pessoas temporária ou permanentemente impedidas de comparecer às unidades de atendimento da Justiça Eleitoral.

Fundamenta-se nas diretrizes da Resolução TSE nº 23.659/2021, em especial nos incisos III e IV do art. 1º, que orientam a preservação e a facilitação do exercício da cidadania por pessoas ainda não alcançadas pela inclusão digital, bem como a expansão e especialização dos serviços eleitorais para o atendimento adequado de pessoas com deficiência e de grupos socialmente vulneráveis e minorizados.

Também serviram de base normativa o Provimento CGE nº 03/2025, que estabelece a o atendimento presencial em locais onde se encontrem pessoas eleitoras justificadamente impedidas de comparecer ao cartório eleitoral, e as recomendações constantes do Ofício-Circular CGE nº 19/2025, da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral, voltadas ao fortalecimento da inclusão cidadã e do atendimento qualificado a grupos socialmente minorizados.

AÇÃO NO ABRIGO JOÃO DE DEUS

A ação social realizada no Abrigo João de Deus integrou a programação institucional da Corregedoria Regional Eleitoral do Pará voltada à promoção da cidadania ativa, da inclusão social e do respeito à dignidade da pessoa idosa, reafirmando o compromisso da Justiça Eleitoral com o público em situação de vulnerabilidade social.

Foram realizadas atividades de caráter pedagógico, lúdico e formativo, voltadas ao acolhimento, à valorização da cidadania e ao fortalecimento de vínculos com os idosos da instituição.

Ao todo, foram realizados 32 (trinta e dois) atendimentos biométricos, dentre operações de revisão e transferência eleitoral, assegurando maior comodidade ao público atendido, além de ter sido viabilizado aos participantes conhecerem a urna eletrônica, com demonstração prática de seu funcionamento e explicação da ordem de votação prevista para as Eleições de 2026. A atividade contribuiu para o esclarecimento de dúvidas recorrentes, reforçando a confiança na Justiça Eleitoral e estimulando o exercício consciente do direito ao voto.



CREscer CIDADANIA - Abrigo João de Deus

6.2.1.6 IMPLANTAÇÃO DO ATENDIMENTO DESCENTRALIZADO

Em 2025, foi implantado o Atendimento Descentralizado no Estado do Pará para as operações relacionadas ao cadastro eleitoral (alistamento, revisão e transferência), visando ampliar a capilaridade do atendimento ao eleitorado, e promover a desburocratização e eficiência dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral.

Por meio da Resolução TRE/PA nº 5.857, de 26 de junho de 2025, é permitida a formalização de Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE) em qualquer Cartório Eleitoral ou Central de Atendimento, independentemente da Zona Eleitoral de domicílio do(a) requerente. Em complemento, o Provimento CRE/PA nº 5/2025, dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas unidades de atendimento, com vistas à padronização, segurança jurídica e estrita observância às nomas aplicáveis ao Cadastro Eleitoral.



Reunião de apresentação do Atendimento Descentralizado com as Zonas Eleitorais, coordenada pela Desa. Maria Filomena de Almeida Buarque

A implementação do atendimento descentralizado foi realizada em duas etapas, representando avanço significativo na gestão do Cadastro Eleitoral no Pará, ao viabilizar o acesso eficaz e desburocratizado dos serviços eleitorais.

6.2.1.7 PROJETO TRE ACESSÍVEL

O Programa TRE Acessível tem como objetivo assegurar a participação plena e igualitária das pessoas com deficiência nos serviços e ações da Justiça Eleitoral, com foco na acessibilidade física, comunicacional e atitudinal. A iniciativa busca eliminar barreiras e garantir que todos os(as) eleitores(as) exerçam o direito ao voto com autonomia e segurança.

Além de promover a cidadania e a democracia, o programa aborda temas relacionados à inclusão e aos direitos da pessoa com deficiência. Entre seus principais enfoques está a importância da autodeclaração da deficiência no momento do cadastramento eleitoral. Essa informação é essencial para o planejamento e a implementação de medidas de acessibilidade, como urnas com recursos de áudio, rampas de acesso e atendimento prioritário.



Em 2025, o TRE Acessível atendeu cerca de **200** pessoas, por meio de palestras, orientações e demonstrações práticas com **urnas eletrônicas** adaptadas.



6.2.1.8 LibrELO: CURSO DE LIBRAS PARA SERVIDORES(AS) DAS ZONAS ELEITORAIS - EAD



O curso LibrELO foi concebido para a capacitação em Libras de servidores(as) das Zonas Eleitorais, com o objetivo de ampliar a inclusão da população surda no processo eleitoral, por meio de atendimento acessível em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Ofertado ao longo do exercício de 2025, na modalidade à distância (EAD), o curso possibilitou a capacitação de 126 servidores(as) de diferentes regiões do Estado, contribuindo para a redução de barreiras linguísticas e para o fortalecimento de práticas de atendimento mais inclusivas, humanas e acessíveis nas Zonas Eleitorais.

A formação permitiu o aprendizado prático da Língua Brasileira de Sinais - Libras de 30 (trinta) atendentes, contribuindo para a redução de barreiras de comunicação no atendimento presencial prestado na Justiça Eleitoral paraense e para o fortalecimento da cultura institucional de inclusão, diversidade e respeito às necessidades da população.





Aula de Libras no NAE



Aula de Libras no TRE-PA

6.2.1.9 CURSO DE LIBRAS PARA ATENDENTES NA CAPITAL

Com o objetivo de fortalecer a acessibilidade no atendimento ao público, foi realizada capacitação presencial em Língua Brasileira de Sinais (Libras) voltada a servidores(as) e colaboradores(as) que atuam no atendimento ao público na capital.

A iniciativa buscou aprimorar a comunicação com pessoas surdas e promover um atendimento mais inclusivo, eficiente e humanizado ao(à) jurisdicionado(a).

6.2.1.10 INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO PREDIAL

AMBIENTES MAIS ACESSÍVEIS E PADRONIZADOS



Em 2025, TRE do Pará instalou um novo sistema de sinalização predial na Sede e nos Anexos. O objetivo foi ampliar a acessibilidade, melhorar a orientação espacial e padronizar a comunicação visual.

RESULTADOS E PRINCIPAIS ENTREGAS

- Sinalização completa e padronizada: implantação do sistema modular e intercambiável Flex Plano, que permite atualizações rápidas e mantém a identidade visual.
- Acessibilidade total: mais de 240 metros de sinalização tátil de degraus e 180 placas táteis com Braille e alto-relevo em portas e corrimãos.
- Organização e orientação: painéis intercambiáveis de recepção e painéis intercambiáveis de pavimento.
- Segurança reforçada: 344 metros de fitas fotoluminescentes em escadas internas e externas.

BENEFÍCIOS ESTRATÉGICOS

- Acessibilidade e inclusão: Circulação mais segura, com foco nas pessoas com deficiência;
- Segurança: escadas visíveis (redução de riscos de acidente em caso de baixa luminosidade e emergências);
- Eficiência: maior facilidade de localização espacial por servidores(as) e visitantes;
- Padronização institucional: comunicação visual unificada, reforçando a organização e modernização do TRE-PA

INVESTIMENTO

Valor global do contrato nº 212/2024:
R$ 372.099,50, firmado com a empresa Flex Projetos e Sistemas Ltda.

6.2.1.11 PROGRAMA DISTINTO ELEITOR

O programa Distinto Eleitor, criado em 2023, é uma iniciativa de responsabilidade social do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA) voltada à promoção da cidadania e da participação política da população idosa. Seu objetivo é incentivar e capacitar eleitores a partir dos 60 anos para exercerem o direito ao voto de forma segura e consciente.





Em 2025, o programa foi realizado em dois municípios paraenses, atendendo 245 pessoas idosas. As atividades envolveram palestras e simulações de votação, realizadas em centros sociais e grupos de convivência, abordando temas como direitos da pessoa idosa, funcionamento do processo eleitoral e segurança da urna eletrônica.

A iniciativa reforça o compromisso do TRE/PA com a inclusão e o protagonismo do(a) eleitor(a) idoso(a), assegurando condições para sua participação ativa no processo democrático e o fortalecimento da confiança nas instituições eleitorais.

6.2.1.12 AÇÃO DE CIDADANIA NA APAE BELÉM

No dia 26 de março de 2025, foi realizada ação de cidadania na APAE Belém, numa parceria do TRE-PA com aquela instituição, onde foi oportunizado atendimento a aproximadamente 500 pessoas, entre alunos com deficiência, familiares e profissionais que nela atuam, com o objetivo de ampliar o acesso da população com deficiência aos serviços da Justiça Eleitoral.

Durante a atividade, foram ofertados atendimentos de biometria, alistamento,

transferência e revisão cadastral, além de demonstrações da urna eletrônica e orientações sobre direitos políticos e acessibilidade, contribuindo para a preparação de atendimentos eleitorais posteriores e para o fortalecimento de práticas institucionais mais inclusivas.



Atendimento eleitoral na Apae Belém

6.2.1.13 PALESTRA SOBRE O ANTICAPACITISMO EM PARCERIA COM A APAE BELÉM

No dia 21 de março de 2025, foi realizada no Núcleo de Atendimento ao Eleitor de Belém - NAE palestra em formato de roda de conversa. A ação, promovida em parceria com a APAE Belém, integrou as ações alusivas ao Dia Mundial da Síndrome de Down, onde foram abordadas práticas de atendimento humanizado e anticapacitista.



Palestra Anticapacitista no NAE

A atividade contou com a participação de 30 servidores(as) e colaboradores(as), que receberam orientações práticas voltadas ao acolhimento, à empatia, à escuta qualificada e à autonomia das pessoas com deficiência no atendimento eleitoral.



6.2.1.14 PARCERIA COM O CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO (CIIR) VISANDO AO ATENDIMENTO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

No dia 02 de abril de 2025, dando início à parceria estabelecida com o Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) do Pará, foram desenvolvidas no Fórum Eleitoral de Ananindeua atividades alusivas à data, com foco na sensibilização e na construção de um ambiente mais acessível e acolhedor às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares, incluindo uma palestra aos(às) atendentes, ministrada pela pedagoga da instituição, abordando as melhores formas de atender pessoas com TEA.

Em continuidade às atividades, no dia 10 de abril de 2025, foi ainda realizada, sob a coordenação do Núcleo de Atendimento ao Eleitor (NAE) de Belém, uma ação itinerante na sede do Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR).

Na ocasião, foram ofertados diversos serviços eleitorais, como emissão de título de eleitor, revisão cadastral, transferência de domicílio eleitoral e atividades de divulgação do processo eletrônico de votação, mediante distribuição de materiais educativos. Durante a ação, a Escola Judiciária Eleitoral (EJE) promoveu um simulado eleitoral com treino na urna eletrônica, proporcionando às pessoas com deficiência, incluindo aquelas com TEA, uma experiência prática e orientada, contribuindo significativamente para a redução de barreiras no exercício do voto.

PERSPECTIVA SOCIEDADE

6.2.2 MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Diversificar as estratégias de comunicação com a criação de mídias educativas e informativas, visando esclarecer e disseminar temas eleitorais, inclusive combatendo a desinformação. Preconiza, ainda, a integração institucional para eficiência dos serviços públicos.

6.2.2.1 RAÍZES

O Projeto Raízes é uma iniciativa da Justiça Eleitoral do Pará voltada ao resgate, preservação e difusão da memória histórico-eleitoral do Estado, que tem como objetivo central a estruturação de um Centro de Memória físico e de um repositório digital de documentos, de forma a assegurar a guarda e o acesso público ao patrimônio documental do TRE-PA.

O projeto utiliza como base tecnológica o sistema Access to Memory (AtoM), ferramenta reconhecida internacionalmente por sua eficiência na descrição, gestão e disponibilização de acervos arquivísticos e históricos. O uso da plataforma garante a adoção de padrões técnicos de referência e amplia a transparência e a acessibilidade dos documentos à sociedade.

A iniciativa consolida-se como ação estratégica, e está alinhada à Política de Preservação da Memória do Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), reforçando o compromisso do TRE-PA com a construção da memória democrática do Estado.

6.2.2.2 PROGRAMA NACIONAL ELEITOR DO FUTURO - PNEF

O Programa Nacional Eleitor do Futuro é uma iniciativa da Justiça Eleitoral brasileira, voltada à formação cívica e política de crianças, adolescentes e jovens, com foco na construção de valores democráticos e na conscientização sobre o papel do cidadão na sociedade.



Em 2025, o programa foi realizado em oito municípios paraenses, alcançando cerca de 5 mil participantes. As atividades promoveram o conhecimento sobre direitos, deveres e garantias constitucionais, incentivando o protagonismo juvenil e o engajamento social. A ação consolidou-se como uma das principais iniciativas de responsabilidade social do TRE-PA, contribuindo para a formação de cidadãos(às) críticos(as) e conscientes, aptos(as) a participar de forma qualificada do processo democrático e do fortalecimento das instituições públicas.

6.2.2.3 EXPOSIÇÕES NO CENTRO CULTURAL DA JUSTIÇA ELEITORAL - CCJE

O ano de 2025 foi marcado por intensa programação cultural no Centro Cultural da Justiça Eleitoral do Pará (CCJE), que recebeu aproximadamente 800 visitantes ao longo do período. O espaço consolidou-se como ambiente de valorização da memória institucional, da arte e da cidadania, promovendo exposições temporárias que dialogam com temas contemporâneos e com a diversidade cultural da Amazônia.



Vozes por Geordana



Meu Pedacinho de Chão II



Triângulo das Águas

Por meio do Edital de Pautas Artísticas 2025, o calendário anual foi composto pelas seguintes mostras: “Esboço de um Desejo Louco por Você”, “Imaginários de um Norte” e “Triângulo das Águas”, bem como pelas exposições “Meu Pedacinho de Chão II” e “Retratos de Nós: Exposição de Talentos no CCJE”, em incentivo à expressão criativa de servidores(as) da Justiça Eleitoral.

A exposição “Vozes por Geordana” integrou a programação do evento “Todas e Todos por Elas”. A iniciativa buscou transformar o espaço da Justiça Eleitoral/CCJE em território de memória, denúncia, acolhimento e articulação entre instituições públicas e a sociedade, para reflexão, arte e promoção dos direitos humanos, em consonância com os valores democráticos e de justiça social.

6.2.2.4 PROJETO VISITA GUIADA AO TRE-PA

O Programa Visita Guiada do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) tem como finalidade aproximar a Justiça Eleitoral da sociedade, promovendo o conhecimento sobre suas funções e o papel que desempenha na consolidação da democracia. A iniciativa é voltada, principalmente, a estudantes de cursos de Direito, Filosofia, Serviço Social e áreas afins.





O programa possibilita aos participantes conhecer a estrutura e o funcionamento do Tribunal, com uma programação que inclui acompanhamento de sessão plenária, palestras sobre o processo eleitoral e demonstrações do funcionamento da urna eletrônica. A visita inclui a apresentação da Biblioteca e do Centro Cultural da Justiça Eleitoral do Pará, espaços voltados à preservação da memória institucional e à promoção da educação cívica.

A ação reforça o compromisso do TRE-PA com a transparência, a formação cidadã e a aproximação entre o Poder Judiciário e a comunidade acadêmica.

Resultados de 2025	02	80
	instituições de ensino alcançadas	estudantes atendidos

6.2.2.5 PROGRAMA Vem TREinar

O programa **"Vem TREinar!"** tem como objetivo aproximar o(a) eleitor(a) do processo de votação eletrônica, fortalecendo a confiança no sistema eleitoral brasileiro. A iniciativa permite que o(a) cidadão(a) pratique o voto em uma urna eletrônica, compreenda a ordem de votação e esclareça dúvidas sobre o funcionamento do equipamento e as etapas do pleito.



Projeto Vem TREinar

Em 2025, as ações foram realizadas em sete municípios paraenses, alcançando aproximadamente 2.500 participantes. Durante as atividades, o público pôde simular a votação para o pleito de 2026, aprendendo que, na próxima eleição, os(as) eleitores(as) farão seis escolhas: deputado federal, deputado estadual, dois senadores, governador e presidente da República.


Projeto Vem TREinar em Mapuera

A iniciativa contribui para a transparência do processo eleitoral e para o exercício consciente do voto, promovendo a participação cidadã e o fortalecimento da democracia.

6.2.2.6 ESCOLA DE FORMAÇÃO POLÍTICA

ESCOLA DE FORMAÇÃO POLÍTICA TRE PA 2025

A Escola de Formação Política tem como finalidade promover a qualificação cidadã e política de participantes interessados(as) em compreender e atuar de forma ética e informada no cenário político e social. A iniciativa busca fortalecer o debate democrático e aprimorar a qualidade da participação cívica no Estado, sem vínculo partidário ou eleitoral.

Em 2025, foi concluída a IV Turma da Escola de Formação Política, com a certificação de 26 participantes, que desenvolveram competências voltadas à compreensão crítica das instituições democráticas e à atuação responsável no contexto político contemporâneo.

A metodologia adotada foi estruturada em quatro módulos, compostos por seis aulas cada, com conteúdos interdisciplinares que combinam teoria política, cidadania, ética pública e práticas democráticas. A formação contribui para o desenvolvimento de lideranças comprometidas com o fortalecimento da democracia e a promoção do diálogo social.



6.2.2.7 PALESTRA E RODAS DE CONVERSA SOBRE PARTICIPAÇÃO FEMININA, POLÍTICAS AFIRMATIVAS E LETRAMENTO RACIAL

Em 2025, houve uma agenda diversificada de palestras, rodas de conversa e cursos promovidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), totalizando

661 participantes. As atividades buscaram ampliar o conhecimento em temas sociais, históricos e jurídicos, fortalecendo a cultura institucional de debate e de formação continuada.


Curso “Acordo de Não Persecução Penal (ANPP”)

Ao todo, foram realizados sete eventos entre palestras, rodas de conversa e um curso de relevância processual ministrado pelo Dr. José Jairo Gomes, sob o tema **“Acordo de Não Persecução Penal (ANPP)”**. A programação refletiu o compromisso do Tribunal com pautas contemporâneas, como igualdade de gênero, relações étnico-raciais e memória eleitoral, promovendo o diálogo sobre inclusão, representatividade e fortalecimento democrático.

Essas ações consolidam o papel do TRE-PA como instituição promotora do conhecimento e da reflexão crítica, contribuindo para o desenvolvimento de uma Justiça Eleitoral mais preparada, sensível às transformações sociais e comprometida com os valores da democracia e dos direitos humanos.

6.2.2.8 PALESTRA “VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO”

Durante o evento “Diálogos Partidários”, ocorrido no dia 23 de outubro de 2025, na Câmara Municipal de Santarém, foi realizada a palestra Palestra “Violência Política de Gênero”, ministrada pela Dra. Taína Monteiro Colares da Costa, Juíza Eleitoral da 51ª Zona Eleitoral, e mediado pela Dra. Luzimara Costa Moura, advogada e ex-membra da Corte Eleitoral do Pará.

O evento teve como público-alvo Partidos Políticos, onde, juntamente com as temáticas de cotas de gênero, cassação de candidaturas e mandatos pela inobservância da legislação eleitoral, ocupou espaço estratégico ao abordar as formas de violência que impactam diretamente a permanência e a atuação de mulheres na política, especialmente aquelas relacionadas à violência política de gênero.

O tema representa pauta relevante no cenário político-eleitoral nacional, especialmente no que se refere à promoção de um ambiente democrático, plural e livre de discriminação.


Palestra “Violência Política de Gênero”, ministrada no evento “Diálogos Partidários”.

6.2.2.9 PROJETO CIRCULAR CCJE – Cultura, Arte e Memória





O Centro Cultural da Justiça Eleitoral do Pará (CCJE) integra ativamente o Projeto Circular – Campina Cidade Velha, rede colaborativa de agentes culturais que atua na dinamização artística e patrimonial do Centro Histórico de Belém. Instalado no bairro da Campina, o CCJE reconhece a relevância dessa articulação e participa de suas edições com ações voltadas à valorização da memória e da cultura democrática.

Em 2025, a parceria foi fortalecida com a realização de cinco edições do projeto, nas quais o TRE-PA manteve participação constante, abrindo as portas do CCJE ao público visitante para acesso às exposições temporárias em cartaz e à mostra permanente "O Alvorecer da Justiça Eleitoral no Pará (1932–1937)", que retrata o surgimento da instituição no estado e o processo de consolidação do voto no Brasil.

A iniciativa reafirma o compromisso do TRE-PA com a preservação e difusão da memória democrática, promovendo o diálogo entre arte, cultura e cidadania no Estado.

6.2.2.10 AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA FORMULAÇÃO DAS METAS 2026

Voz ativa: sociedade e servidores definem as prioridades da Justiça Eleitoral 2026



Através de um modelo inédito de cooperação entre 10 tribunais e consultas diretas ao cidadão, o TRE-PA consolida metas que refletem os anseios por uma justiça mais ágil e transparente.

A Força da Colaboração Interinstitucional

A construção das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2026 no TRE do Pará não foi um processo isolado. Em um marco de governança judiciária, o Tribunal integrou o Ato Concertado nº 02/2025, uma parceria estratégica entre 10 Tribunais Regionais Eleitorais (AL, AM, CE, MG, PA, PR, RO, RR, RS e TO).

O ponto alto da cooperação foi a Audiência Pública Conjunta, realizada em 21 de março de 2025. O evento, realizado em formato híbrido, permitiu que as particularidades da Amazônia fossem ouvidas em um contexto nacional, garantindo que as metas de produtividade e celeridade respeitem as realidades regionais, mas mantenham o padrão de excelência exigido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Cidadão como Coautor da Estratégia

Para o TRE-PA, a gestão participativa é uma ferramenta de legitimidade. Entre fevereiro e março de 2025, o Tribunal abriu as portas digitais para a sociedade através de uma Consulta Pública Eletrônica. Os resultados foram reveladores: 73,3% dos participantes foram cidadãos comuns, seguidos por advogados (16,7%) e estudantes (10%).

A mensagem da sociedade foi clara: há um apoio massivo à continuidade das metas de desempenho. Mais de 93% dos respondentes votaram pela manutenção da Meta 1 (julgar mais processos que os distribuídos), reforçando que a prioridade do paraense é uma justiça célere.

Inteligência Coletiva: O Protagonismo Interno

O diálogo estendeu-se para dentro da instituição. Em 31 de julho de 2025, magistrados(as) e servidores(as) reuniram-se em uma consulta interna para validar a exequibilidade das metas.



O índice de concordância foi ainda maior, chegando a 99,2% na Meta 2 (julgar processos antigos). Esse alinhamento garante que o planejamento não seja apenas um desejo, mas um compromisso assumido por quem opera o sistema na ponta, desde os grandes centros até as Zonas Eleitorais mais remotas.

6.2.2.11 MUTIRÃO "CASA DA JUSTIÇA"

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) participou do Projeto Casas de Justiça e Cidadania, iniciativa interinstitucional formalizada por meio de Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) e demais parceiros institucionais.

O projeto teve como finalidade ampliar o acesso à justiça, promover a cidadania, fortalecer a cultura de paz e aproximar o Poder Judiciário da sociedade, especialmente em territórios de maior vulnerabilidade social.

A atuação do TRE-PA esteve alinhada à sua missão constitucional, às diretrizes de governança colaborativa e aos princípios da eficiência, inclusão social e entrega de valor público, que se concretizou por meio de sua participação em mutirões de cidadania, destacando-se os realizados na Usina da Paz do Icuí-Guajará, na Ação de Justiça, Cidadania e Saúde ocorrida na Comunidade Quilombola Baixo Itacuruçá, em Abaetetuba.



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELEITORAIS À POPULAÇÃO

O TRE-PA ofertou atendimento direto ao cidadão durante as ações do projeto, incluindo:

- Emissão de título de eleitor;
- Atualização cadastral;
- Regularização da situação eleitoral;
- Coleta de dados biométricos.

Os atendimentos ocorreram de forma presencial, em estrutura itinerante instalada nas Usinas da Paz e demais espaços parceiros, facilitando o acesso da população aos serviços eleitorais.

AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Foram realizadas atividades educativas voltadas à conscientização cidadã e eleitoral, destacando-se:

- Palestras e orientações sobre direitos políticos, democracia e participação social;
- Utilização de urna eletrônica para simulação de voto, com caráter educativo e lúdico.

Essas ações contribuíram para o fortalecimento da confiança no processo eleitoral e para a formação de uma cultura democrática.



RESULTADOS ALCANÇADOS

A participação do TRE-PA no Projeto Casas de Justiça e Cidadania resultou em:

- Ampliação do acesso da população aos serviços eleitorais
- Maior aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade
- Fortalecimento da cidadania e da inclusão social
- Integração efetiva entre os ramos do Poder Judiciário
- Contribuição para a promoção da cultura de paz e da justiça restaurativa



VALOR PÚBLICO GERADO

As ações desenvolvidas pelo TRE-PA geraram valor público ao:

- Reduzir barreiras de acesso aos serviços eleitorais;
- Promover direitos políticos e cidadania;
- Fortalecer a confiança social nas instituições democráticas; e

• Atuar de forma integrada e eficiente com outros órgãos do sistema de Justiça.



6.2.2.12 FESTLABS 2025

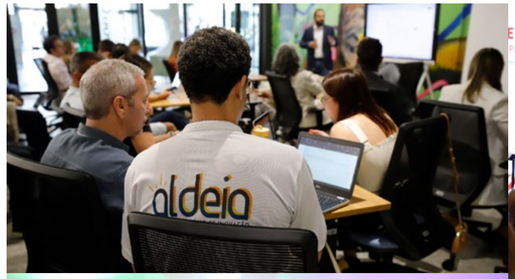


O FestLabs (Festival de Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário) é o principal evento de inovação do sistema de justiça brasileiro. A ação promove o compartilhamento de experiências e boas práticas entre tribunais e fortalece a cultura de inovação no Judiciário, conforme a Resolução CNJ nº 395/2021.

Em 2025, Belém (PA) sediou a 5ª edição nacional do FestLabs, com o tema “Amazônia e Inovação: Novos Caminhos para a Justiça”. O evento reuniu magistrados(as), servidores(as) e especialistas para discutir soluções que tornem a Justiça mais eficiente, acessível e centrada nas pessoas.

A programação incluiu palestras, oficinas e apresentações de projetos, além de atividades externas, como visita técnica à Ilha do Combu e corrida/caminhada na Universidade Federal do Pará (UFPA). A edição também reforçou o compromisso com sustentabilidade, com ações de monitoramento de consumo e medidas de mitigação de emissões de gases de efeito estufa.

Mais de **600**	**4 tribunais**	**de 03 a 06**
participantes	na organização consorciada: TJPA, TRT8, TRE-PA e TRF1	de setembro de 2025









6.3 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

6.3.1 MACRODESAFIO: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL



Garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, visando à razoável duração do processo, com a melhoria do sistema de tramitação processual por meio da gestão qualitativa da informação judicial. Envolve o mapeamento e o desenvolvimento de soluções para os pontos críticos que comprometam a prestação jurisdicional e inclui, quando viável, a gestão documental sistêmica e a utilização de técnicas avançadas de computação.

6.3.1.1 SESSÕES PLENÁRIAS COM IA

DESCRIÇÃO E OBJETIVO

O projeto implementou a utilização de Inteligência Artificial para a conversão automática de sessões de julgamento em arquivos de texto. O objetivo central foi otimizar o trabalho da equipe técnica da Secretaria Judiciária, garantindo maior precisão nos registros e ampliando a acessibilidade das sessões de julgamento para a sociedade. Esta iniciativa está alinhada ao objetivo estratégico de Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.

A solução tecnológica, denominada TranscrevIA, foi desenvolvida pela Coordenadoria de Sistemas (COSIS/STI).

DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

Eficiência e Saúde:
A automação reduziu o tempo de transcrição manual e mitigou riscos à saúde auditiva das(os) servidoras(es), antes expostos a longos períodos de uso de fones de ouvido.

Entrega Antecipada:
Embora o cronograma original previsse a conclusão da geração de arquivos para o final de 2025, a solução foi utilizada com sucesso já em junho de 2025, para atender determinações judiciais específicas.

Funcionalidades:
O sistema processa links do YouTube para disponibilizar documentos de texto precisos e confiáveis para consulta e pesquisa.

EVOLUÇÃO E INOVAÇÃO

A ferramenta representa um marco de modernização nos processos de trabalho do Tribunal.

6.3.1.2 SIMPLIFICA, PJE!

O projeto se propõe a desenvolver habilidades para melhoria continuada da utilização do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) de forma eficiente, e a uniformizar a classificação e tramitação dos processos, resultando em maior agilidade e transparência na prestação jurisdicional.

Os principais objetivos incluem:

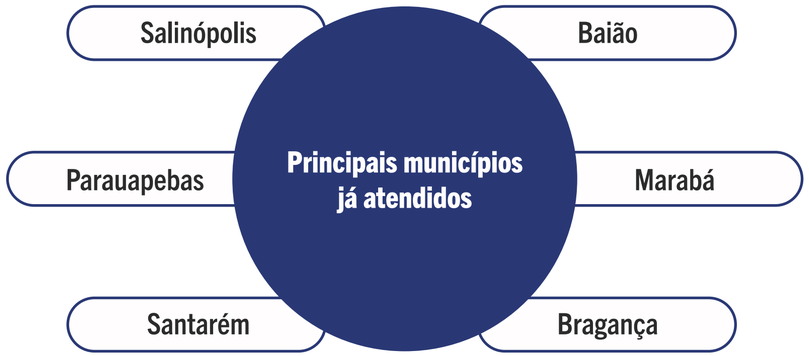
- Treinamento Prático: Oferecer capacitação presencial focada nas necessidades de cada Zona Eleitoral.
- Conformidade Normativa: Orientar sobre o uso correto do sistema conforme a Tabela Processual Unificada (TPU) e os indicadores do "Prêmio CNJ de Qualidade".
- Eficiência Operacional: Aumentar a produtividade por meio da redução da curva de aprendizado dos(as) servidores(as).

Execução e Ações Realizadas

O cronograma de execução foi estabelecido para um período de 13 meses, com término previsto somente para abril de 2026.

Investimento

O total de recursos utilizados com diárias e passagens de servidores(as) para as Zonas Eleitorais permanece dentro do limite orçamentário previsto inicialmente, registrado no valor de R$ 50.000,00.



Além dos deslocamentos presenciais, o projeto incluiu a modalidade de capacitação remota como uma ferramenta estratégica de nivelamento e suporte. Essa ação reflete o uso de recursos tecnológicos para otimizar o alcance do projeto, permitindo a participação de servidores de diferentes localidades simultaneamente sem o ônus de novos deslocamentos.

Abrangência Operacional:

O formato permitiu a interação direta entre instrutores experientes da sede e servidores de Zonas Eleitorais como Baião (35ª ZE), Ourém (41ª ZE), Santana do Araguaia (46ª ZE) e Breu Branco (103ª ZE), entre outras.

6.3.1.3 DIÁLOGOS PARTIDÁRIOS

O projeto "Diálogos Partidários" propõe aproximar a Justiça Eleitoral dos partidos políticos, com foco no dia a dia partidário e nas Eleições Gerais de 2026, além de desenvolver habilidades dos(as) representantes partidários no uso das plataformas e sistemas oferecidos pela Justiça Eleitoral.

A iniciativa surgiu da percepção de que uma parcela dos(as) usuários(as) dos sistemas partidários encontram dificuldades, e, por vezes, incorrem em erros no uso das plataformas fornecidas pela Justiça Eleitoral, com prejuízos nas suas atividades, além de impactos diretos na própria Justiça Eleitoral.

Assim, idealizou-se a realização de palestras híbridas e oficinas presenciais, com uso de recursos de linguagem simples, para traduzir e orientar os partidos políticos quanto às normas, procedimentos e erros mais recorrentes, visando evitá-los. O primeiro ciclo do projeto, realizado nos dias 27, 28 e 29 de maio de 2025, envolveu a realização de palestras, onde foram abordados diversos temas de interesse dos partidos, como: distribuição de vagas no sistema proporcional,

normas que regulam as anotações partidárias, principais causas para devolução e diligências nos procedimentos de anotação partidária, boas práticas de gestão, questões gerais sobre a apresentação de contas anuais, além da apresentação das funcionalidades do sistema de gerenciamento de informações partidárias (SGIP), plataforma usada para envio das composições dos órgãos partidários e delegados.

A segunda fase do projeto foi realizada sob o formato híbrido, na Câmara Municipal de Santarém, em parceria da Comissão de Incentivo à Participação Política Feminina do TRE-PA (CIPF), tendo como pauta os desafios na representação política feminina na política, onde destacaram-se:

- Responsabilidades legais dos partidos no cumprimento das cotas de gênero para candidaturas a cargos eletivos;
- Desafios e avanços na representação feminina: direitos, poder e transformação social; e
- Violência política de gênero: barreiras à representação feminina.





Em dezembro de 2025 o TRE-PA foi contemplado com o **Selo Linguagem Simples, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ**, sendo o projeto “Diálogos Partidários” uma das ações incritas no eixo “Articulação interinstitucional e social” que contribuíram para este importante reconhecimento.

6.3.1.4 PLANO DE MONITORAMENTO CONTÍNUO (PMC) DAS UNIDADES JURISDICIONAIS DE 1º GRAU DA JUSTIÇA ELEITORAL DO ESTADO DO PARÁ

Instituído pelo Provimento CRE nº 2, de 21 de fevereiro de 2025, o Plano de Monitoramento Contínuo (PMC) visa assegurar a regularidade e a eficiência das unidades jurisdicionais de 1º grau da Justiça Eleitoral do Pará. A iniciativa foca na otimização do acompanhamento do acervo processual e no fortalecimento da produtividade, garantindo o cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário e o aprimoramento dos indicadores avaliados pelo Prêmio CNJ de Qualidade.

A execução e a avaliação do plano estão sob a responsabilidade da equipe técnica

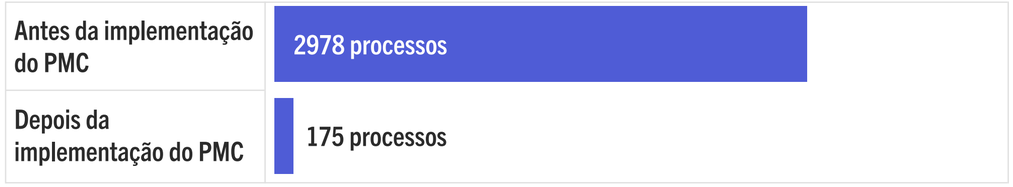
da Corregedoria Regional Eleitoral do Pará, que utiliza sistemas corporativos, relatórios gerenciais e registros de fiscalização como evidências objetivas de desempenho. Alinhado ao modelo de governança do TRE-PA, o PMC consolida uma prestação jurisdicional mais célere e transparente, fundamentada no monitoramento constante dos resultados alcançados pelas Zonas Eleitorais.

Em 2025, foram monitoradas 22 (vinte e duas) Zonas Eleitorais, dentre a quais foi constatado que a maioria das atingiu as metas institucionais estabelecidas pelo Tribunal, com destaque para o cumprimento das Metas 1, 2 e 4.

PROCESSOS DE CONHECIMENTO SEM JULGAMENTO



PROCESSOS PARADOS HÁ MAIS DE 30 DIAS



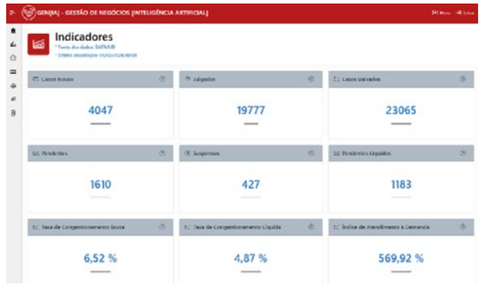
ZONA ELEITORAL	META 1	META 2	META 4
1ª Zona Eleitoral - Belém	150,00%	111,90%	100,00%
3ª Zona Eleitoral - Soure	106,64%	121,43%	100,00%
9ª Zona Eleitoral - Curuçá	103,86%	121,43%	155,55%
11ª Zona Eleitoral - São Miguel do Guamá	103,38%	121,43%	150,00%
24ª Zona Eleitoral - Conceição do Araguaia	104,99%	121,43%	150,00%
28ª Zona Eleitoral - Belém	99,55%	100,00%	100,00%
32ª Zona Eleitoral - Marapanim	97,38%	121,43%	50,00%
33ª Zona Eleitoral - Nova Timboteua	107,41%	121,43%	137,50%
34ª Zona Eleitoral - Itaituba	109,55%	121,43%	145,55%
40ª Zona Eleitoral - Tucuruí	104,51%	121,43%	138,89%
44ª Zona Eleitoral - Portel	105,81%	121,43%	150,00%
49ª Zona Eleitoral - Mãe do Rio	102,13%	121,43%	116,66%
50ª Zona Eleitoral - Castanhal	100,00%	121,43%	150,00%
57ª Zona Eleitoral - São João do Araguaia	102,74%	113,49%	150,00%
64ª Zona Eleitoral - Salinópolis	116,56%	113,49%	83,33%
68ª Zona Eleitoral - Rurópolis	102,38%	100,00%	140,91%
74ª Zona Eleitoral - Tucumã	102,76%	121,43%	141,27%
78ª Zona Eleitoral - Marituba	102,13%	121,43%	150,00%
84ª Zona Eleitoral - Dom Eliseu	101,18%	116,96%	137,03%
93ª Zona Eleitoral - Tailândia	106,19%	114,28%	150,00%
100ª Zona Eleitoral - Marabá	101,82%	121,43%	150,00%
107ª Zona Eleitoral - Ananindeua	99,53%	121,43%	100,00%

Dados extraídos do sistema Monitora Zona na data de 18/12/2025.

6.3.1.5 ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES DE PRODUTIVIDADE ESTABELECIDOS PELO CNJ



No exercício de 2025, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) consolidou o uso do GenIA, ferramenta de *Business Intelligence* desenvolvida internamente por este Regional, para monitorar o acompanhamento dos indicadores de produtividade. A implementação do GenIA representa um marco de inovação tecnológica para a instituição, uma vez que utiliza Inteligência Artificial para a extração, o tratamento e a apresentação dos dados estatísticos provenientes do Processo Judicial Eletrônico (PJe).





A ferramenta permite uma integração customizada às necessidades específicas da Justiça Eleitoral paraense, garantindo maior precisão e agilidade na geração de relatórios e painéis gerenciais, possibilitando um acompanhamento pormenorizado do acervo processual e a identificação célere das iniciativas necessárias para o atingimento das Metas Nacionais. Essa estrutura de suporte à decisão otimizou a atuação da alta gestão e das unidades judiciárias, fortalecendo a transparência institucional e a eficiência na prestação jurisdicional à sociedade.

6.3.1.6 ACOMPANHAMENTO DAS METAS NACIONAIS DE PRODUTIVIDADE DO PODER JUDICIÁRIO - 1º E 2º GRAUS

No que tange às Metas Nacionais processuais, metas 1, 2 e 4, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará consolidou, em 2025, seu modelo de monitoramento estratégico de produtividade. A atuação pautou-se na otimização de recursos e na inteligência de dados para manter a excelência alcançada nos ciclos anteriores.

Estratégia e Monitoramento

Em 2025, o Tribunal realizou o acompanhamento contínuo do acervo, com especial atenção aos processos remanescentes do pleito municipal de 2024. A gestão direcionou o apoio operacional e financeiro de modo abrangente, fortalecendo as unidades judiciárias com maior volume de processos complexos, garantindo que a força de trabalho fosse alocada onde a demanda por celeridade era mais latente.

A mobilização de equipes multidisciplinares — compostas por servidores(as) atuando em regime híbrido — permitiu uma troca de experiências vital para a padronização de procedimentos nas Zonas Eleitorais, elevando a qualidade técnica das decisões e dos atos processuais. O apoio operacional ocorreu, em quase sua totalidade, sem custos de diárias e passagens para a Administração, em quase sua totalidade, havendo tão somente registros em banco de horas, quando necessário e previamente autorizado pela Diretoria-Geral do TRE-PA

Graças ao esforço coordenado de magistrados(as) e servidores(as) o TRE do Pará manteve a trajetória de cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, reafirmando seu compromisso com uma Justiça Eleitoral moderna, célere e transparente para a sociedade paraense.

PROCESSOS	TRIBUNAL	1º GRAU	2º GRAU
Casos Novos	5644	4258	1386
Pendentes	3820	1017	2803
Baixados	23680	21658	2022

INDICADOR	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO
Meta 1	105,03%
Meta 2	141,29%
Meta 2 - Processos mais antigos	100,00%
Meta 4 - Eleições 2022	106,84%
Meta 4 - Eleições 2024	186,73%

Meta 1:
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025.

Meta 2:
Identificar e julgar, até 31/12/2025, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2023 e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos (2019) ou mais.

Meta 4:
Identificar e julgar até 31/12/2025, 90% dos processos referentes às eleições de 2022 e 50% dos processos referentes às eleições de 2024, distribuídos até 31/12/2024, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade.

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

6.3.2 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Formulação, implantação e monitoramento de políticas e estratégias aderentes às especificidades locais, produzidas de forma colaborativa pelos atores desta justiça especializada e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à desburocratização, à simplificação de processos internos e adoção das melhores práticas de gestão e governança.

6.3.2.1 NOVO PEJEPA

O Novo PEJEPA e o Futuro do Voto no Pará

Com foco na economicidade e no protagonismo do seu corpo funcional, o TRE-PA conclui em 2025 as bases para um ciclo estratégico 2027-2032 voltado à eficiência e à inclusão social.

Inteligência e Economicidade: O Valor do Recurso Público

O ano de 2025 consolidou um marco na gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Pará: a escolha por um modelo de planejamento que une excelência técnica e responsabilidade fiscal. Em vez de grandes contratos de consultoria externa, o Tribunal apostou na cooperação interinstitucional, trazendo a expertise de instrutoria para guiar os estudos preliminares do Novo PEJEPA.

Essa decisão estratégica gerou uma economia significativa aos cofres públicos. Sob a coordenação da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), 2025 foi o ano de mapear insumos e alinhar o Pará às diretrizes nacionais do Conselho Nacional de Justiça, assegurando que o Tribunal esteja pronto para os desafios do próximo ciclo.



Protagonismo: Servidores construindo o Futuro

A grande força do Novo PEJEPA reside no protagonismo do quadro de servidores(as), que irão transformar dados brutos em inteligência institucional. Esse movimento ganhará ainda mais tração em 2026, com a realização de oficinas participativas e workshops em que o corpo funcional terá a voz principal na definição dos objetivos estratégicos.

O objetivo é que o plano não seja apenas um documento de prateleira, mas uma construção coletiva que entenda as complexidades logísticas e sociais do Pará. Em 2026, o foco será o desdobramento da estratégia em planos de gestão garantindo que a modernização da Justiça Eleitoral resulte em serviços mais rápidos e acessíveis para o cidadão em cada um dos 144 municípios paraenses.

6.3.2.2 TÁ CONTRATADO!

O Projeto “Tá Contratado!” usa a Inteligência Artificial (IA) para modernizar o processo de contratações do TRE do Pará, promovendo maior eficiência e apoio às unidades que atuam no planejamento, governança e gestão contratual. A iniciativa é colaborativa e reúne unidades da área de contratações e de tecnologia, sob a gerência da Coordenadoria de Licitações e Contratos (COLIC). A primeira

etapa foi a capacitação interna em Inteligência Artificial e Linguagem Simples, que preparou as equipes para usar as ferramentas com segurança. Com essa base, foram criados três assistentes de IA especializados:

NOME DO ASSISTENTE	ESPECIALIDADE
Governança das Contratações	O iPCA - Governança das Contratações é um assistente de IA para governança e planejamento das contratações, focado no PCA/Sistema Plano, que orienta, revisa e valida registros antes do encaminhamento institucional e esclarece temas de governança (riscos, integridade, transparência, sustentabilidade e indicadores).
Fiscalização Contratual	O FISCAL.IA é um assistente de IA para gestão e fiscalização da execução contratual, focado no acompanhamento dos contratos administrativos, que orienta os fiscais, apoia o controle de prazos, gera checklists e esclarece dúvidas sobre procedimentos e etapas processuais.
Planejamento das Contratações e Sustentabilidade	O PlanejAI é um assistente de IA voltado ao planejamento das contratações, especializado na elaboração e revisão técnica de DOD, ETP, TR e Mapas de Risco, que assegura a conformidade com as normas e os modelos padronizados, orienta a escolha da melhor solução, sugere critérios de sustentabilidade, simula a proporcionalidade das sanções e aplica técnicas de linguagem simples, elevando o padrão de governança das contratações do Tribunal.

6.3.2.3 UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE IA NO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

Em 2025, o TRE-PA passou a usar ferramentas de Inteligência Artificial (IA) para apoiar a fase de planejamento das contratações, tornando o processo mais ágil, objetivo e padronizado, além de aproximar as entregas dos requisitos necessários para cada contratação.

A IA auxilia na elaboração, revisão e simplificação de documentos como:

- Documento de Oficialização da Demanda (DOD);
- Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- Termo de Referência (TR) / Projeto Básico (PB);
- Mapa de gerenciamento de Riscos;
- Mapa comparativo de preços;
- Minuta de Edital/Aviso de dispensa eletrônica;
- Minuta do contrato administrativo; e
- Minuta de Ata de Registro de preços.



Gemini



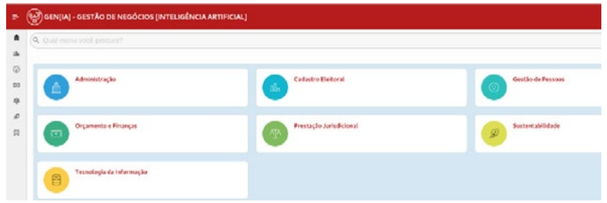
NotebookLM

Próximos passos

- Padronizar os assistentes de IA já criados.
- Revisar instruções e bases de conhecimento usadas pelas ferramentas.
- Capacitar servidores para o uso adequado.

6.3.2.4 GenIA

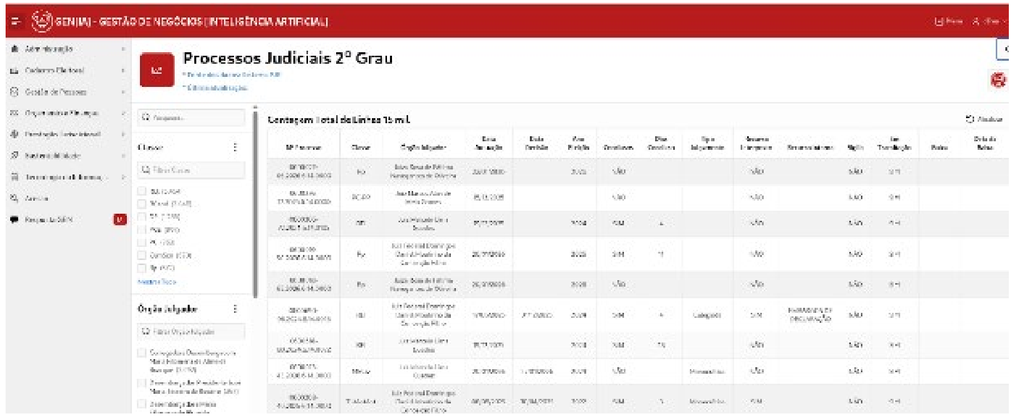
O GenIA representa um avanço estratégico na gestão da informação do TRE-PA. Concebido como uma solução de Inteligência Artificial, seu principal objetivo é condensar, unificar e tornar acessível o vasto ecossistema de bases de dados corporativos da instituição.



A abrangência do GenIA é notável, estendendo-se por toda a estrutura organizacional e operacional do Regional. Isso inclui desde dados logísticos e de gestão de recursos, como os provenientes do almoxarifado e controle patrimonial, até informações críticas relacionadas ao core business da instituição: a prestação jurisdicional. Não se trata apenas de um repositório, mas de uma ferramenta analítica e preditiva que transforma dados brutos em insights acionáveis. O sistema integra e harmoniza informações provenientes de diversas fontes, incluindo:

ÁREA FUNCIONAL	BASE DE DADOS INTEGRADA	BENEFÍCIO PRINCIPAL
Logística e Materiais	Sistemas de Controle de Estoque (Almoxarifado)	Otimização de suprimentos e redução de custos.
Gestão de Pessoas	Registros de RH e Frequência	Apoio à tomada de decisão em alocação de pessoal.
Finanças e Orçamento	Dados de Empenho e Execução Orçamentária	Transparência e controle financeiro aprimorado.
Atividade Fim (Jurisdicional)	Sistemas de Processo Eletrônico e Fluxos de Trabalho	Análise de produtividade, tempo médio de julgamento e identificação de gargalos.





6.3.2.5 PLANEJAMENTO ANUAL DAS CONTRATAÇÕES (PCA)

PLANEJAMENTO E AUTOMAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

Em 2025, o TRE-PA aprimorou o Plano de Contratações Anual (PCA), reforçando seu papel na governança e no uso responsável dos recursos públicos. O novo modelo passou a integrar as contratações ao Planejamento Estratégico, ao Plano de Gestão, ao Plano de Logística Sustentável e à Proposta Orçamentária Anual, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a Resolução CNJ nº 347/2020 e recomendações de auditoria.

Para tanto, foram realizadas as Oficinas do PCA 2026, onde foram capacitados(as) 58 servidores(as) no uso do Sistema Plano, dentre os(as) quais, 51 do TRE do Pará e 7 de outros tribunais eleitorais (AP, RN, RS e SP). Como resultado, o PCA se tornou mais consistente e estratégico, com ganhos de agilidade, economia de recursos e sustentabilidade nas futuras contratações.



Foi ainda implantado o Documento de Oficialização da Demanda-DOD Automático, que integra o Sistema Plano ao SEI, e automatiza o início das contratações, ou seja, com o advento da data prevista no Plano de Contratação Anual (PCA), ou sendo solicitado pela unidade, o sistema abre processo no SEI, gerando automaticamente o DOD com dados já cadastrados, enviando aviso por e-mail aos responsáveis. O fluxo reduz retrabalho e o risco de perda de prazos.

6.3.2.6 INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DE PROCESSOS DO TRE-PA

A Resolução TRE-PA nº 5.854/2025 instituiu a Política de Gestão de Processos de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Alinhada à Resolução CNJ nº 325/2020, a norma estabelece diretrizes para a padronização e otimização de fluxos, visando assegurar a eficiência, a transparência e a qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais e administrativos deste Regional.

A política fundamenta-se em princípios de inovação e colaboração intersetorial, definindo atribuições claras para as unidades e para os Gestores de Processos, tendo como um de seus pilares centrais o fortalecimento da gestão do conhecimento, viabilizado pela documentação e mapeamento das rotinas, que preservam o capital intelectual da instituição, mitigam riscos de descontinuidade operacional e facilitam o compartilhamento de boas práticas.

A governança operacional é viabilizada por indicadores de desempenho que tornam os resultados mensuráveis e auditáveis. Essa abordagem baseada em evidências favorece a melhoria contínua (ciclo PDCA) e garante a segurança jurídica dos processos, mantendo o alinhamento sistêmico ao Plano Estratégico e aos padrões de conformidade pública.

A instituição da Política de Gestão de Processos consolida o amadurecimento da governança institucional, dotando o Tribunal de mecanismos para a automação de fluxos e o enfrentamento de desafios complexos. O resultado é a garantia da perenidade do padrão de excelência e o aumento da eficácia das entregas à sociedade.

6.3.2.7 ENTENDA.JUS

MAIS QUE ACESSO. CONEXÃO.



O Entenda.jus é um projeto do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) que tem como foco revisar e reescrever conteúdos do portal institucional com técnicas de Linguagem Simples e apoio de Inteligência Artificial generativa. O objetivo é reduzir barreiras de compreensão e aproximar a Justiça Eleitoral da vida real das pessoas.

A iniciativa visa fortalecer uma mudança de postura institucional, pois coloca o(a) cidadão(ã) no centro da comunicação, incentivando magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as) a atuarem como multiplicadores de linguagem clara e inclusiva no Judiciário Eleitoral. Com isso, o TRE-PA busca reduzir dúvidas no atendimento, diminuir retrabalho e ampliar o acesso à informação.

Link - Assista o vídeo da oficina

6.3.2.8 PAUTA DE IDEIAS - MINI-OFICINA "Café com Inovação"

Café com INOVAÇÃO

aldeia

O "Café com Inovação" foi uma mini oficina promovida em formato híbrido pelo Laboratório de Inovação do TRE-PA (Aldeia), no dia 19/03/2025, com o propósito de demonstrar como o laboratório pode apoiar gestores(as) e servidores(as) em tarefas diárias, como planejar projetos, organizar demandas e criar soluções mais eficientes e inovadoras frente a desafios complexos.

A oficina foi conduzida por uma dinâmica participativa e lúdica, com o objetivo de fortalecer parcerias internas e estimular a melhoria contínua dos serviços e a otimização de processos de trabalho.



Mini-oficina "Café com inovação"



Mini-oficina “Café com inovação”



6.3.2.9 GOVERNANÇA DO ALDEIA iLAB

A Governança do Aldeia iLab, instituída pela Portaria TRE-PA nº 23.941/2025, define atribuições, competências e fluxos de trabalho do Laboratório de Inovação do TRE-PA, para que as iniciativas de inovação tenham papéis bem distribuídos, decisões mais seguras e entregas mais consistentes para a sociedade.

A consolidação do normativo foi realizada segundo metodologia orientada em resultados, onde, por meio de oficina, os laboratoristas elaboraram plano de ação detalhado, dividido em duas etapas: “Mapa da Governança” e “Mãos na massa” (plano de ação visual).

Com a governança estruturada e validada, o TRE-PA fortalece o Aldeia como um espaço estável para apoiar projetos e melhorias internas. Isso gera valor público porque aumenta a capacidade do Tribunal de organizar demandas, acompanhar entregas e melhorar serviços com foco em eficiência e cidadania.

Link - Site do Aldeia

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

6.3.3 MACRODESAFIO: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Refere-se a um conjunto de ações que visam ao aperfeiçoamento de práticas sustentáveis, considerando o ambientalmente correto, o socialmente justo e o economicamente equilibrado

6.3.3.1 GESTÃO PATRIMONIAL 5RS

Em 2025, o TRE-PA, por meio de sua Secretaria de Administração, iniciou o projeto “Gestão Patrimonial 5Rs”, para aplicar os princípios da sustentabilidade “Reduzir, Reutilizar, Reciclar, Repensar e Recusar” à gestão de bens móveis das Zonas Eleitorais do Pará.

A iniciativa racionalizou o uso de recursos públicos, melhorou os ambientes de trabalho dos Cartórios Eleitorais e alinhou o Tribunal à agenda ambiental global, com destaque para a COP-30.

As ações presenciais ocorreram entre março e agosto de 2025 e abrangeram as Zonas Eleitorais de Vigia, Santa Izabel, Cachoeira do Arari, Soure, São Miguel do Guamá, Paragominas, Mãe do Rio, Rondon do Pará e Dom Eliseu, além do Posto de Atendimento de Irituia.



Reduzir e Reutilizar:	Reciclar e Recusar:	Repensar:
substituição de mobiliário obsoleto por itens padronizados e reaproveitamento de bens em bom estado.	recolhimento de bens inservíveis e materiais recicláveis, com liberação de espaços físicos.	organização dos cabeamentos lógicos e elétricos e atualização da responsabilidade patrimonial.

A execução do projeto gerou impactos quantitativos e qualitativos para o TRE-PA:

- **Otimização do acervo patrimonial:** entrega e instalação de 329 bens permanentes, novos ou recuperados, com padronização ergonômica de cadeiras e melhoria nas copas, com novos armários e fogões cooktop.
- **Desfazimento e logística reversa:** recolhimento de 443 bens inservíveis, que se encontravam ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis, liberando área útil nos cartórios e permitindo a instrução de processos de desfazimento.
- **Sustentabilidade ambiental:** destinação correta de mais de 225 kg de resíduos para reciclagem.
- **Cidadania e acessibilidade:** instalação de trocadores de fraldas nos banheiros das unidades visitadas, ampliando o acolhimento aos eleitores com crianças.

6.3.3.2 ECO ROTA 360

MOBILIDADE SUSTENTÁVEL, ECONÔMICA E EFICIENTE

O projeto “Eco Rota 360” reune um conjunto de medidas inovadoras para racionalizar o uso dos veículos, reduzir despesas e alinhar a gestão ao compromisso institucional com a sustentabilidade.

A solução alia tecnologia, planejamento e mudança cultural para otimizar os

deslocamentos, incentivar o compartilhamento de veículos e reduzir o consumo de combustíveis fósseis, valendo-se, ainda, da ampliação do uso de transporte por meio de aplicativo, que reduz custos físicos e aumenta a eficiência operacional.

O projeto inclui a utilização de inteligência artificial para planejar rotas mais eficientes, o aprimoramento do sistema Desloca e a substituição gradual da frota por veículos menos poluentes, além da priorização de combustíveis mais limpos.

Dessa forma, o TRE-PA reafirma seu compromisso com a gestão responsável dos recursos públicos e com práticas que contribuem para a preservação ambiental.

6.3.3.3 SUSTENTOU!

O projeto "Sustentou!" tem como objetivo consolidar a cultura de sustentabilidade no TRE-PA, aprimorando indicadores socioambientais em conformidade com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A iniciativa foca na adoção de práticas conscientes, capacitação de servidores(as) e monitoramento rigoroso do desempenho institucional.

Principais Ações Concluídas:

- **Comunicação e Sensibilização:** Elaboração de plano de comunicação e implementação do Guia de Boas Práticas Sustentáveis em canais internos.
- **Monitoramento Digital:** Disponibilização de painel de indicadores do Plano de Logística Sustentável (PLS) via ferramenta Gen[IA].
- **Educação Ambiental:** Realização de ações de sensibilização e capacitação focadas na racionalização do consumo e redução de custos em indicadores críticos.

AÇÃO REALIZADA	RESULTADO E IMPACTO ALCANÇADO
Plano de Comunicação e Sensibilização	Aumento do engajamento interno e disseminação da cultura de sustentabilidade entre servidores(as) e colaboradores(as).
Guia de Boas Práticas Sustentáveis	Padronização de comportamentos ecoeficientes e redução do desperdício no uso diário de recursos do Tribunal.
Painel de Indicadores PLS (via Gen[IA])	Monitoramento em tempo real e maior transparência dos dados, facilitando a tomada de decisão baseada em evidências.
Ações de Capacitação e Educação	Redução de custos operacionais e racionalização do consumo em indicadores identificados como críticos.

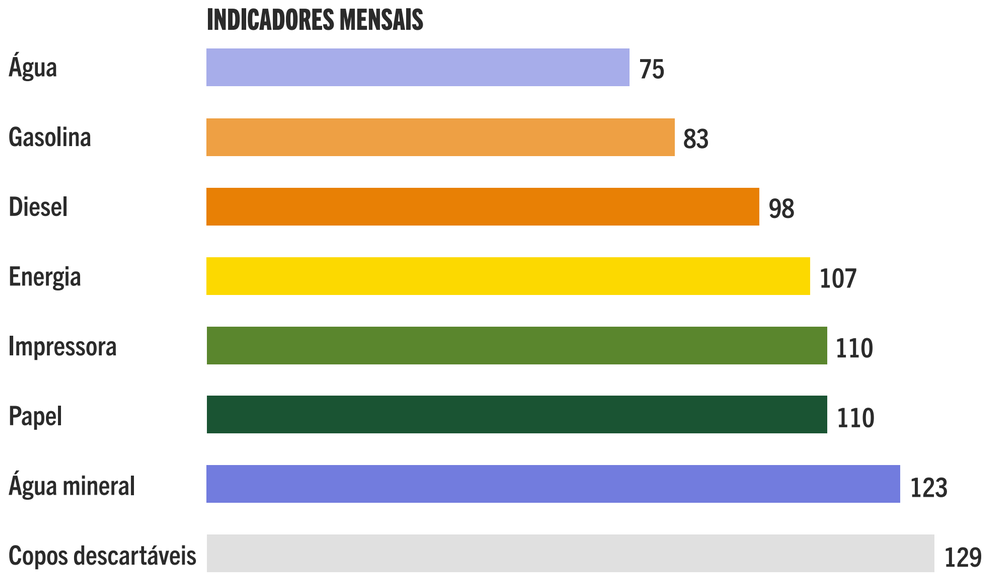
6.3.3.4 MONITORAMENTO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

O monitoramento dos indicadores de sustentabilidade do TRE-PA, no âmbito do PLS 2025, permitiu acompanhar de forma sistemática o desempenho ambiental e operacional da instituição, em conformidade com a Resolução CNJ nº 400/2021. Os dados consolidados evidenciam avanços na digitalização de processos, eliminação do consumo de papel próprio, evolução na gestão de resíduos recicláveis e maior controle do consumo hídrico.

O acompanhamento contínuo fortaleceu a transparência institucional, subsidiou a tomada de decisão gerencial e assegurou o reporte regular ao CNJ, consolidando a governança socioambiental do Tribunal.

A análise também identificou desafios que demandam atenção estratégica, especialmente no consumo de energia elétrica e no volume de impressões, ainda acima das metas estabelecidas.

META INDICADORES PLS MENSAL 2025



A geração parcial de energia por fonte fotovoltaica e as ações de sensibilização interna demonstram avanços em curso.

O uso sistemático dos indicadores do PLS tem permitido corrigir desvios, orientar medidas de eficiência e fortalecer a cultura institucional de sustentabilidade, alinhando o TRE-PA às diretrizes nacionais do Poder Judiciário.

6.3.3.5 PROGRAMA JUSTIÇA CARBONO ZERO

Instituído pela Resolução CNJ nº 594/2024, o programa estabelece diretrizes para que o Poder Judiciário brasileiro alcance a neutralidade de carbono até 2030, alinhando a gestão judicial às metas da Agenda 2030 da ONU.

Objetivos estratégicos
Integrar a sustentabilidade ao núcleo da gestão judicial, promovendo eficiência administrativa, responsabilidade socioambiental e compromisso climático.

IMPACTO INSTITUCIONAL E SOCIAL

- **Liderança em ESG:** Posiciona o Judiciário como protagonista na adoção de práticas de governança sustentável e responsabilidade socioambiental.
- **Eficiência na Gestão Pública:** A racionalização do uso de recursos naturais em suas atividades institucionais, garante maior transparência e otimização dos gastos dos contribuintes.
- **Compromisso Climático:** Demonstra a capacidade das instituições públicas de atuarem como agentes ativos no combate às mudanças climáticas, promovendo justiça social e ambiental para as futuras gerações.

Mediação
Elaboração de inventários anuais para diagnóstico e monitoramento da pegada de carbono.

Redução
Execução de projetos de eficiência energética, transição para energias renováveis e aprimoramento da gestão de resíduos.

Compensação
Neutralização de emissões residuais por meio de investimentos em projetos ambientais, como o reflorestamento.

6.3.3.5.1 PROJETO CARBONO ZERO

Instituído no Plano de Gestão do biênio 2025-2027 e fundamentado na Resolução CNJ nº 594/2024, o projeto visa a descarbonização integral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. O foco é consolidar o órgão como referência em sustentabilidade e governança socioambiental por meio da medição, redução e compensação de Gases de Efeito Estufa (GEE).

ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO E COMPENSAÇÃO

A operacionalização do projeto ocorre através de frentes integradas:

Recuperação Ambiental:
Reflorestamento de áreas degradadas nos municípios de Belém e Capanema, com o plantio manual de espécies florestais e frutíferas nativas da Amazônia.

Mercado de Carbono:
Aquisição de créditos de carbono para a neutralização das emissões que não puderem ser evitadas pelas atividades institucionais.

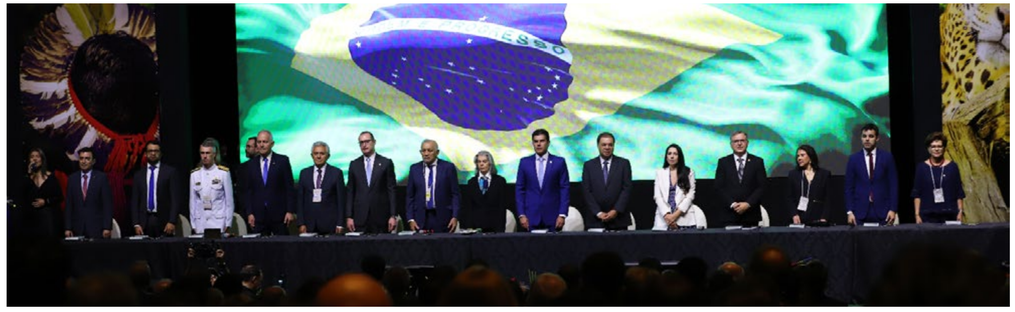
COOPERAÇÃO TÉCNICA E IMPACTO SOCIAL

O projeto Carbono Zero destaca-se pela sua natureza colaborativa e multissetorial:

- **Rede de Parcerias:** Cooperação técnica com instituições de excelência, incluindo EMBRAPA, IDEFLOR-Bio, UFPA, UFRA e prefeituras municipais.
- **Cidadania e Inclusão:** Integração da recuperação ecológica com ações sociais, como educação ambiental e serviços itinerantes de emissão de documentos para comunidades locais.
- **Preservação do Bioma:** Compromisso direto com a preservação da Amazônia, convertendo metas climáticas em benefícios sociais tangíveis para a população paraense.

6.3.3.5.2 FÓRUM NACIONAL VERDEMOCRACIA

Realizado no período de 15 a 17 de setembro de 2025, em Belém, o Fórum Nacional VERDemocracia reuniu autoridades e especialistas de todo o país para debater os desafios da Justiça Eleitoral diante das mudanças climáticas, da transformação tecnológica e da desinformação nas Eleições de 2026. Promovido pelo TSE em parceria com o TRE-PA, o evento contou com painéis voltados à sustentabilidade eleitoral, aos riscos climáticos na logística do pleito e às estratégias de comunicação segura.





1° e 2° dia do Fórum Nacional VERDEMOCRACIA



Pegada de Carbono



Abertura do VERDemocracia

Como destaque, foi desenvolvida a ação "Evento Neutro", com a compensação integral das emissões de carbono geradas pelo deslocamento dos participantes, por meio da aquisição de créditos de carbono. A identidade "VERDemocracia", criada no âmbito do TRE-PA, integrou democracia e sustentabilidade, evidenciando o compromisso institucional com práticas eleitorais mais responsáveis e resilientes.

O Fórum fortaleceu a governança e a capacidade de antecipação de riscos, ampliou o debate sobre práticas eleitorais sustentáveis e contribuiu para a construção de soluções mais eficientes e resilientes para o processo eleitoral. Além disso, subsidiou melhorias na preparação das eleições e estimulou ações alinhadas à responsabilidade socioambiental.

6.3.3.5.3 PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO



O Plano de Descarbonização do TRE do Pará foi elaborado com o planejamento das medidas para elaboração de inventário, redução e compensação de emissões, incluindo ações, projetos, cronograma e objetivos parciais e finais

Sua consolidação é determinante na concretização das ações e objetivos estabelecidos pela Resolução CNJ nº 594/2024 para promover a descarbonização do Judiciário Eleitoral Paraense.

Link - Acesse o Plano de Descarbonização

6.3.3.5.4 PLANTIO E DESCARBONIZAÇÃO DOS EVENTOS VERDEMOCRACIA e FESTLABS

Como medida de descarbonização dos eventos FestLabs e VERDEMOCRACIA, foram plantadas 2 árvores no campus da UFPA e 35 no Parque Porto Futuro II, em Belém. A pegada de carbono foi mensurada e as emissões de GEE compensadas pela empresa ECCAPLAN.

FESTLABS

Realizado em Belém, de 3 a 6 de setembro de 2025, **o evento compensou 191.978 kg CO_2** por meio da aquisição de 52 créditos do projeto Cerâmica Kamiranga e 140 créditos do Complexo Eólico Corredor dos Senandes.



Pegada de Carbono



Totem de pegada de carbono.



Plantio e corrida no encerramento

FÓRUM NACIONAL VERDEMOCRACIA

Realizado de 15 a 17 de setembro de 2025, na cidade de Belém, no Teatro Maria Sylvia Nunes (Estação das Docas), o evento registrou a emissão de **51.067 kg CO_2**, compensada por meio da compra de 52 créditos do projeto Cerâmica Kamiranga.

As ações de plantio de árvores nativas e de compensação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) dos eventos VERDEmocracia e FestLabs 2025 foram realizadas com base em critérios técnicos de cálculo e compensação.



Pegada de Carbono



Totem de pegada de carbono



Plantio VERDEMOCRACIA

As iniciativas mitigaram os impactos ambientais, fortaleceram a agenda institucional de sustentabilidade e promoveram a conscientização ambiental, o engajamento de servidores(as) e a responsabilidade socioambiental da instituição.

6.3.3.5.5 REFLORESTAMENTO EM CAPANEMA

A primeira etapa da ação em Capanema/PA, integrante do Projeto Carbono Zero, ocorreu nos dias 04 e 05 de dezembro de 2025, no Parque Natural Municipal Rio Garrafão, unidade de conservação criada em 2022 e gerida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA/Capanema. No primeiro dia, foi realizada atividade de educação ambiental com a comunidade da Vila Missinho, visando à sensibilização sobre os impactos do descarte irregular de resíduos, do desmatamento e de atividades ilegais, além do incentivo ao engajamento comunitário na preservação da área.



Diálogo sobre Carbono Zero em Capanema

No segundo dia de evento, realizou-se o plantio de 100 mudas de espécies florestais e frutíferas em área aproximada de 2.000m². O projeto terá continuidade em fevereiro de 2026, com o plantio de 1.600 mudas adicionais para regeneração de áreas degradadas.

A ação contou com a parceria da Prefeitura Municipal de Capanema (SEMMA e SEMAGRI) e da UFPA, que prestou apoio técnico e orientação metodológica vinculados à pesquisa de doutorado do Programa de Pós-Graduação BIONORTE, responsável pelo monitoramento dos resultados, especialmente quanto à descarbonização ambiental.



Plantio de mudas em Capanema – 05/12/25

6.3.3.5.6 INVENTÁRIO DE EMISSÃO DE GEE

Em 2025, o TRE-PA elaborou seu inventário de emissões seguindo a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol (FGV), integrando a estratégia nacional da Justiça Eleitoral para alcançar a neutralidade de carbono até 2030. O objetivo é padronizar a gestão climática e consolidar o Tribunal como referência em sustentabilidade e redução de gases de efeito estufa. O monitoramento das emissões foi realizado através da utilização da ferramenta de cálculo do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP), versão 2025.0, coordenado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas.

ESCOPOS DO INVENTÁRIO		
Escopo 1 (Emissões diretas)	Gestão de geradores, frota oficial e gases refrigerantes.	Emitidos 241,872 toneladas de CO2; 1,217 toneladas de CH4 e 4,807 toneladas de N2O, totalizando 247,897 toneladas de GEE.
Escopo 2 (Energia elétrica)	Monitoramento do consumo do Sistema Interligado Nacional (SIN).	Emitidos 189,502 toneladas de CO2 de forma indireta, com a utilização de energia elétrica fornecida pela concessionária Equatorial Energia do Pará
Escopo 3 (Indiretas Externas)	Controle de emissões em viagens a serviço (aéreas/terrestres).	Emitidos 113,728 toneladas de CO2, 0,033 toneladas de CH4 e 0,961 toneladas de N2O, totalizando 114,721 toneladas de gases de efeito estufa de forma indireta, com viagens a negócios no modal aeroviário.

6.3.3.5.7 ECOPONTO

O TRE-PA disponibiliza à comunidade interna e externa um ecoponto para recebimento voluntário de resíduos recicláveis, como forma de ampliar o alcance de sua política de sustentabilidade e incentivar a participação social na destinação ambientalmente adequada de resíduos.

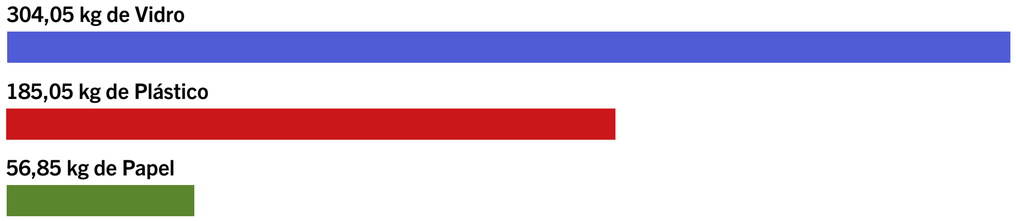
O ponto de entrega está localizado no subsolo da sede, no hall dos elevadores, em área de fácil acesso, o que facilita o descarte de materiais mesmo em grandes volumes pelo público externo.

Os resíduos recebidos por meio do ecoponto são posteriormente encaminhados para mensuração e armazenamento na Central de Resíduos Sólidos, garantindo controle dos quantitativos e rastreabilidade das destinações. Em 2025, foram coletados por esse canal 56,85 kg de papel, 185,05 kg de plástico e 304,05 kg de vidro, evidenciando a adesão da sociedade às iniciativas ambientais do Tribunal e o fortalecimento das ações de educação e responsabilidade socioambiental institucional.



Ponto de entrega voluntária

Resíduos Sólidos entregues voluntáriamente pela sociedade



6.3.3.5.8 SEMANA DO MEIO AMBIENTE

A Semana do Meio Ambiente do TRE-PA foi realizada no período de 02 a 06 de junho de 2025, e contou com a participação de 180 servidores(as), tendo como tema “A responsabilidade de cada servidor é o voto decisivo para o futuro do planeta”. A programação contou com palestras de instituições convidadas (IFPA, SEMAS e Equatorial Energia).

Palestra – IFPA

A palestrante Tatiana Pará abordou o tema “O uso de sensoriamento remoto na descarbonização de eventos”, destacando como a tecnologia permite estimar a contribuição individual para as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e apoiar estratégias de mitigação ambiental.



Palestra – SEMAS

A palestra foi conduzida pelas técnicas em gestão ambiental, bióloga Soraya Alves e pedagoga Isabele Carvalho, com enfoque no consumo sustentável e nos 5Rs da Sustentabilidade, destacando o uso correto da coleta seletiva, a educação ambiental no ambiente institucional e o fortalecimento das cooperativas de reciclagem.



Palestra – Equatorial Energia
A apresentação abordou temas como eficiência energética, redução do consumo de energia, energia solar por assinatura e a Tarifa Social, destacando soluções sustentáveis e benefícios econômicos para a sociedade.



A programação da Semana do Meio Ambiente foi encerrada com desfile de moda conceitual inspirado na obra Tao Te Xingu, de Paulo Vieira, e com Oficina de Reciclagem Criativa no Espaço Bem-Viver, ministrada pela servidora Márcia Raiol, na qual os participantes confeccionaram casinhas decorativas com material reciclável, reforçando a sensibilização ambiental e a sustentabilidade.



6.4 PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

6.4.1 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Refere-se ao conjunto das políticas, métodos e práticas adotadas para a valorização de magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as), permeados pela humanização nas relações de trabalho, favorecendo trocas de experiência, promoção da qualidade de vida e saúde, desenvolvimento de competências, distribuição da força de trabalho, criatividade e inovação. A gestão deve ser baseada na produtividade, com vistas ao alcance dos demais objetivos estratégicos da instituição.

6.4.1.1 ATIVAMENTE - PROJETO BEM-VIVER

Em 2025, o "AtivaMente - Projeto Bem-Viver" consolidou-se como eixo estruturante das ações de promoção de saúde, bem-estar e qualidade de vida no Tribunal Regional Eleitoral do Pará. O projeto atuou ao longo de todo o exercício, oferecendo atividades educativas, preventivas e terapêuticas, com foco em saúde mental, hábitos saudáveis, integração social e fortalecimento da cultura organizacional.

As iniciativas contemplaram uma combinação de oficinas, ações temáticas, práticas integrativas e intervenções psicossociais, sempre baseadas em evidências e alinhadas às diretrizes da Resolução CNJ nº 207/2015.

Todas as ações foram registradas com público estimado, participação efetiva e vinculação aos respectivos processos administrativos, permitindo monitoramento contínuo, rastreabilidade institucional e transparência.

Dentre os projetos e ações realizadas, destacam-se:

- Projeto Gotas de Saúde e Bem-Estar;
- Projeto Saúde Mental em Movimento;
- Projeto Conexão Respeitosa, Mente Saudável (projeto de combate ao preconceito e à discriminação no trabalho);
- Psicoterapia de grupo com encontros virtuais;
- Roda de conversa Saúde Mental da Mulher;
- Semana da Saúde 2025;
- Jornada de Bem-Estar durante a COP-30;
- Clube de Leitura;
- Acompanhamento dos(as) participantes do Programa Aposentar;
- Campanhas Janeiro Branco, Setembro Amarelo e Outubro Rosa.





6.4.1.2 LIDERA MAIS

O Projeto “Lidera Mais” foi concebido e desenvolvido com o objetivo de fortalecer as competências de liderança no Tribunal Regional Eleitoral do Pará, reconhecendo o papel estratégico da liderança na qualidade do ambiente de trabalho, no engajamento das equipes, na produtividade institucional e na saúde mental dos(as) servidores(as).

Estruturado para execução nos exercícios de 2025 e 2026, o projeto foi alinhado ao Planejamento Estratégico do Tribunal, com foco no desenvolvimento de habilidades interpessoais, emocionais e estratégicas, por meio de capacitações, oficinas, atualização de trilhas de aprendizagem gerenciais e produção de materiais de apoio à liderança.



Em 2025, foi realizado o Encontro de Inovação – Servidor Protagonista “Inovar é Humanizar”, que promoveu uma imersão em temas como liderança, inovação, bem-estar e saúde emocional, reforçando o protagonismo dos(as) gestores(as) e servidores(as) na construção de um ambiente de trabalho mais humano, colaborativo e inovador.

195 participantes	**3 dias de imersão**	**Todas** as Zonas Eleitorais envolvidas

Entre os principais benefícios do Projeto “Lidera Mais”, destacam-se a preparação de líderes para conduzir equipes e gerenciar conflitos, a contribuição para a redução do adoecimento mental, o aumento do engajamento, a retenção de talentos e o fortalecimento da sucessão em atividades estratégicas, consolidando-se como ação estruturante da política de desenvolvimento de pessoas do Tribunal.



6.4.1.3 ReconheSER

O Projeto “ReconheSER” foi desenvolvido com a finalidade de estruturar, normatizar e implementar uma política institucional de valorização e reconhecimento de servidoras(as), em conformidade com o Planejamento Estratégico do Tribunal (PEJEPA 2021–2026) e com a Política de Gestão de Pessoas.

Instituído e regulamentado pela Resolução TRE-PA nº 5.861/202 e pela Portaria TRE-PA nº 24.447/2025, o Programa “ReconheSER” contempla ações de reconhecimento institucional vinculadas ao tempo de serviço, aposentadoria, desempenho destacado e agregação de valor ao Tribunal, bem como a concessão de incentivos institucionais associados a sistema de pontuação, fundamentado em fontes de reconhecimento relativas a resultados, responsabilidades, participação em projetos, ações educacionais, inovação, saúde e contribuição para os objetivos estratégicos.

No exercício de 2025, foi realizado o evento “Tempo de ReconheSER: Anos que fazem história!”, em alusão ao Dia do(a) Servidor(a). Os resultados esperados e observados com a implementação do programa incluem o aumento do engajamento e da motivação, o fortalecimento do sentimento de pertencimento, a melhoria do clima organizacional, a valorização de boas práticas e entregas relevantes e o fortalecimento da imagem institucional do Tribunal, contribuindo para o aprimoramento da gestão de pessoas e para o alcance dos objetivos estratégicos.

6.4.1.4 PLANO ESTRATÉGICO DA GESTÃO DE PESSOAS



A Portaria nº 24.100/2025 aprovou o Plano Estratégico da Gestão de Pessoas 2025-2027, que apresenta de maneira simples, objetiva e visualmente agradável para o(a) leitor(a), as iniciativas e ações estratégicas a serem trabalhadas no biênio, assim como os indicadores para medição de diversos aspectos relevantes relacionados à gestão de pessoas.

O plano tem foco em impulsionar uma cultura organizacional ainda mais colaborativa, inovadora e eficiente, e reflete o compromisso institucional de aprimoramento contínuo, valorização, desenvolvimento e engajamento do maior ativo do Tribunal: as pessoas.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS A SEREM DESENVOLVIDAS

- Promover a saúde integral, com ênfase na saúde mental;
- Desenvolver competências das lideranças e dos(as) servidores(as);
- Desenvolver e manter o ambiente de trabalho positivo para o desempenho;
- Aperfeiçoar a gestão de processos e riscos da área de pessoal, com foco na inovação e modernização;
- Dimensionar o quantitativo necessário de pessoal por unidade organizacional ou por processo de trabalho.

FONTES:
Planejamento Estratégico do TRE-PA (PEJEPA) 2021-2026, Política de Gestão de Pessoas do TRE-PA, Plano de Gestão do TRE-PA 2025-2027, modelo de avaliação do índice de Governança, Sustentabilidade e Inovação (iESGo) do Tribunal de Contas da União (TCU), e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento Sustentável.

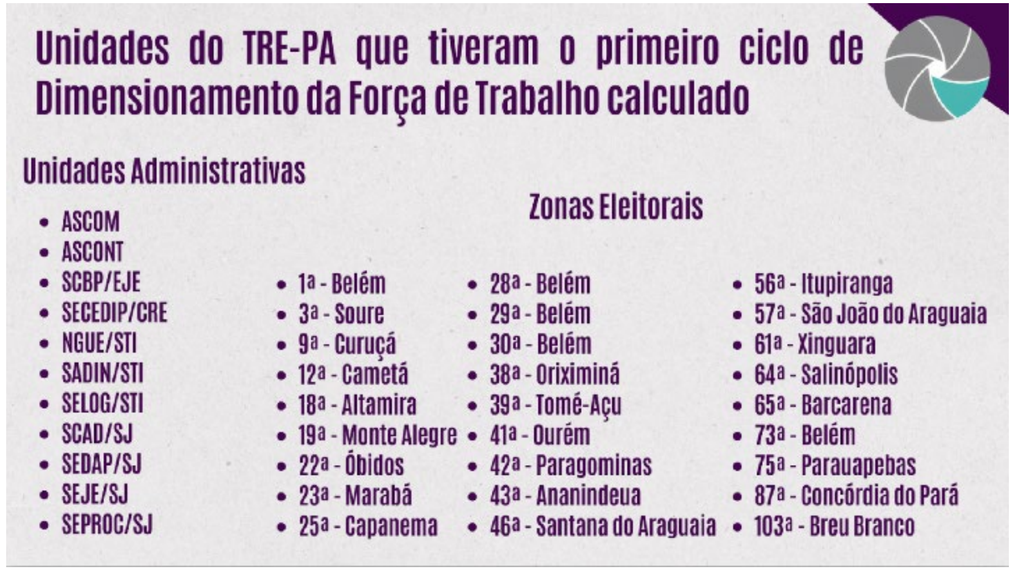
6.4.1.5 DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO - DFT 100% DAS ZONAS ELEITORAIS E SECRETARIA

O primeiro ciclo estruturado do processo de dimensionamento da força de trabalho (DFT) do TRE-PA iniciou em 2024 e resultou no cálculo do DFT de 27% dos cartórios eleitorais e 11% das unidades administrativas. No segundo ciclo, iniciado em 2025, foram incluídos todos os 101 cartórios eleitorais e as 97 unidades administrativas da Secretaria, que representam 100% de todas as unidades do Tribunal.

O cálculo do DFT será realizado em março de 2026 para as unidades que conseguiram realizar o levantamento quantitativo sem pendências nas medições (quantidade de entregas e percentuais de esforço individual), tendo como objetivo fornecer dados para o planejamento da força de trabalho e para a tomada de decisão sobre a alocação do quadro de pessoal, visando à solução para as lacunas qualitativas e quantitativas entre o pessoal existente e o necessário para

o alcance dos objetivos do Tribunal.

O TRE-PA possui sistema próprio (DFT Diário), que permite a medição diária das entregas das unidades e quantificação percentual dos esforços de cada componente das equipes. Encontra-se em andamento a integração do sistema local com o Sistema DFT do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



6.4.1.6 GESTÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL

A gestão do clima organizacional mede o quanto as pessoas estão confortáveis e engajadas na execução dos trabalhos, percepção que reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados à sociedade. Atualmente, o índice de satisfação em trabalhar no TRE-PA corresponde a 90%. O índice de satisfação foi mensurado por meio de seis dimensões: Liderança, Qualidade de Vida, Reconhecimento e Valorização, Comunicação Interna, Ambiente de Trabalho e Organização.

Para tanto, foi realizada pesquisa por questionário eletrônico, sem identificação dos respondentes, para um público-alvo estimado em 1.335 (mil, trezentos e trinta e cinco) pessoas, entre servidores(as) efetivos(as) e requisitados(as), estagiários(as) e colaboradores(as) terceirizados(as), tendo sido registradas 639 (seiscentas e trinta e nove) repostas, que representaram 48% do público-alvo.



Pesquisa de Clima Organizacional 2025

Mesmo com o excelente resultado de 90% de satisfação, o TRE-PA desenvolveu plano de melhoria do clima organizacional para a implementação de projetos e ações concentradas na valorização e reconhecimento de pessoas.

6.4.1.7 PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

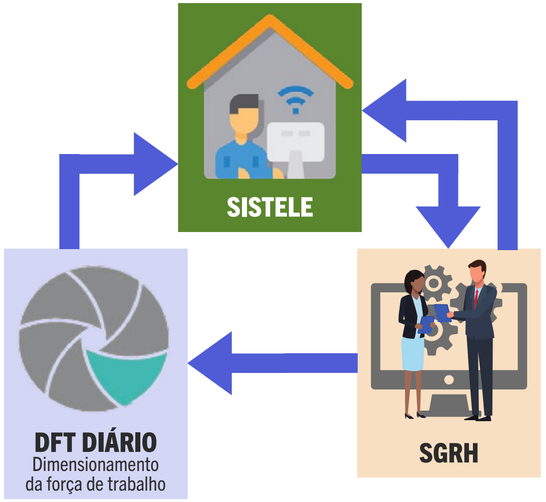
O Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) do Tribunal Regional Eleitoral do Pará avançou de maneira robusta em 2025, direcionando suas ações para o fortalecimento da cultura organizacional voltada ao bem-estar, prevenção em saúde e promoção de ambientes laborais saudáveis. Alinhado às diretrizes da Resolução CNJ nº 207/2015 e aos indicadores estratégicos do TRE-PA, o programa englobou variadas ações, dentre as quais, as seguintes:

- Projeto Gotas de Saúde e Bem-Estar;
- Projeto Saúde Mental em Movimento;
- Projeto Conexão Respeitosa, Mente Saudável (projeto de combate ao preconceito e à discriminação no trabalho);
- Psicoterapia de grupo com encontros virtuais;
- Roda de conversa Saúde Mental da Mulher;
- Semana da Saúde 2025;
- Jornada de Bem-Estar durante a COP-30;
- Clube de Leitura;
- Acompanhamento dos(as) participantes do Programa Aposentar;
- Campanhas Janeiro Branco, Setembro Amarelo e Outubro Rosa.

ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTOS EM 2025:		
Projeto Ver-a-Saúde	78 Participantes	
Projeto Circuito Bem-Viver	28 Participantes	
Campanha de Vacinação	04 Campanhas relizadas em 2025	322 pessoas vacinadas, entre magistrados(as), servidores(as), colaboradores(as) e familiares.
PEPS 2025	175 Participantes concluíram o ciclo avaliativo (20,7%), fazendo jus ao benefício compensatório de 01 dia de folga (Portaria TRE-PA nº 17882/2028)	



6.4.1.8 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TELETRABALHO - SISTELE



O Sistema de Teletrabalho - SISTELE, é um sistema projetado e desenvolvido no TRE-PA com foco na simplificação, integração e automação do processo de gestão do teletrabalho. Por meio dessa ferramenta, o teletrabalho é gerenciado em todas as suas fases, desde a concessão, com observância automática de requisitos normativos e padronização do plano individual de trabalho, até o acompanhamento das metas de produtividade, com o cálculo mensal automatizado a partir de integração com o Sistema DFT Diário, este também desenvolvido no TRE-PA.

O sistema emite, ainda, relatórios que viabilizam controles e transparência, sendo utilizado como base para painéis de dados de pessoal. Em 2025, o SISTELE teve seu primeiro ciclo completo e eficiência reconhecida, a ponto da solução ser cedida a outros Tribunais Regionais Eleitorais.



PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

6.4.2 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se à necessidade de dimensionar, racionalizar e priorizar a programação e a alocação dos recursos, mediante gestão participativa com os setores do Tribunal, alinhados aos objetivos estratégicos, visando alcançar a eficiência da gestão administrativa, da prestação jurisdicional e da gestão das eleições.

6.4.2.1 EDIFICA JE

O projeto Edifica JE integra o Plano de Gestão 2025–2027 do TRE-PA. Seu objetivo é reduzir, de forma gradual, a dependência de imóveis alugados e priorizar investimentos em prédios próprios.

O projeto surgiu a partir de um diagnóstico técnico e financeiro. Esse estudo mostrou que o Tribunal tem alto gasto anual com aluguéis e enfrenta limitações para realizar melhorias nos imóveis, como adequações estruturais, acessibilidade e melhor organização dos espaços de trabalho. A execução do Edifica JE envolve ações planejadas e integradas, como:

- obtenção de terrenos;
- elaboração de projetos de engenharia;
- construção de novas unidades; e
- articulação de parcerias com outros órgãos para a cessão gratuita de espaços.

A atuação da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura (COEDI) do tribunal foi essencial no suporte técnico, planejamento das intervenções e definição das soluções construtivas, garantindo alinhamento das necessidades às boas práticas da administração pública.

Principais benefícios do projeto

- Redução expressiva dos custos com locação de imóveis, com impacto positivo no orçamento institucional.
- Maior autonomia para execução de serviços de engenharia, permitindo adequações, manutenções e melhorias estruturais de forma mais eficiente.
- Infraestrutura mais moderna, funcional e acessível, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores e melhor atendimento ao eleitor.
- Racionalização do uso de recursos públicos, com foco em soluções permanentes e sustentáveis.
- Fortalecimento de parcerias interinstitucionais, viabilizando a cessão gratuita de imóveis e a otimização dos espaços utilizados pelo Tribunal.

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

6.4.3 MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS



Aplicar as melhores práticas de governança de TI, modernização da infraestritura de TIC, garantia da disponibilidade dos serviços, alinhamento com as principais normas e sistemas que garantam a proteção e segurança de dados, promoção da inovação em soluções multiplataforma, quando viável com o uso de inteligência artificial, pra aprimorar o atendimento ao cidadão(ã) e otimização dos processos de negócio

6.4.3.1 CARTÓRIO CONECTADO 3.0

O projeto “Cartório Conectado 3.0” foi concebido com o propósito de elevar significativamente a qualidade, a estabilidade e a segurança da comunicação entre todas as unidades da Justiça Eleitoral do Pará, especialmente aquelas localizadas em áreas rurais, ribeirinhas ou de difícil acesso.

A iniciativa representa a evolução das versões anteriores do programa, incorporando tecnologias mais robustas e modernas, incluindo a utilização de comunicação satelital de baixa órbita (LEO), novos links dedicados de alta capacidade e a ampliação da infraestrutura de conectividade cabeada e sem fio.

Ao longo do período, a equipe gestora desenvolveu as etapas de planejamento, elaboração de estudos preliminares, termos de referência, reavaliação de contratos vigentes e instrução de novos processos de contratação, conforme previsto no PGP aprovado.

Embora contemple entregas significativas ao longo de 2025 e 2026, o “Cartório Conectado 3.0” encontra-se em plena execução, tendo cumprido todas as etapas previstas para o ciclo atual e avançando para a fase de implementações físicas e lógicas nos cartórios eleitorais.

Os benefícios do projeto reforçam diretamente os objetivos estratégicos da Justiça Eleitoral:

- Comunicação estável e ininterrupta com todas as Zonas Eleitorais, independentemente das limitações geográficas ou da infraestrutura local.
- Redundância de conectividade, prevenindo interrupções e garantindo continuidade dos serviços eleitorais, especialmente durante períodos críticos como alistamento, revisão biométrica e eleições.
- Maior segurança e performance no acesso aos sistemas eleitorais, tanto para servidores quanto para o público atendido.
- Integração tecnológica entre as unidades, fortalecendo o modelo de gestão descentralizada e aprimorando o atendimento à população.

6.4.3.2 SISTEMA CRONOS

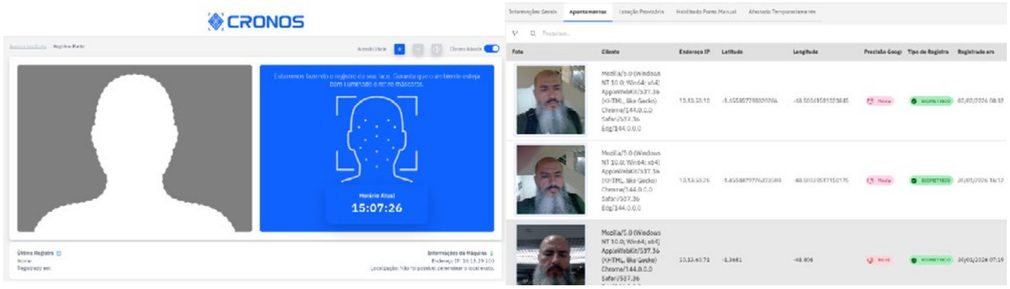
O Sistema Cronos foi desenvolvido com o objetivo primordial de aumentar a segurança e a confiabilidade na marcação de ponto de servidores(as) e estagiários(as).

Tecnologia de Ponta em Biometria Facial

No cerne do Cronos está a utilização de um avançado modelo de Inteligência Artificial (IA), o Compreface, especializado em reconhecimento facial. Este modelo demonstrou uma performance excepcional, entregando uma notável taxa de acerto de 99,80% na identificação dos(as) usuários(as).

Arquitetura Inovadora e Otimizada para IA
Além da acurácia do modelo, o sistema Cronos se destacou pela sua arquitetura inovadora. Para garantir o desempenho máximo e a alta acurácia do modelo de IA, a sua implantação exigiu o uso de poder de processamento gráfico dedicado (GPU).

A solução foi publicada na nuvem contratada pelo TRE-PA, o Google Cloud Platform (GCP), aproveitando sua infraestrutura robusta para suportar o processamento intensivo necessário para a operação eficaz do reconhecimento facial em tempo real.



6.4.3.3 MIASEI

A aplicação MIASEI utiliza a ferramenta IAG do Vertex AI (GCP) para oferecer funcionalidades de IA que complementam e aprimoram a experiência do usuário no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Destaca-se por integrar capacidades de Inteligência Artificial diretamente no fluxo de trabalho do SEI, otimizando a produtividade em tarefas administrativas e processuais.

Geração de Minutas Otimizada
O sistema visa simplificar a criação de documentos padrão e repetitivos.

- Objetivo: Reduzir o tempo gasto na elaboração de minutas comuns.
- Exemplos: Elaboração de despachos e memorandos de forma assistida, sugerindo conteúdo ou estruturando o documento a partir do contexto do processo.

Resumo Inteligente de Processos
Esta funcionalidade é essencial para processos complexos ou com grande volume de documentos.

- Objetivo: Permitir que o usuário compreenda rapidamente o teor e o estado atual de um processo.
- Benefício: Evita a necessidade de leitura integral de processos volumosos, fornecendo um resumo conciso gerado pela IA.

Interação por Linguagem Natural (Webchat)
O MIASEI habilita a interação conversacional (webchat nativo) com o SEI, permitindo comandos via linguagem natural.

- Interface: Webchat nativo do SEI.
- Capacidades de Comando:
- Abrir um novo processo.
- Resumir o processo atual ou um processo específico.
- Inserir um novo documento no processo.
- Tecnologia: A tradução e execução desses comandos são possibilitadas pela integração com o Vertex AI do GCP.

PLATAFORMA	COMPONENTE DE IA	FINALIDADE NO MIASEI
Sistema SEI	MIASEI (Ferramenta Acoplada)	Interface e ponto de integração com os processos
Google Cloud Platform (GCP)	Vertex AI (IA/ML)	Fornecimento dos modelos de IA para resumo, geração de texto e processamento de linguagem natural.



6.4.3.4 INSTALAÇÃO DO NÚCLEO DE GESTÃO DE BENS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (NGBTI)



No exercício de 2025, o TRE-PA avançou significativamente na modernização dos processos internos de gestão patrimonial ao concluir a instalação efetiva do Núcleo de Gestão de Bens Permanentes de TI - NGBTI, unidade vinculada à Secretaria de Tecnologia da Informação - STI.

O NGBTI foi estruturado com a finalidade de centralizar integralmente as ações relacionadas à gestão e movimentação dos bens permanentes de tecnologia, excetuando-se as urnas eletrônicas, que possuem tratamento próprio. A partir de 1º de abril de 2025, o núcleo assumiu, de forma exclusiva, a responsabilidade pelos registros de entrada e saída de equipamentos, atualizações de localização, controle patrimonial e demais procedimentos correlatos, garantindo uniformidade, precisão e maior segurança nas informações geradas.

A implementação do NGBTI fortalece a governança e a rastreabilidade dos bens de TIC no âmbito do TRE-PA, proporcionando maior padronização, transparência e agilidade no fluxo de movimentação dos bens e a mitigação de riscos de inconsistências cadastrais e perdas patrimoniais. A iniciativa reflete o compromisso institucional com a melhoria contínua dos processos de gestão, otimização de recursos públicos e elevação da maturidade na condução dos ativos tecnológicos de suporte às atividades essenciais da Justiça Eleitoral do Pará.

6.4.3.5 CYBERSECURITY IMMERSION WEEK

Introdução e Contexto Estratégico

Em consonância com a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário e cumprindo rigorosamente as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 396/2021, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) realizou, no período de 11 a 13 de junho de 2025, a segunda edição do Cybersecurity Immersion Week, que consolida o órgão como referência nacional na promoção da cultura de Segurança da Informação e na proteção de ativos críticos da Justiça Eleitoral.

A complexidade crescente do cenário de ameaças cibernéticas globais exige uma postura proativa das instituições públicas. Por isso, o evento foi concebido como ação estratégica de fortalecimento da Resiliência Cibernética, integrando governança, tecnologia de ponta e cooperação interinstitucional.

Com o tema “Governança e Proteção de Dados na Justiça Eleitoral”, a 2ª

Edição do evento expandiu o escopo para tratar da segurança de dados não estruturados, gestão de exposição cibernética e inteligência contra ameaças (Threat Intelligence).



Métricas de Alcance e Cooperação

O evento demonstrou a capacidade de liderança técnica do TRE-PA ao reunir:

- Total de 141 profissionais de diversos órgãos públicos e empresas.
- Representantes de 24 Tribunais de todo o país (incluindo TREs, TJ-PA, TRT8, Ministério Público do Pará, Ministério Público de Contas do Estado do Pará e SEFA).
- Participação estratégica de CIOs (Chief Information Officers) e gestores de segurança de diversas regionais (TRE-TO, BA, RS, PI, PR, CE), fomentando o networking e o compartilhamento de vetores de ataque e defesa.
- Representantes de 11 empresas do ramo de segurança cibernética que fornecem soluções para a Justiça Eleitoral.

Escopo Tecnológico e Temas Abordados

A programação técnica foi estruturada para cobrir as camadas mais críticas da defesa em profundidade, a saber:

- Monitoramento e Resposta a Incidentes (SOC): Apresentação de estratégias de Security Operations Center para detecção e prevenção em tempo real.
- Proteção de Dados e Conformidade (LGPD): Discussões sobre governança de dados não estruturados e auditoria, essenciais para a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.
- Arquitetura Zero Trust e Nuvem: Abordagem de segurança para aplicações em nuvem (Cloud Security) e proteção de dados em trânsito, utilizando tecnologias como Netskope e Check Point Harmony.
- Gestão de Vulnerabilidades: Utilização de soluções como Tenable One para o gerenciamento contínuo de exposição cibernética.
- Resiliência e Continuidade de Negócios: Foco em Backup Imutável e recuperação rápida contra ataques de Ransomware (tecnologia Exagrid), garantindo a disponibilidade dos serviços críticos eleitorais.

Alinhamento Normativo e Resultados Institucionais

A realização do Cybersecurity Immersion Week atende diretamente aos requisitos de capacitação contínua e cooperação técnica previstos na Estratégia de Segurança Cibernética do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao promover a troca de conhecimentos sobre Inteligência Artificial aplicada à segurança e automação de respostas a incidentes, o TRE-PA não apenas elevou a qualificação técnica de seu corpo funcional, mas também fortaleceu a malha de segurança da Justiça Eleitoral como um todo, posicionando o órgão na vanguarda da discussão sobre a proteção da “espinha dorsal da democracia”, e assegurando que a tecnologia atue como ferramenta de garantia da integridade e da confiabilidade do processo eleitoral.

Impacto Final

O fortalecimento das capacidades de detecção, proteção e resposta do TRE-PA, mitigando riscos operacionais e elevando o nível de maturidade em governança de TI.

6.4.3.6 STI ON THE RIVER

Inovação e Conexão

Em 2025, o "STI on the river" marcou uma mudança de paradigma na consolidação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do TRE-PA, pois viabilizou a saída das equipes de TI dos escritórios e estações de trabalho, para elaboraração do planejamento e definição de soluções tecnológicas dentro da complexa realidade geográfica do Pará.

Objetivos Principais:

- Imersão Regional: Planejar e executar ações voltadas para a realidade de comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas;
- Inovação e Futuro: Estimular o conhecimento técnico fora do ambiente tradicional, focando na empatia e na experiência sensorial; e
- Segurança e Transparência: Reforçar a eficiência da Justiça Eleitoral na garantia de eleições democráticas em locais de difícil acesso.

A iniciativa focou na mudança de perspectiva, onde a construção do Plano Diretor de TI para o biênio 2025/2027 tem como referência não apenas o arcabouço de normas técnicas, mas a respectiva contextualização às dificuldades logísticas enfrentadas por servidores(as) e eleitores(as) de zonas ribeirinhas e de difícil acesso.







6.4.3.7 WORKSHOPS DE IA

A iniciativa vincula-se diretamente ao objetivo de fomentar a Inovação e a Transformação Digital no âmbito do TRE-PA, em conformidade com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

para o uso ético e produtivo da Inteligência Artificial no Poder Judiciário.

Em 2025, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), o TRE-PA executou um ciclo contínuo e estruturado de capacitação técnica voltado a magistrados(as), servidores(as), colaboradores(as) e estagiários(as), com o objetivo de promover o letramento digital avançado em Inteligência Artificial (IA) Generativa.

O programa, denominado “Workshops de IA”, não se limitou a apresentações teóricas, mas estabeleceu-se como um laboratório prático para a aplicação de Large Language Models (LLMs) nas rotinas diárias do Tribunal. A estratégia pedagógica focou na desmistificação da tecnologia e na sua aplicação segura, mitigando riscos de alucinação da IA e vazamento de dados, enquanto maximizava a eficiência operacional.

Ferramentas e Tecnologias Empregadas

O treinamento centrou-se no domínio das soluções corporativas adotadas pelo Tribunal, com ênfase nas atualizações tecnológicas ocorridas ao longo do ano:

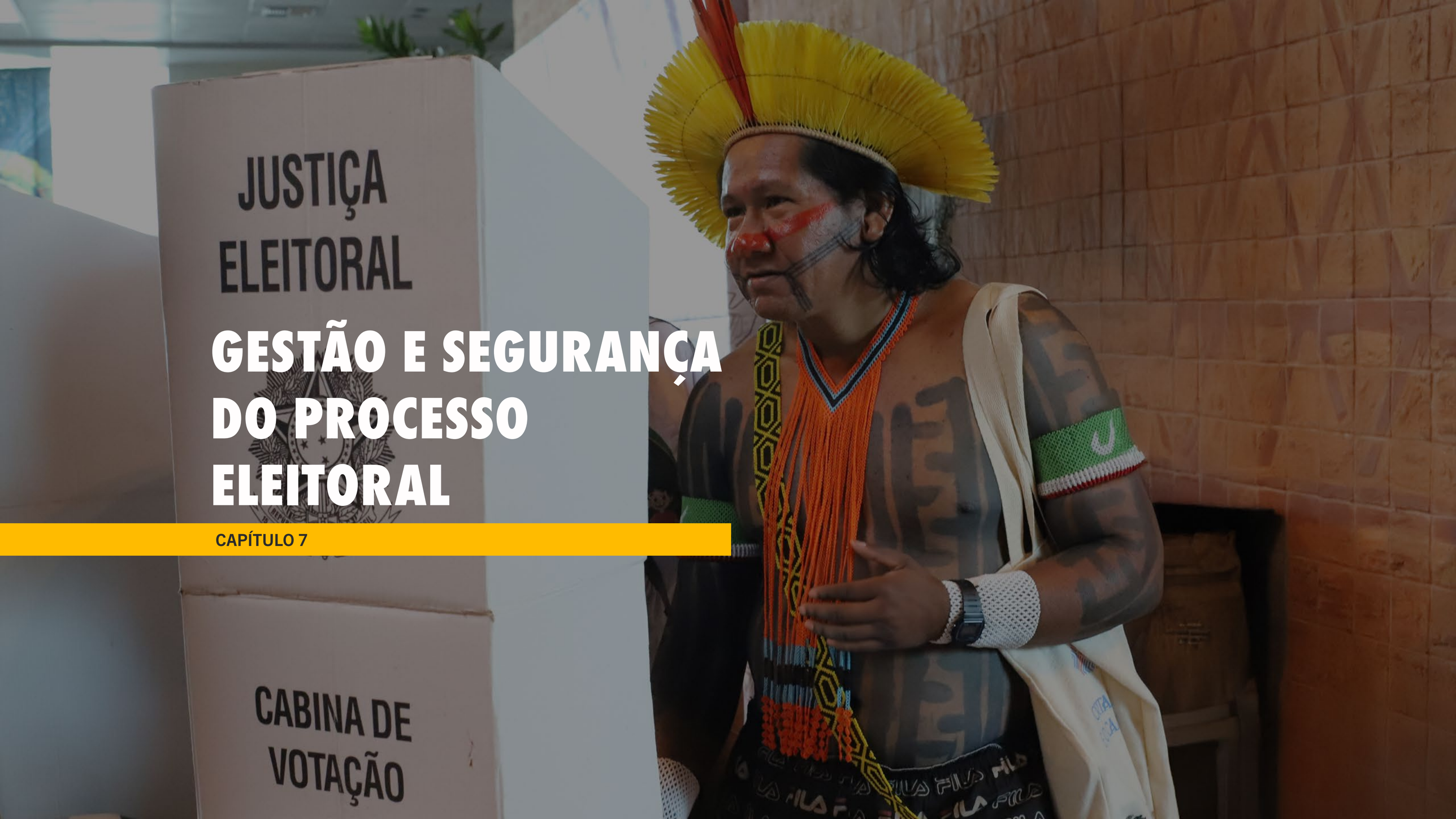
- Google Gemini (Versões 2.0 a 2.5): Capacitação intensiva no uso do modelo multimodal do Google. As instruções abordaram desde a engenharia de prompts (estruturação de comandos lógicos e contextuais) até a análise complexa de dados não estruturados. A transição para a versão 2.5, abordada nas turmas do segundo semestre, permitiu explorar capacidades avançadas de raciocínio e integração.
- NotebookLM: Gestão do conhecimento e análise documental. Os servidores foram instruídos a criar bases de conhecimento isoladas (grounding) a partir de normativos internos e autos processuais, permitindo consultas rápidas e sínteses precisas com referência à fonte, essencial para a segurança jurídica.
- Integração com o SEI: Demonstração prática de como a IA pode auxiliar na minuta de documentos, resumos de expedientes e classificação de processos dentro do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), respeitando as políticas de segurança da informação.

Metodologia e Execução

Workshop de Inteligência Artificial com Google Gemini 2.0. **FASE I (ABRIL/MAIO)**	Workshops Avançados de Engenharia de Prompt. **FASE II AGOSTO/ SETEMBRO)**	Criação e disponibilização do "Portal Workshop IA Generativa" na Intranet, um repositório contendo guias, tutoriais e as melhores práticas, assegurando a continuidade do aprendizado.

Resultados

Otimização da Produtividade	**Modernização da Cultura Organizacional**	**Eficiência Administrativa**
Redução de tarefas repetitivas e de baixo valor cognitivo (como a síntese inicial de documentos extensos), liberando a força de trabalho para atividades analíticas e decisórias.	**Mudança de mindset, posicionando o servidor não como um operador passivo de sistemas, mas como um gestor de ferramentas de alta tecnologia.**	**A aplicação prática do NotebookLM resultou em gestão do conhecimento mais ágil, com acesso à jurisprudência e normas internas, proporcionando a celeridade da prestação jurisdicional e administrativa.**



GESTÃO E SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

CAPÍTULO 7

MACRODESAFIO: GESTÃO E SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

Adotar estratégias, políticas e práticas que visem ao fortalecimento do processo eleitoral, envolvendo o fomento de inovações voltadas ao atendimento, à identificação do(a) eleitor(a), aos(às) mesários(as) e à logística de realização das eleições.

7.1 APRIMORA LOG

O projeto “Aprimora LOG” está inserido no macro desafio “Gestão e Segurança do Processo Eleitoral” para o ciclo 2025-2027, e foca na integração dos sistemas de Georreferenciamento Eleitoral (GEL) e de Apoio à Eleição (AELIS), além da revisão da malha logística em zonas eleitorais de alta complexidade geográfica e elevado custo operacional.

OBJETIVO E BENEFÍCIOS

A execução do projeto visa sanar lacunas no planejamento e dimensionamento de recursos, buscando:

- **Eficiência Orçamentária:** Redução de custos em transportes e insumos.
- **Otimização Logística:** Melhor distribuição de técnicos de urna e refinamento das rotas de veículos.
- **Integração de Dados:** Unificação dos sistemas GEL e AELIS para visualização de Pontos de Transmissão (PTs) integrados aos trajetos de distribuição.
- **Capilaridade Regional:** Adequação do planejamento às especificidades geográficas e modais de cada zona eleitoral.

CRONOGRAMA E STATUS DE ENTREGAS

ENTREGA	AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRAZO	STATUS
E1	Planejamento	Requisitos e arquitetura de integração GEL/AELIS.	Mar/25 - Abr/25	Concluído
E2	Desenvolvimento	Implementação da integração e ajustes de versão.	Set/25 - Jan/26	Em andamento
E3	Implantação	Treinamento das zonas e disponibilização do sistema.	Jan/26 - Abr/26	Pendente
E4	Aprimoramento	Vistorias *in loco* e revisão de custos das zonas críticas.	Jan/25 - Ago/26	Em andamento

ANÁLISE DE CUSTO E COMPLEXIDADE (METODOLOGIA)

Para priorizar as intervenções da Etapa 4, foi estabelecida média ponderada baseada no custo logístico total dividido pelo número de seções eleitorais (Custo por Seção).

Para assegurar a isonomia na comparação entre diferentes modais, foi aplicado um redutor aéreo-fluvial. Isso compensa o impacto financeiro superior das horas de voo e da quantidade de embarcações, isolando a eficiência logística da inevitabilidade geográfica.

As 10 Zonas Eleitorais com maior potencial de otimização foram selecionadas para visitas presenciais. No atual período, foram visitadas 6 zonas, com o restante programado para o exercício seguinte.

RESULTADOS PARCIAIS E AJUSTES IMPLEMENTADOS

- As vistorias permitem confrontar os dados do sistema com a realidade física das localidades.
- Redução de Frota: Exclusão de 03 veículos tipo pick-up, 02 motos e 02 lanchas que estavam subutilizados ou alocados indevidamente.
- Correção de Modal: Identificação de locais com designação fluvial que possuem acesso terrestre, permitindo a substituição de lanchas por carros de passeio (redução de custo unitário).
- Saneamento de Rotas: Exclusão de locais desativados e inclusão de novos pontos no sistema AELIS.
- Georreferenciamento: Plotagem de mapas com quatro camadas (distribuição, recolhimento, avulsos e PTs) para visualização clara dos trajetos.



7.2 AGILIZA

Integrado ao Plano de Gestão 2025-2027, o Projeto “Agiliza!” visa otimizar o fluxo de votação e reduzir filas mediante a reorganização dos locais e o reequilíbrio de seções com contingente superior a 370 eleitores(as).

Em 2025, focou-se no estabelecimento de diretrizes de governança e no mapeamento técnico da malha eleitoral em duas frentes:

1.análise macroestatal dos 144 municípios; e
2.tratamento detalhado de pontos críticos em grandes polos urbanos.

O levantamento estatístico realizado consolidou bases técnicas para as redistribuições previstas para 2026, com destaque para:

- Identificação de Zonas Críticas: Mapeamento pormenorizado de seções acima do limite técnico por zona e bairro.
- Capacidade Instalada: Avaliação nominal da viabilidade física de prédios públicos para expansão ou criação de novos locais.
- Priorização de Recursos: Redirecionamento de esforços humanos e tecnológicos para áreas de maior urgência.

A capital (Belém-PA), recebeu atenção prioritária devido à alta densidade demográfica, abrangendo suas 10 zonas eleitorais. O diagnóstico revelou 189 locais com seções superlotadas, totalizando um excedente de aproximadamente 50.399 eleitores. Contudo, a análise identificou 18.429 vagas ociosas em seções já existentes nos mesmos locais, possibilitando o remanejamento interno imediato para equilibrar a ocupação.

O exercício de 2025 encerrou-se com a filtragem estratégica do cadastro eleitoral, selecionando 374.000 eleitores(as) em Belém e 980 em outras localidades alocados em seções críticas e com contato telefônico registrado. Este contingente será o público-alvo de ações de comunicação direta no próximo ciclo.

Para 2026, o projeto focará na Convocação Ativa via WhatsApp, com o objetivo de orientar o eleitorado sobre a migração de seção e o comparecimento aos cartórios. A iniciativa será operacionalizada de forma integrada entre a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), a Assessoria de Comunicação (ASCOM) e a Ouvidoria, garantindo que a transição ocorra com transparência e segurança para o(a) eleitor(a).

7.3 PLANO INTEGRADO DAS ELEIÇÕES - PIE 2026

INOVAÇÃO PELO STORYTELLING: O DESPERTAR DA AURA 2.0

A grande marca deste ciclo é o projeto “Missão PIE - O Despertar da Inteligência Eleitoral”. Rompendo com a frieza dos tradicionais manuais de planejamento, o TRE-PA adotou o storytelling institucional para engajar o seu corpo funcional.

Nesta narrativa, os(s) servidores(as) tornaram-se os “Operadores da Consciência Democrática”, responsáveis por alimentar a AURA, uma Inteligência Artificial (AURA 2.0) que necessita da experiência, sensibilidade e intuição humana para alcançar a sua forma plena. Essa abordagem lúdica transformou a complexidade das metas em missões claras e motivadoras, facilitando a compreensão de processos técnicos através de uma jornada épica.



A Nova Cadeia de Valor das Eleições

Pela primeira vez, o processo eleitoral paraense foi estruturado sob uma **Nova Cadeia de Valor.** Em vez de olhar para tarefas isoladas, o Tribunal organizou-se por Macroprocessos, que abrangem desde a Gestão do Cadastro e a Votação Eletrónica até a Proclamação dos Resultados.

Essa visão sistêmica permite que cada unidade identifique as suas interdependências, eliminando gargalos logísticos e otimizando o uso de recursos financeiros e humanos. É a engenharia da eficiência aplicada à garantia da cidadania.



Ampla Participação: O Pará Unido pela Estratégia

A construção do PIE 2026 bateu recordes de colaboração. O processo garantiu a voz e o protagonismo de:

- 101 Zonas Eleitorais: De Belém às regiões mais remotas do estado, todos os chefes de cartório participaram ativamente.
- Todas as Macro Unidades da Sede: Garantindo que o suporte técnico e administrativo esteja em perfeita sintonia com a ponta operacional.

O fluxo de trabalho foi desenhado para oferecer várias oportunidades de participação, incluindo oficinas presenciais no Laboratório de Inovação Aldeia iLab, consultas digitais e as Guildas citadas acima, onde grupos debateram soluções para os desafios da Amazônia.



Segurança e Gestão de Riscos Integrada
A inovação caminha de mãos dadas com a segurança. O PIE 2026 traz uma Gestão de Riscos nativa. Cada atividade do plano foi submetida a uma análise rigorosa para identificar “pontos sensíveis” e dependências críticas. O mapeamento antecipado de riscos permite que o Tribunal atue de forma preventiva, garantindo a resiliência do pleito mesmo perante imprevistos climáticos ou logísticos.

RECONHECIMENTO EXTERNO E REFERÊNCIA NACIONAL

A qualidade metodológica do PIE 2026 rompeu as fronteiras do Tribunal. A forma inovadora de construção do plano foi apresentada em importantes encontros de inovação do Judiciário e recebeu o reconhecimento oficial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), além de visita de 8 regionais para participarem do evento.

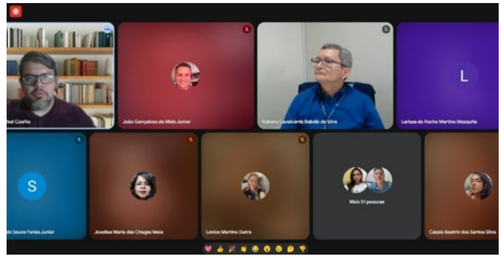
Ao ser apresentado como um modelo de sucesso para outras instituições, o TRE-PA consolida-se como um laboratório vivo de boas práticas em governança, provando que é possível ser tecnicamente rigoroso e criativamente inspirador ao mesmo tempo.



7.4 CICLO DE ESTUDOS ELEITORAIS

Em 2025, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) intensificou as ações de capacitação voltadas ao aperfeiçoamento da atuação da Justiça Eleitoral no Estado. Foram promovidos nove cursos na modalidade a distância, com carga horária média de 20 horas cada, destinados à formação continuada de magistrados(as) e servidores(as).

A elevada adesão às atividades formativas evidenciou o comprometimento do público participante com o aprimoramento técnico e institucional. Após o encerramento de cada turma, os conteúdos permaneceram disponíveis na plataforma Moodle por um período adicional de dez meses, permitindo o acesso para consulta e revisão.



9	1.097	135
Cursos	Inscritos	Horas aula

735
Certificados emitidos

As capacitações integram o Plano Anual de Capacitação e contemplam temas estratégicos para o fortalecimento da cidadania, da formação política e da democracia. A iniciativa contribui diretamente para a preparação do corpo funcional da Justiça Eleitoral para os desafios do pleito de 2026, assegurando eficiência, segurança e qualidade na execução das atividades eleitorais.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS

CAPÍTULO 8



8.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

8.1.1 ORÇAMENTO ORDINÁRIO

8.1.1.1 DOTAÇÃO INICIAL

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará iniciou 2025 com um orçamento total de R$ 257.674.754,00 (duzentos e cinquenta e sete milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro reais). Desse montante, R$ 213.886.039,00 (Duzentos e treze milhões, oitocentos e oitenta e seis mil e trinta e nove reais) foram destinados às Despesas Obrigatórias - remunerações e benefícios, o que representa aproximadamente 83% do total. O restante, no valor de R$ 43.788.715,00 (quarenta e três milhões, setecentos e oitenta e oito mil, setecentos e quinze reais), destinou-se às despesas discricionárias, abrangendo custeio, investimentos e obras.

Em comparação a 2024, houve um incremento de R$ 25.639.308,00 (vinte e cinco milhões, seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e oito reais), sendo que os maiores impactos ocorreram na dotação de despesas obrigatórias. Por outro lado, não houve previsão inicial para despesas com obras.

No que tange à dotação para Despesas Obrigatórias, houve um incremento de 22,90% entre 2024 e 2025. Esse aumento decorreu, primordialmente, do reajuste no valor per capita da Assistência Médica e Odontológica (amo) e da implementação de parcela do plano de carreira dos(as) servidores(as) do Poder Judiciário.

Dotação Inicial - Comparativo 2024 x 2025

ORÇAMENTO TOTAL	2024	2025
Pessoal	176.949.096,00	190.397.582,00
Benefícios	20.637.923,00	23.488.457,00
Custeio	38.267.258,00	43.243.715,00
Investimentos	2.719.692,00	545.000,00
Obras	7.000.266,00	0
Total	**245.574.235,00**	**257.674.754,00**

8.1.1.2 EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO (ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS)

Despesas Discricionárias

Em 2025, quatro fases de créditos permitiram a realização de alterações orçamentárias discricionárias nos meses de maio, agosto e novembro. Em cada etapa, o TRE-PA solicitou suplementações orçamentárias — com e sem indicação de fonte compensatória —, as quais foram atendidas parcialmente pelo órgão setorial (TSE).

Em outubro de 2025, houve a descentralização do valor de R$ 2.992.556,00 (dois milhões, novecentos e noventa e dois mil, quinhentos e cinquenta e seis reais), decorrente da publicação da Portaria GM/MPO Nº 388, de 17 de outubro de 2025.

Principais demandas atendidas nas fases de crédito:

- **R$ 990.282,00** (novecentos e noventa mil, duzentos e oitenta e dois reais) - Crédito especial na Ação Orçamentária e Funcional - Programática 10.14114.02.122.0033.219Z.0015 - Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - GND 3 - Outras Despesas Correntes, com a contratação de Reforma do Fórum Eleitoral do município de Marabá;
- **R$ 1.407.890,55** (um milhão, quatrocentos e sete mil, oitocentos e noventa reais e cinquenta e cinco centavos) para a área de capacitação;
- **R$ 3.828.772,66** (três milhões, oitocentos e vinte e oito mil, setecentos e setenta e dois reais e sessenta e seis centavos), com renovação dos equipamentos de TIC (computadores, monitores, equipamentos de videoconferência, nobreaks, switches);
- **R$ 650.000,00** (seiscentos e cinquenta mil reais) - Realização do Evento VERDEMOCRACIA;
- **R$ 981.872,00** (novecentos e oitenta e um mil, oitocentos e setenta e dois reais) - despesas com realização de exames periódicos de saúde.

As suplementações das dotações de pessoal e benefícios foram efetivadas pela Setorial Orçamentária do TSE, responsável pela gestão das despesas, conforme as demandas identificadas nos levantamentos periódicos deste Regional. O montante suplementado totalizou R$ 14.189.914,00 (quatorze milhões, cento e oitenta e nove mil, novecentos e quatorze reais).

DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
Pessoal	R$190.397.582,00	R$200.448.515,00	R$10.050.933,00
Benefícios	R$23.488.457,00	R$27.627.438,00	R$4.138.981,00
Custeio	R$43.243.715,00	R$49.822.231,00	R$6.578.516,00
Obras	R$0,00	R$900.282,00	R$900.282,00
Investimentos	R$545.000,00	R$4.425.596,00	R$3.880.596,00
Total	**R$257.674.754,00**	**R$283.314.062,00**	**R$25.639.308,00**

8.1.1.3 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Orçamentária Anual de 2025 - LOA 2025, Lei nº 15.121/2025, foi publicada somente em 10 de abril de 2025, causando a necessidade de liberação de duodécimos nos meses de janeiro a março. A liberação de um doze avos a cada mês, destinava-se a suprir as despesas correntes de caráter inadiável. A liberação integral do orçamento a partir do segundo trimestre de 2025, causou o retardo em procedimentos licitatórios que aguardavam recursos para formalizar suas contratações.

No exercício de 2025, o orçamento total empenhado alcançou **R$ 270.447.312,28** (duzentos e setenta milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, trezentos e doze reais e vinte oito centavos), representando 98,37% da dotação atualizada. Desse montante, 95,46% foram liquidados e pagos no próprio exercício, em estrita observância ao limite financeiro destinado ao TRE-PA. No que tange ao **orçamento discricionário**, as despesas de custeio (manutenção do Órgão) apresentaram execução de 99,61% da dotação, com 89,95% de pagamento efetivado em 2025.

O grupo de Investimentos registrou execução orçamentária de 99,81%. Desse total, apenas 16,46% foram pagos no exercício. Essa disparidade entre o empenhado e o pagamento reflete a suplementação de R$ 3.836.596,00 (três milhões, oitocentos e trinta e seis mil, quinhentos e noventa e seis reais), realizada em outubro, na 3ª fase de alterações orçamentárias. A dotação tardia e a complexidade dos procedimentos licitatórios para aquisição de bens de TIC, repercutiu na necessidade de inscrição das despesas em restos a pagar.

Quanto ao orçamento de obras, a dotação foi integralmente empenhada, com pagamentos na ordem de 91,19%. A liquidação da despesa foi favorecida pelo início dos serviços de recuperação do Fórum de Marabá, em janeiro de 2025,

possibilitando a execução dos serviços e os pagamentos ao longo do exercício financeiro.

No quadro abaixo verifica-se que houve a necessidade de justificar a inexecução parcial dessas programações, considerando o caráter impositivo do orçamento estabelecido pelo §10 do art. 165 da Constituição Federal (redação dada pela EC nº 100/2019).

DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	% EMPENHADO / DOTAÇÃO ATUALIZADA	% SALDO PAGO / EMPENHADO	% PAGO / DOTAÇÃO ATUALIZADA
Pessoal	R$200.091.305,65	R$199.462.542,71	R$199.462.542,71	99,82%	99,69%	99,51%
Benefícios	R$26.585.331,10	R$24.949.990,57	R$24.949.990,57	96,23%	93,85%	90,31%
Custeio	R$49.629.851,73	R$45.054.190,61	R$44.643.910,27	99,61%	89,95%	89,61%
Investimentos	R$4.417.127,57	R$728.497,02	R$728.497,02	99,81%	16,49%	16,46%
Obras	R$990.281,57	R$903.001,69	R$903.001,69	100,00%	91,19%	91,19%
Total	**R$281.713.897,62**	**R$271.098.222,60**	**R$270.687.942,26**	**99,44%**	**96,09%**	**95,54%**

8.1.1.4 DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Verifica-se no quadro abaixo, a execução orçamentária e financeira discricionária detalhada deste Regional em 2025, por Grupo de Despesas.

GRUPO DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	EMPENHADO	PAGO
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	R$2.985.528,35	R$2.985.528,35
	MATERIAL DE CONSUMO	R$1.318.139,32	R$982.316,40
	MATERIAL, BEM OU SERVIçO PARA DIST.GRATUITA	R$81.186,00	R$21.450,00
	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOçãO	R$3.051.319,90	R$2.922.611,69
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FíSICA	R$4.791.878,16	R$4.553.088,10
	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	R$17.412.356,80	R$16.344.398,83
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	R$9.762.910,47	R$7.922.979,32
	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	R$18.428.975,71	R$14.550.652,16
	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$130.412,70	R$126.621,15

GRUPO DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	EMPENHADO	PAGO
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXÍLIO-TRANSPORTE	R$169.152,31	R$168.303,20
	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$279.421,65	R$275.718,07
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R$318.764,22	R$276.596,79
	TOTAL	R$58.730.045,59	R$51.130.264,06
INVESTIMENTOS	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	R$151.606,90	R$134.452,00
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$5.454.050,77	R$1.782.575,12
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R$1.469,90	R$1.469,90
	TOTAL	R$5.607.127,57	R$1.918.497,02
TOTAL		R$64.337.173,16	R$53.048.761,08

8.1.2 PROVISÃO RECEBIDA

Em 2025, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará recebeu provisão proveniente do Tribunal Superior Eleitoral - TSE para:

- Pleitos Eleitorais;
- Eleições Suplementares;
- Segurança da Informação; e
- Revisão Biométrica.

Pleitos Eleitorais, em custeio, foram destinados à manutenção preventiva de urnas eletrônicas, no valor total de R$ 930.097,36 (novecentos e trinta mil, noventa e sete reais e trinta e seis centavos). Quanto a Pessoal, a provisão de R$ 1.477.676,14 (um milhão, quatrocentos e setenta e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais e quatorze centavos) foi destinada ao pagamento da conversão em pecúnia do banco de horas de eleições.

DESPESA	PROVISÃO EMPENHADA
Pessoal e Encargos Sociais	R$1.477.676,14
Custeio	R$930.096,97
Total	R$2.407.773,11

Houve descentralização de crédito para realização de **Eleições Suplementares** nos municípios de Cametá, Tucuruí e Muaná. Diante de decisões judicias, os pleitos foram suspensos, mas ocorreram despesas da ordem de **R$ 180.920,83** (cento e oitenta mil, novecentos e vinte reais e oitenta e três centavos), com os atos preparatórios.

SUPLEMENTARES	DESPESA	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHADO	PAGO
CAMETA-PA	Custeio	R$4.581,60	R$4.581,60	R$4.581,60
MUANA-PA	Pessoal e Encargos Sociais	R$17.392,51	R$17.392,51	R$17.392,51
	Custeio	R$53.324,16	R$48.923,78	R$48.604,63
TUCURUI-PA	Pessoal e Encargos Sociais	R$27.000,00		
	Custeio	R$78.622,56	R$78.622,56	R$78.622,56
	Total	R$180.920,83	R$149.520,45	R$149.201,30

Segurança da Informação - Da provisão de R$ 9.218.676,65 (nove milhões, duzentos e dezoito mil, seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) recebida, R$ 8.028.676,65 (oito milhões, vinte e oito mil, seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) foram destinados ao custeio, e R$ 1.190.000,00 (um milhão, cento e noventa mil reais), em Investimentos.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	
DESPESA	PROVISÃO EMPENHADA
Custeio	R$8.028.674,61
Investimento	R$1.190.000,00
Total	R$9.218.674,61

Biometria - Em agosto de 2025, houve a descentralização de crédito na ação 7832 – Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor, de R$ 7.035.811,43 (sete milhões, trinta e cinco mil, oitocentos e onze reais e quarenta e três centavos). O recurso foi utilizado na renovação de equipamentos de informática visando aprimorar a prestação do serviço jurisdicional.

8.2 GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, foi elaborada com a finalidade de atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

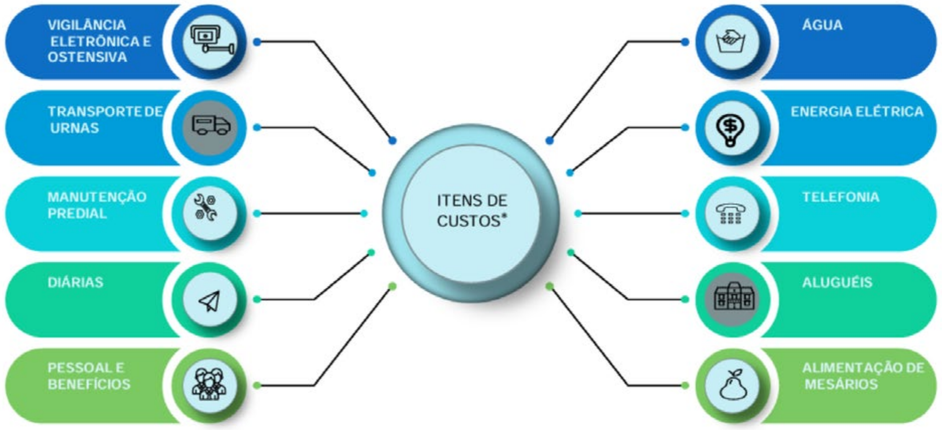
Neste sentido, foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em 2.254 municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se por uma comparação dos custos entre as diversas regiões do país - de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade - que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca por eficiência e melhor qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido o Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), no qual são fornecidas as informações de custos obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados dos Tribunais Eleitorais. Tanto a integração com os sistemas estruturantes quanto essa captação são geridas pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (SOF/TSE), no papel de setorial de custos da Justiça Eleitoral.

O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações: **Itens de Custos e Atividades/Serviços**. No eixo **Itens de Custos**, procura-se responder à questão **"com o quê?"**, e é apresentada a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



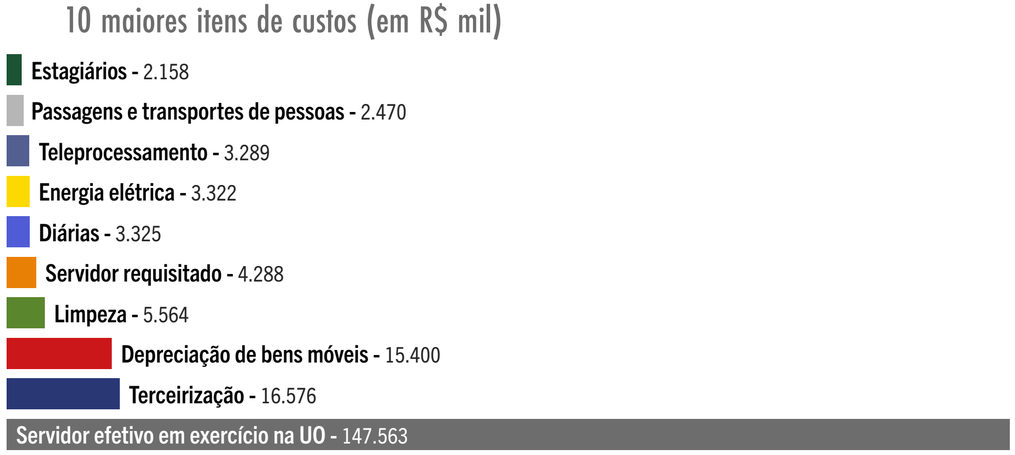
Atualmente são 48 itens de custos

No eixo das **Atividades/Serviços**, procura-se responder à questão **"para quê?"**, e é apresentado o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



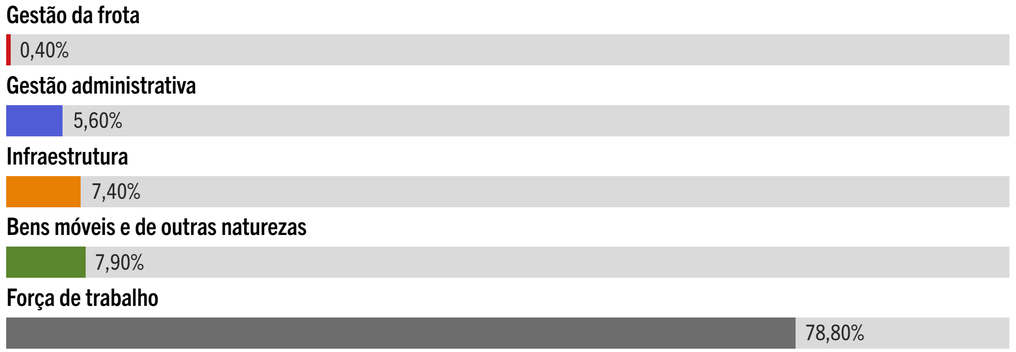
Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, e algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Relativamente aos custos apurados do **Tribunal Regional Eleitoral do Pará** no exercício de 2025, que totalizaram R$ 222,2 milhões, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



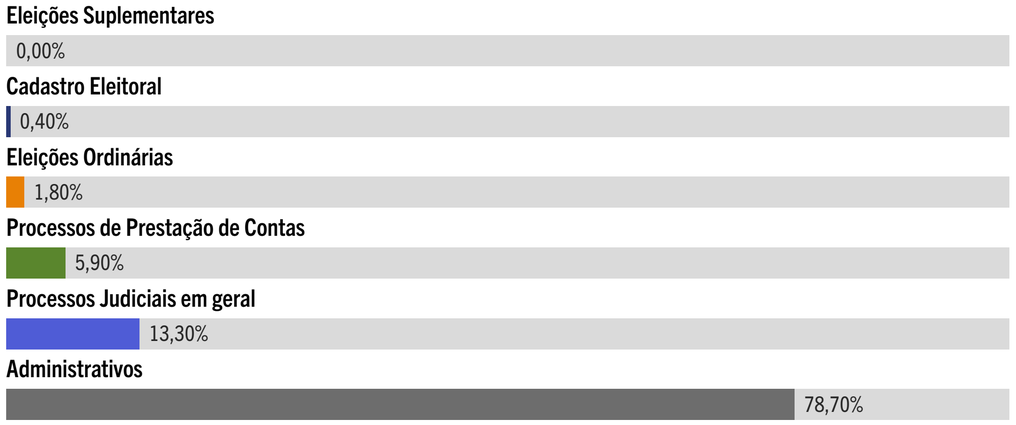
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

Custos por Subgrupos (em %)



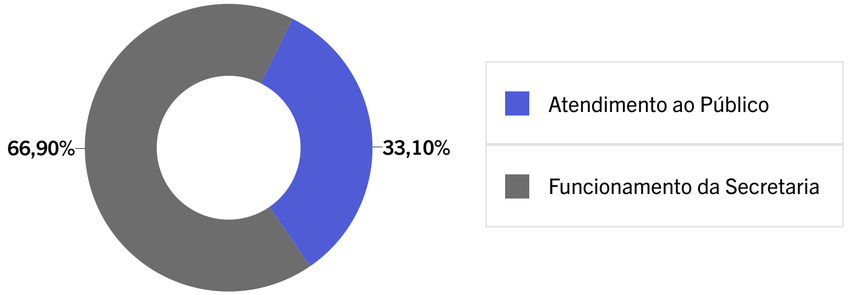
Os dados das atividades/serviços estão representados no gráfico a seguir:

Custos por Atividades/Serviços (em %)



Custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria:

Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)



As informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, visando contribuir efetivamente para a objetividade, coesão e transparência dos processos decisórios, aos gestores, órgãos de controle e público em geral.

8.3 GESTÃO DE PESSOAS

8.3.1 PRINCIPAIS NORMAS INTERNAS ADOTADAS NA GESTÃO DE PESSOAS E NA GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

- **Resolução nº 23.746/2025** - Altera a Resolução nº 23.517, de 4 de abril de 2017, para incluir a promoção de mulheres nos cargos de magistradas e magistrados dos Tribunais Regionais Eleitorais providos por advogadas e advogados e dá outras providências;
- **Resolução TSE nº 23.741/2024** - Dispõe sobre a regulamentação da descrição e especificação de cargos efetivos das carreiras judiciárias no âmbito da Justiça Eleitoral e dá outras providências;

- **Portaria TSE nº 236/2025** - Dispõe sobre a suspensão dos provimentos de cargos efetivos no âmbito da Justiça Eleitoral e dá outras providências;
- **Portaria TSE nº 42/2024** - Dispõe sobre os valores per capita do auxílio-alimentação e da assistência pré-escolar no âmbito da Justiça Eleitoral;
- **Resolução TRE-PA nº 5.821/2024** - Institui o Código de Éticados servidores e das servidoras do Tribunal Regional Eleitoral do Pará e dá outras providências;
- **Resolução TRE-PA nº 5.866/2025** - Dispõe sobre o Regulamento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará;
- **Resolução TRE-PA nº 5.808/2024** - Dispõe sobre a mediação de conflitos interpessoais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará;
- **Resolução TSE nº 23.724/2023** - Estabelece as normas gerais para a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos dos Quadros de Pessoal da Justiça Eleitoral;
- **Portaria TRE-PA nº 22.419/2023** – Dispõe sobre o horário de funcionamento do Tribunal, a jornada de trabalho dos(as) servidores(as), o registro de ponto e o serviço extraordinário, e dá outras providências;
- **Portaria TRE-PA nº 22.027/2023**, alterada pela Portaria TRE-PA nº 24.218/2025 - Dispõe sobre o regime de teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará;
- **Resolução TSE nº 23.701/2022** – Dispõe sobre a remoção de servidores(as) e a redistribuição de cargos de provimento efetivo no âmbito da Justiça Eleitoral;
- **Resolução TRE-PA nº 5.760/2022** - Institui a Política de Gestão de Pessoas do Tribunal Regional Eleitoral do Pará;
- **Resolução TRE-PA nº 5.733/2022**, alterada pela Resolução TRE-PA nº 5.789/2023 – Dispõe sobre o Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Regional Eleitoral do Pará;
- **Resolução TRE-PA nº 5.731/2022** - Dispõe sobre a concessão de férias no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará e dá outras providências;
- **Portaria TRE-PA nº 21.704/2022** – Regulamenta a assistência à saúde por meio de reembolso de plano privado;
- **Resolução TRE-PA nº 5.682/2021** - Regulamenta a concessão, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, das condições especiais de trabalho para servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição, nos termos da Resolução CNJ nº 343/2020, e dá outras providências;
- **Portaria TRE-PA nº 21.501/2022** – Dispõe sobre a instituição do Gabinete Virtual no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará e dá outras providências;
- **Portaria TRE-PA nº 21.298/2022** – Dispõe sobre a Gestão do Clima Organizacional do Tribunal Regional Eleitoral do Pará;
- **Portaria TRE-PA nº 20.703/2021** – Dispõe sobre as diretrizes para a implantação da Premiação por Reconhecimento ao Tempo de Serviço Prestado por Servidoras e Servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Pará;
- **Portaria TRE-PA nº 22.927/2024** – Dispõe sobre a oferta de estágio a estudantes para atuação no âmbito das zonas eleitorais do Estado do Pará;
- **Portaria TRE-PA nº 19.997/2020** – Dispõe sobre o Programa de Bolsa de Estudos, direcionado aos(às) servidores(às) do Tribunal Regional Eleitoral do Pará e dá outras providências;
- **Portaria TRE-PA nº 20.531/2021** – Dispõe sobre a contratação de estagiárias e estagiários mediante celebração de convênio com instituições de ensino público ou particular, de nível médio profissionalizante e superior ou mediante contratação de agente de integração;
- **Portaria TRE-PA nº 19.762/2020** – Institui o Plano de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização dos Agentes de Segurança do Tribunal Regional Eleitoral do Pará;
- **Portaria nº 22891/2024** – Dispõe sobre a concessão aos servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Pará de licença para tratamento da própria saúde (LPS) e licença por motivo de doença em pessoa da família (LPF);
- **Resolução TSE nº 23.578/2018** – Dispõe sobre o pagamento das gratificações eleitorais previstas na Lei nº 8.350/1991 e dá outras providências;
- **Resolução TRE-PA nº 5.488/2018** - Dispõe sobre os critérios e procedimentos

com vistas à designação de juiz(a) de direito para atuar como juiz(a) auxiliar em zona eleitoral durante as eleições, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará;

- **Resolução TSE nº 23.545/2017** - Dispõe sobre a gratificação por encargo de curso ou concurso no âmbito da Justiça Eleitoral e dá outras providências;
- **Resolução TSE nº 23.523/2017** - Dispõe sobre a requisição de servidores(as) públicos(as) pela Justiça Eleitoral;
- **Resolução TSE nº 23.507/2017** - Dispõe sobre a licença para capacitação no âmbito da Justiça Eleitoral;
- **Portaria Conjunta STF, CNJ, TSE, STJ, nº 2/2016** – Regulamenta a aplicação do artigo 5º da Lei nº 13.317, de 2016 (adicional de qualificação de curso superior dos(as) ocupantes do cargo de Técnico(a) Judiciário(a));
- **Resolução TSE nº 23.448/2015** – Aprova instruções para a aplicação da Lei nº 13.150, de 27 de julho de 2015;
- **Resolução TRE-PA nº 5.328/2015** – Dispõe sobre a remoção de servidores(as) do quadro permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará e dá outras providências;
- **Portaria TRE-PA nº 13.602/2013** – Institui a Gestão por Competências no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará;
- **Portaria TRE-PA nº 13.415/2013** – Regulamentação da lotação e movimentação de servidores(as) da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará;
- **Resolução TSE nº 23.380/2012** – Dispõe sobre o Adicional de Qualificação no âmbito da Justiça Eleitoral;
- **Resolução TRE-PA nº 5.132/2012** - Dispõe sobre a requisição de servidores(as) públicos no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará e dá outras providências;
- **Resolução TSE nº 23.116/2009** - Dispõe sobre o Programa de Assistência Pré-Escolar no âmbito da Justiça Eleitoral;
- **Resolução TSE nº 22.901/2008** – Dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário no âmbito da Justiça Eleitoral;
- **Resolução TSE nº 22.697/2008** – Dispõe sobre a concessão de auxílio-transporte aos(às) servidores(as) dos Tribunais Eleitorais;
- **Resolução TRE-PA nº 4.514/2008** – Dispõe sobre a incidência de correção monetária e de juros de mora sobre parcelas remuneratórias pagas em atraso pela administração, não alcançadas pela prescrição quinquenal;
- **Resolução TRE-PA nº 4.380/2008** – Dispõe sobre a compensação entre débitos e créditos dos(as) servidores(as) e pensionistas do Tribunal Regional Eleitoral do Pará;
- **Resolução TRE-PA nº 4.347/2008** - Regulamenta a licença por motivo de afastamento do(a) cônjuge ou companheiro(a) no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, de que trata o art. 84 da Lei nº 8.112/90;
- **Resolução TRE-PA nº 4.334/2008** - Regulamenta a avaliação de desempenho durante o período de estágio probatório dos(as) servidores(as) ocupantes de cargos efetivos das carreiras judiciárias, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, e dá outras providências, em conformidade com a Lei nº 11.416/06;
- **Resolução TSE nº 22.595/2007** - Dispõe sobre a gratificação de atividade de segurança, instituída pela Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, no âmbito da Justiça Eleitoral;
- **Resolução TSE nº 22.582/2007** – Dispõe sobre o desenvolvimento, nas carreiras, dos(as) servidores(as) ocupantes de cargos de provimento efetivo dos quadros de pessoal dos Tribunais Eleitorais e dá outras providências;
- **Resolução TSE nº 22.572/2007** – Dispõe sobre o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos(as) Servidores(as) da Justiça Eleitoral e dá outras providências;
- **Portaria TRE-PA nº 8.876** – Regulamenta a atualização cadastral dos(as) servidores(as) aposentados(as) e pensionistas do Tribunal Regional Eleitoral do Pará;
- **Resolução TSE nº 22.138/2005** - Aprova instruções para a aplicação da Lei nº 11.202, de 29 de novembro de 2005;

- **Resolução TSE nº 22.071/2005** – Dispõe sobre a concessão do Auxílio-Alimentação aos(às) servidores(as) dos Tribunais Eleitorais;
- **Resolução TRE-PA nº 3.712/2005** – Dispõe sobre a participação de servidores(as) do Tribunal Regional Eleitoral do Pará nos eventos de capacitação e desenvolvimento e dá outras providências;
- **Portaria TRE-PA nº 6.585/2005** – Dispõe sobre o instituto da dependência econômica no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, e dá outras providências;
- **Resolução TSE nº 21.832/2004** – Aprova instruções para a aplicação da Lei nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004;
- **Resolução TRE-PA nº 3.686/2004** – Regulamenta o parágrafo único do art. 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos(as) servidores(as) públicos(as) civis, dos(as) aposentados(as) e dos(as) pensionistas, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará;
- **Resolução TSE nº 21.009/2002** – Estabelece normas relativas ao exercício da jurisdição eleitoral em primeiro grau;
- **Resolução TSE nº 20.761/2000** – Dispõe sobre a regulamentação da descrição e especificação de cargos efetivos das carreiras judiciárias, no âmbito da Justiça Eleitoral e dá outras providências;
- **Resolução TSE nº 20.572/2000** – Dispõe sobre a transformação dos cargos efetivos e o enquadramento dos(as) servidores(as) dos Quadros de Pessoal dos Tribunais Eleitorais;
- **Resolução TRE-PA nº 2.776/2000** – Regulamenta a substituição de servidores(as) ocupantes de função comissionada no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Pará; e
- **Resolução TRE-PA nº 2.584/2000** – Exercício da Jurisdição Eleitoral. Designação de Juiz(a) Eleitoral. Critério objetivo. Rodízio.

8.3.2 PRINCIPAIS MECANISMOS DE CONTROLE ADOTADOS NA GESTÃO DE PESSOAS



Sistemas de Gestão de Pessoas no TRE-PA

- SGRH (Sistema de Gestão de Recursos Humanos);
- Admissão;
- AQ on line (Adicional de Qualificação);
- Banco de Talentos;
- Cronos (Biometria Facial);
- DFT Diário (Dimensionamento da Força de Trabalho);
- EAD (Educação a Distância);
- Férias;

- GSE (Gerenciamento do Serviço Extraordinário);
- IMUNE (Sistema de Controle de Imunização);
- Licenças Saúde;
- Margem Consignável;
- PROAS (Programa de Assistência à Saúde);
- REMOC (Concurso de Remoção);
- SAEP (Sistema de Avaliação do Estágio Probatório);
- SEVEN (Sistema de Eventos);
- SGA (Sistema de Gestão de Autoridades);
- SIGEST (Sistema de Gestão de Estagiários);
- SISAD (Sistema de Avaliação de Desempenho);
- SISTELE (Sistema de Teletrabalho);
- Substituição;
- TRE Competente (Gestão por Competências).

8.3.3 PRINCIPAIS MECANISMOS DE CONTROLE ADOTADOS NA GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

- Instrução e análise de processos que ensejam pagamentos;
- Informação e elaboração de relatório mensal para pagamento;
- Recebimento de relatórios, informações e processos para pagamento;
- Fechamento de período anterior e abertura de novo período de folha de pagamento;
- Lançamento de rubricas;
- Conferência do lançamento de rubricas (com prévia pesquisa dos dados atualizados necessários para conferência — legislação, portarias, processos, registros no sistema SGRH —, planilhas padronizadas de conferências e relatório de comparação de movimentação de rubricas do mês atual e mês anterior);
- Cálculo dos eventos de folha;
- Conferência de cálculos (conferência dos cálculos efetuados pelo módulo Folha de Pagamento do SGRH, total ou por amostragem, com prévia pesquisa dos dados atualizados necessários para conferência — legislação, portarias, processos, registros no SGRH —, planilhas padronizadas de conferências e relatório de comparação de valores do mês atual e mês anterior);
- Conferência de folha de pagamento (conferência das anotações de ajustes necessários identificados nas etapas de conferência do lançamento de rubricas e de cálculos, preferencialmente por outra pessoa, e batimento do relatório resumo de rubricas antes e após o cálculo final);
- Conferência do relatório “Lista de Reposição ao Erário” do sistema SGRHWeb (para identificar se há servidores na folha de pagamento com valores a repor ao erário);
- Fechamento de folha de pagamento;
- Emissão de relatórios de folha de pagamento;
- Conferência dos relatórios emitidos;
- Encaminhamento de relatórios (via processo no sistema SEI);
- Envio de informações para pagamento para os bancos, com observância de roteiro padronizado.

8.3.4 VALORIZAÇÃO POR DESEMPENHO E LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE TREINAMENTO

O Plano Anual de Capacitação (PAC 2025) foi elaborado com base na Política de Gestão por Competências, a partir de um Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT) estruturado e participativo, realizado pelas unidades do Tribunal.

O processo buscou identificar lacunas de competências técnicas,

comportamentais e gerenciais relevantes ao desempenho institucional, considerando o Planejamento Estratégico, as exigências normativas, os riscos operacionais e a preparação para as Eleições de 2026. As demandas foram coletadas por instrumento padronizado, submetidas à análise técnica da área de Gestão de Pessoas e priorizadas conforme critérios de alinhamento estratégico, impacto organizacional, criticidade das competências, público-alvo, viabilidade orçamentária e oportunidade de execução.

Em 2025, o PAC foi executado em dois ciclos, com utilização de recursos das fontes CAPPAC (Capacitação de Pessoal) e CAPTIC (Capacitação em Tecnologia da Informação e Comunicação). Foram capacitados 645 servidores, por meio de 28 ações de treinamentos contratadas, alcançando 90,32% de aderência entre as ações planejadas e executadas. A execução orçamentária global atingiu 106,62% em razão de remanejamento interno de recursos.

Os resultados evidenciam elevado alinhamento das ações de capacitação às competências estratégicas normativas, específicas e gerenciais requeridas pelo Tribunal, contribuindo para o aprimoramento do desempenho institucional, para a mitigação de riscos operacionais e para a melhoria da qualidade e da continuidade dos serviços eleitorais prestados à sociedade.

8.3.5 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

SITUAÇÃO FUNCIONAL	LOTAÇÃO EFETIVA	
	ÁREA MEIO	ÁREA FIM
Servidores Efetivos na UO	219	241
Servidores Removidos para o TRE-PA	3	3
Servidores Sem Vínculo	1	0
Servidores em Exercício Provisório	0	1
Servidores Requisitados	9	342
Estagiários	84	68

Obs.: Foram consideradas como unidades da área fim: SJ, ASCRE, SECRE, CAJ, SOPJ, ASPRE, ASCONT, JMGABs, NAE e Zonas Eleitorais.

8.3.6 RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

O provimento de cargos vagos em decorrência de aposentadoria foi realizado por meio da nomeação de candidatos(as) aprovados(as) no Concurso Público Unificado da Justiça Eleitoral, vigente até 2027, assegurando a reposição planejada da força de trabalho e a continuidade das atividades institucionais.

Em 2025, foram empossados: 3 Analistas Judiciários, Área Judiciária; 1 Analista Judiciário, Especialidade em Contabilidade; 1Técnico Judiciário, Especialidade em Programação de Sistemas; 3 Técnicos Judiciários, Especialidade Agente da Polícia Judicial; além de 1 Analista Judiciário, Especialidade em Medicina, por aproveitamento de concurso.

Quanto à alocação de pessoas, foram realizados recrutamentos internos e movimentações funcionais para atendimento a necessidades institucionais, tais como: apoio à instrução de processos judiciais e de prestação de contas, substituição temporária de titulares de Zonas Eleitorais, atuação em atendimentos itinerantes e reforço temporário da força de trabalho em períodos de maior carga operacional.

As tabelas a seguir apresentam a situação atual dos cargos providos e vagos dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, por especialidade, evidenciando o quantitativo total do quadro efetivo e as vacâncias existentes:

Cargos providos e vagos: Analista Judiciário

ESPECIALIDADE	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL
Administrativa	19	0	19
Administrativa - Contabilidade	6	0	6
Apoio Especializado - Análise de Sistemas	11	0	11
Apoio Especializado - Assistência Social	1	0	1
Apoio Especializado - Engenharia	2	0	2
Apoio Especializado - Engenharia Elétrica	1	0	1
Apoio Especializado - Medicina	3	0	3
Apoio Especializado - Odontologia	2	0	2
Apoio Especializado - Psicologia	1	0	1
Apoio Especializado - Taquigrafia	2	0	2
Judiciária	143	8	151

Cargos providos e vagos: Técnico Judiciário

ESPECIALIDADE	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL
Administrativa	247	6	253
Administrativa - Segurança	8	1	9
Apoio Especializado - Digitação	5	0	5
Apoio Especializado - Operação de Computadores	14	0	14
Apoio Especializado - Programação de Sistemas	13	0	13

Total de cargos providos e vagos

CARGOS	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL
Analista Judiciário e Técnico Judiciário	478	15	493

8.3.7 SERVIDORES(AS) EM CONDIÇÕES DE APOSENTADORIA

Atualmente, o TRE-PA conta com **28 servidores(as) em condições de aposentadoria**, considerados(as) aqueles(as) que percebem abono de permanência, o que reforça a necessidade de planejamento contínuo da força de trabalho e da adoção de estratégias de reposição e alocação de pessoal.

8.3.8 EXERCÍCIO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS

DENOMINAÇÃO / NÍVEL	OCUPADOS POR SERVIDORES COM VÍNCULO EFETIVO							OCUPADOS POR SERVIDORES SEM VÍNCULO EFETIVO	VAGOS	TOTAL
	MESMO ENTE FEDERADO				OUTROS ENTES FEDERADOS					
	QUADRO PRÓPRIO	CARREIRAS DO JUDICIÁRIO DE OUTROS ÓRGÃOS	ESTATUTÁRIOS DE OUTRAS CARREIRAS	CLT	CARREIRAS DO JUDICIÁRIO	ESTATUTÁRIOS DE OUTRAS CARREIRAS	CLT			
CARGOS EM COMISSÃO										
CJ-04	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
CJ-03	11	-	-	-	-	-	-	-	-	11
CJ-02	28	1	-	-	-	-	-	1	-	30
CJ-01	12	-	-	-	-	-	-	-	-	12
TOTAL DE CARGOS	52	1	-	-	-	-	-	1	-	54
FUNÇÕES DE CONFIANÇA[1]										
FC-06	140	-	1	-	-	13	-	-	-	154
FC-05	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5
FC-04	14	-	-	-	-	-	-	-	-	14
FC-03	15	-	-	-	-	1	-	-	1	17
FC-02	37	-	-	-	-	4	-	-	-	41
FC-01	64	-	-	-	-	43	-	-	6	113
CHEFIA DE CARTÓRIO - PRÓ-LABORE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE FUNÇÕES	**275**	-	1	-	-	61	-	-	7	344
TOTAL	**327**	**1**	**1**	**-**	**-**	**61**	**-**	**1**	**7**	**398**

8.3.9 MAGISTRADOS(AS) E MEMBROS(AS) DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MAGISTRADOS NÃO INTEGRANTES DO QUADRO PRÓPRIO EM EXERCÍCIO NO ÓRGÃO		
CARGO NA CARREIRA	**CARGO/FUNÇÃO EXERCIDO NO ÓRGÃO**	**QUANTIDADE**
MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES (STF/STJ)	MINISTROS TITULARES TSE	-
	MINISTROS SUBSTITUTOS TSE	-
DESEMBARGADOR	MEMBROS TITULARES TRE	2
	MEMBROS SUBSTITUTOS TRE	2
	JUIZ AUXILIAR (Art. 96, § 3ª, da Lei nº 9504/1997)	-
	JUIZ AUXILIAR	-
JUIZ FEDERAL	MEMBROS TITULARES TRE	1
	MEMBROS SUBSTITUTOS TRE	1
	JUIZ AUXILIAR (Art. 96, § 3ª, da Lei nº 9504/1997)	-
	JUIZ AUXILIAR	-
JUIZ AUDITOR MILITAR	JUIZ AUXILIAR	-
JUIZ DO TRABALHO	JUIZ AUXILIAR	-
JUIZ DE DIREITO	MEMBROS TITULARES TRE	2
	MEMBROS SUBSTITUTOS TRE	2
	JUIZ ELEITORAL TITULAR	89
	JUIZ ELEITORAL SUBSTITUTO	12
	JUIZ AUXILIAR (Art. 96, § 3ª, da Lei nº 9504/1997)	-
	JUIZ AUXILIAR	1
	JUIZ COLABORADOR	-
MINISTROS DE TRIBUNAIS SUPERIORES (STF/STJ)	JUIZ ELEITORAL TITULAR	-
	JUIZ ELEITORAL SUBSTITUTO	-
	JUIZ AUXILIAR (ART. 96, § 3ª, DA LEI Nº 9504/1997)	-
	JUIZ AUXILIAR	-
	JUIZ COLABORADOR	-
SUBTOTAL [A]		112
MEMBROS JURISTAS E DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO À JUSTIÇA ELEITORAL		
CARGO NA CARREIRA	**CARGO/FUNÇÃO EXERCIDO NO ÓRGÃO**	**QUANTIDADE**
ADVOGADO	MINISTROS TITULARES TSE	-
	MINISTROS SUBSTITUTOS TSE	-
	MEMBROS TITULARES TRE	1
	MEMBROS SUBSTITUTOS TRE	1
	JUIZ AUXILIAR (Art. 96, § 3ª, da Lei nº 9504/1997)	-
PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA	PROCURADOR GERAL ELEITORAL	-
	PROCURADOR GERAL ELEITORAL SUBSTITUTO	-
	PROCURADOR GERAL ELEITORAL AUXILIAR	-
PROCURADOR DA REPÚBLICA	PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL	1
	PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL SUBSTITUTO	1
	PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL AUXILIAR	-
PROMOTOR PÚBLICO	PROMOTOR ELEITORAL	101
PROMOTOR PÚBLICO	PROMOTOR ELEITORAL SUBSTITUTO	-
SUBTOTAL [B]		105
TOTAL [C = A + B]		217

8.3.10 DETALHAMENTO DE DESPESA DE PESSOAL

RUBRICAS INCLUÍDAS EM FOLHAS DE PAGAMENTO E SISTEMA DIÁRIAS											
Situação Funcional	Ano	Vencimentos e Vantagens fixas	Retribuições - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Gratificações (Natalina e Encargo de Curso ou Concurso)	Adicionais	Indenizações e Auxílios	Benefícios Assistenciais e Abono de Permanência	Outras Despesas Variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
Membros de Poder e Agentes Políticos	2021	R$ -	R$ -	R$12.928.488,32	R$ -	R$81.531,49	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$13.010.019,81
	2022	R$ -	R$ -	R$13.691.405,44	R$ -	R$425.068,77	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$14.116.474,21
	2023	R$ -	R$ -	R$13.734.064,43	R$ -	R$240.910,53	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$13.974.974,96
	2024	R$ -	R$ -	R$15.356.488,47	R$ -	R$521.439,86	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$15.877.928,33
	2025	R$ -	R$ -	R$15.790.561,53	R$ -	R$235.030,99	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$16.025.592,52
Servidores de carreira do órgão em exercício no TRE/PA	2021	R$74.922.740,13	R$10.369.514,19	R$7.315.484,08	R$6.939.884,37	R$7.065.280,04	R$1.569.500,17	R$2.453.972,51	R$1.412,62	R$ -	R$110.637.788,11
	2022	R$75.545.013,56	R$11.363.690,56	R$7.456.890,88	R$14.377.252,67	R$8.455.109,56	R$2.346.406,94	R$3.351.161,55	R$227.953,55	R$ -	R$123.123.479,27
	2023	R$79.743.690,04	R$13.012.554,58	R$8.098.493,26	R$10.204.686,82	R$9.539.675,45	R$2.882.482,17	R$3.585.584,02	R$1.156,96	R$ -	R$127.068.323,30
	2024	R$93.279.119,06	R$15.061.935,48	R$8.620.096,41	R$20.646.587,51	R$14.964.580,56	R$3.265.689,11	R$189.011,54	R$1.585.208,86	R$ -	R$157.612.228,53
	2025	R$83.483.501,50	R$13.624.840,38	R$9.193.404,76	R$12.346.635,87	R$13.255.164,55	R$3.466.024,03	R$171.054,57	R$32.329,95	R$ -	R$135.572.955,61
Servidores de carreira de outros órgãos em exercício no TRE/PA	2021	R$ -	R$1.652.346,16	R$143.177,11	R$288.445,61	R$1.367.407,14	R$12.133,00	R$321.524,39	R$ -	R$ -	R$3.785.033,41
	2022	R$ -	R$1.729.377,75	R$132.140,78	R$1.766.707,42	R$2.096.171,08	R$14.133,85	R$602.262,79	R$ -	R$ -	R$6.340.793,67
	2023	R$ -	R$1.663.518,97	R$173.857,54	R$841.085,42	R$2.145.323,56	R$23.671,95	R$461.503,72	R$ -	R$ -	R$5.308.961,16
	2024	R$ -	R$1.686.068,19	R$140.297,64	R$3.423.395,27	R$2.931.257,83	R$20.378,64	R$1.857,26	R$573,55	R$ -	R$8.203.828,38
	2025	R$ -	R$1.735.272,79	R$130.955,78	R$1.086.704,03	R$2.218.918,17	R$22.866,63	R$1.757,78	R$1.935,80	R$ -	R$5.198.410,98
Servidores sem vínculo com a administração pública	2021	R$ -	R$234.681,42	R$19.382,04	R$3.443,07	R$76.518,80	R$840,00	R$ -	R$ -	R$ -	R$334.865,33
	2022	R$ -	R$233.259,94	R$19.516,55	R$40.652,23	R$38.539,23	R$ -	R$2.058,41	R$ -	R$ -	R$334.026,36
	2023	R$ -	R$260.791,11	R$21.835,59	R$18.266,64	R$52.095,76	R$305,30	R$ -	R$ -	R$ -	R$353.294,40
	2024	R$ -	R$299.182,03	R$23.145,72	R$28.005,76	R$67.413,15	R$11.997,34	R$ -	R$ -	R$ -	R$429.744,00
	2025	R$ -	R$150.324,88	R$14.424,37	R$8.529,32	R$34.292,84	R$25.318,22	R$ -	R$ -	R$ -	R$232.889,63

RUBRICAS INCLUÍDAS EM FOLHAS DE PAGAMENTO E SISTEMA DIÁRIAS											
Situação Funcional	Ano	Vencimentos e Vantagens fixas	Retribuições - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas	Gratificações (Natalina e Encargo de Curso ou Concurso)	Adicionais	Indenizações e Auxílios	Benefícios Assistenciais e Abono de Permanência	Outras Despesas Variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
Servidores de carreira do TRE/PA em exercício em outro órgão	2021	R$5.822.538,09	R$ -	R$507.207,22	R$381.048,71	R$383.118,09	R$72.887,39	R$63,87	R$ -	R$ -	R$7.166.863,37
	2022	R$5.496.984,49	R$ -	R$495.070,47	R$367.040,85	R$396.261,90	R$148.880,93	R$39.571,02	R$144.897,57	R$ -	R$7.088.707,23
	2023	R$4.000.851,55	R$ -	R$336.792,92	R$257.333,07	R$322.244,61	R$73.673,38	R$1.166,42	R$ -	R$ -	R$4.992.061,95
	2024	R$2.843.516,43	R$ -	R$229.473,28	R$187.451,08	R$301.362,80	R$67.309,27	R$680,37	R$45.133,26	R$ -	R$3.674.926,49
	2025	R$2.022.100,30	R$ -	R$204.710,47	R$151.204,78	R$230.279,52	R$41.906,12	R$210,95	R$ -	R$ -	R$2.650.412,14
Servidores com contrato temporário	2021	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
	2022	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
	2023	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
	2024	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
	2025	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Aposentados e Pensionistas	2021	R$22.942.144,75	R$2.262.584,43	R$2.124.445,04	R$149.937,51	R$114.565,42	R$18.297,20	R$14.267,00	R$ -	R$ -	R$27.626.241,35
	2022	R$23.506.543,48	R$2.244.048,90	R$2.167.871,53	R$155.888,54	R$87.839,67	R$54.554,48	R$56.179,09	R$162.329,79	R$ -	R$28.435.255,48
	2023	R$24.080.851,34	R$2.162.038,25	R$2.269.038,05	R$157.721,93	R$39.675,54	R$87.520,03	R$212.848,29	R$ -	R$ -	R$29.009.693,43
	2024	R$28.425.527,61	R$2.322.141,16	R$2.418.263,38	R$204.756,76	R$456.700,76	R$555.985,96	R$2.616,54	R$1.839.753,64	R$ -	R$36.225.745,81
	2025	R$24.171.582,75	R$1.742.465,14	R$2.551.448,74	R$343.565,24	R$139.825,30	R$1.183.706,45	R$1.497,62	R$ -	R$ -	R$30.134.091,24
TOTAIS	2021										R$162.560.811,38
	2022										R$179.438.736,22
	2023										R$180.707.309,20
	2024										R$222.024.401,54
	2025										R$189.814.352,12

8.3.11 JUSTIFICATIVA PARA O AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL

A despesa de pessoal em 2025 apresentou redução em relação a 2024, em razão, principalmente, da inexistência de eleições no período analisado. Em anos não eleitorais, não há incremento das despesas obrigatórias associadas ao adicional de serviço extraordinário, o que impacta diretamente a diminuição do gasto com pessoal.

Contribuiu, ainda, para a redução da despesa a compensação de parcelas relativas à incorporação de quintos, iniciada em novembro de 2024, com reflexos financeiros ao longo de 2025.

Adicionalmente, verificou-se em 2024 maior volume de gastos com conversão em pecúnia de banco de horas, situação não repetida no mesmo patamar em 2025, o que também colaborou para a redução observada.

8.3.12 ABSORÇÃO DA PARCELA REMUNERATÓRIA DE "QUINTOS" EM APOSENTADORIAS

A absorção da parcela remuneratória relativa à incorporação de "quintos ou décimos de função" em aposentadorias decorre de determinação constante do Acórdão n.º 15.297/2021 - 2ª Câmara, do Tribunal de Constas da União, que estabeleceu a implementação das absorções futuras em face das modificações legais na estrutura remuneratória da carreira, em observância à decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 638.115.

Nos termos dessa deliberação, o TRE-PA deve registrar, em item específico do Relatório de Gestão, as informações relativas ao cumprimento da medida em cada exercício financeiro.

Com a implementação da primeira parcela do reajuste previsto pela Lei nº 14.523/2023, vigente a partir de 1º/2/2023, doze servidores(as) aposentados(as) realizaram a compensação total das parcelas de "quintos" que foram incorporadas a partir de 9/4/1998, enquanto outros doze mantiveram saldos remanescentes a serem absorvidos.

Posteriormente, a edição da Lei nº 14.687/2023 ensejou o restabelecimento administrativo dos pagamentos anteriormente compensados. Em outubro de 2024, contudo, o TCU reafirmou a obrigatoriedade de absorção das parcelas incorporadas entre 1998 e 2001 pelo reajuste de fevereiro de 2023, ocasião em que o TRE-PA suspendeu novamente o pagamento das rubricas questionadas.

Na sequência, houve alteração do cenário em decorrência de decisão judicial proferida no Processo nº 1124368-10.2025.4.01.3400, ajuizado pelo sindicato da categoria (SINDJUF/PA-AP), que concedeu tutela de urgência para afastar a absorção das parcelas pelo reajuste da Lei nº 14.523/2023 e restabelecer o pagamento. Em cumprimento à decisão, foi determinada a aplicação da medida aos servidores(as) aposentados(as) filiados(as) à entidade sindical, abrangendo 11 beneficiários(as).

8.3.13 GESTÃO DO PROAS

Em 2025, as receitas do Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (PROAS) totalizaram R$ 20.058.863,90 (vinte milhões, cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta e três reais e noventa centavos), das quais 72% provenientes de repasses da União e 28% oriundas da participação

dos(as) servidores(as) e dos rendimentos de aplicações financeiras.

As despesas registradas até o encerramento do exercício somaram R$ 11.950.798,85 (onze milhões, novecentos e cinquenta mil, setecentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), permanecendo pendentes de liquidação despesas relativas ao último período do exercício, cujo processamento ocorre, usualmente, no exercício subsequente. A unidade gestora projetou despesas totais próximas a R$ 14.185.000,00 (quatorze milhões, cento e oitenta e cinco mil reais) para a assistência à saúde de servidores(as) e dependentes.

A gestão financeira do PROAS é realizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), responsável pela administração do fundo específico destinado ao recebimento das contribuições e à manutenção do plano de saúde institucional. Ao final de 2025, o saldo do fundo alcançou R$ 29.545.595,52 (vinte e nove milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos), representando acréscimo de R$ 4.790,779,81 (quatro milhões, setecentos e noventa mil, setecentos e setenta e nove reais e oitenta e um centavos) em relação ao ano anterior, decorrente principalmente dos rendimentos de aplicações financeiras e das contribuições per capita dos(as) beneficiários(as).

8.3.14 METAS NÃO-ALCANÇADAS, PRINCIPAIS DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO ANO

O Índice de Desenvolvimento de Competências (AGP1), vinculado ao macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas do Planejamento Estratégico 2021-2026 do TRE-PA, tem por finalidade mensurar a maturidade das competências individuais e gerenciais dos(as) servidores(as) e o grau de aderência das ações de capacitação ao planejamento institucional.

O indicador é composto pela média ponderada em três índices: Índice de Execução do Plano Anual de Capacitação (EPAC), com peso 1; Índice de Adequação às Competências Gerenciais (ACG), com peso 2; e Índice de Adequação às Competências Individuais (ACI), também com peso 2.

Considerando que os índices ACG e ACI dependem de diagnóstico de competências não realizado em 2025, em razão da necessidade de atualização do mapeamento de competências das unidades criadas ou reestruturadas e de ajustes no sistema TRE Competente, foram mantidos os valores anteriormente apurados, com aplicação de depreciação anual de 5% a partir de 2023, conforme metodologia institucional.

Está previsto para o primeiro semestre de 2026 novo ciclo de diagnóstico de competências, o que permitirá a atualização dos subíndices ACG e ACI e o aprimoramento da mensuração do AGP1. Em razão dessas limitações metodológicas, o resultado apurado para o indicador permaneceu abaixo da meta estabelecida de 80%.

8.4 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

8.4.1 PRINCIPAIS NORMAS INTERNAS

O TRE do Pará possui um conjunto de normas internas que regulam as contratações públicas, com base na Lei nº 14.133/2021 e em resoluções do TSE e do CNJ. Citamos abaixo as principais:

- Resolução nº 5.397/2017: Plano de Logística Sustentável (PLS).
- Portaria nº 17.586/2018: Processo de Contratação.
- Portaria nº 18.261/2018: Política de Aquisições.
- Portaria nº 22.282/2023: Código de Ética para a área de contratações.
- Portaria nº 23.423/2024: Versão definitiva do Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício 2025.

Além de seguir as normas gerais e internas, o TRE do Pará busca estar alinhado com as instruções e modelos de documentos aprovados pela AGU.

8.4.2 PRINCIPAIS MECANISMOS DE CONTROLE

- Observância ao princípio da segregação de funções e às diretrizes de integridade e conformidade legal dos atos praticados.
- Revisão e restruturação da área de planejamento das contratações.
- Realização de oficinas para garantir efetividade na elaboração do Plano de Contratações Anual.
- Mapeamento dos processos de trabalho.
- Mapeamento de riscos das contratações e do macroprocesso.
- Atualização de modelos padronizados (ETP, TR, minutas de editais e contratos).
- Utilização de listas de verificação e de Instrumentos de padronização de contratações, disponibilizados pela AGU.
- Instituição do Código de Ética das Contratações.
- Evolução do Sistema Plano, que permite a elaboração do Plano Anual de Contratações e o monitoramento da execução do Plano.
- Utilização do Sistema Publicador de Documentos, que permite o registro de todas as contratações, editais e avisos de dispensa eletrônica, para fins de divulgação no sítio eletrônico do Tribunal.
- Utilização do Sistema Contratos.gov.br para gerenciamento das contratações.
- Capacitação contínua dos(as) servidores(as) que atuam nas funções chave do macroprocesso de contratação (gestores(as), servidores(as), fiscais de contratos, pregoeiros(as), assessores(as) jurídicos(as) e auditores(as)), em especial, nos cursos de planejamento, licitações e contratos, sustentabilidade, gestão de riscos e gestão contratual.
- Normatização interna e modelação do processo sancionatório decorrente de contratações públicas, estabelecendo-se, em especial, critérios objetivos e isonômicos para a determinação da dosimetria das penas (em fase de aprovação da minuta).

8.4.3 RESUMO DAS CONTRATAÇÕES POR GRUPO DE DESPESA

GRUPO DESPESA	AÇÃO GOVERNO		PTRES	NE CCOR - MODALIDADE LICITAÇÃO	SALDO
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20GP	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL	167587	INEXIGIBILIDADE	31.047,32
				PREGÃO	5.178,97
			167588	DISPENSA DE LICITAÇÃO	2.686.571,51
				INEXIGIBILIDADE	6.129.415,26
				PREGÃO	32.688.669,13
			167589	INEXIGIBILIDADE	652.667,96
				PREGÃO	84.583,22
			213852	INEXIGIBILIDADE	80.080,00
				PREGÃO	18.738,94
					42.376.952,31
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	219Z	CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO	260816	PREGÃO	990.281,57
					990.281,57
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21EE	GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CIBERNÉTICA	214048	INEXIGIBILIDADE	15.953,78
				PREGÃO	8.012.720,83
					8.028.674,61
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4269	PLEITOS ELEITORAIS	167869	PREGÃO	930.096,97
			167871	PREGÃO	56.363,41
					986.460,38
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7832	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMACÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR	167866	PREGÃO	158.439,11
					158.439,11
	TOTAL				52.540.807,98

GRUPO DESPESA	AÇÃO GOVERNO		PTRES	NE CCOR - MODALIDADE LICITAÇÃO	SALDO
4 - INVESTIMENTOS	20GP	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL	167588	DISPENSA DE LICITAÇÃO	71.659,52
				PREGÃO	4.343.998,15
					4.415.657,67
4 - INVESTIMENTOS	21EE	GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CIBERNÉTICA	214048	PREGÃO	1.190.000,00
					1.190.000,00
4 - INVESTIMENTOS	7832	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICACÃO DO ELEITOR	167866	PREGÃO	7.035.105,42
					7.035.105,42
	TOTAL				12.640.763,09

8.4.4 PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÕES REALIZADOS EM 2025

Em 2025, o Tribunal formalizou 206 contratações para apoiar suas atividades. Essas contratações ocorreram por diferentes formas: licitações, adesões a Atas de Registro de Preços (ARP), participações em Intenções de Registro de Preços (IRP) e contratações diretas. Esses procedimentos garantiram a infraestrutura das unidades e a continuidade das atividades administrativas do Tribunal.

PROCEDIMENTO	QUANTIDADE
Pregão Eletrônico	30
Dispensa Eletrônica	16
Dispensa de Licitação (Sem disputa)	6
Inexigibilidade	80
Adesão à Ata de Registro de Preço	2
Participação em IRP	0

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	QUANTIDADE
Pregão	105
Dispensa de licitação	21
Inexigibilidade	80
TOTAL	206

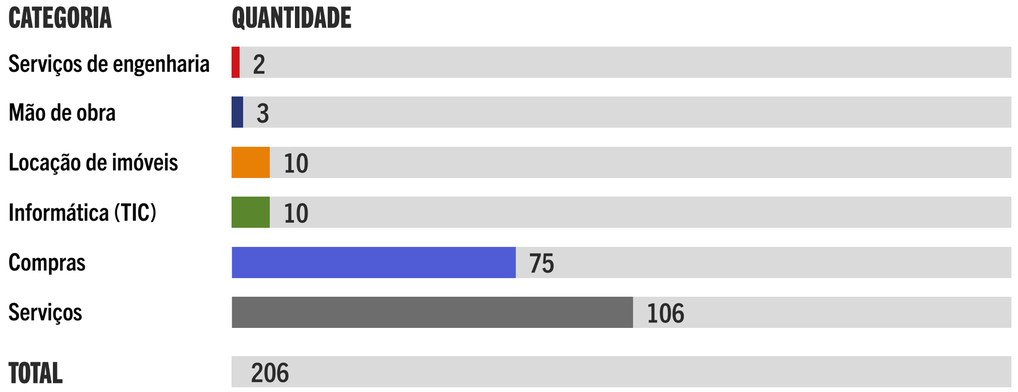
Houve predominância de contratações decorrentes de pregão eletrônico, evidenciando a priorização de procedimentos competitivos, em conformidade com os princípios da economicidade e da ampla concorrência.

8.4.5 TOTAL DE CONTRATAÇÕES FORMALIZADAS EM 2025

Este tópico apresenta o total de contratações formalizadas pelo Tribunal no exercício de 2025, discriminadas por modalidade de contratação, fundamento legal, categoria de objeto e forma de formalização.

O objetivo é demonstrar, de forma consolidada e transparente, o perfil das contratações realizadas no exercício, evidenciando o equilíbrio entre procedimentos competitivos e contratações diretas, bem como o alinhamento das aquisições e serviços às necessidades institucionais e ao planejamento administrativo do Tribunal.

Contratações de 2025



8.4.6 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

Contratações de maior valor

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	NÚMERO DO INSTRUMENTO	OBJETO	VALOR GLOBAL
Índice de Atualização do Parque Computacional	00104/2025	aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (computadores minidesk)	R$4.512.950,00
Desenvolver a justiça itinerante no âmbito do TRE; e FSPE - Aprimorar o processo de gestão das Eleições Oficiais	00039/2025	prestação de serviços de agenciamento de viagens	R$3.763.500,00
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária; Garantia dos Direitos Fundamentais.	00079/2025	prestação de serviços de manutenção predial com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	R$3.476.518,20
Garantia dos Direitos de Cidadania; Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária	00081/2025	prestação de serviços de intermediação e agenciamento de transporte	R$2.286.135,00
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados - Índice de cumprimento de requisitos de Proteção de Dados	00088/2025	renovação da garantia técnica (hardware e software) para a manutenção dos servidores	R$2.090.388,00
Índice de Atualização do Parque Computacional	00095/2025	aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (notebooks)	R$2.057.426,00
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	00020/2025	prestação de serviços de disponibilização de licenças - solução cyberark.	R$1.849.225,00

Índice de atualização do Parque Computacional; Índice de atendimento às solicitações de soluções informatizados	00068/2025	“aquisição de bens de tic (workstation processador i7, 64gb ram)”	R$1.462.500,00
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados - Índice de cumprimento de requisitos de Proteção de Dados	00060/2025	aquisição de uma unidade de equipamento (appliance) de cópia de segurança com desduplicação	R$1.190.000,00
Garantia dos Direitos de Cidadania; Índice de Satisfação do Usuário	00011/2025	prestação de serviços comuns de engenharia para o fórum eleitoral de marabá-pa	R$1.015.037,41

8.4.7 CONTRATAÇÕES DIRETAS REALIZADAS

As contratações sem disputa, especialmente aquelas voltadas à capacitação, locação de imóveis e serviços essenciais de natureza continuada, refletem demandas específicas da Administração que, por sua natureza ou enquadramento legal, justificam a adoção de contratação direta, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Esses números indicam um cenário de elevada atividade contratual, com impactos diretos na continuidade dos serviços, no fortalecimento da capacidade institucional e no suporte às ações estratégicas do Tribunal ao longo do exercício.

FUNDAMENTAÇÃO	QUANTIDADE
Dispensa em razão do valor (art. 75, I e II)	20
Locação de imóveis (art. 74, V)	10
Capacitação (art. 74, III, f)	53
Fornecimento de água, esgoto e energia elétrica (art. 74, I)	2
Assinatura de periódicos e plataformas com acesso on-line (art. 74, I)	8
Outros	8
TOTAL	**101**

8.4.8 CONTRATAÇÕES COMPARTILHADAS

Em 2025, o Tribunal atuou como órgão gerenciador de contratação compartilhada na área de Tecnologia da Informação, por meio do Pregão Eletrônico nº 32/2025, cujo processo ainda se encontra em andamento.

A contratação é destinada à aquisição de solução de gerenciamento de exposição cibernética, com a participação de diversos Tribunais Regionais Eleitorais.

Valor global estimado
R$ 70 milhões

O principal desafio da contratação compartilhada refere-se ao seu planejamento, que se mostra mais complexo em razão da necessidade de:

- consulta aos órgãos interessados ou publicação da intenção de registro de preços (IRP);
- consolidação das estimativas de todos os órgãos participantes;
- definição dos requisitos da contratação;
- confirmação do objeto da licitação;
- estimativa do valor global; e
- gerenciamento dos riscos específicos da contratação.

A despeito dessa complexidade, a adoção do modelo de contratação compartilhada vem sendo incentivada pela Secretaria de Administração, tanto na

elaboração do Plano Anual de Contratações quanto na fase de planejamento das aquisições, tendo em vista a possibilidade de ganhos de escala e de padronização das soluções entre os órgãos participantes, em consonância com diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e com a Lei nº 14.133/2021.

8.4.9 ELABORAÇÃO DE NOVA MINUTA DE CONTRATO

A simplificação da linguagem contratual busca facilitar o entendimento dos contratos por todas as pessoas envolvidas, como gestores, fiscais, fornecedores e a sociedade em geral.

O uso de termos claros, objetivos e diretos reduz dúvidas, evita diferentes interpretações e ajuda na fiscalização e no cumprimento das obrigações previstas no contrato. Essa prática também fortalece o princípio da publicidade e do controle social, contribuindo para uma administração pública mais democrática, eficiente e voltada ao interesse público.

Por isso, o uso de minutas contratuais com linguagem simples é um instrumento importante para fortalecer a governança e a integridade nas contratações públicas.

A nova minuta de contrato foi elaborada com base no modelo padrão já utilizado no TRE-PA, que segue a minuta divulgada pela Advocacia-Geral da União (AGU). A equipe revisou cada item para garantir total alinhamento ao modelo da AGU, conformidade com as normas vigentes e coerência com a finalidade de cada cláusula.

Durante a revisão, a equipe verificou se a simplificação da linguagem preservava o sentido jurídico original. Assim, o novo modelo mantém a precisão técnica e, ao mesmo tempo, apresenta um texto mais acessível para todos(as) os(as) usuários(as).

8.4.10 CONTRATAÇÕES EFICIENTES - NOVA MODELAGEM

Integração de serviços em um único contrato

O TRE-PA busca tornar suas contratações mais eficientes ao adotar novas tecnologias, modelos e estratégias. Entre as principais mudanças estão a possibilidade de contratos com vigência plurianual e a reunião de diferentes soluções ou serviços em um único contrato.

Esse modelo permite incluir, no mesmo ajuste, o fornecimento de equipamentos, insumos, gêneros alimentícios e serviços eventuais. A estratégia facilita a execução dos serviços, melhora os resultados esperados, reduz custos operacionais e atende melhor às necessidades da Justiça Eleitoral.

A modelagem adotada se aproxima dos contratos de facilities, que concentram e gerenciam diversos serviços de apoio necessários para o funcionamento e a manutenção de imóveis. Com isso, o Tribunal espera obter melhores preços e maior qualidade, aproveitando a economia de escala e a especialização dos fornecedores.

Com menos contratos, o setor responsável fortalece a governança e a gestão contratual, ao considerar o ciclo de vida do objeto, os indicadores de resultado e os critérios de sustentabilidade. Também acompanha melhor as condições contratuais, a qualidade dos serviços, o cumprimento das obrigações trabalhistas e a aplicação de sanções, quando necessário.

Um exemplo dessa estratégia é a contratação de serviços de limpeza, higienização,

conservação, copeiragem e manutenção de áreas verdes (processo SEI nº 0004933-05.2025.6.14.8000). Nesse caso, os serviços de limpeza e copeiragem foram reunidos em um mesmo posto, com previsão de serviços eventuais de limpeza no regime de diária, manutenção de áreas verdes e fornecimento de café, água e açúcar.

Outros exemplos incluem a contratação de organização de eventos (processo SEI nº 0003887-78.2025.6.14.8000), que passou a incluir o serviço de alimentação (coffee break), e a contratação de manutenção predial (processo nº 0005508-81.2023.6.14.8000), que, pela primeira vez, incluiu as Zonas Eleitorais do interior, permitindo a execução de serviços eventuais nesses locais.

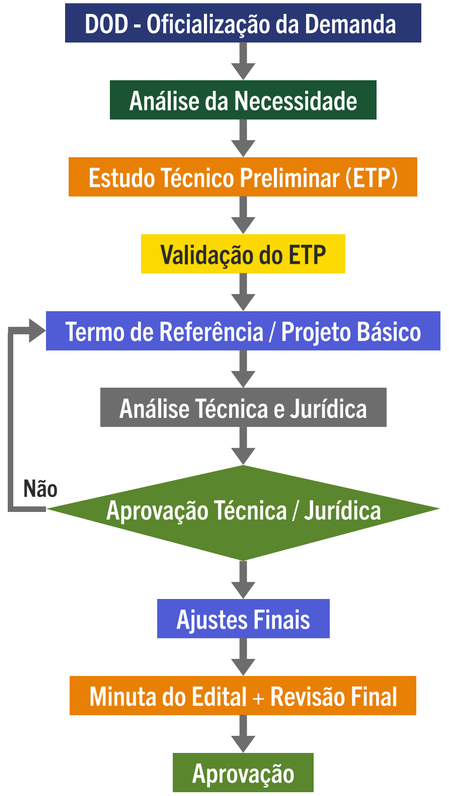
8.4.11 ATUALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO DA FASE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

O TRE-PA, por meio de sua Secretaria de Administração (SA), vem adotando ações estratégicas para atualizar a política de aquisições e o macroprocesso de contratações. Essa iniciativa decorre da nova Lei de Licitações e Contratos e da reestruturação da SA, com a criação da Coordenadoria de Planejamento das Contratações (COPC).

Uma das principais ações é a atualização do mapeamento da fase de planejamento das contratações. O objetivo é descrever melhor o fluxo do processo, desde a formalização do Documento de Oficialização da Demanda (DOD) até a aprovação do edital de licitação.

Assim, o planejamento das contratações torna-se mais fácil de compreender, já que o fluxo apresenta cada etapa do procedimento, as atividades envolvidas, as unidades responsáveis e os documentos que devem ser produzidos.

Essa organização orienta o processo com mais segurança, garante a segregação de funções e fortalece a conformidade legal, a padronização e a transparência do macroprocesso de contratação. Além disso, contribui para reduzir erros, inconsistências e possíveis implicações legais.



Ilustraçao parcial do mapa do processo de planejamento

8.4.12 OFICINAS DE PLANEJAMENTO SA

Plano tático construído de forma colaborativa

A Secretaria de Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Pará elaborou seu plano tático para o biênio 2025–2027 de forma colaborativa, contando com a participação do Gabinete, da Assessoria e de todas as coordenadorias da área. A iniciativa buscou racionalizar os recursos, fortalecer a cultura do planejamento e alinhar as ações ao Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Pará (PEJEPA) e ao Plano de Gestão 2025–2027, com foco na eficiência, inovação, sustentabilidade e valorização das pessoas.

Houve a definição da missão, visão, valores, diretrizes, objetivos e iniciativas, bem como foram identificadas ações em andamento e projetos futuros. Após, foram promovidas oficinas práticas para a priorização de iniciativas e definição de metas, responsáveis e prazos. O processo resultou na validação e divulgação de um plano tático integrado, que fortalece a coerência interna e contribui para resultados mais relevantes para a sociedade.





8.4.13 REDUÇÃO DE CUSTOS COM CONTRATOS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

Diante do cenário de restrição orçamentária em 2025, o TRE-PA revisou os custos dos contratos continuados para adequar as despesas ao orçamento disponível, sem comprometer a continuidade dos serviços essenciais. Como medida de racionalização, foram reduzidos a utilização de 02 (duas) pick-ups usadas na execução de serviços e o número de postos de trabalho terceirizados a seguir:

- 03 postos de condutores(as);
- 02 postos de motoboys; e
- 03 postos de serviços de limpeza.

As medidas foram definidas a partir da análise da necessidade real dos serviços e da reorganização das rotinas de trabalho, com foco no melhor uso das equipes e dos recursos disponíveis.

A redução dos postos e dos veículos gerou economia em diversas despesas associadas aos contratos, como salários, encargos trabalhistas, benefícios, combustível, manutenção de veículos, seguros, insumos operacionais, materiais

de consumo e outros custos indiretos.

As medidas foram adotadas de forma planejada e responsável, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e racionalização do gasto público, e em alinhamento com a realidade orçamentária vigente.

8.4.14 PRINCIPAIS DESAFIOS, PERSPECTIVAS E AÇÕES FUTURAS

Inovação, sustentabilidade e eficiência nas contratações

Para os próximos exercícios, o principal desafio da Secretaria de Administração do TRE-PA é consolidar as inovações iniciadas em 2025 e enfrentar novas demandas, como a construção da nova sede da Justiça Eleitoral do Pará e o Pleito Eleitoral de 2026.

Entre as metas em curso, destacam-se a conclusão da nova Política de Governança das Contratações e de seus regulamentos, bem como o aperfeiçoamento da gestão de riscos do macroprocesso e das contratações individuais, com maior integração aos sistemas de gestão e ao Plano Anual de Contratações. Busca-se, ainda, aprimorar continuamente o planejamento das contratações, fortalecendo o alinhamento entre planejamento estratégico, orçamento e contratações, mediante capacitações periódicas e intercâmbio de boas práticas.

No campo das ações futuras, ressalta-se a continuidade dos projetos estratégicos iniciados em 2025. O projeto Tá Contratado prevê a ampliação do uso de inteligência artificial em todas as fases das contratações, promovendo padronização, eficiência e sustentabilidade. O projeto Edifica JE busca reduzir a dependência de imóveis alugados e preparar a instituição para a futura sede própria.

Na área de logística e patrimônio, os projetos **Eco Rota 360** e **Gestão Patrimonial 5Rs** visam racionalizar o uso de veículos, reduzir emissões e fortalecer o reaproveitamento e o descarte responsável de bens, embora ainda enfrentem limitações relacionadas à disponibilidade de veículos e motoristas.

Apesar dos desafios, as perspectivas são positivas. A atualização normativa, o fortalecimento da gestão de riscos, o avanço dos projetos de inovação e sustentabilidade, a possível concretização da nova sede e o suporte administrativo ao pleito eleitoral posicionam a área administrativa de forma estratégica para ampliar a eficiência, a transparência e a sustentabilidade das contratações, garantindo melhor infraestrutura e suporte às eleições e à sociedade.

8.4.14.1 REESTRUTURAÇÃO NORMATIVA DA GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES, POLÍTICA DE GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES E PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES, GESTÃO DE RISCOS E MACROPROCESSOS DAS CONTRATAÇÕES

Em 2025, o Tribunal iniciou a reestruturação das normas de governança das contratações, estando em elaboração a nova Política de Governança das Contratações, que substituirá a Política de Aquisições vigente (Portaria nº 18.261/2018).

A iniciativa visa alinhar o órgão à Lei nº 14.133/2021, à Resolução CNJ nº 347/2020, à Resolução TSE nº 23.702/2022 e às boas práticas de governança adotadas por outros órgãos.

A reestruturação atende às recomendações do Relatório da Auditoria Integrada de Governança e Gestão de Aquisições da Justiça Eleitoral, que apontou a necessidade de aperfeiçoar critérios de priorização de demandas, a definição de prazos, a elaboração e o acompanhamento do Plano de Contratações Anual (PCA), além de avançar em temas como compras compartilhadas, gestão de riscos, sustentabilidade e transparência das informações.

As ações em curso incluem a elaboração da minuta da nova política, a consulta às unidades envolvidas no macroprocesso de contratações e a definição de normativos específicos relacionados ao Plano Anual de Contratações (PCA), a gestão de riscos e a sustentabilidade.

Ao consolidar esses temas em um único instrumento normativo, o Tribunal busca fortalecer indicadores de governança, como o AGG1, melhorar o desempenho em avaliações externas, a exemplo do iGESTo/TCU e do Prêmio CNJ de Qualidade, e promover maior alinhamento das contratações ao Planejamento Estratégico, ao Plano de Gestão, ao Plano de Logística Sustentável e ao Código de Ética das Contratações.

O cronograma de implementação estende-se até 2026 e contempla, entre outras medidas, a capacitação das equipes, ajustes nos sistemas institucionais e a integração com soluções de inovação, como o assistente de IA “Tá Contratado”, com o objetivo de fortalecer os controles internos, reduzir riscos e aumentar a transparência e a eficiência das contratações.

8.5 GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

8.5.1 PRINCIPAIS NORMAS

- Decreto nº. 12.785/2025 - Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa TRE-PA nº 8/2010 - Dispõe sobre procedimentos de gestão de material permanente.
- Instrução Normativa TRE-PA nº 3/2011 - Dispõe sobre procedimentos de gestão de material permanente.
- Instrução Normativa TRE-PA nº. 2/2019 - Dispõe sobre alienação, cessão, transferência, destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis pertencentes ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará.
- Portaria TRE-PA nº. 2.586/2001 - Regulamenta a cessão de urnas de lonas para realização de eleições não oficiais por interessados no Estado do Pará.

8.5.1.1 REVISÃO DAS NORMAS RELATIVAS À GESTÃO PATRIMONIAL

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará identificou a necessidade de alinhar suas práticas administrativas aos padrões atuais de controle e eficiência da Administração Pública Federal. Com isso, atualizou suas normas internas de gestão patrimonial, com o advento da Resolução TRE-PA nº 5.846/2025 e Instrução Normativa TRE-PA nº 5/2025, as quais representam mais que uma atualização formal, mas uma mudança na forma como o Tribunal trata o seu patrimônio, com foco na economicidade, na sustentabilidade e na confiabilidade das informações contábeis.

A **Resolução TRE/PA nº 5.846/2025** instituiu a nova Política de Gestão Patrimonial

e definiu as diretrizes estratégicas para a gestão dos bens permanentes do Tribunal. Por meio dela, foram estabelecidas responsabilidades na gestão compartilhada do material, garantindo mais previsibilidade e segurança jurídica às rotinas de uso e controle do acervo patrimonial.

A **Instrução Normativa nº 5/2025** complementa a Resolução TRE-PA nº 5.846/2025 ao estabelecer diretrizes para a sua aplicação, mediante detalhamento de fluxos de trabalho, definição de responsabilidades e de mecanismos de controle mais ágeis, com vistas à redução de riscos de desconformidade e à otimização dos processos de trabalho das unidades gestoras.

Foram ainda padronizados procedimentos de movimentação de bens, inventário, carga patrimonial, responsabilização e desfazimento, com o objetivo de garantir que os registros patrimoniais reflitam, de forma fiel, a situação física e contábil dos bens do Tribunal. Com isso, reforça-se o compromisso institucional com a transparência e a responsabilidade fiscal.

8.5.2 PRINCIPAIS MECANISMOS DE CONTROLE

- Revisão de todas as normas relativas à gestão patrimonial.
- Formalização de processos SEI para registro da movimentação patrimonial para cada unidade.
- Formalização dos inventários anuais das unidades via processos SEI específicos.
- Inventário Anual de Bens permanentes.
- Rotina interna de procedimentos “pós-inventário” realizada pela SECOB/COMAP.
- Gestão Patrimonial in loco.
- Capacitação contínua dos(as) servidores(as) que atuam na área de gestão patrimonial e de infraestrutura.

8.5.3 PRINCIPAIS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Em 2025, o TRE-PA realizou investimentos em infraestrutura voltados à redução de custos, à segurança, à sustentabilidade e à melhoria das condições de trabalho e do atendimento ao público.

Em Altamira, foi ampliado e reformado o Cartório da 18ª Zona Eleitoral, com a criação de área exclusiva para o Depósito de Urnas Eletrônicas, fortalecendo a logística, a segurança do processo eleitoral e a capacidade de atendimento.

Em Santarém, avançou a execução da usina solar fotovoltaica de 1,7 MWp, atualmente em fase final e sob acompanhamento técnico permanente, representando ganho em sustentabilidade e economia para o Tribunal.

No Fórum Eleitoral de Marabá, foram realizadas obras de muro de arrimo, reforço e recuperação estrutural, garantindo solução definitiva para riscos identificados na estrutura do prédio.

Em Bragança, o TRE-PA implantou o Projeto de Revitalização Predial, com foco na manutenção preventiva. A 13ª Zona Eleitoral recebeu o projeto piloto, com requalificação do imóvel e melhorias nos sistemas de climatização, elétrico e hidráulico, além de intervenções arquitetônicas, acessibilidade, sinalização e renovação da área de espera. A iniciativa apresentou resultados positivos e terá continuidade em 2026, com expansão para outras Zonas Eleitorais.

Além disso, houve avanço na definição do terreno para a construção do Complexo Integrado da Justiça Eleitoral do Pará, em Belém, iniciativa estratégica que permitirá, no médio e longo prazo, a centralização das unidades administrativas e a implantação de infraestrutura moderna, acessível e alinhada ao planejamento estratégico do TRE-PA.

Foi ainda iniciado o Projeto Edifica JE, integrante do Plano de Gestão 2025–2027, com foco na redução da dependência de imóveis alugados, por meio de investimentos em prédios próprios, projetos de engenharia, construção de novas unidades e parcerias para cessão de espaços.

8.5.4 PRINCIPAIS INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTOS

A execução do orçamento priorizou a compra de equipamentos essenciais à continuidade, à segurança e à eficiência dos serviços prestados em todo o estado, com impacto direto nas atividades finalísticas da Justiça Eleitoral.

Entre as principais iniciativas, destaca-se a recomposição das reservas técnicas de equipamentos, medida que garantiu a disponibilidade imediata de itens estratégicos e reduziu o risco de interrupções nas rotinas administrativas e no atendimento ao eleitor. Com isso, o Tribunal fortaleceu sua capacidade de resposta diante das demandas do ciclo eleitoral, reduzindo riscos operacionais e logísticos.

Foi dada, ainda, continuidade à compra de poltronas ergonômicas para as Zonas Eleitorais do interior, com o objetivo de substituir o mobiliário antigo e reduzir as diferenças de infraestrutura entre a capital e o interior do Estado.

As novas poltronas observam normas de ergonomia e saúde ocupacional, contribuindo para melhores condições de trabalho e prevenção de afastamentos. Tais medidas, refoçam a padronização da infraestrutura, a gestão preventiva de riscos e o compromisso com a eficiência e asustentabilidade organizacional.

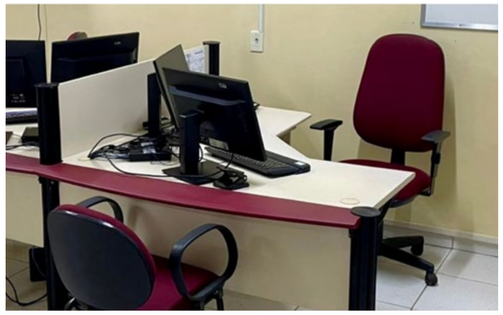


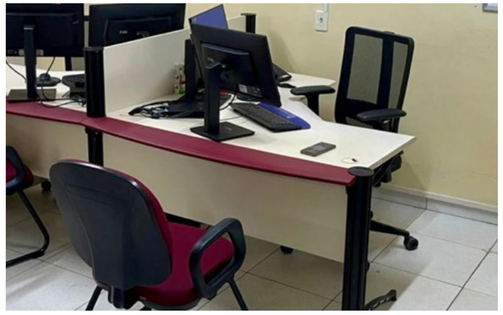
8.5.5 GESTÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E DE BENS PERMANENTES

Gestão de materiais de consumo

O TRE-PA adotou o Almoxarifado Virtual Nacional (AVN) para aquisição de materiais de expediente. O modelo opera sob demanda, de modo que as compras são realizadas apenas na quantidade necessária e no momento adequado.

BENEFÍCIOS:
- eliminar grandes estoques físicos;
- reduzir desperdícios;
- receber os materiais conforme a necessidade indicada pela Seção de Almoxarifado - SEAL;
- racionalização do gasto público, maior previsibilidade de consumo e aumento da eficiência na gestão orçamentária e logística de suprimentos.


Antes - 2ªZE/PA - Cachoeira do Arari


Depois - 2ªZE/PA - Cachoeira do Arari

Gestão de bens permanentes

Na gestão de bens permanentes, foi realizada a substituição de poltronas antigas por modelos ergonômicos nas Zonas Eleitorais do interior do estado.

BENEFÍCIOS:
- melhora o conforto e a saúde das equipes;
- ajuda a prevenir doenças ocupacionais;
- reduz afastamentos e licenças médicas; e
- diminui custos indiretos ao longo do tempo.

A padronização do mobiliário entre capital e interior reduz desigualdades estruturais, fortalece a gestão patrimonial e contribui para maior eficiência administrativa. A modernização da infraestrutura física também favorece a produtividade das equipes e assegura condições adequadas para a prestação dos serviços eleitorais à população paraense.

8.5.5.1 EXPANSÃO DO MODELO ALMOXARIFADO VIRTUAL NACIONAL (AVN)

Simplificação da logística de materiais para as Eleições

O Tribunal busca expandir o uso do Almoxarifado Virtual Nacional (AVN) para a aquisição e o fornecimento de materiais de consumo destinados à montagem das Seções Eleitorais, com entrega direta aos Cartórios Eleitorais do interior do estado, especialmente nos períodos eleitorais, quando a demanda se intensifica. O projeto propõe simplificar o fluxo atual por meio do modelo Just-in-Time, no qual os materiais são adquiridos e entregues conforme a necessidade, no momento adequado.

Atualmente, o fluxo de aquisição é complexo e oneroso, envolvendo cerca de 15 unidades do Tribunal e gerando custos elevados com armazenamento, logística de distribuição, contratos postais e procedimentos licitatórios, além de riscos de atraso ou falhas no fornecimento.

Nesse contexto, o AVN apresenta-se como solução para otimizar o processo. Por

meio de plataforma virtual, os pedidos são registrados diretamente no sistema do fornecedor, que passa a ser responsável pela armazenagem, separação e entrega direta às Zonas Eleitorais do interior.

Para as Eleições de 2026, estima-se deixem de ser iniciados mais de 40 processos de aquisição ou fornecimento e gerenciadas mais de 25 Atas de Registro de Preço. Com a redução de etapas internas, poderão ser concentrados esforços em atividades estratégicas, como gestão contratual e planejamento, promovendo melhor uso dos recursos humanos e financeiros.

8.5.6 LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Não houve registro de locação de equipamentos no exercício 2025.

8.5.7 DESFAZIMENTO DE BENS

Gestão sustentável do patrimônio: o desfazimento como instrumento de eco-eficiência e função social

O desfazimento de bens constitui ação relevante para a sustentabilidade, a economicidade e a gestão eficiente do patrimônio público, indo além da mera baixa patrimonial. No âmbito do TRE-PA, o procedimento observa o Decreto Federal nº 9.373/2018 e a Instrução Normativa TRE/PA nº 5/2025, que priorizam o reaproveitamento de bens e o aumento da sua vida útil.

Mediante avaliação técnica, os bens são classificados como ociosos, recuperáveis ou irrecuperáveis. Aqueles ainda aptos ao uso são destinados, preferencialmente, por doação ou cessão a outros órgãos públicos e a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), permitindo a continuidade de sua utilização em benefício social.

Essa prática contribui para reduzir aquisições desnecessárias, diminuir a geração de resíduos, otimizar espaços físicos e assegurar destinação ambientalmente adequada dos bens, além de cumprir a função social do patrimônio público.

1377
bens permanentes diversos

1
micro-ônibus

400
livros

Os itens, embora não mais adequados às necessidades institucionais, passaram a ter nova utilidade social, em conformidade com os princípios da sustentabilidade, eficiência e responsabilidade na gestão patrimonial.



8.5.8 CENÁRIO IMOBILIÁRIO

O cenário imobiliário do Tribunal Regional Eleitoral do Pará é composto por imóveis próprios e locados distribuídos em todo o estado, destinados ao funcionamento de cartórios eleitorais, unidades administrativas, depósitos e estruturas de apoio.

Atualmente, o TRE-PA possui predominância de imóveis próprios em termos de área ocupada, embora ainda mantenha número relevante de imóveis locados, especialmente para atender demandas provisórias ou específicas de determinadas unidades. Essa configuração evidencia a necessidade de planejamento contínuo voltado à racionalização dos espaços, à redução de despesas com locações e à ampliação gradual da infraestrutura própria, em alinhamento com a estratégia institucional.

Os imóveis próprios concentram mais de 80% da área total ocupada, enquanto os imóveis locados, embora numerosos, apresentam menor área média, o que reforça o custo-benefício da ampliação da infraestrutura própria.



8.5.9 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Não houve locação de imóvel novo no exercício de 2025

8.5.10 AÇÕES PARA O COMPLEXO JE

Em 2025, a gestão do TRE-PA avançou na definição do terreno para a construção do Complexo Integrado da Justiça Eleitoral do Pará.

Após reuniões institucionais com a Polícia Rodoviária Federal, foi acordada a divisão de uma área aproximada de 50.000 m², sendo 25.000 m² destinados ao TRE-PA e 25.000 m² mantidos pela PRF.

O terreno está localizado na Avenida Júlio César, em Belém, em região estratégica e em consolidação como polo administrativo. A área definida atende às necessidades do projeto e permitirá a centralização das unidades administrativas atualmente distribuídas em diferentes imóveis, bem como a implantação de infraestrutura moderna, acessível e sustentável, alinhada ao planejamento estratégico institucional.

Principais Benefícios previstos:

- Área suficiente para sediar unidades administrativas, cartórios eleitorais da capital, áreas técnicas, depósitos, estacionamento e atendimento ao público;
- Centralização das unidades administrativas atualmente distribuídas entre Belém e Ananindeua, com ganhos de integração e eficiência gerencial;
- Redução estrutural de despesas com aluguéis, transporte, logística, segurança e manutenção;
- Melhoria do acesso da população aos serviços eleitorais, em razão da localização estratégica e da oferta de transporte público;
- Fortalecimento do polo administrativo da Avenida Júlio César, com a inserção do Tribunal em área que concentra órgãos públicos federais e estaduais;
- Possibilidade de adoção de soluções sustentáveis e acessíveis, como eficiência energética, uso racional da água e gestão adequada de resíduos.



8.5.11 MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES

Não há registros de mudança ou desmobilização relevante para o exercício de 2025.

8.5.12 FINALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DA USINA SOLAR FOTOVOLTAICA DE 1.7MWP EM SANTARÉM-PA

Um marco em sustentabilidade, economia e inovação no TRE-PA

A execução da **usina solar fotovoltaica** de 1,7 MWp, localizada em Santarém, apresentou avanço significativo em 2025, em decorrência da atuação da gestão e do acompanhamento técnico permanente da fiscalização.

A Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura (COEDI) conduziu os ajustes e validações técnicas, garantindo a conformidade com as normas aplicáveis e a qualidade da implantação.

A obra encontra-se em fase final, restando a conclusão de serviços complementares, bem como as etapas de comissionamento e testes operacionais, indispensáveis para a entrada em operação plena, prevista para curto prazo.

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS:

- redução expressiva dos gastos com energia elétrica;
- geração de energia limpa e renovável, com menor impacto ambiental;
- maior autonomia e segurança energética institucional;
- contribuição direta para as metas de sustentabilidade; e
- uso eficiente e racional dos recursos públicos, com retorno esperado no médio e longo prazo.



Usina Solar Fotovoltaica de Santarém-PA

8.5.13 CONSTRUÇÃO DO MURO DE ARRIMO, REFORÇO E RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DO FÓRUM ELEITORAL DE MARABÁ

A obra foi realizada após diagnóstico técnico que identificou problemas estruturais no edifício, especialmente no muro de arrimo e nas fundações.

O planejamento e a execução da intervenção foram conduzidos pela Secretaria de Administração do TRE-PA, visando garantir solução definitiva, segura e em conformidade com as normas de engenharia, com foco na durabilidade e na economicidade.

R$1.015.037[41]

VALOR DO INVESTIMENTO

- restabelecimento da segurança estrutural do imóvel;
- solução definitiva para patologias e riscos estruturais identificados;
- preservação do patrimônio público;
- garantia da continuidade dos serviços eleitorais; e
- uso eficiente e racional dos recursos públicos.



8.5.14 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CARTÓRIO DA 18ª ZE - ALTAMIRA/PA

Em 2025, foram realizados investimentos para reforma e ampliação do Cartório Eleitoral de Altamira -PA, com a criação de uma área exclusiva para o Depósito de Urnas Eletrônicas.

R$308.742[08]

VALOR DO INVESTIMENTO

CONTRATADA

Tavares Engenharia e Pavimentação
ENGYPAV LTDA.

Impacto estratégico e custo-benefício

O investimento apresenta elevado custo-benefício ao reduzir vulnerabilidades logísticas e fortalecer a segurança e a eficiência das eleições no município de Altamira.

Segurança logística
Implantação de espaço adequado e seguro para armazenamento das urnas eletrônicas, assegurando a integridade do patrimônio público e do processo eleitoral.



Aumento da capacidade
Estrutura dimensionada para atender à expansão dos locais de votação nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo, acompanhando o crescimento do eleitorado.

Eficiência operacional
Melhoria do fluxo de preparação e recarga das urnas, com ambiente compatível com as demandas atuais e futuras do período eleitoral.

8.5.15 MANUTENÇÃO PREDIAL

O TRE-PA instituiu o **Projeto de Revitalização Predial** com foco na manutenção preventiva dos imóveis que abrigam os cartórios eleitorais, visando reduzir gastos recorrentes com manutenções corretivas e garantir melhores condições de trabalho e de atendimento ao público.

A 13ª Zona Eleitoral, em Bragança, foi selecionada como unidade piloto, recebendo requalificação completa do imóvel, com melhorias nos sistemas de climatização, elétrico e hidráulico, além de melhorias arquitetônicas (telhado, pintura, iluminação e sinalização). Também foram implantados recursos de acessibilidade, como piso tátil, e renovada a área de espera, garantindo maior funcionalidade e modernização ao espaço.

Diante dos resultados positivos, o projeto terá continuidade em 2026, com expansão para outras Zonas Eleitorais, preparando a infraestrutura para o próximo ciclo eleitoral.

R$83.000^{00}
VALOR DO INVESTIMENTO







8.5.16 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Um dos principais desafios do TRE-PA é regulamentar e implementar o inventário de bens imóveis, considerando a limitação operacional de sua Seção de Engenharia (SENGE). Para viabilizar a medida, será necessária a contratação de serviços especializados, a fim de assegurar a correta identificação e o registro dos imóveis do órgão.

Outro ponto importante é ampliar os serviços de manutenção preventiva nos cartórios eleitorais do interior do estado, medida essencial para preservar a infraestrutura, melhorar as condições de trabalho e garantir atendimento de qualidade à sociedade.

A regularização dos imóveis do TRE-PA junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) também exige atenção. As dificuldades na obtenção da documentação e morosidade processual impactam a segurança jurídica quanto à posse e titularidade dos imóveis. Superar esses obstáculos é fundamental para garantir o pleno atendimento às normas legais e administrativas.

Por fim, destaca-se a implementação da Política Imobiliária do TRE-PA,

instituída pela Resolução nº 5.837/2024, elaborada na gestão 2023-2024. A política estabelece diretrizes para o uso sustentável, racional e estratégico do patrimônio imobiliário, fortalecendo a governança e alinhando a infraestrutura às necessidades institucionais, com foco na eficiência do gasto público e na adequada gestão dos ativos.

8.6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

8.6.1 PRINCIPAIS NORMAS

1. Alinhamento Estratégico (Defesa em Profundidade): No cenário contemporâneo, a segurança da informação consolida-se como pilar fundamental da garantia democrática. O TRE-PA mantém estrito alinhamento com a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-JUD) e adota um protocolo robusto de defesa em profundidade para proteção de dados e soberania digital.

2. Arcabouço Normativo Vigente (Governança e Segurança): O Tribunal opera sob a égide de normas que estruturam a gestão de TIC e a segurança da informação, com destaque para:

- **Estratégia Nacional:**
  - Resolução CNJ nº 370/2021: Institui a Estratégia
  - Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
  - Resolução CNJ nº 396/2021: Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (ENSEC-PJ).
- **Governança Local e Políticas:**
  - Resolução TRE-PA nº 5.419/2018: Dispõe sobre a Governança de TI e institui o Comitê Diretivo (CDTI).
  - Resolução TSE nº 23.644/2021 e Resolução TRE-PA nº 5.734/2022: Estabelecem e implementam a Política de Segurança da Informação (PSI) na Justiça Eleitoral e no âmbito Regional.
  - Portaria TRE-PA nº 22.072/2023: Institui a Comissão de Segurança da Informação (CSI).
- Normas Técnicas de Segurança (Pacote de Portarias):
  - Portaria nº 22.804/2024: Desenvolvimento seguro de software.
  - Portaria nº 22.805/2024: Gerenciamento de backup e restauração.
  - Portaria nº 22.806/2024: Gestão de identidade e controle de acesso.
  - Portaria nº 22.807/2024: Política de uso aceitável de recursos de TIC.
  - Portaria nº 22.808/2024: Gerenciamento contínuo de vulnerabilidades
  - Portaria nº 22.810/2024: Configuração segura de ambientes.
  - Portaria nº 22.811/2024: Gestão de riscos de segurança da informação.

3. Avanços e Marcos de 2025: A maturidade institucional foi elevada com a publicação de dois instrumentos cruciais para a resiliência organizacional:
- Gestão de Incidentes (IN nº 10/2025): Formalizou a atuação da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes (ETIR), definindo ritos para detecção e contenção de ameaças em conformidade com a LGPD.
- Continuidade de Negócios (IN nº 11/2025): Instituiu o Plano de Continuidade de Serviços de TIC (PCSTI), estabelecendo métricas de recuperação (RTO/RPO) para assegurar a operação mínima em até 48h em cenários de crise.

4. Perspectivas (Inovação Responsável): Acompanhando a evolução tecnológica, a Comissão de Segurança da Informação (CSI) conduz, atualmente, a elaboração de normativa específica para regulamentar o uso de Inteligência Artificial no Tribunal, visando garantir a aplicação ética e segura dessas ferramentas.

8.6.2 GOVERNANÇA DE TI

Estrutura e Fundamentação do Modelo de Governança de TI

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) adota um modelo de governança corporativa de TI estruturado para alinhar os recursos tecnológicos aos objetivos estratégicos, gerenciar riscos e garantir a conformidade normativa. Fundamentado em boas práticas e diretrizes internacionais consagradas — como COBIT, Risk IT e a norma ISO/IEC 38500 —, o modelo fornece uma base sólida para a avaliação, o direcionamento e o monitoramento do uso da tecnologia da informação, promovendo uma gestão integrada às prioridades da Justiça Eleitoral.

Instâncias de Decisão e Geração de Valor

Regulamentada pela Resolução TRE-PA nº 5.419/2018, a Governança de TI do Tribunal materializa-se por meio de estruturas de decisão, processos e Regulamentada pela Resolução TRE-PA nº 5.419/2018, a Governança de TI do Tribunal materializa-se por meio de estruturas de decisão, processos e políticas focadas na geração de valor público. O Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (CDTI) exerce o papel de liderança nesse arranjo, atuando como a principal instância de apoio à Alta Administração para a definição de diretrizes, priorização de projetos e alocação de investimentos, sempre considerando os riscos e as necessidades das partes interessadas.

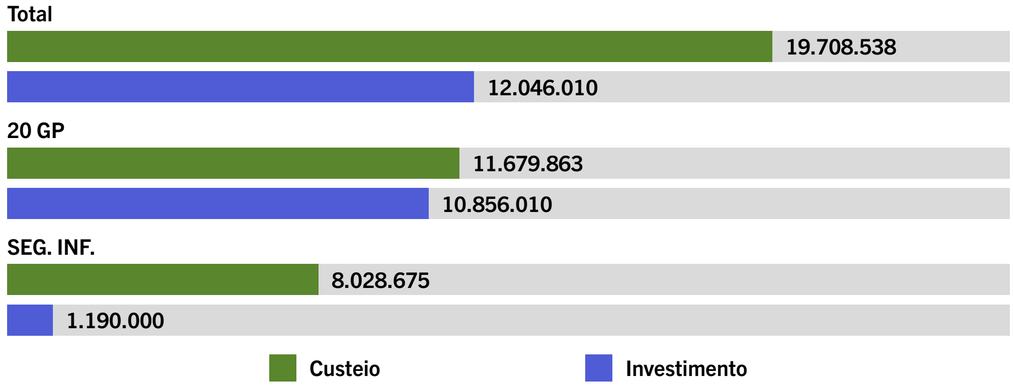
Integração e Maturidade em 2025

Em 2025, o modelo de governança comprovou sua maturidade e efetividade. A atuação estratégica do CDTI foi determinante para o planejamento de médio prazo, destacando-se a deliberação das diretrizes para o Plano de Gestão de TIC (Biênio 25/27).

Além disso, em um movimento de otimização e alinhamento, as deliberações do comitê de TI passaram a ocorrer em sinergia com a Reunião de Análise da Estratégia (RAE) do Tribunal. Essa integração assegurou que a gestão de tecnologia caminhe em compasso com a governança corporativa, maximizando a eficiência, a sustentabilidade e o suporte adequado à prestação jurisdicional.

8.6.3 RECURSOS APLICADOS EM TI

Em 2025, houve priorização estratégica nas despesas de Investimento (Capital), impulsionada pela ampla renovação do parque computacional (Minidesks, Notebooks) e infraestrutura. O Custeio (Corrente) manteve-se estável, cobrindo licenças de software essenciais, links de comunicação e suporte técnico continuado.



8.6.4 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

1. **Estratégia de Investimento:** No exercício de 2025, o TRE-PA executou contratações estratégicas focadas na renovação do parque tecnológico e na

expansão da conectividade. O objetivo central foi mitigar riscos de obsolescência, garantir a conformidade com novos requisitos de segurança (Windows 11) e assegurar a alta disponibilidade dos serviços eleitorais.

2. **Modernização do Parque Computacional:** Destaca-se a aquisição massiva de Minidesks e Notebooks, essenciais para a fluidez das operações administrativas e o suporte às Zonas Eleitorais. O investimento contemplou também Monitores Curvos para ganho de produtividade ergonômica e novos Nobreaks, reforçando a proteção elétrica dos ativos críticos. Adicionalmente, foram adquiridos Ativos de Videoconferência, modernizando a comunicação institucional.
3. **Conectividade (Capital e Interior):** Para suportar a demanda crescente por transmissões e sistemas em nuvem, investiu-se na ampliação de links de internet na sede e na aquisição de antenas Starlink para prover redundância e estabilidade em localidades remotas do interior do estado.
4. **Detalhamento das Contratações (Execução Financeira):** A tabela a seguir demonstra os valores investidos nas principais contratações formalizadas no encerramento do exercício:

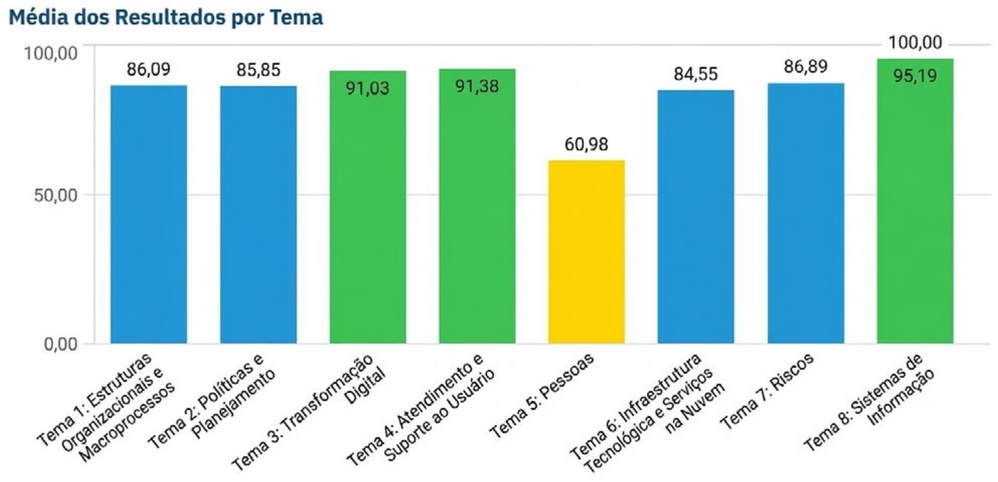
OBJETO	VALOR
Aquisição de Minidesks	R$ 4.512.950,00
Aquisição de Notebooks	R$ 2.057.426,00
Workstations (WKS)	R$ 1.500.000,00
Nobreaks Tipo 1 - 2200VA	R$ 699.030,50
Ativos de Videoconferência	R$ 565.956,00
Monitores Curvos	R$ 400.000,00
Nobreaks Tipo 2 -10KVA	R$ 142.600,00
Aquisição de Minidesks	R$ 75.306,00
VALOR TOTAL: R$ 9.953.268[50]	

8.6.5 PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TI

STATUS DE EXCELÊNCIA NO IGOVTIC-JUD 2025

Como reflexo da maturidade de seus processos de gestão e governança, o TRE-PA garantiu a manutenção do Status de Excelência no Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), medido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Este reconhecimento atesta que o Tribunal cumpre com rigor os requisitos de alinhamento estratégico, transparência, gestão de riscos e otimização de recursos, posicionando a Justiça Eleitoral do Pará entre os órgãos de melhor desempenho tecnológico do país.

MATURIDADE	NOTA IGOVTIC
Excelência	94,04%



O resultado valida a efetividade do Modelo de Governança adotado (baseado em COBIT/ISO 38500) e demonstra a capacidade do TRE-PA de entregar serviços digitais de alta qualidade à sociedade.

Abaixo, detalham-se os resultados das principais iniciativas, organizadas por eixos de valor:

1. Eixo: Cidadania, Inclusão e Eficiência Eleitoral
Foco na garantia do direito ao voto e na melhoria da experiência do eleitor.
- Projeto RetomaBIO 2.0 (A Democracia em Movimento): Enfrentamento direto ao déficit biométrico histórico. Através de uma logística complexa dividida por mesorregiões, a STI viabilizou mais de 25.000 atendimentos em áreas de difícil acesso (ribeirinhas, indígenas e garimpos). O resultado foi a redução do índice de déficit estadual para o patamar de 5%, promovendo inclusão digital e eleitoral.
- Projeto Agiliza!: Iniciativa voltada à redução de filas e tempo de espera. Em 2025, concluiu-se o diagnóstico crítico de 189 locais de votação em Belém e a identificação de 374.000 eleitores para ações proativas de rezoneamento, preparando o terreno para um pleito mais fluido em 2026.
- Projeto Aprimora LOG: Otimização logística baseada em dados. A integração dos sistemas de georreferenciamento (GEL e AELIS) permitiu a revisão de rotas em zonas de alto custo, gerando economia e maior precisão na distribuição das urnas eletrônicas.

2. Eixo: Infraestrutura Resiliente e Conectividade
Foco na modernização do parque tecnológico e na soberania da comunicação.
- Cartório Conectado 3.0: Revolução na conectividade das Zonas Eleitorais, especialmente no interior. A implementação de tecnologia satelital de baixa órbita (Starlink) e novos links dedicados assegurou redundância e alta disponibilidade, mitigando o isolamento digital de cartórios em regiões remotas.
- Renovação do Parque Computacional: Execução estratégica de aproximadamente R$ 10 milhões em investimentos para a substituição de 700 minidesks e 300 notebooks, além de nobreaks e monitores. A ação eliminou gargalos de performance, adequou o parque ao Windows 11 e reforçou a segurança dos endpoints.

3. Eixo: Segurança da Informação e Defesa Cibernética
Foco na proteção de dados, continuidade de negócios e cultura de segurança.
- Maturidade Normativa (Defesa em Profundidade): Publicação das Instruções Normativas nº 10 (Gestão de Incidentes/ETIR) e nº 11 (Continuidade de Negócios/PCSTI), estabelecendo protocolos claros de resposta a crises (RTO/RPO).
- Cybersecurity Immersion Week (2ª Edição): Evento de referência nacional que capacitou 141 profissionais de 24 tribunais em temas críticos como SOC, LGPD e proteção contra ransomware, fortalecendo a rede de cooperação da Justiça Eleitoral.
- Sistema CRONOS: Modernização do controle de acesso físico e lógico e registro de ponto mediante reconhecimento facial, elevando a integridade das operações internas.

4. Eixo: Inovação e Eficiência Administrativa
Foco na transformação digital e uso de Inteligência Artificial.
- Cultura de IA Generativa: Implementação do programa de letramento digital com os “Workshops de IA” e o uso institucional do Google Gemini 2.5 e NotebookLM. A iniciativa reduziu o tempo de tarefas burocráticas e empoderou servidores para análises complexas de dados.
- MIASEI: Solução inovadora de integração de IA ao SEI para sumarização de processos e auxílio na elaboração de minutas.
- Gestão Patrimonial (NGBTI): Instalação do Núcleo de Gestão de Bens de TIC, centralizando o controle do ciclo de vida dos ativos e garantindo maior

rastreabilidade e eficiência no gasto público.

8.6.6 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1. Alinhamento Estratégico e Proteção de Ativos: No exercício de 2025, a governança de Tecnologia da Informação do TRE-PA consolidou um importante ciclo de amadurecimento voltado à proteção de dados e à privacidade. Em estrita sintonia com a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) e com as diretrizes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os esforços foram direcionados para salvaguardar a higidez do processo eleitoral e proteger os ativos de informação institucionais contra as crescentes e complexas ameaças cibernéticas.

2. Marcos Táticos e Normativos de 2025: A modernização da segurança digital materializou-se na institucionalização de procedimentos operacionais essenciais à resiliência do Tribunal, com destaque para a edição de dois normativos fundamentais:

- Gestão de Incidentes (IN nº 10/2025): Estabeleceu ritos formais e rigorosos para a detecção, análise e contenção ágil de ameaças, oficializando a atuação estratégica da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes (ETIR).
- Continuidade de Serviços de TIC (IN nº 11/2025): Instituiu o Plano de Continuidade (PCSTI). Fundamentado em rigorosas Análises de Impacto no Negócio (BIA), o plano define as estratégias de recuperação técnica necessárias para garantir a persistência das atividades essenciais da Justiça Eleitoral, mesmo em cenários de interrupções inesperadas ou crises.

3. Geração de Valor Público e Transparência: A estruturação destes fluxos de resposta e continuidade transcende a mera conformidade administrativa. Ela cria uma barreira de proteção indispensável para os dados pessoais dos cidadãos, garantindo a disponibilidade dos serviços judiciais em estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Esta postura proativa minimiza riscos operacionais e reputacionais, conferindo segurança jurídica à infraestrutura tecnológica que sustenta as eleições.

4. Conformidade Internacional e Boas Práticas: A consolidação deste arcabouço normativo posiciona o TRE-PA em conformidade com os mais altos padrões internacionais de segurança, como as normas ISO/IEC 27001 e 27035, além de atender às rigorosas recomendações de governança do Tribunal de Contas da União (TCU).

Ao transformar diretrizes estratégicas em processos operacionais auditáveis, a STI reafirma o papel do Tribunal como agente de confiança pública, assegurando que a inovação tecnológica caminhe aliada à segurança e à continuidade ininterrupta da prestação jurisdicional democrática.

8.6.7 PRINCIPAIS METAS NÃO-ALCANÇADAS, DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

O TRE-PA projeta um futuro estratégico pautado na maturidade de sua transformação digital, onde a tecnologia deixa de ser apenas ferramenta de suporte para se tornar o eixo central da eficiência administrativa e da garantia do processo democrático. Para o próximo ciclo, o foco institucional recai sobre a consolidação do uso produtivo e ético da Inteligência Artificial (IA) Generativa e a preparação robusta para as Eleições Gerais de 2026.

Após um exercício marcado pela adoção de soluções de ponta e pelo letramento digital de suas equipes, o Tribunal busca agora aprofundar a integração dessas tecnologias aos fluxos de trabalho críticos. O objetivo é consolidar a fase de

institucionalização de uma cultura de inovação contínua, onde ferramentas como o MIA-SEI e assistentes virtuais baseados em grandes modelos de linguagem (LLMs) sejam utilizados com plena autonomia e segurança jurídica, otimizando a tramitação processual e a tomada de decisão.

Neste cenário, o capital humano permanece como o ativo mais valioso da instituição. Reconhecendo que a tecnologia evolui em ritmo acelerado, o TRE-PA manterá como prioridade a capacitação permanente de magistrados(as) e servidores(as). Serão intensificadas as jornadas de atualização e os laboratórios de inovação, assegurando que o corpo funcional detenha não apenas o acesso, mas a fluência digital necessária para extrair o máximo potencial das soluções disponíveis, convertendo inovação em celeridade na prestação jurisdicional.

Por fim, todas as iniciativas de modernização convergem para o horizonte do Pleito de 2026. A infraestrutura tecnológica, fortalecida por investimentos em conectividade e segurança cibernética, será direcionada para garantir a total disponibilidade dos serviços ao eleitor e a integridade da votação. Com essas diretrizes, o TRE-PA reafirma seu compromisso com uma Justiça Eleitoral ágil, moderna e, acima de tudo, acessível e confiável para toda a sociedade paraense.

8.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.7.1 SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

As contratações do Tribunal são orientadas pelo Plano de Logística Sustentável (PLS) 2021-2026 (revisado em 2024), que estabelece metas objetivas para a redução de consumo e a inserção de critérios socioambientais nos editais.

O órgão mantém uma unidade específica de Gestão de Aquisições Sustentáveis para garantir que o poder de compra institucional seja utilizado como indutor de boas práticas de mercado.

> **Enfrentamento à Crise Climática:** Notícias institucionais reforçam que a sustentabilidade tornou-se parte estratégica da gestão, visando preparar o Tribunal para desafios climáticos e mitigar impactos na Amazônia.
>
> **Critérios de Seleção:** As licitações do TRE-PA passaram a integrar requisitos que consideram o ciclo de vida dos produtos, eficiência energética e a responsabilidade social dos fornecedores.
>
> **Racionalização de Insumos:** Metas estabelecidas no PLS já demonstram redução significativa no consumo de materiais de difícil reciclagem, como copos descartáveis, com reduções de até 20% em anos não eleitorais.

IMPACTO E GOVERNANÇA

A adoção dessas práticas alinha o Tribunal ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (Consumo e Produção Responsáveis) da Agenda 2030 da ONU. Ao priorizar fornecedores sustentáveis, o TRE-PA não apenas otimiza o gasto público, mas também incentiva a economia verde na região amazônica, consolidando sua liderança em governança ESG no Poder Judiciário.

8.7.2 AÇÕES DE REDUÇÃO DE CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

No âmbito do Plano de Ação de Sustentabilidade 2025, estão sendo implementadas medidas para reduzir o consumo de recursos naturais e modernizar processos internos. Destacam-se a adoção de solução digital em substituição às guias impressas de entrega de materiais, a orientação para

restrição do uso de copos descartáveis e a definição de diretrizes para otimizar o uso dos sistemas de climatização, com desligamentos programados para reduzir o consumo de energia.

No eixo de mobilidade sustentável, foram adotadas medidas para priorizar o uso de transporte por aplicativo, com controle de justificativas quando não utilizado, além da formalização de nova contratação que permitirá o uso de veículos mais modernos e menos poluentes, inclusive híbridos ou elétricos.

Adicionalmente, encontra-se em fase final a preparação de procedimento para substituição parcial da frota oficial por veículos híbridos, iniciativa que contribuirá diretamente para a redução das emissões de carbono e para o fortalecimento da política de descarbonização institucional.

8.7.3 APRIMORAMENTO DA DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS PARA RECICLAGEM

A gestão de resíduos no TRE-PA vem sendo monitorada de forma contínua, permitindo a comparação entre ciclos administrativos equivalentes. Considerando que 2023 e 2025 são anos não eleitorais, a análise comparativa indica que o volume de resíduos destinados à reciclagem em 2025 apresentou variação positiva superior a 50% em relação ao exercício de 2023, com predominância de papel e papelão. Esse resultado evidencia o aprimoramento das rotinas de segregação, coleta seletiva e encaminhamento para cooperativas de reciclagem.

A diferença registrada entre os dois exercícios reflete a ampliação do engajamento das unidades nas práticas de descarte responsável e o aprimoramento dos fluxos internos de armazenamento e encaminhamento dos resíduos. O resultado alcançado indica maior maturidade na gestão ambiental do Tribunal, com processos mais padronizados, maior controle dos volumes destinados e fortalecimento das parcerias com cooperativas de reciclagem, consolidando a sustentabilidade como prática permanente na rotina institucional.



Remoção de material reciclavel



Descarte de cabinas de urnas

8.7.4 FEIRA ORGÂNICA E DE ARTESANATO

Realizada mensalmente na última semana de cada mês, a Feira Orgânica e de Artesanato do TRE-PA incentiva o consumo consciente, apoia o empreendedorismo local e promove hábitos de vida mais saudáveis entre servidores, colaboradores e visitantes. A iniciativa reúne produtores e artesãos da região, ampliando o acesso a alimentos orgânicos, produtos naturais e peças artesanais.

Ao aproximar consumidores e pequenos empreendedores, a feira fortalece a economia solidária, valoriza a produção local e estimula práticas sustentáveis de produção e consumo. Com a ação, o Tribunal reforça seu compromisso com a responsabilidade socioambiental, promovendo benefícios à comunidade e à economia regional.



Ultima Edição da Feira Orgânica de 2025

8.7.5 DESCARTE DE MATERIAL DE ELEIÇÃO PARA COOPERATIVAS DE RECICLAGEM

Em 2025, o TRE-PA realizou a destinação ambientalmente adequada de aproximadamente 10,14 toneladas de material de eleição, composto exclusivamente por papel e papelão, provenientes das Zonas Eleitorais e, majoritariamente, do descarte concentrado no Depósito de Urnas após o encerramento do ciclo eleitoral. Os registros quantitativos demonstram a existência de fluxo estruturado de recolhimento, segregação e armazenamento dos resíduos pós-eleitorais, assegurando rastreabilidade dos dados e padronização dos procedimentos de descarte em todas as unidades envolvidas.



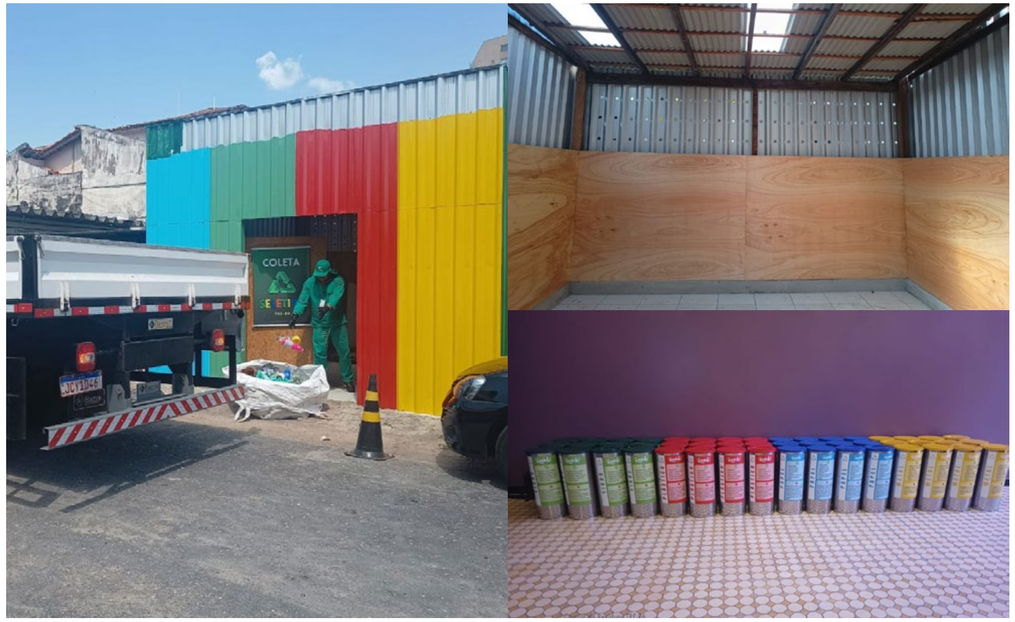
Descarte de material de Eleição

A destinação integral desse material para cooperativas de reciclagem garantiu o reaproveitamento total dos resíduos de papel e papelão, reduzindo significativamente o volume encaminhado a aterros sanitários e promovendo a economia circular.

O expressivo volume registrado evidencia o impacto positivo da medida na redução da pegada ambiental das eleições, além de fortalecer a responsabilidade socioambiental institucional e o alinhamento do TRE-PA às diretrizes do Plano de Logística Sustentável e às políticas nacionais de sustentabilidade do Poder Judiciário.

8.7.6 CENTRAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Central de Resíduos Sólidos do Tribunal Regional Eleitoral do Pará foi inaugurada em janeiro de 2025 para padronizar a gestão dos resíduos recicláveis, fortalecer a parceria com cooperativas de reciclagem e promover a conscientização da força de trabalho sobre sustentabilidade. A iniciativa representou um avanço estrutural na organização da segregação, do armazenamento e da destinação ambientalmente adequada dos resíduos do Tribunal.



Central de Resíduos TRE-PA

No primeiro ano de funcionamento, a Central foi fundamental para o planejamento operacional e para orientar as unidades sobre o descarte responsável. Está em fase final a instalação de equipamentos de apoio, incluindo balança para mensuração dos resíduos recicláveis gerados pelo Tribunal e pelo ecoponto voluntário. Na Central, os resíduos são pesados, armazenados e mantidos até a coleta semanal pelas cooperativas parceiras, garantindo rastreabilidade e eficiência na destinação.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CAPÍTULO 9

9.1 DECLARAÇÃO DO(A) CONTADOR(A)

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas em 31 de dezembro de 2025, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA).

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Manual SIAFI, exceto quanto aos pontos mencionados a seguir:

-Registro da restrição contábil 641 (bens imóveis não classificados como de uso especial) decorre da existência de imóveis que precisam ser regularizados junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU); e

-Registro da restrição contábil 642 (falta/registro incompatível de depreciação, amortização e exaustão – ativo imobilizado) em razão da potencial necessidade de registro contábil da depreciação incidente sobre bens imóveis não registrados no SPIUNET, cujas ações de implementação aguardam prévia atualização da Orientação Normativa a cargo do Órgão Superior.

Belém-PA, 06 de fevereiro de 2026.

Joelma Oliveira Souza
Analista Judiciário
Contadora Responsável
CRC-PA: MA-009711/O-4 T PA

9.2 PRINCIPAIS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

9.2.1 DADOS DA ENTIDADE

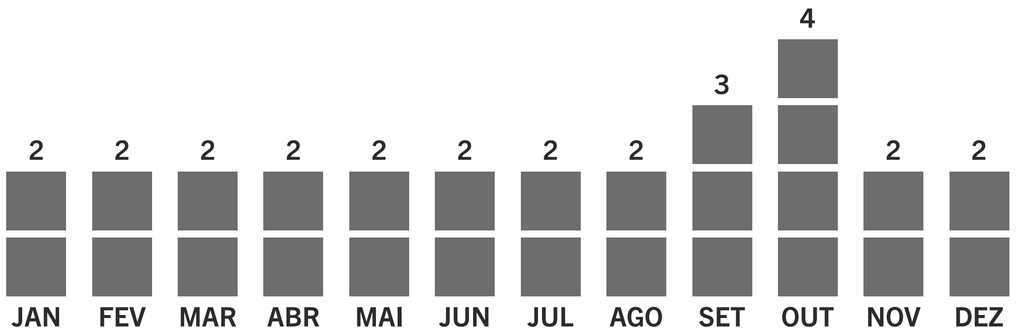
UNIDADE GESTORA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
NATUREZA JURÍDICA
Órgão Público do Poder Judiciário Federal
DOMICÍLIO
Belém-PA
ATIVIDADE PRINCIPAL
Prestação de serviços jurisdicionais em matéria eleitoral e partidária e de serviços administrativos na realização de pleitos eleitorais e de formação e manutenção do cadastro eleitoral.

Código da Unidade Gestora	Código da Unidade Orçamentaria	CNPJ
070004	14114	05.703.755/0001-76

9.2.2 CONFORMIDADE CONTÁBIL

Sob a responsabilidade do Contador do Órgão, a conformidade consiste na certificação dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Seu objetivo principal é a validação dos demonstrativos contábeis gerados pelo SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira).

OCORRÊNCIAS MENSAIS



Imóveis
Janeiro e Fevereiro (634)
Janeiro a Dezembro (641)
Março a Dezembro (642)

Suprimento de Fundos
Setembro e Outubro (705)

Almoxarifado
Outubro (603)

Códigos de Restrição (Ocorrências)

- 603 – Saldo Contábil do Almoxarifado Não Confere c/ RMA
- 634 – Falta Avaliação de Bens Imóveis
- 641 – Bens Imóveis Não Classificados como Uso Especial
- 642 – Falta Depreciação Imóveis Não Registrados no Spiunet
- 705 – Falta Comprovação e Prestação de Contas Suprimento de Fundos

9.2.3 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - LOA

Na concepção da LOA - Lei Orçamentária Anual (Lei nº 15.121/2025, publicada no DOU de 10/04/25), foi fixada dotação orçamentária ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará (UG 070004) para atender aos seus gastos correntes (pessoal e outras despesas correntes) e de capital (investimentos).

- As despesas correntes servem à manutenção e ao regular funcionamento dos serviços prestados pelo Órgão.
- As de capital, no caso específico do Tribunal, referem-se à aquisição de bens móveis e de bens intangíveis, assim como à realização de obras em bens imóveis, cujos investimentos integrarão o patrimônio público e serão utilizados na geração de seus serviços.

> **Receitas**
> Em função do princípio da Unidade de Tesouraria - art. 56 da Lei nº 4.320/1964, não há previsão de receitas próprias para o TRE/PA na LOA.

LEI Nº 15.121/2025 - LOA

QUADRO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS		
PROGRAMA/AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	VALOR (R$)
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis	3 – Outras Despesas Correntes	R$ 12.184.188
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	3 – Outras Despesas Correntes	R$ 43.243.715
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	4 – Investimentos	R$ 545.000
Ativos Civis da União	1 – Pessoal	R$ 140.171.367
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis	3 – Outras Despesas Correntes	R$ 11.304.269
Aposentadorias e Pensões Civis da União	1 – Pessoal	R$ 30.851.977
Benefício Especial - Lei nº 12.618/2012	1 – Pessoal	R$ 730.730
Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1 – Pessoal	R$ 19.374.238
Total		**R$ 258.405.484**

9.2.4 RECURSOS FINANCEIROS

Para custear o pagamento de suas despesas orçamentárias, o Tribunal conta, exclusivamente, com recursos financeiros do Tesouro Nacional, recebidos por intermédio da Setorial Financeira da Justiça Eleitoral (TSE), mediante sub-repasses.

STN → (Repasse) → TSE → (Sub-repasse) → TRE

- Os recursos financeiros, para custeio das despesas primárias (obrigatórias e discricionárias), obedecem ao limite anual de pagamentos, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 95/2016, que trata do Teto dos Gastos Públicos.

> **Limite de Pagamento**
> Para o exercício de 2025, o TSE não estabeleceu valores para o limite de pagamento das despesas primárias (obrigatórias e discricionárias) aos Tribunais Regionais Eleitorais. Os pagamentos ficaram limitados, portanto, à dotação orçamentária.

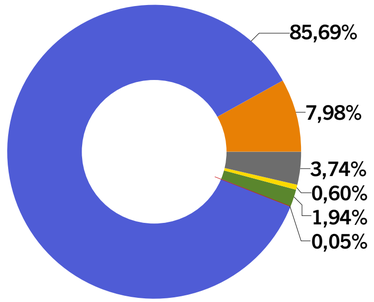
9.3 EVIDENCIAÇÃO DA SITUAÇÃO E DO DESEMPENHO FINANCEIRO, ORÇAMENTÁRIO E PATRIMONIAL DA GESTÃO

9.3.1 COMPOSIÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo
Ativo Total Consolidado
TOTAL R$ 244.144.392,81

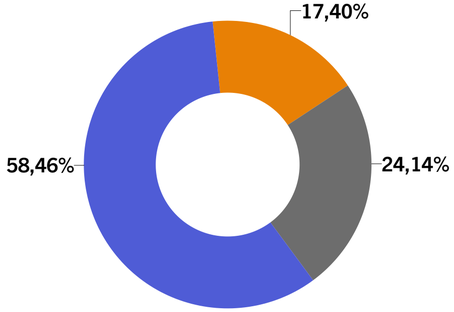
Passivo + Patrimônio Líquido	
Passivo Total	R$ 7.934.342,62
Patrimônio Líquido	R$ 236.210.050,19
TOTAL R$ 244.144.392,81	

COMPOSIÇÃO DO ATIVO



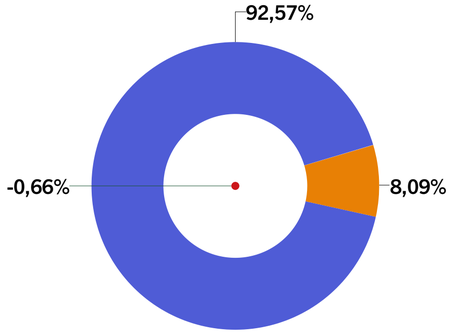
Caixas e Equivalentes de Caixa	**R$ 9,14 M**
Créditos a Curto Prazo + VPDs Pagas Antecipadam.	**R$ 1,47 M**
Estoques	**R$ 4,72 M**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**R$ 0,12 M**
Imobilizado	**R$ 209,20 M**
Intangível	**R$ 19,49 M**

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO



Obrigações Trab, Prev e Assist a Pagar a Curto Prazo	**R$ 1,38 M**
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	**R$ 1,91 M**
Demais Obrigações a Curto Prazo	**R$ 4,64 M**

COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Demais Reservas	**R$ 19,11 M**
Resultado + Ajustes de Exercícios Anteriores	**R$ 218,67 M**
Resultado do Exercicio 2025 (Déficit)	**R$ -1,57 M**

9.3.2 RESULTADO PATRIMONIAL

VPA (Variações Patrimoniais Aumentativas)	310.956.563,99
VPD (Variações Patrimoniais Diminutivas)	312.526.819,65
Resultado Patrimonial - NEGATIVO R$ - 1.570.255,66	

VPA
Corresponde aos aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos.

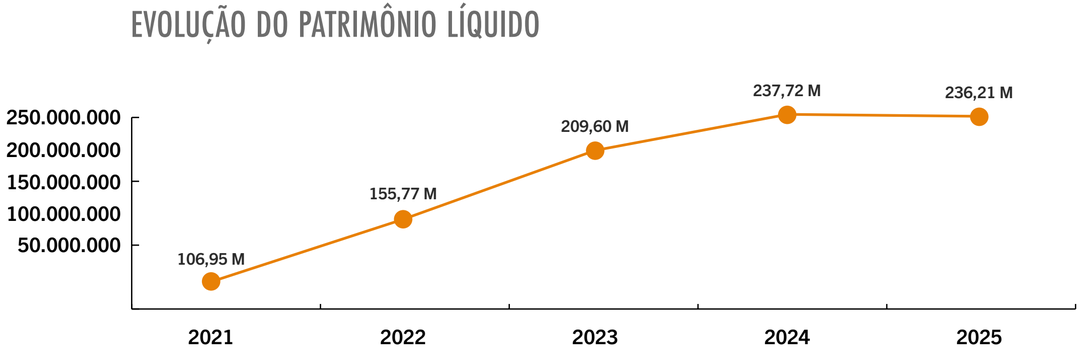
VPD
Representa as diminuições nos benefícios econômicos sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos (gastos e consumos).

Resultado Patrimonial
O valor líquido que altera o Patrimônio Líquido da entidade no exercício.

"O Resultado Patrimonial não funciona como indicador de desempenho no Setor Público, servindo apenas como parâmetro do quanto o serviço público ofertado promove de alterações quantitativas dos elementos patrimoniais."
(Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP)

9.3.3 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio Líquido
O resultado patrimonial apurado no exercício repercute diretamente no saldo do Patrimônio Líquido, conforme demonstrado no histórico dos últimos 5 anos.



9.3.4 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

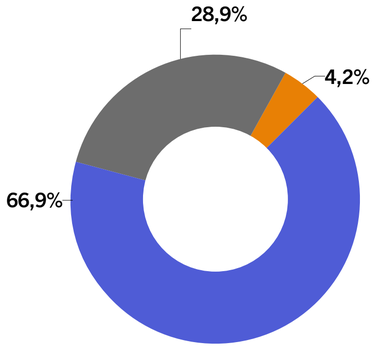
Receitas	0,00
Despesas	302.675.742,99
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - DÉFICIT	**R$ - 302.675.742,99**

O resultado reflete o montante total das obrigações assumidas (empenhadas) pelo Tribunal para a manutenção de suas atividades operacionais no exercício de 2025.

O total das despesas correspondem àquelas legalmente empenhadas, de acordo com o art. 35, II, da Lei nº 4.320/1964.

Não há previsão de receitas orçamentárias, pois a instituição atua como unidade executora de recursos federais centralizados, não sendo fonte arrecadadora direta de tributos.

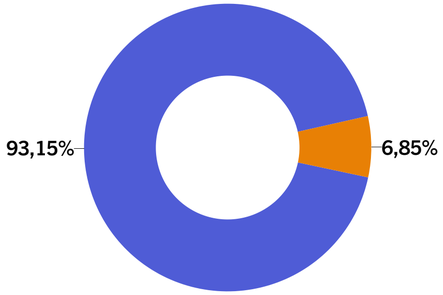
9.3.5 DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS EMPENHADAS



Pessoal e Encargos Sociais	**R$ 202,62 M**
Outras Despesas Correntes	**R$ 87,407 M**
Investimentos	**R$ 12,642 M**
Total	**R$ 302.675.742,99 M**

9.3.6 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

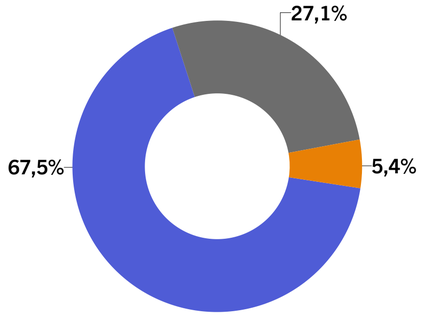
Do total das despesas empenhadas no exercício de 2025, foram pagas 93,15%, sendo o restante (6,85%) direcionado para inscrição em restos a pagar (RP), para fins de execução no exercício seguinte.



Despesas Pagas	**R$ 281,95 M**
Saldo para Inscrição em RP	**R$ 20,72 M**
Empenhado	**R$ 302,67 M**

9.3.7 EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

Do total de restos a pagar inscritos para execução em 2025, houve o pagamento de 67,53% e o cancelamento de 27,11%, sendo o restante (5,36%) direcionado para reinscrição.



Restos a Pagar Pagos	**R$ 16,98 M**
Restos a Pagar Cancelados	**R$ 6,82 M**
Reinscrição de Restos a Pagar	**R$ 1,35 M**
RP	**R$ 25,15 M**

9.3.8 RESULTADO FINANCEIRO

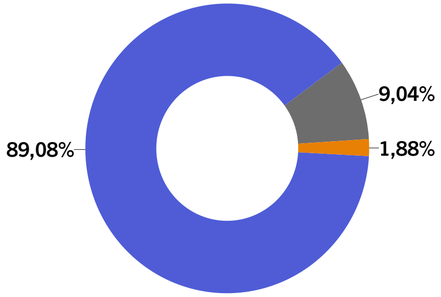
Ingressos	337.053.303,70
Dispêndios	327.910.802,69
RESULTADO FINANCEIRO - POSITIVO	**R$ 9.142.501,01**

- **Resultado Positivo:** Superávit financeiro de R$ 9,14 milhões apurado no confronto anual, compondo o saldo para o exercício seguinte da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa.
- **Fonte Primária:** 89,08% dos ingressos originados de sub-repasses diretos do TSE.
- **Comprometimento:** Despesas orçamentárias representam 92,30% dos dispêndios.

Despesas Orçamentárias
Correspondem às despesas empehadas no exercício.

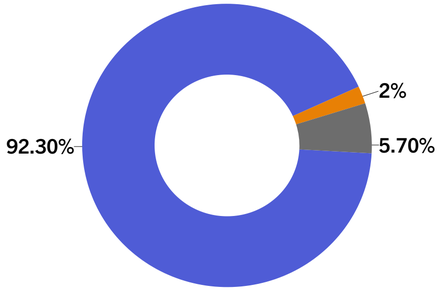
Despesas Orçamentárias Não Pagas
Compõe os Recebimentos Extraorçamentários do exercício (ingressos), representado pela soma dos valores de inscrição em restos a pagar.

DISTRIBUIÇÃO DOS INGRESSOS



Transferências Financeiras Recebidas	**R$ 300,25 M**
Recebimentos Extraorçamentários	**R$ 30,46 M**
Saldo do Exercício Anterior	**R$ 6,34 M**
Total	**R$ 337,05 M**

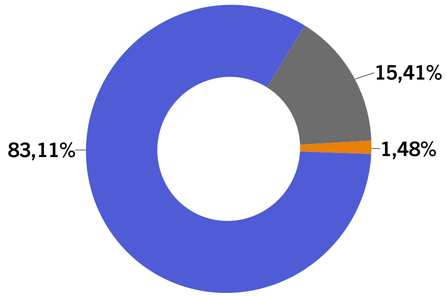
DISTRIBUIÇÃO DOS DISPÊNDIOS



Despesas Orçamentárias	**R$ 302,68 M**
Transferências Financeiras Concedidas	**R$ 6,55 M**
Pagamentos Extraorçamentários	**R$ 18,68 M**
Total	**R$ 327,91 M**

9.4 RESUMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA CONTÁBIL

9.4.1 RECURSOS FINANCEIROS



Recebidos por Transferências Financeiras	**R$ 3,82 M**
Recursos Provenientes de Arrecadação Própria	**R$ 0,70 M**
Recursos de Devolução	**R$ 0,07 M**
Total	**R$ 4,59 M**

Transferências Financeiras
Recursos recebidos por meio de sub-repasses do TSE, destinados ao custeio e pagamento de despesas operacionais, de pessoal e de investimentos.

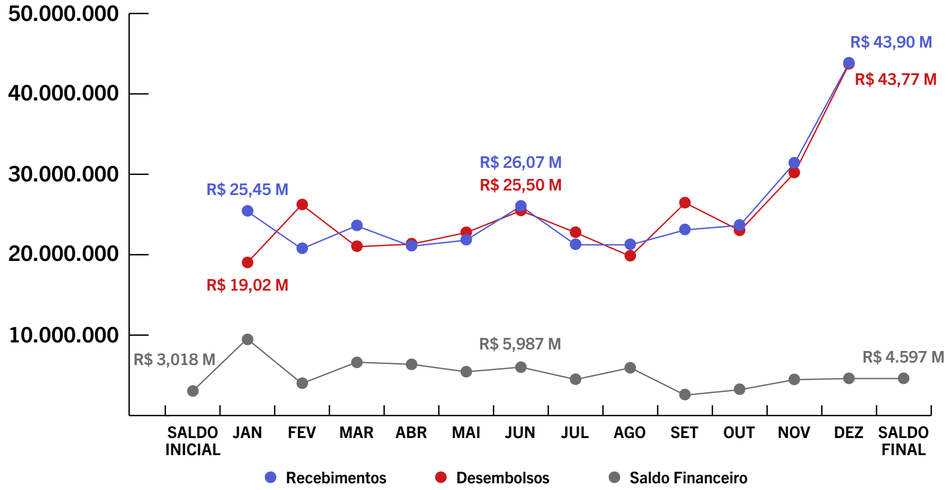
Arrecadação Própria
Recursos provenientes de taxas de inscrição de concursos públicos realizados em exercícios pretéritos.

Devoluções Financeiras
Recursos decorrentes de estornos de pagamentos não concluídos e saldos de suprimentos de fundos.

Os recursos financeiros disponíveis constituem o saldo da Conta Única do Tesouro Nacional - Limite de Saque, totalizando, ao final de 2025, o montante de R$ 4.597.588,96.

9.4.2 COMPORTAMENTO FINANCEIRO

CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL

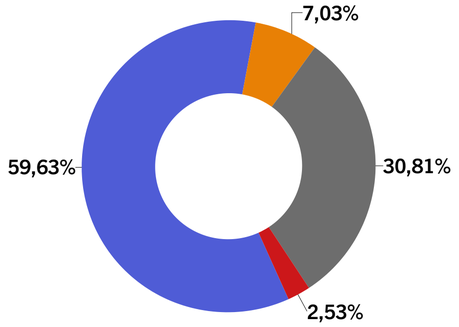


Saldo Inicial (JAN)	Pico Recebimentos (DEZ)	Média Recebimentos (Mensal)
R$ 3,01 M	R$ 43,90 M	R$ 25,31 M

Saldo Final (DEZ)	Pico Desembolsos (DEZ)	Média Desembolsos (Mensal)
R$ 4,59 M	R$ 43,77 M	R$ 25,17 M

9.5 PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS, CONTAS OU GRUPOS DE CONTAS, SALDOS E OCORRÊNCIAS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2025

9.5.1 ATIVO CIRCULANTE



Caixa e Equivalentes de Caixa	R$ 9,14 M
Créditos a Curto Prazo	R$ 1,08 M
Estoques	R$ 4,72 M
VPDs Pagas Antecipadamente	R$ 0,39 M
Total	R$ 15,33 M

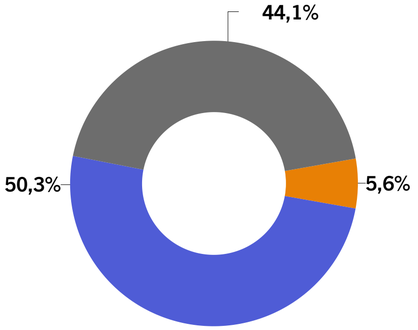
ATIVO TOTAL	VARIAÇÃO
6,28%	30,13%

Caixa e Equivalentes de Caixa é o grupo de maior representação no Ativo Circulante.

Em relação a 2024, houve variação a maior na ordem de R$ 3,55 milhões, decorrente, sobretudo, de Caixa e Equivalentes e Caixa.



9.5.2 ATIVO CIRCULANTE - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA



Contas Bancárias Judiciais	R$ 0,51 M
Conta Única do Tesouro Nacional	R$ 4,60 M
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R$ 4,03 M
Total	R$ 9,14 M

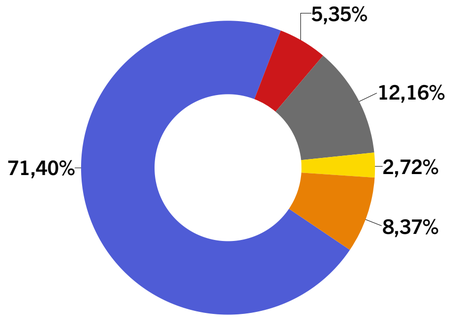
ATIVO TOTAL	ATIVO CIRCULANTE	VARIAÇÃO
3,74%	59,63%	44,24%

Os Depósitos Restituíves se referem a valores retidos de empresas contratadas destinados à cobertura de obrigações trabalhistas.

Em relação a 2024, houve variação a maior na ordem de R$ 2,80 milhões.



9.5.3 ATIVO CIRCULANTE - CRÉDITOS A CURTO PRAZO



Adiantamentos a Pessoal	R$ 0,77 M
Adiantamentos de Suprimento de Fundos	R$ 0,06 M
Créditos Administrativos	R$ 0,13 M
Créditos de Folha de Pagamento e Cessão de Pessoal	R$ 0,03 M
Créditos por Infrações Legais e Contratuais	R$ 0,09 M
Total	R$ 1,08 M

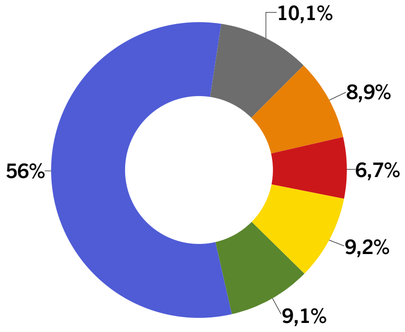
ATIVO TOTAL	ATIVO CIRCULANTE	VARIAÇÃO
0,44%	7,03%	182,86%

A conta de maior representatividade do grupo é a de Adiantamentos a Pessoal. O saldo decorre principalmente dos pagamentos realizados a título de adiantamento de férias.

Em relação ao exercício de 2024, o grupo registrou acréscimo patrimonial na ordem de 182,86%.



9.5.4 ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUES



Material de Expediente	R$ 0,43 M
Material de TIC	R$ 2,64 M
Material de Acondicionamento e Embalagem	R$ 0,48 M
Material Elétrico	R$ 0,42 M
Material de Proteção e Segurança	R$ 0,31 M
Outros Materiais de Consumo	R$ 0,44 M
Total	R$ 4,72 M

ATIVO TOTAL	ATIVO CIRCULANTE	VARIAÇÃO
1,94%	3,81%	-1,27%

Os 5 (cinco) itens de maior representatividade do grupo de Estoques correspondem a 90,8% dos materiais de consumo. O restante (9,2%) refere-se aos demais itens (Outros Materiais de Consumo).

Em relação ao exercício de 2024, o grupo registrou decréscimo patrimonial inexpressivo, na ordem de 1,27%, o que corresponde a R$ 60.814,09.

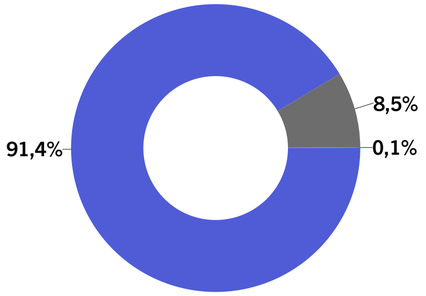
2025

4.723.552,14

2024

4.784.366,23

9.5.5 ATIVO NÃO CIRCULANTE



Ativo Realizável a Longo Prazo	R$ 0,12 M
Imobilizado	R$ 209,20 M
Intangível	R$ 19,49 M
Total	R$ 228,81 M

ATIVO TOTAL	VARIAÇÃO
93,72%	-2,07%

O imobilizado compreende 91,43% do Ativo Não Circulante.

Em relação a 2024, houve decréscimo na ordem de R$ 4,83 milhões, decorrente, sobretudo, da redução ocorrida no grupo do Imobilizado, especificamente em relação aos bens móveis.

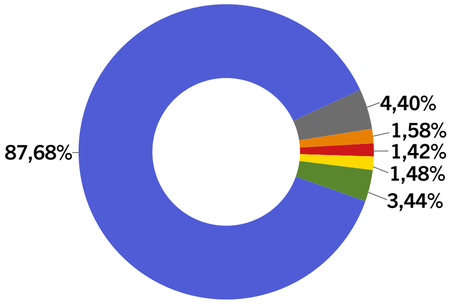
2025

228.813.136,86

2024

233.644.720,59

9.5.6 ATIVO NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS



Equipamentos de TIC	R$ 96,63 M
Mobiliário	R$ 4,85 M
Aparelhos e Utensílios Domésticos	R$ 1,74 M
Veículos	R$ 1,57 M
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	R$ 1,63 M
Outros Bens Móveis	R$ 3,79 M
Total	R$ 110,21 M

ATIVO TOTAL	ATIVO NÃO CIRCULANTE	VARIAÇÃO
45,14%	48,17%	-9,01%

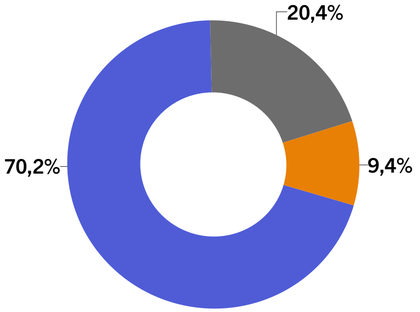
Os saldos indicados no gráfico correspondem aos valores líquidos (ou valores contábeis), já deduzida a depreciação acumulada.

Parte significativa dos recursos de investimento são aplicados em Equipamentos de Tecnologia da Informação.

Em relação a 2024, houve decréscimo na ordem de R$ 10,91 milhões, evidenciando que as baixas ocorridas por desfazimento de bens foram superiores às entradas por aquisição.



9.5.7 ATIVO NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO - BENS IMÓVEIS



Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET	R$ 69,49 M
Bens Imóveis a Registrar	R$ 20,15 M
Demais Contas	R$ 9,35 M
Total	R$ 98,99 M

ATIVO TOTAL	ATIVO NÃO CIRCULANTE	VARIAÇÃO
40,55%	43,26%	4,57%

O saldo de Bens Imóveis Registrados no SPIUNET corresponde ao valor líquido (ou valor contábil), já deduzida a depreciação acumulada.

Em relação a 2024, a variação a maior foi na ordem de R$ 4,32 M.

A variação decorreu, sobretudo, da incorporação do imóvel de São Miguel do Guamá, onde funciona a 11ª ZE, da incorporação dos investimentos da usina fotovoltaica de Santarém e da obra de ampliação do Cartório de Altamira, onde funciona a 18ª ZE.



9.5.8 ATIVO NÃO CIRCULANTE - INTANGÍVEL



Softwares com Vida Útil Definida	R$ 7,62 M
Softwares com Vida Útil Indefinida	R$ 11,87 M
Total	R$ 19,49 M

ATIVO TOTAL	ATIVO NÃO CIRCULANTE	VARIAÇÃO
7,98%	8,52%	9,9%

O saldo de Softwares com Vida Útil Definida corresponde ao valor líquido (ou valor contábil), já deduzida a amortização acumulada.

No decorrer dos últimos anos, têm sido realizado investimentos contínuos em tecnologia, visando otimizar processos, aumentar a segurança da informação e, por consequência, aprimorar a qualidade dos serviços ofertados à sociedade.

Em relação ao exercício de 2024, houve um acréscimo patrimonial na ordem de R$ 1,76 milhão, decorrente das aquisições realizadas em 2025.

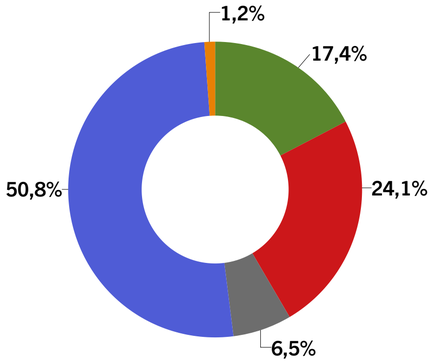
2025

19.490.072,01

2024

17.734.524,14

9.5.9 PASSIVO CIRCULANTE



Pessoal a Pagar	R$ 1,38 M
Fornecedores e Contas a Pagar	R$ 1,92 M
Demais Obrigações de Curto Prazo - Depósitos Judiciais	R$ 0,51 M
Demais Obrigações de Curto Prazo - Outras Contas	R$ 0,09 M
Demais Obrigações de Curto Prazo - Depósitos Retidos de Fornecedores - Conta Vinculada	R$ 4,03 M
Total	R$ 7,93 M

PASSIVO TOTAL	VARIAÇÃO
100%	2,97%

Todas as obrigações com terceiros do Tribunal estão registradas no Passivo Circulante, ou seja, são obrigações de curto prazo.

Os Depósitos em Conta Vinculada correspondem, sobretudo, a valores retidos nos pagamentos de fornecedores para cobertura de obrigações trabalhistas, em face da responsabilidade subsidiária do Tribunal, enquanto contratante de serviços com cessão de mão de obra.

Em relação ao exercício de 2024, houve um acréscimo patrimonial na ordem de R$ 0,23 milhão, decorrente, sobretudo, desses valores retidos.

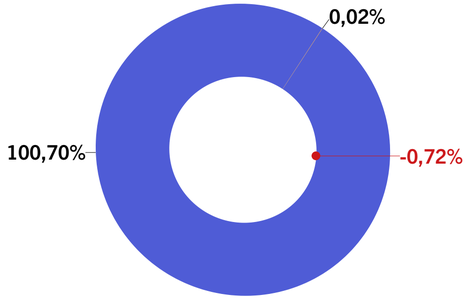
2025

7.934.342,62

2024

7.705.782,29

9.5.10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO - RESULTADOS ACUMULADOS



Resultado de Exercícios Anteriores	R$ 218,61 M
Ajustes de Exercícios Anteriores	R$ 0,06 M
Resultado do Exercício	R$ -1,57 M
Total	R$ 217,1 M

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	VARIAÇÃO
91,91%	-0,69%

Compreende o saldo remanescente dos superávits ou déficits acumulados.

O Resultado do Exercício é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD), apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que, em 2025, foi deficitário, importando em R$ 1.570.255,06.

Em relação ao exercício de 2024, apurou-se uma variação para menor na ordem de R$ 1.510.509,20, influenciado, sobretudo, pelo resultado deficitário do exercício.

2025

217.097.707,34

2024

218.608.216,54

9.6 ESCLARECIMENTOS ACERCA DA FORMA COMO FORAM TRATADAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 2025 estão em total conformidade com os normativos legais e práticas contábeis adotadas no Brasil.

PCASP: Baseadas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

SIAFI: Dados extraídos diretamente do Sistema Integrado de Administração Financeira.

Fidedignidade: Lançamentos realizados com rigor técnico governamental.

Balanço Patrimonial
Evidencia a situação estática do patrimônio em 31 de dezembro.

Balanço Orçamentário
Demonstra a execução orçamentária das despesas do exercício e de restos a pagar.

Balanço Financeiro
Demonstra a movimentação financeira e saldos disponíveis.



Variações Patrimoniais
Revela as variações quantitativas que alteram o patrimônio líquido.



Fluxos de Caixa
Apresenta as entradas e saídas de caixa durante o exercício.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

- LEI nº 4.320/1964: Estatui normas gerais de direito financeiro.
- LEI COMPLEMENTAR nº 101/2000: Lei de Responsabilidade Fiscal.
- LEI nº 10.180/2001: Sistemas de Planejamento e Orçamento Federal, de Administração Financeira e de Contabilidade Federal.
- DECRETO-LEI nº 200/1967: Organização da Administração Federal.
- DECRETO nº 93.872/1986: Unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional.
- DECRETO nº 6.976/2009: Sistema de Contabilidade Federal.

CONSOLIDAÇÃO TÉCNICA

- MCASP 11ª Edição: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Referência 2025).
- IPSAS: Convergência aos padrões internacionais de contabilidade pública.
- MACROFUNÇÕES: Manual SIAFI.
- Normas técnicas específicas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

9.7 PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

9.7.1 ATIVO

Caixa e Equivalentes de Caixa
No âmbito da Administração Pública Federal o caixa e equivalentes de caixa contemplam a Conta Única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Adota-se como critério de mensuração e avaliação o valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis.

Créditos de Curto Prazo
Compreendem os direitos a receber a curto prazo. A sua mensuração e avaliação se dão pelo valor original, acrescidos, quando aplicável, de atualizações monetárias e juros. Estão relacionados, principalmente, com:
(i) créditos não-tributários;
(ii) dívida ativa; e
(iii) adiantamentos concedidos a pessoal.

Depósitos Restituíveis
São os ativos financeiros de natureza extraorçamentária, representando entradas transitórias, sendo contabilizados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa. No âmbito do Órgão, os depósitos restituíveis compreendem os valores depositados em contas judiciais e em contas vinculadas a retenções trabalhistas de obrigação das empresas contratadas.

Estoques
Conceitualmente, representam as mercadorias para revenda (dentre elas os estoques controladores da União), os produtos acabados e em elaboração, matérias-primas e almoxarifado. No âmbito da Justiça Eleitoral, compreendem os materiais em almoxarifado e a reserva técnica de materiais específicos para realização de eleições.

Sua avaliação e mensuração se dão, na entrada, pelo valor de aquisição ou produção e, na saída, pelo custo médio ponderado, em obediência ao que determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964.

VPD Pagas Antecipadamente
Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

Imobilizado
Compreende os bens móveis e imóveis. São reconhecidos pelo seu valor de aquisição, de construção ou de produção. Após o seu reconhecimento inicial, sujeitam-se à depreciação, amortização ou exaustão (no caso de apresentarem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Ativo Realizável a Longo Prazo
Sua avaliação e mensuração ocorre pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias de acordo com as taxas estabelecidas nas operações. Compreendem os direitos a receber a longo prazo e se constituem de:
(i) créditos não-tributários;
(ii) dívida ativa; e
(iii) estoques.

Intangível
São direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, com capacidade de geração de benefício econômico futuro ou potencial de serviço para o ente público. No caso, compreende os softwares adquiridos, que são mensurados e avaliados pelo custo, deduzido da amortização (quando possuírem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável *(impairment).*

9.7.1.1 ATIVO - CONTAS REDUTORAS

REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP, a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI, Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023.

9.7.2 PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

São as obrigações do Órgão que são evidenciadas por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e encargos incidentes até a data das Demonstrações Contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes estão subdivididos da seguinte forma:

i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
(ii) fornecedores e contas a pagar;
(iii) obrigações fiscais; e
(iv) demais obrigações.

9.7.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Resultados Acumulados
Sob a ótica patrimonial, compreendem o resultado do exercício somado ao resultado de exercícios anteriores que compõem o Patrimônio Líquido do Órgão.

9.8 LOCAIS OU ENDEREÇOS ELETRÔNICOS EM QUE BALANÇOS, DEMOSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS ESTÃO PUBLICADOS E/OU PODEM SER ACESSADOS EM SUA ÍNTEGRA

As Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas e a Declaração do Contador estão publicadas no Site da Transparência do TRE/PA, podendo ser acessadas em sua íntegra no seguinte endereço:

Link - Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e Declaração do Contador

9.9 AUDITORIAS INDEPENDENTES E/OU DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE PÚBLICO

No exercício de 2025, não foi realizado qualquer trabalho de auditoria independente no âmbito deste órgão.

Durante o referido período, não houve contratação de serviços de auditoria externa, tampouco execução de procedimentos de avaliação conduzidos por auditores independentes. As atividades de controle, fiscalização e avaliação permaneceram restritas às ações desenvolvidas pela unidade de auditoria

interna, conforme o planejamento anual aprovado.

9.10 CONTAS RELATIVAS AOS FUNDOS DE FINANCIAMENTO

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará não possui contas de fundos de investimentos, bem como não realiza qualquer tipo de operações de crédito.


Tribunal
Regional
Eleitoral
do Pará